



Revista Brasileira

FASE VIII 🐉 JULHO-AGOSTO-SETEMBRO 2015 🐉 ANO IV 🐉 N.º 84

Esta a glória que fica, eleva, honra e consola.

MACHADO DE ASSIS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS 2015

DIRETORIA

Presidente: *Geraldo Holanda Cavalcanti*
Secretário-Geral: *Domício Proença Filho*
Primeiro-Secretário: *Antonio Carlos Secchin*
Segundo-Secretário: *Merval Pereira*
Tesoureira: *Rosiska Darcy de Oliveira*

MEMBROS EFETIVOS

Affonso Arinos de Mello Franco,
Alberto da Costa e Silva, Alberto
Venancio Filho, Alfredo Bosi,
Ana Maria Machado, Antonio Carlos
Secchin, Antônio Torres, Arnaldo Niskier,
Candido Mendes de Almeida, Carlos
Heitor Cony, Carlos Nejar, Celso Lafer,
Cícero Sandroni, Cleonice Serôa da Motta
Berardinelli, Domício Proença Filho,
Eduardo Portella, Evaldo Cabral de Mello,
Evanildo Cavalcante Bechara, Evaristo
de Moraes Filho, Fernando Henrique
Cardoso, Ferreira Gullar, Geraldo Holanda
Cavalcanti, Helio Jaguaribe, Ivo Pitanguy,
José Murilo de Carvalho, José Sarney, Lygia
Fagundes Telles, Marco Lucchesi, Marco
Maciel, Marcos Vinícios Vilaça, Merval
Pereira, Murilo Melo Filho, Nélida Piñon,
Nelson Pereira dos Santos, Paulo Coelho,
Rosiska Darcy de Oliveira, Sábado Magaldi,
Sergio Paulo Rouanet, Tarcísio Padilha,
Zuenir Ventura.

REVISTA BRASILEIRA

DIRETOR

Marco Lucchesi

CONSELHO EDITORIAL

Arnaldo Niskier
Merval Pereira
Murilo Melo Filho

COMISSÃO DE PUBLICAÇÕES

Alfredo Bosi
Antonio Carlos Secchin
Marco Lucchesi

PRODUÇÃO EDITORIAL

Monique Cordeiro Figueiredo Mendes

REVISÃO

Vania Maria da Cunha Martins Santos
José Bernardino Cotta

PROJETO GRÁFICO

Victor Burton

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA

Estúdio Castellani

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

Av. Presidente Wilson, 203 – 4.º andar
Rio de Janeiro – RJ – CEP 20030-021
Telefones: Geral: (0xx21) 3974-2500
Setor de Publicações: (0xx21) 3974-2525
Fax: (0xx21) 2220-6695
E-mail: publicacoes@academia.org.br
site: <http://www.academia.org.br>
As colaborações são solicitadas.

Os artigos refletem exclusivamente a opinião dos autores, sendo eles também responsáveis pelas exatidão das citações e referências bibliográficas de seus textos.

Vinhetas coligidas do acervo da Biblioteca Acadêmica Lúcio de Mendonça.

Esta *Revista* está disponível, em formato digital, no site www.academia.org.br/revistabrasileira.

Sumário

EDITORIAL

MARCO LUCCHESI	5
----------------------	---

ICONOGRAFIA

JAIME PRADES	7
--------------------	---

ENTREVISTA

EMÍLIO EIGENHEER	9
------------------------	---

NOVA LEI DAS BIOGRAFIAS

CELSO LAFER Biografias: a decisão do STF	17
ANA MARIA MACHADO A polêmica das biografias: parecer da ABL apresentado ao STF	21

DISCURSO

ALFREDO BOSI Palavras de recepção da Acadêmica Nélida Piñon	27
CELSO LAFER Discurso de Posse na Academia Paulista de Letras	31
ANTÔNIO TORRES Posse de Antônio Torres na Academia de Letras da Bahia	43

ENSAIO

ANIELLO ANGELO AVELLA Agustina Bessa-Luís, Manoel de Oliveira, a arte cinematográfica e a memória: uma conversa inacabada.	55
DARLENE J. SADLER Paixão, melodrama e a ficção de Lygia Fagundes Telles	67
BRUNO BARRETTO GOMIDE Jayme Adour da Câmara, uma bibliografia russa e uma carta tolstoiana	97
EVALDO CABRAL DE MELLO 70 ANOS DE <i>Monções</i>	109
AFFONSO ARINOS DE MELLO FRANCO Magalhães de Azeredo no cinquentenário da sua morte. .	III
ANDRÉ SEFFRIN Gonçalves Dias, indianista	121
ARNALDO NISKIER Educação à distância: o acesso de todos	129
LUCIANA SAVAGET Resgate da infância, antídoto da violência.	155
MARIA CRISTINA FRANCO FERRAZ Desmundo digital: perspectiva genealógica	169

CONTO

RONALDO CAGIANO Sem Natal	179
---------------------------------	-----

CALIGRAMAS

GRAZIELLA ANDREANI	187
--------------------------	-----

POESIA

AGE DE CARVALHO	195
ANTÔNIO FABIANO	201
MARCELO BENINI	207
JOÃOZINHO GOMES	213

POESIA TRADUZIDA

ANNA AKHMATOVA	221
NIKOLAI GUMILIOV	229
VÉRA INBER	245

MEMÓRIA FUTURA

LUISEDMUNDO Theatro Municipal	249
-------------------------------------	-----



Editorial

MARCO LUCCHESI

Ocupante da
Cadeira 15
na Academia
Brasileira de
Letras.

O futuro da pós-metrópole dependerá de um projeto global e solidário, voltado para a consolidação da paz e da justiça social. E bem longe do atual modelo de consumo, produtor de uma perigosa assimetria, que ameaça a sobrevivência de todas as espécies.

Um viés conceitual passa necessariamente pelo destino dos resíduos, que aumentam de modo logarítmico em todas as cidades da Terra. A frase de Zygmunt Bauman é sintomática: “os lixeiros são os heróis anônimos da modernidade.”

Um amplo debate sobre a matéria vem ocorrendo no campo da biologia, da filosofia e até mesmo da teologia, como o demonstra a encíclica do papa Francisco, *Laudato si'*, luminosa, sob todos os aspectos, sobretudo porque não separa a dimensão humana da natureza, tantas vezes afastadas, sem considerar o drama dos que não gozam da cidadania plena, como alerta, desde a década de 1980, Leonardo Boff.

Dos fragmentos de nossa estranha modernidade, já não se pode esperar pelo anjo da história. Devem-se criar fortes políticas públicas, que deem às cidades o protagonismo necessário na mudança não apenas das fontes de energia, mas do velho e perigoso paradigma que precisa ser, de uma vez por todas, dialeticamente superado.

Jaime Prades

Este número é enriquecido com as obras de Jaime Prades.

JAIME PRADES, pioneiro da arte urbana brasileira, integra o grupo Tupinãodá de 83 a 89. A partir de 1990, inicia o projeto “Arte possível”, realizando mais de 30 mil esculturas dos seus personagens de rua, além de extensa pesquisa e produção de ateliê. Em 2007, cria o projeto “Natureza Humana” recolhendo os restos de madeiras jogadas nos lixos e interferindo em lugares públicos.

Trabalha com instalações, pintura e escultura. Ao longo da sua carreira expôs nos principais museus do Brasil, além de galerias e centros culturais. Mora e trabalha em São Paulo desde 1975. É representado pela galeria Mezanino (www.galeriamezanino.com.br).

AR, escapamentos usados, carvão vegetal,
110 x 315 cm, 2013.



Lixo, Vanitas e Morte

M. EMÍLIO M. EIGENHEER

Professor associado da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e professor aposentado da Universidade Federal Fluminense (UFF). Pesquisador de história da limpeza urbana e de tabus e estigmas relacionados aos resíduos sólidos urbanos. Implantou inúmeros projetos de coleta seletiva no país, e coordena, desde 1985, a pioneira experiência de Coleta Seletiva do bairro de São Francisco em Niterói, RJ.

REVISTA BRASILEIRA – Você foi dos pioneiros a tratar do assunto da coleta seletiva de lixo, ainda na década de 1980, quando o lixo não era, por assim dizer, um objeto epistemológico. Pode-se dizer que o começo foi quase uma odisseia.

EMÍLIO EIGENHEER – A questão dos resíduos sólidos domésticos vinha sendo discutida no Brasil desde meados do século XIX, quase sempre na perspectiva do seu recolhimento e, quando muito, do seu destino final. No decorrer do século passado, alguns autores chegaram a tratar e mesmo a fazer efêmeros experimentos com coleta seletiva. As primeiras experiências sistemáticas e documentadas se implantaram a partir de 1985. Visando a obtenção de materiais recicláveis e a compostagem, muitos municípios optaram pela implantação de unidades de triagem, sem separação prévia na fonte geradora. O lixo era misturado nas casas e nos veículos de coleta, para então serem separados. Essas unidades de triagem foram sendo paulatinamente abandonadas, principalmente pela baixa qualidade

do material produzido. Como em grande parte até o momento, cabia aos catadores nas ruas e nos lixões a tarefa de recuperação dos materiais recicláveis. Esses personagens urbanos, mencionados desde a antiga Roma, foram enaltecidos na Europa do século XIX por poetas, e vistos por teóricos e adeptos de movimentos revolucionários, não apenas como uma das mais degradantes consequências do sistema capitalista, mas também como parte da estratégia revolucionária. Segundo Walter Benjamin, *Maior número de trapeiros surgiu nas cidades desde que, graças aos novos métodos industriais, os rejeitos ganharam certo valor. Trabalhavam para intermediários e representavam uma espécie de indústria caseira situada na rua. O trapeiro fascinava a sua época. Encantados, os olhares dos primeiros investigadores do pauperismo nele se fixaram com a pergunta muda: “Onde seria alcançado o limite da miséria humana?”* Diz ainda: *Os poetas encontram o lixo da sociedade nas ruas e no próprio lixo o seu assunto heroico.* Um bom exemplo neste sentido é Baudelaire, como no poema “Vinho dos Trapeiros”. A coleta seletiva, que pressupõe o interesse e a participação direta do cidadão no processo de separação na fonte geradora era, e é, um desafio a ser enfrentado pelas cidades brasileiras. Cabe lembrar que até o início da década de 1980, a coleta seletiva e a destinação final dos resíduos sólidos domésticos não eram temas recorrentes na mídia brasileira. A tônica era a exigência de coleta regular, não importando para onde era levado o lixo, tampouco as consequências daí advindas. Também não eram considerados temas relevantes para as Ciências Sociais e especialmente para a Filosofia, a despeito de sua importância econômica, social e ambiental, entre outros aspectos. Como desconhecer esta produção que a todos envolve diariamente, e que é questão básica para a vida nas cidades? Esta tentativa de afastamento e de não visibilidade pode ser verificada até mesmo nas Artes. Na pintura, por exemplo, raramente são retratados os resíduos, ainda que lá devam estar. Ruas, praças, oficinas, *ateliers* aparecem limpos, com poucas exceções. Não é, pois, de se admirar o estranhamento e mesmo a incompreensão de muitos pelo fato de um professor de Filosofia se dedicar ao tema, inclusive em seus aspectos operacionais. Isto em 1983. Minha preocupação com os resíduos sólidos se deu a partir da conjugação de dois fatos ocorridos durante um período de estudos na então Alemanha Ocidental, nos idos dos anos 80: a crise

pirrônica advinda da leitura da obra do cético *Sexto Empírico*, na bela e limpa Heidelberg, e a experiência, como cidadão comum, com práticas bem organizadas de coleta seletiva que naquele país se desenvolviam. O contato com o ceticismo produziu em mim dois efeitos: de um lado, tornou-me precavido quanto a posições dogmáticas; de outro, reacendeu meu interesse por aspectos práticos da vida cotidiana. De volta ao Brasil, notadamente a partir de 1984, no contexto de minha vida acadêmica e inspirado na experiência alemã, fui paulatinamente me voltando para o mundo dos nossos restos. Através destes, curiosamente, acabei me defrontando com importantes temas filosóficos e religiosos, como a morte, a finitude e a degenerescência. A área técnica, especificamente da Engenharia Sanitária, recebeu minhas iniciativas – vindas, portanto, de um professor de Filosofia – com maior naturalidade do que a área das Ciências Humanas, que, em parte, desdenhava minha preocupação, principalmente por seu caráter operacional. “Filósofo do lixo” podia tanto ser uma forma de deboche, como uma maneira até carinhosa de manifestar um certo estranhamento.

RB – No livro que marcou época, *Lixo, vanitas e morte*, você tece considerações pontuais sobre a histórica “não visibilidade” do lixo, no papel ambíguo, senão “maldito” de sua representação. A que ponto chegamos?

EE – Este livro, publicado em 2003, resultado de minha tese de doutorado, sintetizava não só minha experiência com projetos de coleta seletiva e com estudos sobre a história da limpeza urbana, como também meus escritos e reflexões sobre os tabus, superstições e crendices desta produção inexorável e indesejada de nosso cotidiano. A referência à *Vanitas* reflete também um leitor assíduo do *Eclesiastes*, livro tão caro a Machado de Assis. Estabelecer no meu trabalho a relação lixo e morte foi decisiva para avaliar as históricas dificuldades que temos de nos voltarmos para ele, quando, desde cedo, aprendemos a nos afastar e a desqualificar os que com ele lidam, mesmo que em nosso benefício. Porém, não por ironia, podemos dizer que nosso corpo, nossos restos mortais, são submetidos, na atualidade, a processos similares aos do lixo que produzimos: acondicionamos o lixo para ser coletado, como acondicionamos

nossos restos mortais para que sejam levados pelo serviço funerário. Depois aterramos e enterramos: incineramos e cremamos; procuramos reutilizar o lixo assim como nossos órgãos pela doação. Neste trabalho, proponho também uma forma pedagógica de se lidar com o problema, o que chamei de “pedagogia da degenerescência”, que vai de encontro às tradicionais formas de se esconder e evitar o lixo. Somos efêmeros, vale destacar, exatamente como a quase totalidade de nossas produções, notadamente no contexto dos descartáveis da sociedade contemporânea. Quem trabalha com coleta seletiva sabe que é muito mais fácil incentivar a separação dos materiais recicláveis industrialmente (papéis, vidros, plásticos, metais) do que a matéria orgânica visando a compostagem. Os recicláveis citados não passam pela putrefação, não cheiram mal. Já a matéria orgânica, sim. Até mesmo a compostagem doméstica dos restos orgânicos que eram depositados no fundo do quintal para serem usados posteriormente nas hortas e pomares, prática comum até passado recente, deixou de existir. Nos jardins gramados e ornamentados de hoje, não há espaço para os restos, muito menos nos edifícios que dominam os grandes centros. Ainda me lembro, no interior paulista, das mulheres utilizando o estrume das ruas, deixado pelos cavalos de charretes e de colonos, para, depois de curtidos, serem usados nas roseiras, avencas e tantas outras plantas. Às crianças, quase sempre, era designado o trabalho de recolhimento, feito sem maiores problemas. A beleza dos jardins e vasos agradecia a superação do nojo.

RB – Pode-se falar a respeito de uma consciência mais ampla de Gaia, da Terra sensível, para usar uma expressão de Lovelock, em termos de uma visão funcional e positiva dos resíduos sólidos?

EE – É necessário um grande esforço para se alcançar uma gestão integrada de resíduos sólidos. São necessários recursos, técnica, fiscalização das diretrizes legais, informação adequada, mas também o que podemos chamar de tomada de consciência sobre a questão do lixo. A hipótese Gaia, por exemplo, é um instrumento interessante para despertar em muitos uma sensibilidade para o cuidado com a Terra e, conseqüentemente, com o lixo. É corrente, sobretudo,

em espaços acadêmicos e culturais. Contudo, tomando-se o Brasil como exemplo, a imensa maioria da população possui uma *Weltanschauung* religiosa, vinda em nosso caso, notadamente da tradição judaico-cristã. É preciso buscar-se, também nessas tradições, elementos de convencimento da importância de se preservar a natureza, no caso como criação divina, de se evitar o desperdício e de ser solidário. Em seguida à multiplicação e distribuição dos pães e peixes, tal como relatado na célebre passagem de João 6.12, é ordenado: *recolhei as sobras para que nada se perca*. Nesta tradição, o discurso de salvar a Terra por esforço humano não surte muito efeito. Há nela um pessimismo sobre o sucesso de tal empreitada no contexto do mal original. Porém mesmo diante de tais dificuldades, essa tradição oferece elementos interessantes de convencimento que devem ser usados.



RB – O desmoronamento do morro do Bumba, em Niterói, entrou para a história como uma tragédia de um lixo amnésico, ou, melhor dizendo, recalcado pelo poder público, que ergueu um bairro sobre uma bomba-relógio...

EE – A calamidade que se abateu sobre a cidade de Niterói em abril de 2010 não deve ser esquecida. Dezenas de pessoas perderam a vida em consequência de uma série de equívocos e negligências. A tragédia podia ter sido evitada, e não faltaram alertas. Durante décadas, e até 1982, o terreno localizado no bairro de Viçoso Jardim recebeu, de forma inadequada, o lixo da cidade. Relatório técnico da Feema, em 1983, apontava para a precariedade do local. O vazadouro foi, então, encerrado, tendo em vista a inauguração de um aterro sanitário na vizinha cidade de São Gonçalo. Um movimento comunitário impediu a operação do novo aterro, isto depois de prontas e implantadas as benfeitorias e a infraestrutura necessárias. Um dos argumentos usados foi o, já clássico, da inaceitabilidade de se receber o lixo de outra cidade. A Prefeitura de Niterói se viu, então, obrigada a destinar seu lixo para o aterro de Gramacho, em Duque de Caxias. A dificuldade logística desta operação

levou a municipalidade a buscar, às pressas, uma outra área. A escolhida foi uma chácara no Morro do Céu. Um novo local, inadequado, passou a receber o lixo da cidade. O encerrado vazadouro de Viçoso Jardim, por sua vez, foi abandonado à própria sorte, e pessoas de baixa renda passaram a construir ali suas moradias. Como é sabido, chuvas torrenciais acabaram provocando, no terreno instável, um deslizamento que soterrou dezenas de casas. O lixo esquecido e negligenciado reaparece de forma dramática. Sem levar em consideração as vidas perdidas, o custo com a limpeza e a recuperação da área, e ainda o socorro, apoio e abrigo para os flagelados, foi muito mais alto do que o que seria gasto com o encerramento e monitoramento adequado do vazadouro. Infelizmente nos esquecemos rapidamente de tragédias como esta. Vale ainda lembrar que uma das principais causas de inundações em nossas grandes cidades decorre da forma inadequada de se dispor o lixo, mesmo onde há coleta regular.

RB – Seu trabalho atual propõe uma forma de arqueologia urbana, através dos novos “sambaquis”, das bibliotecas descartadas, dos objetos fora de lugar, ou “cemiteriais”, como dizia Baudrillard. Se não houvesse mais que esta possibilidade, como explorar o presente, como você poderia traduzi-lo aos homens do futuro?

EE – Observando-se os materiais recolhidos pelos projetos de coleta seletiva, notadamente no do bairro de São Francisco, em Niterói, percebeu-se que chegava uma significativa quantidade de livros, revistas, postais, partituras, fotos, moedas, selos etc. Uma avaliação mais atenta mostrou que inúmeras peças eram de valor cultural e podiam ser recolocadas em circulação. Muitos livros chegavam atacados por cupins, traças e baratas. Há um ritual utilizado por muitos, para se jogar fora um livro. Primeiro, tira-se da vista o que não mais se deseja. Como não devem ser simplesmente jogados, são depositados em caixas ou em armários de garagens e quartos de despejo. Quando, finalmente, a umidade e os insetos os atacam, sentem-se autorizados a jogá-los fora. Como o pão, que pela tradição deve ser beijado antes de ser jogado, os livros guardam, igualmente, um aspecto de sacralidade. Dois fatores, porém,

favorecem o descarte imediato desses materiais, a saber: mudança para domicílios menores e morte – neste caso, quando familiares, ainda sob forte comoção, se encarregam de se desfazer dos pertences do falecido: colchão, roupas e outros objetos pessoais. Certamente, joias, móveis e bens reconhecidamente valiosos são vendidos, doados ou tomados como herança. Mas nem sempre se avalia a importância de pequenos acervos, raramente organizados, esquecidos em armários, caixas e gavetas. Os grandes e conhecidos acervos particulares, com visibilidade pública, acabam sendo doados ou vendidos, inclusive para instituições culturais, que, sem exceção, sobrevivem deles. Mas parte considerável dos pequenos acervos, de cidadãos comuns, se perde. A coleta seletiva possibilita uma avaliação do que chega. Pessoas dispostas a se desfazer de livros, revistas, moedas etc., encontram, assim, um local adequado para direcioná-los. Esses materiais não precisam ser necessariamente raros para serem realocados. Muitos podem ser vendidos a sebos, bazares, brechós etc. Há um considerável comércio que envolve interessados desde livros até às tradicionais figurinhas. O que não pode ser resgatado como bem cultural é destinado à reciclagem. Treinar os triadores de programas de coleta seletiva e educar as pessoas a não jogarem ou queimarem objetos de valor cultural é um passo importante na preservação da memória familiar, local, nacional e até internacional. Entretanto, há aqui também tabus a serem superados: o de rasgar fotos que serão descartadas é um deles.

RB – Em que trabalha atualmente, quais os seus interesses mais imediatos?

EE – No momento, estou voltado para o aprofundamento das questões que um grupo de pesquisa desenvolve no âmbito do projeto designado por “Resíduos & Memória”. Fui alertado por especialistas da Biblioteca Nacional da importância, por exemplo, dos milhares de fotos, negativos e fotopostais, que recolhemos em todos esses anos. Há uma linha de trabalho conhecida como *Photo Trouvée*, que pretendemos desenvolver. Por outro lado, gostaria de aprofundar temas tratados no livro *Lixo vanitas e morte*, particularmente no que se refere às interdições e tabus ligados ao lixo na Literatura e nas Artes Plásticas. Há ainda muito a ser investigado na direção dos maneiristas, da

dança da morte, da natureza-morta. As discussões e pesquisas de natureza escatológica estão no escopo de meus interesses atuais. Afinal, as imundícies (termo usual até o final do século XIX), por exemplo, nos remetem ao “imundo” (o diabo), às imagens das regiões infernais com enxofre e putrefação. Temas presentes não só na Literatura e nos textos religiosos como nas tradições populares. Afinal, estamos a sonhar com algum tipo de imortalidade e incorruptibilidade. Não só na simbologia do ouro incorruptível de nossas alianças de casamento, que deverão ser usadas “até que a morte nos separe”, como das imaginadas cidades celestiais onde predominam o cristal, o ouro, o diamante, mais incorruptíveis do que o mármore de Roma, a cidade pensada eterna. Para os leitores do *Eclesiastes*, hão de ser também instigantes as palavras de Mathias Aires, por alguns considerado nosso primeiro filósofo: *Acabam os heróis, e também acabam as memórias das suas ações; aniquilam-se os bronzes em que se gravam os combates; corrompem-se os mármore em que se esculpem os triunfos; e apesar dos milagres da estampa, também se desvanecem as cadências da prosa em que se descrevem as empresas, e se dissipam as harmonias do verso em que se depositam as vitórias; tudo cede à voracidade do tempo*. Nosso lixo cotidiano é um inequívoco e ameaçador sinal desta ação do tempo e de nossa inglória luta para evitá-la.



Biografias: a decisão do STF

CELSO LAFER

Ocupante da
Cadeira 14
na Academia
Brasileira de
Letras.

A Academia Brasileira de Letras realizou mesa-redonda voltada para celebrar a decisão do Supremo Tribunal Federal que afastou a exigência, contemplada no Código Civil, da autorização prévia de um biografado para a elaboração e a publicação de sua biografia.

A ABL tem legítimo interesse na matéria. Inúmeros acadêmicos se notabilizaram por biografias que escreveram, a começar por Joaquim Nabuco, com seu *Um estadista do Império*.

A biografia, como apontou o crítico e acadêmico Álvaro Lins, é a expressão de uma fusão de gêneros. Tem componentes de História e de Literatura. É criação, mas não é criação romanesca. Para ser bem sucedida, precisa ter arte de expressão e lastro de documentação.

Luís Vianna Filho, acadêmico que fez da biografia o campo por excelência de sua atividade literária, refletiu sobre a verdade na biografia. Apontou que a biografia antiga, à maneira de Plutarco, articulava virtudes e se enquadrava na tradicional justificativa da Literatura pelos critérios externos de edificar e instruir.

Entretanto, como expõe Antonio Candido, não é mais esta a visão moderna da Literatura, que confirma e nega, propõe e denuncia, não corrompe nem edifica, ao tratar no romance e na poesia de instabilidades e dilaceramentos inerentes à vida humana.

É nesta moldura que se insere a biografia moderna que requer, segundo Vianna Filho, “intrepidez na procura da verdade” e não pode “perder o sentimento de quanto é complexa a alma humana”. Aponta, entre os obstáculos em se alcançar a verdade, a multiplicidade dos pontos de vista no estudo e interpretação da vida de alguém. Indica ainda o uso da conjectura para imprimir cunho de “vida”, de realidade, a uma biografia que repousa naturalmente, para ser verossímil, em determinados elementos conhecidos.

São, assim, inevitáveis as divergências entre os que tentam estudar qualquer vida. Por isso não existe “coisa julgada” em matéria de biografia, e o biógrafo, nas palavras de Vianna Filho, “trabalha sob o signo do seu tempo e sob as inspirações de sua época”.

A ABL, em função do seu interesse cultural na matéria, participou, como *amicus curiae*, da audiência pública promovida pelo STF na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN 4.815), para interpretar, conforme a Constituição, os artigos 20 e 21 do Código Civil.

A ABL acredita na preeminência da tutela da política da cultura. Na linha de Bobbio, batalhou pela defesa das condições da existência e do desenvolvimento da cultura, o que requer a preservação não policiada da liberdade, o que pressupõe, por sua vez, ser “livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica, de comunicação, independentemente de censura ou licença”, como reza o art. 5-IX da Constituição Federal. O espaço da criatividade para um gênero como a biografia passa pelo acesso à informação e pela liberdade de investigação como parte do direito da liberdade de opinião e expressão que inclui o direito de procurar, receber e transmitir informações.

Em síntese, a elaboração de uma biografia requer a liberdade na construção de uma narrativa que seja a expressão e a projeção de uma experiência humana e de seu tempo – com seus altos e baixos, luzes e sombras – liberdade não

impedida ou tolhida por uma autorização prévia, sobre o que é verdadeiro, bom ou belo.

Este pleito foi atendido, por unanimidade, pelo STF, que concluiu pela inexigibilidade “de consentimento de pessoas biografadas relativamente a obras biográficas literárias ou audiovisuais, sendo por igual desnecessária autorização de pessoas retratadas como coadjuvantes (ou de seus familiares, no caso de pessoas falecidas)”.

Isso não exclui, na tutela do bloco dos direitos da intimidade, da vida privada e da honra e da imagem das pessoas, a apreciação *a posteriori* de eventual excesso gerador “de dano decorrente da circunstância de ter sido ultrapassada esfera garantida do direito do outro”, ou seja, responsabilidade penal (na hipótese de calúnia, difamação, injúria) e civil (em caso de dano material ou moral).

A ponderação na ADIN 4.815, em prol da preeminência da liberdade de expressão, comporta analogia com a decisão do STF no caso da lei de imprensa ao deliberar a não recepção em bloco da Lei 5.250 de n.º 1967, quando também entendeu que não era necessária uma lei de imprensa para assegurar os direitos de personalidade referentes à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem da pessoa. Considerou autoaplicável o Direito Constitucional de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou imagem e levou em conta que, constitucionalmente, “qualquer lesão ou ameaça a direito” comporta apreciação pelo Poder Judiciário.

Na mesma linha, não acredito ser necessária lei especial para tratar da matéria no caso de um biógrafo ultrapassar a esfera garantida do direito de um biografado.

Nas biografias, o mais relevante para um biografado é a tutela da verdade factual, na linha de Hannah Arendt: fatos e eventos efetivos, cujo oposto não é o erro, a ilusão ou a opinião, mas sim a falsidade e a mentira. Um biógrafo pode ter perspectiva distinta do biografado ou de seus familiares, mas não pode tocar e impugnar matéria factual. Aí, o primeiro remédio é o direito à resposta, pelos caminhos previstos pelos Códigos Penal e de Processo Civil.

A verdade da biografia e seus desafios transitam, para recorrer ao que escreveu Guimarães Rosa em *Grande sertão: veredas*, pelo fato: “Que contar é muito, muito dificultoso. Não pelos anos que se já passaram. Mas pela astúcia que têm certas coisas passadas – de fazer balancê, de se remexerem dos lugares.” Concluo com ele: “Viver é perigoso” para todos, cuja vida privada e íntima está muito mais ameaçada pela transparência imposta pela irradiação *erga omnes* da era digital do que pela ocasional má-fé de um biógrafo.



A polêmica das biografias: parecer da ABL apresentado ao STF

ANA MARIA MACHADO

Ocupante
da Cadeira I
na Academia
Brasileira de
Letras.

Exma. Sra. Ministra Carmen Lucia,

A Academia Brasileira de Letras, com sede no Rio de Janeiro, tem por fim a cultura da língua e da literatura nacional.

Assim reza o artigo primeiro dos estatutos da ABL, de 28 de janeiro de 1897, em documento assinado pelo seu primeiro presidente, Machado de Assis, pelo Secretário-Geral Joaquim Nabuco e pelos demais membros da primeira diretoria, a saber: Rodrigo Octavio, Silva Ramos e Inglês de Souza.

Baseada na obrigação que lhe é imposta por esse estatuto, e preocupada com o que se lhe afigura como uma ameaça à cultura e à literatura nacional, a Academia Brasileira de Letras, pela unânime decisão dos membros de seu plenário, decidiu respeitosamente se associar à Associação Nacional dos Editores de Livros – ANEL – na proposta de ação direta de inconstitucionalidade (com pedido de medida cautelar, a ser apreciado *inaudita altera parte*), tendo por objeto a declaração

de inconstitucionalidade parcial, sem redução de texto, dos artigos 20 e 21 da Lei Federal 10.046, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

Por um lado, compreende-se que a louvável intenção do texto legislativo deva ter sido a proteção da honra, da boa fama e da respeitabilidade dos cidadãos, bem como a defesa de sua privacidade e intimidade. Por outro lado, porém, não podemos deixar de constatar que a amplitude semântica dos termos em que estão redigidos os referidos dispositivos legais acaba por ensejar interpretações que, tomadas em sua literalidade, não se coadunam com os preceitos constitucionais de garantia da liberdade de expressão e do direito à informação. Dessa forma, em nosso entender, dão margem a que prolifere uma forma de censura privada inaceitável, constituída pela proibição por via judicial de biografias não autorizadas.

Mais que isso: pela repetição de decisões desse tipo, causando graves prejuízos econômicos aos agentes envolvidos na produção de livros, tal tipo de interpretação do texto legal ameaça a sociedade com consequências ainda mais graves, tipificadas pelo crescente movimento no sentido de que se exija a prévia autorização do biografado, ou de seus familiares em caso de pessoa falecida, para que possa se efetivar a publicação da obra.

Tal exigência deriva de uma interpretação semântica de abrangência exorbitante, a nosso ver, e constitui violação do direito do cidadão à informação (artigo 5.º, XIV da Constituição), além de atingir em cheio a liberdade de manifestação do pensamento, da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, garantida pela Carta Magna em sua plenitude, sem restrições, censura ou necessidade de licença, numa democracia em que não há lugar para qualquer forma de *index* de livros proibidos ou liberados apenas mediante o *nihil obstat* de algum censor (CF artigo 5.º, IV e IX).

Permitam-nos algumas considerações de ordem literária e cultural.

Biografias constituem um gênero literário e uma fonte histórica. Uma cultura não pode prescindir delas nem aceitar que se transformem em meros sucedâneos de material de divulgação publicitária, por definição gerados a partir de interesses particulares e mediante pagamento, em troca da difusão de uma marca ou produto, de modo a gerar lucro futuro.

Muito pelo contrário.

A continuidade da civilização se fez em cima da lenta acumulação de obras históricas e literárias que oferecem às futuras gerações uma variada galeria de modelos, exemplos e análises críticas de vidas pregressas, que podem ser admiradas ou execradas mas devem ser conhecidas. Sua leitura nos permite conhecer uma sociedade e entender as circunstâncias que movem a ação humana através dos tempos. Conhecer as vidas dos antepassados, em todas as sociedades, constitui uma ferramenta fundamental para a construção do futuro e para a elaboração da identidade cultural.

Herdamos dos clássicos universais textos biográficos que se tornaram imprescindíveis para que possamos conhecer e compreender a trajetória cultural da espécie. É impossível avaliar o tamanho das perdas causadas à cultura se não tivéssemos tido acesso, por exemplo, a uma obra como *Vidas paralelas*, de Plutarco, para conhecermos gregos e romanos ou a *Vida de artistas*, de Giorgio Vasari, para apreciarmos as condições em que se gestou a contribuição do renascimento italiano. Entre nós, biografias de Machado de Assis e do Visconde de Mauá, de Pedro II e Castro Alves, de Assis Chateaubriand e de Nelson Rodrigues, de Anísio Teixeira e Nabuco de Araújo, e tantas outras, enriquecem a cultura brasileira e contribuem para a formação de uma consciência de quem somos e de como nos construímos ao longo da história, com nossas características próprias, nossos defeitos e qualidades, nossas limitações e desafios, nossos erros a serem evitados, nossos acertos a serem desenvolvidos.

Ainda que não sejam meras transcrições jornalísticas e não possam ser consideradas documentos que atestem veracidade inequívoca de fatos narrados, e ainda que incorporem referências subjetivas, as biografias trazem versões que enriquecem uma cultura. Tal aspecto de múltipla abertura as caracteriza. Está presente nelas, mesmo quando essas versões se apresentam de mistura com memórias de eventuais fontes ou até mesmo com ocasionais distorções ficcionais, como parte do fenômeno social e estético que ocorre no imaginário contemporâneo e que Alfredo Bosi chama de “*compresença*, a fusão, esse desejo enorme de sair das gaiolas de uma prática compartimentada da cultura” e que hoje em dia pode ser encontrado nas exposições de artes visuais, nas

performances, na fotografia, nos filmes que associam documentário e ficção, nos *happenings* e nas manifestações representativas do nosso tempo em geral. Vivemos, segundo ele, uma época de busca “de um novo *corpus* em que as fronteiras estejam derrubadas, onde o histórico entre para o literário e o literário entre para o histórico”.

Sempre no dizer de Bosi, essa tendência a “fazer tremer toda aquela concepção de arte pela qual nós monumentalizávamos os nossos autores” é uma marca de nosso tempo – e em seu livro *A Literatura e a História* (Editora 34, São Paulo, 2013), ao examinar esse processo, o crítico paulista nos dá exemplos que a atestam no caso de biografias de clássicos italianos, como Giuseppe Leopardi. Paradoxalmente, a recusa à hagiografia e a essa monumentalização com frequência procuram servir mais à verdade que às mentiras. Esse é um traço que a caracteriza – a busca da verdade, com a consciência de contribuir para que ela seja atingida, ainda que com escrúpulos e cuidados para não se apresentar como única versão possível, mediante a eliminação de qualquer possibilidade de contraditório.

A leitura sutil e aguda de Alfredo Bosi detecta essa tendência mesmo em um caso extremo, de autobiografia, o de Graciliano Ramos em *Memórias do cárcere*, quando o memorialista tem a intenção expressa e consciente de ser fidedigno e factual, exato e idôneo, como mero observador, mas justamente por criar para si próprio um paradigma de tal honestidade é obrigado a reconhecer e reiterar a todo instante, de forma obsessiva, quase como um mantra, que “outras pessoas (...) provavelmente têm visões diferentes da minha”.

Considerando esse quadro amplo que situa a biografia como um gênero literário, crucial na formação da identidade cultural de um povo, a Academia Brasileira de Letras só pode insistir em se manifestar a favor de que o direito à liberdade de expressão seja total e integralmente respeitado, como manda a Constituição.

Condicionar a criação de todo um gênero literário à prévia manifestação individual de concordância de alguém significa aceitar que um arbítrio pessoal incida sobre a liberdade de manifestação. Pode ter um efeito devastador sobre o debate entre pontos de vista diferentes e a boa prática da discussão

intelectual democrática, que necessariamente deve admitir matizes de argumentação, contestação e contradições. Uma interpretação dessa ordem restringe a criação, compromete a nossa literatura e apresenta o risco de empobrecer a cultura brasileira, silenciando uma das partes significativas que a constituem e deixando-a à margem da circulação internacional de ideias.

Outro grave risco representado pela aceitação dessa multiplicação de proibições prévias está na abertura de portas para a instalação da censura à imprensa, na medida em que a argumentação que serve a uma exigência de autorização prioritária para um tipo de texto deverá, logicamente, servir a outras e incidir sobre jornais, revistas, televisão e demais meios de comunicação de massa, visto que a redação dos referidos artigos, cuja constitucionalidade questionamos, em momento algum se refere especificamente a livros.

Por todos esses motivos, a Academia Brasileira de Letras decidiu acompanhar, como *amicus curiae*, a Ação Direta de Constitucionalidade apresentada a esse egrégio tribunal pela Associação Nacional de Editores de Livros.





HUMANO, acrílica sobre lona
de caminhão, 191 x 124, 2013.

Palavras de recepção da Acadêmica Nélide Piñon

ALFREDO BOSI

Ocupante da
Cadeira 12
na Academia
Brasileira de
Letras.

Sinto-me particularmente honrado em participar desta sessão em que o Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo acolhe a Acadêmica Nélide Piñon na qualidade de titular da Cátedra José Bonifácio de Cultura Ibero-americana. Honra a que se acresce a condição de confrade da homenageada em nossa Academia Brasileira de Letras.

Desejo recordar meu primeiro contato com a obra de Nélide Piñon. Ao organizar uma antologia do conto brasileiro contemporâneo, no início da década de 1970, procurei escolher e colher o que de melhor se escrevia nesse gênero de ficção. Para meu encantamento, descobri um dos textos mais ricos de psicologia feminina e de finura estilística que já me fora dado ler. Constava de uma coletânea de contos intitulada *Sala de Armas*, cuja autora era ninguém menos que Nélide Piñon, que estreara brilhantemente com o romance *Guia-Mapa de Gabriel Arcanjo* e publicará em 1972, sua

* Proferido no auditório da Brasiliiana – USP, em 12 de março de 2015.

obra-prima, *A casa da paixão*. O conto que prendera minha atenção intitula-se Colheita. Nome particularmente feliz para uma narrativa em que se enfeixam qualidades que seriam, ao longo da obra de Nélida, marcas indeléveis da sua personalidade de escritora.

Aí reconheci de pronto um enlace de paixão e espírito aberto, livre de preconceitos. Encontrei também um sentimento constante de fidelidade à condição feminina na sua luta pela afirmação de uma identidade ao mesmo tempo amorosa e rebelde. E, regendo a orquestra da criação artística, um gosto pela palavra incisiva, aquela que exprime os movimentos mais sutis da mente e do coração. Uma escritora original que, no entanto, não iria jamais renegar o passado de suas raízes étnicas, no caso, a memória da gente da sua Galiza materna e paterna.

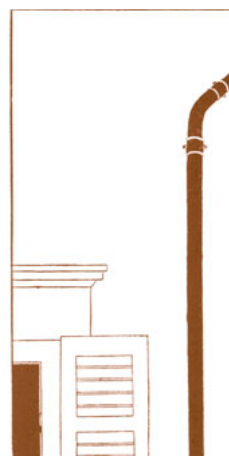
Não me cabe acompanhar nesta breve alocução de homenagem a Nélida Piñon a sua trajetória literária, hoje reconhecida dentro e fora do Brasil, e pontuada de distinções internacionais de relevo, como o Prêmio Príncipe das Astúrias, em que concorreu vitoriosamente com escritores da envergadura de Philip Roth e Amós Oz. Lembro apenas que os prêmios merecidos por sua obra estiveram sempre sob a égide de escritores excepcionais: Prêmio Mário de Andrade, concedido pela Associação Paulista dos Críticos de Arte ao romance *A casa da paixão*; Prêmio Juan Rulfo de Literatura Latino-americana e do Caribe; Prêmio Internacional Menéndez Pelayo; Prêmio Rosalía de Castro; Prêmio Cervantes. O seu pioneirismo como mulher intelectual ocorreu em vários campos, dos quais me apraz destacar o de primeira mulher presidente da Academia Brasileira de Letras, eleita em 1996.

Recebendo Nélida Pinon como embaixatriz da Literatura Ibero-americana entre nós, o Instituto de Relações Internacionais cumpre uma das missões mais promissoras da sua direção, que é aproximar pelo alto as instituições de cultura das mais respeitáveis do país, no caso, a Universidade de São Paulo e a Academia Brasileira de Letras. Por muito tempo distantes, hoje, porém, graças à clarividência dos seus mentores, vêm entrando em um regime de mútua colaboração, que a ambas enriquece. Assinalo, de passagem, que, ao ter sido honrado com a eleição de membro da Academia, fui na ocasião

instantaneamente perguntado por jornalistas da imprensa paulista sobre as razões de minha candidatura: senti um quê de estranheza na insistência dessa interrogação. Afinal, insinuavam, eram instituições que praticamente se ignoravam: respondi que precisamente a superação dessa distância fora um dos motivos da candidatura. Tive, nesses últimos anos, a alegria de ver professores da nossa universidade dando conferências na Academia e, por sua vez, não são poucos os acadêmicos que nos agradecem com sua participação em simpósios e congressos. O que está acontecendo hoje, aqui e agora, deve ser considerado um momento forte desse intercâmbio. Nélida Piñon é, por excelência, uma intelectual do diálogo, da viagem, da proposta, da aventura. Aventura no mundo do romance e, o que nem todos sabem, capaz de uma militância humanista de relevo.

Militância que começou na sua primeira estada em Nova York, em 71, quando se mostrou sensível aos movimentos de contestação que marcaram aquela década: acompanhou com simpatia o movimento feminista, os protestos estudantis e a onda pacifista que se ergueu contra a guerra do Vietnã. Sem nenhuma conotação partidária, ou seja, sem nenhum *parti pris* ideológico, Nélida participou em 85 do II Encontro dos Intelectuais pela Soberania dos Povos da América, realizado em Havana. E, em 87, esteve presente à comemoração dos 50 anos do I Congresso Antifascista, que fora organizado durante a período mais dramático da Guerra Civil Espanhola. Em 1995, participou do Congresso Internacional sobre a Mulher em Pequim. E, se voltarmos os olhos para os percalços sofridos pela democracia brasileira, veremos Nélida Piñon colaborar na redação do primeiro documento da sociedade civil contra a ditadura, entregue, em 77, ao Ministério da Justiça.

A rigor, Nélida não escolhe entre as grandes lutas e as que podem parecer secundárias. Tudo o que é opressão e falsidade move e comove a sua fibra cidadã. Assisti recentemente a uma entrevista coletiva em que, como digna acadêmica da Casa de Machado de Assis, ela condenava sem meias palavras o atentado de “simplificação” da novela *O alienista*, de Machado de Assis,



reduzida a uma linguagem que, segundo a perpetradora do delito, seria mais acessível ao público juvenil. Aqui a indignação da escritora somou-se ao brio da cidadã, que respeita e quer ver respeitado o patrimônio cultural do nosso povo e de nossa língua.

São todos exemplos que distinguem o currículo da cidadã Nélida Piñon, e que certamente honrarão o período em que regerá as iniciativas da Cátedra José Bonifácio do Instituto de Relações Internacionais. A colheita (que presidiu ao nosso primeiro encontro) ainda não findou, porque ainda há muito o que semear, e a semeadora não pretende cessar os seus trabalhos de semeadura.

Nélida, neste momento em que é convidada a exercer sua missão intelectual na USP, aceite os parabéns duplos deste doravante seu colega nesta universidade e seu confrade na Casa de Machado de Assis. E em nome do Instituto de Relações Internacionais, aqui representado pelo seu diretor, o Prof. Pedro Dallari, receba o nosso muito obrigado por ter abraçado mais este projeto de alta política cultural.

Discurso de Posse na Academia Paulista de Letras

CELSO LAFER

Ocupante da
Cadeira 14
na Academia
Brasileira de
Letras.

— I —

Agradeço, em primeiro lugar, a expressiva generosidade com a qual os ilustres membros e caros amigos da Academia Paulista de Letras acolheram o meu nome para ocupar a cadeira n.º 23. Registro que é uma honra e uma responsabilidade suceder, na cadeira n.º 23, a Antônio Ermírio de Moraes — admirável figura humana que, com o vigor da sua personalidade e o poder da sua inteligência, deu densidade própria ao nosso país pela sua notável atuação nos múltiplos e diversificados campos da vida a que se dedicou, impulsionado por uma vocação de servir e trabalhar em favor do Brasil e dos brasileiros.

Agradeço o privilégio de ser saudado nesta solenidade pelo querido amigo, o decano desta Casa, Paulo Bomfim, que foi a primeira voz a patrocinar o meu nome para a cadeira n.º 23 e que também saudou o ingresso de Antônio Ermírio de Moraes na Academia Paulista de Letras com o sopro inspirador de uma fraternal sensibilidade.

* Proferido na APL em 21 de maio de 2015.

O lema do Barão do Rio Branco, o patrono da diplomacia brasileira, era em todo lugar lembrado da pátria. O lema de Paulo Bomfim é em todo lugar e em todo momento lembrado e tocado pela poesia. Por isso, para invocar o seu poema “Prece”, livrou-se “do demônio do tédio/dos infernos da rotina/do viver sem vocação” e nos livra, com o privilégio da sua presença e da sua companhia “do enxofre da subserviência/do purgatório da indiferença/do deserto do desamor”.

O dom da poesia é o poder de nomear. No seu percurso, Paulo Bomfim recorrentemente nomeia, pela criatividade da sua palavra, São Paulo – a São Paulo do tecido de suas lembranças, do simbolismo de sua memória mítica – penso em Armorial; do alcance irradiador de suas instituições como as Arca-das da Faculdade de Direito e esta Academia Paulista de Letras. São Paulo é a minha querência, e por esse motivo ser saudado na minha acolhida nesta Casa por quem a nomeia com tanto talento é motivo de grande alegria.

São Paulo abrigou, na década de 1890, os meus bisavós vindos da comunidade judaica da Lituânia. Assegurou aos meus avós o oxigênio da liberdade e os horizontes que se abriram para os imigrantes em nosso país. Gerou as oportunidades para que meus pais pudessem ter uma vida significativa de trabalho e realizações. São Paulo foi o ponto de partida da minha grei que, na passagem das gerações, superando os desafios da imigração e da necessidade, encontrou, ao enraizar-se no Brasil, um espaço para empreender e criar tantas coisas em tantas áreas na vida nacional.

Eu sou um fruto de São Paulo, um filho da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco e da sua tradição, na qual também se formou meu pai, da USP e do meio empresarial paulista, instruído na efervescência e no estímulo do ambiente intelectual do nosso Estado. Nele incluo Araraquara, onde minha mãe se criou, foi normalista, lecionou e trabalhou na Delegacia de Ensino do sistema público de educação paulista. A Araraquara de D. Gilda de Mello e Souza e de D. Ruth Cardoso, a Araraquara inspiradora da recorrente tela de recordações do nosso amigo e confrade Ignácio de Loyola Brandão, que a elas deu belo e acabado tratamento em *A altura e a largura do nada*. Estou integrado na continuidade no tempo do *ethos* regional paulista e, como pontua Gilberto

de Mello Kujawski neste sentido, atento ao respeito pelo passado e aberto às mudanças impostas pelo presente na perspectiva do futuro, conjugando pensamento e ação.

Existe um sentido instaurador no projeto paulista, como observou o querido Professor Miguel Reale, eminente membro desta Casa. Por isso as iniciativas geradas no correr dos tempos em nosso meio, observou ele, costumam ganhar amplitude nacional. Exemplifico lembrando Mário de Andrade, que integrou nessa Academia, para quem São Paulo representou um dos estímulos da sua criação poética, mas que foi, desde a Semana da Arte Moderna de 1922 até o seu falecimento em 1945, o grande intelectual voltado, com sentido de missão, para a renovação, que ecoa até nossos dias, das artes e do pensamento brasileiro. O tema da brasilidade permeia com abrangência a sua obra. Por isso foi um ser paulista impregnado da força e do sentido do nacional.



Faço estas observações para registrar que há uma dialética de mútua implicação e complementaridade em participar, tanto da Academia Brasileira de Letras quanto da Academia Paulista de Letras. É o caso de Miguel Reale, a quem sucedi na Academia Brasileira. É o caso de Fernando de Azevedo, antecessor de Miguel Reale e meu na cadeira n.º 14 da ABL, e que foi igualmente um antecessor de Antônio Ermírio de Moraes e agora meu na cadeira n.º 23 desta Casa.

É por essa razão que existem tanto grandes figuras do passado e do presente que integraram as duas Academias. Lembro, no presente, a aura desta admirável criadora que é Lygia Fagundes Telles, que vem desvendando o mar oculto da ficção, e cuja obra de alcance nacional e internacional tem, no meio paulista, um dos estímulos dos seus contos e romances. Entre as numerosas e eminentes figuras do passado, vou apenas recordar Vicente de Carvalho, não apenas pelos seus méritos, mas por uma razão de natureza pessoal. Era poeta de predileção dos meus pais — Betty e A. Jacob Lafer —, o que me permite invocar a memória dos dois, que sempre afetuosamente me apoiaram e a quem devo o que sou e que teriam muita satisfação com minha posse na Academia Paulista de Letras.

— II —

A cadeira n.º 23 tem como membros fundadores Monsenhor Manfredo Leite e como patrono Monsenhor Manoel Vicente, dois religiosos que se notabilizaram como eloquentes oradores, seguramente porque seguindo o ensinamento do pe. Antônio Vieira pregaram “o seu e não o alheio”. “A pessoa, a ciência, a matéria, o estilo e a voz” são as características identificadoras do sucesso de um orador, como explicita o “imperador da língua portuguesa” no *Sermão da Sexagésima*. O testemunho dos que conheceram e ouviram Monsenhor Manfredo Leite destacam que tinha as qualidades apontadas pelo pe. Antônio Vieira. Possuía “os recursos naturais para se comunicar com os seus ouvintes e influir sobre eles”, como realçou Fernando de Azevedo, seu sucessor na cadeira n.º 23, em seu discurso de posse nesta Casa em 24 de setembro de 1969.

“A religiosidade foi um traço marcante da personalidade de Antônio Ermírio de Moraes”, como aponta nosso confrade José Pastore na sua admirável biografia do meu antecessor, ao esmiuçar seu catolicismo. A religiosidade é o que o vincula ao patrono e ao membro fundador da cadeira n.º 23. Antônio Ermírio dizia, como pontua José Pastore: “Não adianta querer descobrir os planos de Deus. Melhor fazem os que procuram aprender com eles.” Foi o que ele fez com alto sentido de solidariedade nas obras sociais a que se dedicou, em consonância com a sua maneira de ser. Pregou, assim, na sua vida, o “*semen suum*” e não o alheio, como recomendava o pe. Antônio Vieira.

Fernando de Azevedo, a quem conheci pessoalmente e admiro pela sua obra e atuação, foi o sucessor de Monsenhor Manfredo Leite. Entre as muitas vertentes da sua trajetória – entre elas a de ter sido, com Júlio de Mesquita Filho, que foi membro desta Casa, um dos que conceberam e fundaram a USP, a minha *alma mater* – destaco o alcance do seu papel como educador. Para Fernando de Azevedo, a educação devia estar a serviço de um projeto de reconstrução nacional, voltado para a transformação do Brasil pela escola para todos, como caminho para a necessária e efetiva democratização do nosso país. Daí a importância que atribuiu ao ensino primário, secundário e técnico

para o povo, como via para lidar com a injustiça e as desigualdades da sociedade brasileira. A profundidade da sua visão foi um desdobramento de quem, em sua *Sociologia educacional*, estudou com originalidade os fatos educacionais como fatos sociais e que no seu livro *A cultura brasileira* tratou a educação como força explicativa da trajetória histórica do Brasil.

Fernando de Azevedo foi um homem de pensamento e um homem de ação, e seu percurso em prol da educação é o que o aproxima de Antônio Ermírio, que sempre lutou para melhorar o nosso ensino. O Presidente Fernando Henrique relata que um tema recorrente de suas conversas com Antônio Ermírio era a compartilhada angústia com os problemas da educação no Brasil.

Na sua peça *Acorda Brasil*, Antônio Ermírio encontrou um meio de discutir a calamidade nacional da educação em nosso país, lastreado na bem-sucedida experiência, que respaldou, da educação musical voltada para redimir a juventude da favela de Heliópolis, como relata José Pastore na sua biografia.

Meu mestre, Antônio Cândido, escrevendo sobre a personalidade de Fernando de Azevedo, de quem foi colaborador e amigo próximo, apontou que tinha “uma vontade firme” e que “nunca recusou as tarefas trazidas pelo senso do dever, que nele era em grande parte discernimento das necessidades coletivas”. A vontade firme e o senso do dever são traços que o aproximam da maneira de ser de Antônio Ermírio de Moraes.

Lycurgo de Santos Filho sucedeu a Fernando de Azevedo e tomou posse na cadeira n.º 23, tendo sido saudado por José Carlos de Ataliba Nogueira, meu professor em 1960, no primeiro ano do curso, na Faculdade de Direito da USP. Foi neste ano que me tornei irmão do confrade Tércio Sampaio Ferraz Jr., com o qual, na aristotélica igualdade de estima recíproca, venho, desde aquela época, discutindo os grandes temas do Direito e da Justiça. Temas que procuramos, subsequentemente, e em conjunto fraternalmente aprofundar nas décadas de magistério nas Arcadas, como professores do Departamento de Filosofia e Teoria Geral do Direito.

Antônio Ermírio, no seu discurso de posse, assinalou suas afinidades com seu antecessor, destacando a proximidade de um médico de quem, como ele, dedicou-se à Cruz Vermelha, à Cruz Verde e, em seguida, empenhadamente,

durante décadas, à Beneficência Portuguesa. Antônio Ermírio, na Beneficência Portuguesa, cuidou com desvelada atenção dos problemas administrativos de um grande Hospital que, em sua gestão, ampliou sua abrangência e eficácia, transformando-se num centro de excelência médica graças ao aprofundado conhecimento que tinha dos problemas de saúde e do seu interesse pela Medicina. Por isso, soube apreciar os dois volumes da *História da Medicina no Brasil*, do seu antecessor, e realçar o “seu extraordinário senso de observação e identificação de particularidades” da Medicina no Brasil, assim como apontou o “minucioso estudo sobre a origem e a evolução das Santas Casas de Misericórdia”. É sabida, como relata José Pastore, a importância que Antônio Ermírio atribuía aos problemas de saúde em nosso país e da prioridade que conferia ao atendimento dos mais necessitados, tendo mantido a Beneficência na rede do SUS, como destacou José Serra. Buscou ir além do exemplo da sua atuação por meio do alcance da sua peça *SOS Brasil*, que nasceu, como disse, da realidade vivida do cotidiano de suas observações em 37 anos de serviços prestados à nossa comunidade.

— III —

Explorei pontos de contato entre Antônio Ermírio e seus antecessores na cadeira n.º 23. Deste modo fui tecendo uma malha de relações e equivalências para não só cuidar da memória, que é a sede da alma como dizia Sto. Agostinho, da cadeira n.º 23, e da APL, mas igualmente nesta tessitura ir antecipando facetas da personalidade e da obra de Antônio Ermírio. É o que agora me ajudará a dar um foco mais preciso ao específico da sua identidade.

Emerson, em *Representative Men*, caracterizou-os como construtores dos mapas que ampliam as latitudes e longitudes da nossa condição, enriquecendo-nos a todos deste modo. Antônio Ermírio é paradigma de uma figura representativa. Definiu, no percurso de sua vida, novas latitudes e longitudes para o mapa do nosso país. O livro de 2008, organizado pelos confrades Gabriel Chalita e José Pastore, *80 olhares nos 80 anos de Antônio Ermírio*, na diversidade dos seus autores e no pluralismo de suas perspectivas, ilustra esta dimensão representativa do meu antecessor nos múltiplos campos da vida a que se dedicou.

Na construção destes mapas Antônio Ermírio foi muito bem servido pela sua condição de engenheiro e empreendedor. Foi a partir desta condição que deu profundidade e abrangência ao legado de realizações da sua família, elevando o patamar de uma herança de múltiplos significados – econômico, social, político – pelo qual assumiu a responsabilidade de honrar e dar continuidade, com alto sentido de dever.



O engenheiro tem a vocação do concreto e seus conhecimentos estão a serviço de realizações singulares. Esta pode ser uma obra de arte, como lembrou no seu discurso de posse, nesta Casa, ao destacar que foi o engenheiro Euclides da Cunha, autor que ele muito admirava, que escreveu *Os sertões*, edifício maior da literatura brasileira. Usualmente, no entanto, o engenheiro tende a uma realização material no âmbito de um espaço de limitações, valendo-se dos seus conceitos e instrumentos para elaborar uma solução concreta de problemas. A condição de engenheiro formado na Escola de Minas do Colorado, nos EUA, operacionalizou em Antônio Ermírio o empreendedor com qualidades schumpeterianas, dotado da visão de projetos difíceis, mas possíveis, com capacidade de assumir riscos e o indispensável poder de convicção e convocação para mobilizar recursos e pessoas, a fim de levá-los a bom termo.

Foi deste modo que Antônio Ermírio levou a bom termo a consolidação da Cia. Brasileira de Alumínio – a CBA, a menina dos seus olhos no complexo Votorantim. Registro, com base na minha própria experiência no mundo da indústria e no conhecimento do papel do alumínio nas cadeias de produção da economia brasileira, que este foi um empreendimento da maior envergadura e de largo alcance. Antônio Ermírio conferiu a esta empresa de controle familiar patamar próprio. Seguiu, neste sentido, com talento e perseverança, a lição de seu pai, José Ermírio de Moraes, grande liderança do processo de industrialização do Brasil, que identificou nas matérias-primas nacionais os caminhos para os rumos industriais do Grupo.

De maneira análoga, no âmbito das atividades sociais, teve, como já mencionei, um papel estratégico na expansão e modernização da Beneficência

Portuguesa, criando um novo patamar de excelência para um Hospital que tinha sido presidido pelo seu avô Antônio Pereira Ignácio e, subsequentemente, por seu pai, José Ermírio de Moraes.

Foi no contexto empresarial que inicialmente conheci Antônio Ermírio por meio de meu pai, A. Jacob Lafer, que por ele tinha o melhor apreço, prezando a sua determinação, a sua dedicação ao trabalho e o seu gosto para tarefas difíceis, que também eram características do seu modo de ser.

Nosso confrade José Pastore, no seu livro, ilustra o modo pelo qual Antônio Ermírio conduzia o seu cotidiano de trabalho. Por isso, quero ilustrar um exemplo desta faceta com um episódio que acompanhei como jovem colaborador de meu pai. Votorantim e Klabin associaram-se para, em parceria, fundar, na década de 1930, a Cia. Nitroquímica Brasileira. Subsequentemente, na década de 60, desfizeram, por mútuo acordo, a sociedade, por conta dos rumos próprios da natureza industrial de cada um dos grupos, como relata nosso confrade Jorge Caldeira no seu livro *Votorantim 90 anos*. No rescaldo desta negociação, ficaram pendentes terrenos que pertenciam, em condomínio, às duas empresas. Antônio Ermírio e meu pai assumiram a responsabilidade de equacionar o assunto. Meu pai telefonou para Antônio Ermírio às 6h:30 da manhã para tratar da questão. No dia seguinte, Antônio Ermírio telefonou para meu pai às 6h:30 da manhã para retomar a questão, encontrando-o, como era seu hábito, no escritório. No terceiro dia, nestas horas matutinas, reuniram-se e, com idêntico gosto pelo trabalho, pleno domínio do assunto e gosto em dar solução para problemas, resolveram a pendência na fraternidade de espíritos que madrugam para cumprir as suas tarefas.

Numa digressão sobre a palavra *empreendedor*, Carlos Fuentes observou que aponta para a resolução de iniciar e fazer, indicando que isto frequentemente diz respeito à obra que inclui obstáculos e perigos. O empreender não se circunscreve ao campo da produção. Com efeito, é uma dimensão inerente à capacidade humana de criar coisas novas, associando pensamento e vontade. É uma vertente do *initium* e dos seus desdobramentos, de que trata Hannah Arendt na sua reflexão.

Antônio Ermírio, no seu percurso, deu início a coisas novas, alargando latitudes e longitudes que foram além dos indiscutíveis méritos da sua atuação no campo da produção e das atividades sociais. Foi o que o tornou representativo em outras esferas da vida brasileira, nas quais empreendeu e lidou com assuntos difíceis, trabalhosos e meritórios. No alargamento do seu escopo de atuação, seguiu a estratégia do seu temperamento e da sua personalidade, valendo-se das virtudes da coragem e da generosidade que eram constitutivas do seu ser.

A coragem é o sentimento das suas próprias forças na definição de Montesquieu. É a virtude que nos permite, com firmeza, afrontar os perigos e suportar os trabalhos na lição de Cícero, e assim se contrapor ao “cauteloso pouco a pouco” registrado no verso de Mário de Andrade. A generosidade passa pelo coração e transita pela solidariedade. Tem em comum com a coragem, como lembra Comte-Sponville, a íntegra firmeza do Ser e de sua Alma, que orienta a norma da vida correta, para recorrer a Spinoza.

Foi no exercício dessas virtudes que se inseriu e se conduziu no espaço público da palavra e da ação. Participou da elaboração e assinou, em 1978, o *Documento dos oito*, o significativo manifesto dos empresários em prol da abertura política, marco do processo de redemocratização – matéria que acompanhei mais de perto porque dele foi signatário e também inspirador nosso confrade José Mindlin que, como Antônio Ermírio, nunca se sentiu à vontade e nunca aceitou o desrespeito aos direitos humanos na vigência do regime de 1964.

Foi um dos primeiros empresários a levantar a bandeira das Diretas Já e, como relata nosso confrade José Pastore, mergulhou de cabeça nesta grande campanha cívico-política, percorrendo todo o Brasil, atento ao valor da liberdade e consciente que ordem sem liberdade é ditadura, e que esta era prejudicial ao desenvolvimento do Brasil. Apoiou a candidatura e vibrou com a eleição de Tancredo Neves, considerando-a, ainda que indireta, como o primeiro passo da redemocratização do Brasil.

Candidatou-se, em 1986, ao governo do Estado de São Paulo. As vicissitudes e dificuldades da sua campanha foram admiravelmente relatadas por José Pastore, que foi seu colaborador nesta empreitada, destacando que a ela levou

seu estilo de homem prático, que, ao enunciar um objeto, sempre explicitava o modo de alcançá-lo, destoando do estilo dos políticos, que costumavam prometer muito e fazer pouco. Confrontou-se, no processo eleitoral, com a “matéria bruta” da política a que se referiu Norberto Bobbio em *O Futuro da Democracia*.

Uma das expressões desta “matéria bruta” é a desqualificação, procedimento por meio do qual, numa confrontação, se busca deliberadamente minar a integridade e a legitimidade do adversário. Visa-se, com isso, provocar para machucar. Antônio Ermírio, na sua campanha, enfrentou a “asfixia de rótulos”, que Paulo Bomfim nomeia em *Prece*, de “mau patrão”. Por isso, o seu maior sofrimento, o sofrimento de um homem de bem, não foi perder as eleições, mas sim, no processo eleitoral, como sublinha José Pastore, “assistir de mãos atadas, à destruição da sua imagem de empreendedor, criador de empregos e parceiro de obras sociais”.

A dura experiência da sua campanha fez Antônio Ermírio deixar de lado a opção de participar pessoalmente da vida pública pelos caminhos do processo eleitoral. Encontrou, no entanto, um outro meio de exercer a cidadania, mais compatível com a sua maneira de ser, que foi o de atuar como intelectual público. Durante 17 anos seguidos assumiu, a convite de Octávio Frias, que o admirava, como relata Otávio Frias Filho no seu texto para *80 olhares nos 80 anos de Antônio Ermírio de Moraes*, a responsabilidade de uma coluna dominical da *Folha de S.Paulo*. Nela empenhou-se, com a seriedade que dedicava a tudo o que fazia e sem deixar de lado as suas outras e trabalhosas atividades na Votorantim e na Beneficência Portuguesa. Contribuiu semanalmente para o debate dos problemas nacionais de modo construtivo. Valeu-se do exercício da liberdade de opinião e por meio do “uso público da razão” de que falava Kant, batalhou para um Brasil melhor, mais afinado com a sinceridade de suas aspirações cívicas.

Antônio Ermírio, tratando da gênese de sua peça *Brasil S.A.* registrou que o escrever a sua coluna para a *Folha*, nele despertou o gosto de jogar com a razão e as palavras. Também se deu conta, em função da sua candidatura ao governo de São Paulo, que a política tem muito de teatro e que se o *script* precisa ser

bom e a interpretação é decisiva. Caminhou, assim, para sua incursão na dramaturgia, nela vendo uma outra maneira de discutir, por meio de suas peças e das suas encenações, os problemas do país. Dedicou-se, como narra José Pastore, às leituras de peças e das técnicas de redação teatral e aproximou-se, com humildade, da gente do teatro para aprender o ofício. Entre eles, o nosso confrade Juca de Oliveira.

As três peças de Antônio Ermírio tiveram como estímulo, de maneira coerente com seu percurso, três temas recorrentes da sua pauta de preocupações. *Brasil S.A.* é uma crítica à especulação financeira. Provém da sua confiança na indústria como alavanca do desenvolvimento nacional e do seu apreço pelos que investem na produção. *S.O.S. Brasil* tem como tema, como já mencionei, a precariedade dos serviços de saúde em nosso país, que ele conhecia “de dentro” e não “de fora”, em função da sua experiência na Beneficência. *Acorda Brasil* tem a sua raiz, como já lembrei, no drama da deterioração do ensino.

Nas suas três peças, que são representativas de um teatro de tese, Antônio Ermírio verbalizou a força dos seus sentimentos. Na tradição que, na nossa língua, remonta ao teatro de Gil Vicente, elaborou tipos e não personagens complexos como os do romance, para alcançar, pela simplificação, com eficácia, o espectador, sem deixar de lado, no entanto, por isso mesmo, as suas características de indivíduos vivos com suas emoções, visões e interesses. Apresenta os traços distintos e contrastantes de seus tipos, destacando seus vínculos com uma sociopsicologia que observou no ambiente brasileiro. Buscou, assim, dar uma abrangência de outra natureza, distinta de suas intervenções no espaço público, à sua palavra e à sua mensagem.

No plano pessoal, o teatro abriu para Antônio Ermírio, como relata José Pastore com a sensibilidade de amigo, o mundo das emoções, para o qual também contribuiu um contato mais próximo com a gente de teatro. Deu acabado alargamento a uma personalidade austera, com a vocação da disciplina do trabalho,



generosa, com um arraigado sentimento de família e que teve a ventura de ter, no correr dos anos, na sua mulher e extraordinária companheira de vida, Maria Regina, o grande e constante amor de sua vida.

A doença dos últimos anos foi afastando Antônio Ermírio da *vita activa* – tirou-lhe a capacidade de caminhar e de acompanhar o cotidiano. Morreu, como no poema de Augusto Frederico Schmidt, “como quem parte lentamente/Vendo o mundo perder-se pouco a pouco/E com o mundo as imagens da memória”. Mas morreu, como procurei indicar na articulação das grandes trilhas do seu percurso, “levando a vida já vivida!”, morreu, para concluir com a voz do poeta, “maduro e não qual fruto verde/por violência dos galhos arrancado”, como um ser que foi sensível e aberto às múltiplas dimensões do pulsar da vida.

Posse de Antônio Torres na Academia de Letras da Bahia

ANTÔNIO TORRES

Ocupante da
Cadeira 23
na Academia
Brasileira de
Letras.

É inenarrável a honra de ser aceito nesta Academia, que, desde o ano de 1917, reúne o que há de mais expressivo na cultura do nosso Estado, e cujos antecedentes históricos datam do século XVIII, no Brasil Colônia. Já naquela época, houve aqui em Salvador duas tentativas de dotar o país de uma entidade capaz de congregar os seus ainda incipientes interesses literários. A primeira se chamou Academia dos Esquecidos. A segunda, Academia dos Renascidos.

Passos adiante, já no século XIX, outra iniciativa do gênero leva ao que é considerado o prelúdio desta Academia de Letras. Foi quando o então futuro Barão de Macaúbas fundou o Instituto Literário da Bahia. Passou-se isto no ano de 1845.

Em 1911, Almachio Diniz funda a Academia Baiana de Letras que, como as anteriores, não prosperou. Mais tarde, juntamente com Rui Barbosa, Severino Vieira, Egas Muniz Barreto de Aragão, Antônio Alexandre Borges dos Reis e Felinto Bastos, Almachio viria

* Proferido na ALB em 21 de maio de 2015.

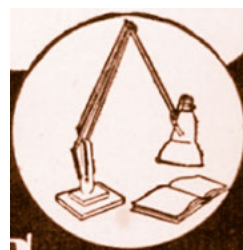
a tornar-se membro-fundador de uma nova e definitiva entidade, idealizada e organizada pelo engenheiro Arlindo Fragoso, o mesmo criador do Instituto Politécnico.

Foi assim que nasceu a Academia de Letras da Bahia, à qual, quase um século depois, este velho escriba chega, trazendo a sua gratidão pela generosidade do acolhimento nesta Casa de tantos amigos, e na sucessão de outro, o saudoso João Ubaldo Ribeiro – por extenso, João Ubaldo Osório Pimentel Ribeiro –, o brilhante romancista de *Sargento Getúlio* e *Viva o povo brasileiro*, só para citar os seus títulos mais aclamados, e que nos legou também uma vasta produção de pequenas joias em crônicas e contos – como uma obra-prima do gênero, *Era diferente o dia de matar o porco*, selecionado pelo escritor Valdomiro Santana para uma das melhores antologias de contistas baianos já publicadas.

Nascido em Itaparica em 23 de janeiro de 1941, filho primogênito de Maria Felipa Osório Pimentel e Manoel Ribeiro, João Ubaldo viria a fazer da sua ilha um cenário de “navegação infinita pela palavra”, no dizer daquela que com mais afinco e propriedade se tem dedicado ao estudo de sua obra, a doutora em Letras Rita Olivieri-Godet, titular de Literatura Brasileira na Universidade de Rennes, na França. A bem dizer, João Ubaldo dispensaria encômios protocolares, tão grande, forte e justo foi o reconhecimento que granjeou em vida, e que certamente perdurará pela nossa história literária afora.

Sim, todos conhecemos a sua trajetória – que é, aliás, a de um raro escritor a conseguir, em tempos de triunfo das nulidades fugazes –, se impor sem concessões mercadológicas, e de forma duradoura. Fabulosa, em todos os sentidos, sua obra é uma monumental contribuição à Literatura Brasileira, ao mesmo tempo enriquecedora da última flor do Lácio, que ele tornou mais culta e ainda mais bela, em várias edições, merecedoras de numerosas traduções, premiações – entre elas a maior láurea da lusofonia, o Prêmio Camões –, teses acadêmicas, livros e livros a mãos-cheias, como os da já citada Rita Olivieri-Godet, *Construções identitárias na obra de João Ubaldo Ribeiro* e *Viva o povo brasileiro – a ficção de uma nação plural*, adaptações para o cinema, a televisão, o teatro e, até, enredo de escola de samba.

Sucessor de Cláudio Veiga, a quem, no seu discurso de posse, em cerimônia aqui realizada na noite de 22 de novembro de 1912, louvou como “um homem de letras por excelência e um apaixonado pelo que ensinava”, João Ubaldo Ribeiro foi, nesta Academia, o quinto ocupante da Cadeira número 9, cujo patrono é Antônio Ferreira França, nascido em Salvador, em 1771, e falecido em 1848, quando a Bahia lhe demonstrou um apreço incomum, ao comparecer em peso ao seu funeral, tornado um acontecimento extraordinário. Médico e professor de aritmética, álgebra e geometria no Colégio da Companhia de Jesus, Antônio Ferreira França contribuiu para o alto grau do ensino a que tinham acesso os jovens baianos daquele tempo. Ministrou Aulas Régias no Liceu Provincial e na Faculdade de Medicina, e foi interlocutor de um discípulo e cliente, o escritor Caetano Lopes de Moura, que ajudou a se curar de uma pleurisia. Assim que se recuperou dessa grave doença, Caetano Moura partiu para a Europa, onde teve uma existência romanesca e de aventuras. Soldado e biógrafo de Napoleão, ele escreveu e publicou seus livros na França. Mesmo considerado por Sílvia Romero “um dos nossos notáveis prosadores”, a crônica literária passou uma esponja em seu nome, como registrou Cláudio Veiga aqui, em seu discurso de posse, com a autoridade de autor de uma biografia desse hoje esquecido escritor baiano.



Coube a um descendente do mestre e médico de Caetano Moura ser o fundador da Cadeira a que terei assento nesta egrégia Casa, como o seu sexto ocupante. O primeiro a ocupá-la, portanto, foi José Alfredo de Campos França, figura de grande projeção na sociedade baiana do começo do século XX. Nascido em 19 de março de 1865, Campos França bacharelou-se em Direito em 1894. Ainda estudante, tornou-se adjunto de Psicologia na antiga Escola Normal, onde, em 1905, viria a ser catedrático de História do Brasil. Antes disso, em 1897, conseguira, por concurso, ser nomeado professor substituto na Faculdade de Direito, na qual, em 1899, é promovido a catedrático de Direito Internacional, sendo, no ano seguinte, transferido para a cátedra de Direito Civil.

Paralelamente às suas atividades no magistério, José Alfredo de Campos França desenvolvia intensa carreira política, que começou como deputado estadual, cargo que exerceu de 1895 a 1904. Em 1905, teve a desdita de ser vitimado por uma hemiplegia, que afetou o seu lado direito. Mas não se deixou derrotar pela paralisia, mantendo-se em cena bravamente, em dois mandatos no Senado Estadual – surgido com a Proclamação da República e extinto com a Revolução de 1930 –, e outro na Câmara Federal. Em resumo: foi com o seu saber jurídico e a sua bagagem parlamentar que Campos França, considerado por Rui Barbosa uma das mais eminentes figuras do seu tempo, chegou à Academia de Letras da Bahia. Ele faleceu em 1923, sendo aqui sucedido pelo também catedrático na Faculdade de Direito Edgar Ribeiro Sanches, descrito por Demóstenes Madureira de Pinho como um homem de pensamento, e de excepcional cultura, cuja capacidade de transmitir conhecimentos e de escarvar a inteligência do discípulo fazia dele um modelo de mestre, cujas lições não terminavam nas aulas, mas continuavam nas conversas, nos encontros casuais, nas palestras improvisadas.

Nascido em Salvador no ano de 1891, Edgar Raggio Ribeiro Sanches era tido como um orador sensível à magia do estilo, cujos discursos entusiasmavam os jovens. O que certamente o deixava empolgado, como no trecho de um deles, que cito:

Falar à mocidade é, sem dúvida, uma das maiores alegrias do homem. Dizer aos que vieram depois de nós a lição da nossa experiência é mister dos mais gratos ao coração. Clamar aos ouvidos inexperientes dos que estão a subir a mais bela vertente da vida, os que estão a galgar os cimos alagados da claridade do ideal, os ensinamentos que recolhemos no curso da nossa própria existência é este um dos mais nobres labores.

Tão eloquente tribuno haveria de ser levado pela política à então capital do país, o Rio de Janeiro, onde, na década de 1930, representaria a Bahia na Câmara Federal. Na Constituinte de 1933, compôs a bancada baiana com os deputados José Joaquim Seabra, Marcos dos Reis, Medeiros Neto e os membros

desta Academia Magalhães Neto, Aloísio de Carvalho Filho e Homero Pires. Entre os seus destaques parlamentares figura um discurso polêmico proferido na véspera da Semana Santa de 1934, quando, a propósito da referência ao nome de Deus no preâmbulo da Constituição, emitiu conceitos condizentes com a sua condição de incrêu, o que resultou em muitos apartes. E pior: sua oração não foi transcrita nos anais da Constituinte. Também não teria sido bem-aceito um estudo que escrevera como parecer a um projeto legislativo que mandava dar ao idioma falado no Brasil a denominação de *língua brasileira*, que, ao contrário do livro de Luís Vianna Filho – *A língua no Brasil* –, e um trabalho de Artur Neiva sobre o mesmo assunto – *Estudos de Língua Nacional* –, não viria a merecer dos especialistas referências favoráveis.

Edgar Raggio Ribeiro Sanches faleceu no Rio de Janeiro em 1974. Foi sucedido nesta Casa pelo cientista social e humanista Antônio Luiz Machado Neto, mestre da Filosofia do Direito e da Sociologia, disciplinas que o tornaram um nome nacional.

Nascido em Salvador em 1930, Machado Neto teve uma existência breve, mas plena de realizações. Professor da Universidade Federal da Bahia, e da Universidade de Brasília (entre os anos de 1962 e 1965), destacou-se no cenário cultural baiano por sua intensa atividade de pesquisador e escritor. Suas pesquisas científicas e análises da vida intelectual renderam-lhe inúmeros livros, artigos em jornais e revistas de ciência e cultura nacionais e estrangeiras, participação em congressos no Brasil e no exterior. Era Machado Neto ainda um estudante de 22 anos quando publicou o seu primeiro livro, *Dois aspectos da Sociologia do Conhecimento*, tido e havido como uma das primeiras contribuições brasileiras a esse novo setor da Sociologia. E até aos 28 anos publicaria mais quatro títulos: *Marx e Mannhein*, *Sociedade e Direito na perspectiva da razão vital*, *Para uma Sociologia do Direito Natural*, e *Filosofia da Filosofia – Introdução problemática da Filosofia*. E não parou por aí.

Sua produção foi extensa, chegando a cerca de 30 livros, entre os quais se inclui a sua tese apresentada para o concurso de Titular de Sociologia, intitulada *Estrutura Social na República das Letras*. Outro seu legado aos interessados na nossa história literária é o ensaio *A Bahia intelectual (1900-1930)*.

Pensador moderno, Machado Neto era avesso aos exercícios estilísticos, que chamava de “ouropéis da erudição retórica”, contra o que se insurgiu até em seu discurso de posse nesta Academia, em 31 de maio de 1973, quando o acadêmico José Calasans Brandão da Silva fez-lhe as honras da Casa. Aqui, teve como sucessor Cláudio de Andrade Veiga, que foi recebido por Hélio Simões em 18 de maio de 1978.

Doutor em Letras e Professor Emérito da Universidade Federal da Bahia, Cláudio Veiga nasceu em Salvador no dia 28 de maio de 1927. Ele estudou na Sorbonne e no Instituto de Filologia de Estrasburgo, aperfeiçoando-se em Língua e Literatura Francesas, às quais dedicou boa parte de sua obra, vindo a publicar uma antologia bilíngue de poesia, muito bem recebida em Paris por consagrados escritores como Maurice Druon e Jean d’ Ormesson, o mesmo Jean d’ Ormesson que é hoje, aos 88 anos, o decano da Academia Francesa, e uma celebridade no mundo das letras em seu país. Do interesse francófono de Cláudio Veiga, destaca-se ainda o seu livro *Um brasilianista francês*, cuja primeira parte é dedicada a Philéas Lebesgue, que no começo do século XX foi o principal divulgador da Literatura Brasileira na França. Lebesgue se correspondia com nossos escritores, de norte a sul, traduzia poetas (Manuel Bandeira, Guilherme de Almeida e Mário de Andrade, por exemplo), e ficcionistas como José de Alencar, Coelho Neto e o baiano Xavier Marques.

É bem alentado o currículo do quarto ocupante da Cadeira número 9, tanto pela sua produção literária quanto pelas funções que exerceu, a saber: diretor do Instituto de Letras da UFBa, substituto eventual do reitor daquela instituição, presidente da Associação Brasileira dos Professores Universitários de Francês, membro do Conselho Estadual de Cultura, membro desta Academia de Letras, que presidiu por 26 anos seguidos. Igualmente dignos de nota são os títulos honoríficos que recebeu, na França, em Portugal e Bahia, onde, por duas vezes, lhe foi conferida a Ordem do Mérito, como Comendador e Grande Oficial.

Agraciado pela Academia Francesa com o Grand Prix de Rayonnement de la Langue Française, Cláudio Veiga recebeu também o Troféu Francisco Igreja, da União Brasileira de Escritores, e o Prêmio Nacional de Ensaio, da Academia Brasileira de Letras.

Sua rica bibliografia inclui trabalhos como *Castro Alves guia da catedral*, *Sete tons de uma poesia maior* – um ensaio sobre o simbolista Arthur de Salles –, e *Poetas e prosadores na Bahia*, aos quais se somam suas contribuições aos estudos de Literatura Comparada, de que o livro *Camões e Ronsard* é um bom exemplo.

Uma parte significativa do que Cláudio Veiga escreveu teve acolhida em editoras do eixo Rio-São Paulo, como Record, Tempo Brasileiro, Topbooks, Ática e FTD, despertando as atenções de críticos importantes, como Afrânio Coutinho – que o chamava de mestre –, e Wilson Martins – que louvou sua extraordinária e sólida cultura humanística.

“Sua obra, não pequena, permanece importante e atual”, lembrou João Ubaldo Ribeiro, ao ser empossado aqui, na já referida noite de 22 de novembro de 2012, quando foi recebido pelo Acadêmico Joaci Góes. “À frente desta Academia, Cláudio Veiga foi um trabalhador infatigável e devotado, que deixou um legado talvez inestimável”, frisou Ubaldo.

Com a morte de Jorge Calmon, de quem era muito amigo, em 18 de dezembro de 2006, Cláudio Veiga renunciou a seu último mandato, quando ainda faltavam dois anos para terminá-lo. Foi então substituído pelo vice-presidente, Edvaldo Boaventura. Reconduzido para uma nova gestão, Boaventura presidiu a renovação dos Estatutos, que limitou o mandato a dois anos, com apenas uma recondução, e retirou a exigência de se residir em Salvador para ser membro efetivo desta Casa.



Senhoras e Senhores,

Não poderia fechar este histórico das eminentes figuras que aqui me antecederam sem um preito àquele que me coube suceder.

Ele me chamava de compadre. Por um bom tempo convivemos entre bares e lares do Rio de Janeiro, e – às vezes tendo outro tipo inesquecível entre nós,

o gaúcho Moacyr Scliar —, participamos de algumas das mesas mais animadas da minha vida de palestrante. Três delas foram memoráveis: no Fórum de Ciência da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no Salão do Livro de Paris e na Feira do Livro de Frankfurt. Com o passar do tempo, nossos encontros foram rareando. Mas, de vez em quando, nos falávamos ao telefone, ou nos correspondíamos via internet. Na última vez que lhe escrevi, perguntei quando era que a gente ia se reencontrar, para dar umas boas risadas. Ele me respondeu que iria voltar a frequentar a Academia Brasileira de Letras para convivermos mais. Não demoraria a estar lá. Para ser pranteado.

Às 8 horas da manhã de 18 de julho de 2014, o telefone toca. Susto. Quem é o que poderia ser, tão cedo? Era uma repórter de uma rádio de São Paulo, que, mal diz “Bom-dia”, detona: “João Ubaldo Ribeiro acaba de morrer. O que o senhor tem a dizer sobre isso?” Não! Ele era quatro meses e dez dias mais novo do que eu. Tal infausto só podia ser uma injustiça divina. Ato contínuo, chamo um táxi e me ponho a correr para o velório, na Academia Brasileira de Letras, na qual ele ocupava a Cadeira 34 desde 8 de junho de 1994, quando ali foi recebido pelo também baiano Eduardo Portella, de cuja saudação pincei estas linhas precisas: “A obra de João Ubaldo recolheu os inúmeros tempos da nossa História e os reconstruiu. Juntou o passado ao futuro e deixou o presente perpassar esse interminável horizonte que vai e vem do mato ao mar.”

Agora, era da Casa de Machado de Assis que ele iria partir para a tal da última morada. De cara, avisto, vestida de preto e aos prantos, a moça de Birigui, no interior de São Paulo, que João Ubaldo conheceu na cidade de Natal, no Rio Grande do Norte, onde ela estava morando. Foi durante um encontro de escritores nordestinos, para o qual nós dois fomos convidados. “Fui testemunha ocular do começo de tudo”, eu disse a Berenice, ao abraçá-la. E aí vi os seus olhos contristados se iluminarem: “Menino, e eu não me lembro?”, ela me respondeu, entre lágrimas e risos. Naquele momento tão doloroso restou-me o consolo ter sido capaz de fazê-la sorrir.

Comove-me recordar ainda, aqui e agora, o último romance de João Ubaldo, *O albatroz azul*, que envolve três temas universais: vida, morte, renascimento.

Deslumbrante do título ao ponto final, *O albatroz azul* é uma pintura, pincelada por um texto sonoro, luminoso – sim, com a luminosidade da paradisíaca ilha de Itaparica –, num dos mais belos livros já escritos em língua portuguesa, e que proporciona um raro prazer estético e existencial.

Um trecho:

Velho como está, então lhe é possível lembrar tudo do instantinho em que nasceu. Foi menos que um relâmpago, foi uma faísca voadora que sumiu sem chegar a cintilar, uma fresta entreaberta e fechada simultaneamente, com nenhuma direção. Mas ele já viveu o bastante para estar seguro de que, naquela passagem, soube tudo – passado, presente e futuro, os três embolados, sem antes nem depois.

Saudades eternas, D. João I e único, no reino das letras deste mundo.

Morremos com os mortos.
Eles partem e com eles nos levam.
Nascemos com os mortos.
Eles retornam e consigo nos trazem.

Saudades de quem me recitou estes versos de T. S. Eliott ao telefone, na tarde de 23 de julho de 2006: aquele que, no Ginásio de Alagoinhas, me apresentou às obras de Jorge Amado, Graciliano Ramos e Monteiro Lobato. Seu nome: Carloman Carlos Borges, um professor de matemática e geografia que amava a Literatura, e que iria dedicar a maior parte de sua vida à Universidade Estadual de Feira de Santana. Ele, que já se foi, aqui retorna trazendo Jorge, Zélia, James, Calazans Neto, Hélio Pólvora, Guido Guerra, Consuelo Pondé de Sena, Sônia Coutinho, Marcos Santarrita, Ildázio Tavares, David Salles, Ariovaldo Matos – a quem muito devo, assim como ao hoje ilustre membro desta Academia, o poeta e ensaísta João Carlos Teixeira Gomes, o Pena de

Aço. Ari e Joca me adestraram na arte de escrever. Foi no *Jornal da Babia*, onde ingressei pelas mãos de seu dono, João da Costa Falcão, a pedido de um amigo dele de Alagoinhas, um militante comunista chamado Mário Alves. Antes que alguém aqui se benza dizendo “Comunista! Cruz-credo!”, vos direi: falo de um santo homem, o meu anjo da guarda, que me trouxe do interior para a capital, e que, mais do que um emprego, me arranhou um destino. Vestido com um terno branco, como se estivesse indo à missa, ele pagou a minha passagem de trem – um trem tão bonito que se chamava Martha Rocha –, o táxi da estação da Calçada à Praça Cayru e o bilhete do Elevador Lacerda, e, na Cidade Alta, marchamos a pé até o escritório de João Falcão, que de longe reconheceu a voz de quem chamava por ele. – É você, Mário? – João Falcão perguntou, lá de dentro. E logo fui entregue ao poderoso empresário, que, sem prescindir da companhia do seu amigo Mário Alves, me levou ao seu jornal, lá me deixando aos cuidados do ficcionista e dramaturgo Ariovaldo Matos, o editor-chefe, que, por sua vez, me passou ao poeta João Carlos Teixeira Gomes, o chefe da reportagem geral. Ari, Joca e mais outro poeta, Jeovah de Carvalho, chefe da reportagem policial, e o talentoso repórter Humberto Vieira da Cruz – um primo meu que, por incrível que pareça, só viria a conhecer naquela Redação –, me prepararam em pouco tempo para ir bater na porta do jornal *Última Hora*, de São Paulo, entrar e lá ficar, não sem, diga-se, a força de dois baianos, Carlos Coelho e Walfredo Girardi Reis.

Memória! Junte na sala do cérebro os inumeráveis bem-amados. Que de passados e presentes afetos esta noite se paramente, como quereria o poeta Vladimir Maiakovski, que parodio, sem-cerimônia. Portanto, Sra. Dona Memória, junte aqui Nerina e Zica Torres, os que me tiraram do cabo de uma enxada para estudar em Alagoinhas, a terra da laranja, onde, em tempo de luzes verdes e sonhos dourados, eu viria a fazer amigos para sempre, como Josival Vaz Fagundes, Kerdoval Macedo, Valdemar Arlego Paraguassu, Aristóteles Freitas Costa, a prima Maria Gesilda da Cruz, filha de Alzira, irmã de Giése, aos quais também muito devo. Assim como a Maria e Mário Gomes – os pais do poeta Goulart Gomes –, que me deram guarida em sua casa aos fundos do edifício número três da Rua João de Deus, no Pelourinho. Indo bem ao

fundo da memória, vejo aquela que me ensinou o beabá – Dona Durvalice, minha mãe, que aqui está, viva ela –, à qual se junta a professora Serafina, que, na sua escola risonha e franca, ensinava os meninos a cantar hinos e declamar poemas patrióticos. Já dona Teresa gostava mesmo era de uma boa prosa, que nos fazia ler em voz alta – “Verdes mares bravios da minha terra natal, onde canta a jandaia na fronde da carnaúba.”

Igualmente reverenciável é o poeta e Meritíssimo Juiz de Direito Eurico Alves Boaventura – primo do acadêmico Edivaldo Boaventura –, que chegou a Alagoinhas no ano de 1959, para ensinar uma cidade que dormitava *ouvindo estrelas* a ler a poesia moderna, da qual ele era amigo íntimo, a ponto de trocar versos com alguns de seus ícones, como Manuel Bandeira e Jorge de Lima.

Portanto, que esta noite se embriague de prosa, poesia e virtudes às glórias do passado, presente e futuro das letras e artes dessa terra que me deu régua e compasso – a mesma terra de Gil, Caetano, Gláuber, Geraldo del Rey, Caymmi, Othon Bastos, Capinan, Myriam Fraga, Florisvaldo Mattos, Ruy Espinheira Filho, Orlando Sena, Muniz Sodré, Tomzé, Carlos Pitta, Cajazeira, Aleilton Fonseca, Aramis Ribeiro Costa, Carlos Ribeiro, Luis Pimentel, Cyro de Mattos, Adeline Souza, Aninha Franco, Gláucia Lemos, Antônio Brasileiro, Rita Santana, Roberval Pereyr, Risério, Fernando da Rocha Peres, Paulo Costa Lima... tantos, tantos.

Por fim, mas não por último, celebro mais: os leitores, professores, estudantes, a imprensa em geral e a nossa crítica literária em particular, de José Olímpio da Rocha a Jorge de Souza Araújo, de Cid Seixas a Gerana Damulakis.

Muitíssimo obrigado, querida e imortal Bahia.



TERRA, madeiras de rua,
terra, 120 x 365 cm, 2011.



Agustina Bessa-Luís, Manoel de Oliveira, a arte cinematográfica e a memória: uma conversa inacabada

ANIELLO ANGELO AVELLA

Università degli
Studi di Roma
Tor Vergata.
Universidade do
Estado do Rio
de Janeiro.
Istituto Italiano
di Cultura di Rio
de Janeiro.

O título deste artigo alude, evidentemente, ao de um famoso filme realizado por João Botelho no ano de 1981: *Conversa acabada*. No caso da obra do cineasta, como é sabido, trata-se de um diálogo entre dois amigos, Pessoa e Sá-Carneiro, que só se cruzam uma vez na tela, sobre o fundo estilizado do Terreiro do Paço; a conversa se acaba quando um dos dois escolhe o suicídio. Fernando Pessoa não fala nada durante todo o filme, enquanto Sá-Carneiro pronuncia algumas frases e recita um poema em presença da sua amante, que não entende português: o escritor, pois, só existe de verdade pela palavra escrita.

Também é sabido que a crítica considera *Conversa acabada* um dos primeiros exemplos daquele fenômeno que surgiu em Portugal na esteira das obras de Manoel de Oliveira, a partir de *Amor de perdição*, e daquele que tem sido definido o (re) começo do grande Mestre em 1978. Característica comum a de Oliveira e a cineastas como João César Monteiro, José Álvaro de Moraes, Pedro Costa, João Mário

Grilo e ao próprio João Botelho é a presença nos filmes da literatura, com enquadramentos secos, com uma composição muito cuidada, uma montagem descarnada. E a falta de dinheiro, disse ainda João Botelho numa entrevista de 1996, quando de uma retrospectiva que lhe foi consagrada na cidade italiana de Bérghamo.

Quase 30 anos depois de *Conversa acabada*, o realizador adaptou para o *écran* o romance de Agustina Bessa-Luís, *A Corte do Norte* (1987). A adaptação é muito rigorosa quanto à fidelidade ao texto: apenas uma frase foi acrescentada pelo cineasta, o resto foi adaptado literalmente do romance e incluído no filme através de uma narradora, como se fosse a própria Agustina a contar a história de quatro gerações de mulheres, uma história que se desenrola ao longo de um século entre a Madeira e Lisboa e que tem por base a história verídica de uma mulher a qual, cansada da vida burguesa na ilha, simula o seu desaparecimento, criando um mistério que será resolvido por uma trineta já nos anos 1960.



É consenso comum entre críticos e leitores que Agustina dá a ver através da escrita, e que sua prosa possui uma plasticidade inata. A sua poética, marcada pela chamada “teoria do inacabado”, visa atingir o visual através da magia da palavra e suas características de sonoridade. É célebre a análise de Antônio José Saraiva que, ao falar da voz do narrador em Agustina, disse que “uma espécie de Deus a possui, do mesmo modo pela voz dos aedos gregos, segundo eles julgavam e diziam, falava uma sabedoria divina. Com isto, roçamos talvez algo de essencial em Agustina: a natureza musical que não está só no ritmo da frase, mas em toda a construção da narrativa, incluindo a presença do autor.”(Saraiva 1979: 216)

Cabe aqui citar as palavras de Ezra Pound, quando ele dizia que o milagre da arte acontece no instante em que se realiza a fusão perfeita de imagem, som e intelecto. No caso de Agustina, o intelecto trabalha para desvendar, melhor, tentar desvendar a profundidade da alma humana, sendo que, conforme dizia em seus *Contos impopulares*, “para o artista, para o psicólogo, não há alma

simples. A simplicidade é um aspecto superficial do complexo ou, então, a síntese duma estrutura difícil” (Bessa-Luís 2004: 53). A arte, que mergulha nos “poços” dos sentimentos em busca da “individualidade” com seus “valores”, seria, portanto, o mais nobre instrumento de um trabalho capaz de tornar acessível o que de outra forma ficaria em obscuro silêncio.

A busca dos “valores”, que Agustina considera uma das principais tarefas do artista, levanta o problema da legitimidade das imagens, por sua vez intimamente ligada à antiga questão do significado ou, em outras palavras, do que é “real”. A imagem, pois, é polimórfica, polissêmica, ambígua por natureza; ela tanto pode transmitir fetiches como símbolos, emblemas, signos; ela permeia a arte e o seu contrário; pode ser fixa ou em movimento, sendo literatura, pintura, cinema, televisão, fotografia etc. Em busca de “valores”, Agustina mergulha nos abismos do Ser e, através das imagens, cria uma linguagem “subterrânea”, “vulcânica”, em que mito e pré-história, misturados, são ainda natureza, uma natureza prestes a se tornar história ao alvorecer de uma civilização. Como escreve em *Joia de família*, ela está interessada em realizar um estudo capaz de dar luz ao que chama de “alma do acontecimento”; ao abordar este estudo, afirma, afundaremos na pré-história:

É nela que o ser humano assenta os pés e onde tem as suas raízes. De facto, o homem nunca deixou esse limiar da História em que se deu o primeiro passo da reflexão, passo que se distancia de maneira inexorável do prazer terrestre, da coabitação com as feras que se domam ou se matam, que são ao mesmo tempo úteis e condenadas. Essa mistura de ossos e peles fedorentas, de liberdade de sexo e de dominação cruel, de assaltos, violações, torturas, tudo o que faz a glória arcaica do homem. (Bessa-Luís 2001: 300)



O ato de escrever torna-se, sob esta óptica, uma espécie de escavação arqueológica dos sentimentos, na tentativa de alcançar a origem, a “alma do acontecimento”, a “verdade”, o “real”. Voltamos, portanto, à questão da imagem

e do que ela comunica. Ao adotar a “poética do inacabado”, com uso de uma linguagem fortemente marcada pela ambiguidade, a escritora revela alguns elementos básicos de sua epistemologia.

Já foi apontada pela crítica a presença de Wittgenstein na narrativa de Agustina, a qual concorda com o filósofo austríaco quando ele reconhece a multiplicidade da linguagem humana e a possibilidade de utilizações diferenciadas e convencionais do instrumento linguístico, com função de comunicação. Do ponto de vista do portador de uma cultura ligada à herança do pensamento dos filósofos da Itália meridional, aparecem em Agustina alguns traços, reelaborados, das reflexões do napolitano do século XVII Giambattista Vico, o autor da *Ciência nova*. Seu conceito de “universal fantástico”, de uma modernidade espantosa, abre o caminho a muitas reflexões atuais acerca da relação entre racionalidade filosófico-científica e mito; vários pensadores, hoje, admitem a existência e o valor epistemológico das imagens em função da investigação (seria o caso do *big bang*, por exemplo). O italiano Giulio Gioriello chegou a dizer em muitas ocasiões que a ciência tem desenvolvido capacidades evocativas muito próximas da narrativa.

Quando Agustina escreve, em *Joia de família*, que “Nem toda a técnica tem emprego na nossa vida” (Bessa-Luís 2001:241), e que “O corpo humano é a melhor forma da alma humana” (Bessa-Luís 2001:282), ela quer significar que racionalidade científica, pré-experiência e sentimento mítico coabitam e se alimentam mutuamente no “discurso do inacabado”.

No livro *As metamorfoses*, que contém textos de Agustina e ilustrações de Graça Morais, lemos:

As duas culturas que determinam a tessitura de todo são a invenção e a realidade. Incessantes metamorfoses tecem uma complexa tapeçaria de acontecimentos; todos os fenômenos do universo têm a sua posteridade assegurada sob formas continuamente modeladas até na sua corrupção. Ouçamos Musil atentamente: A linha de separação mágica que separa de ordinário as mais poderosas recordações da realidade é franqueada por subtis memórias (como os sonhos). (Bessa-Luís 2007: 15)

É importante sublinhar, na obra de Agustina, a presença de Musil, que conhecemos como escritor empenhado em busca da combinação de exatidão e paixão, de elementos emocionais e matemáticos. Ao artista, segundo ele, é confiada a missão de perscrutar com o rigor da ciência o obscuro espaço da alma, sendo que considera a poesia como a ciência do homem, uma ciência obrigada, portanto, a operar com uma série de variáveis e conexões, quase sempre imprevisíveis, para se tornar lei universal do episódico.

Percebe-se uma assonância – pelo menos no plano da deontologia de quem trabalha no campo da criação literária – entre a posição da escritora e a do autor de *Der Mensch ohne Eigenschaften*. Sem querer subestimar, é óbvio, a posição de quem estabelece uma relação de homologia entre Agustina e Marguerite Yourcenar, como faz Catherine Dumas, à qual devemos páginas memoráveis sobre a função da memória nas duas escritoras.

A estudiosa evidencia que as duas realizam o “mesmo trabalho sobre uma memória que já não é a dos factos, mas antes a dos lugares, das pessoas, através da permanência de sentimentos, de vícios e de paixões, no passar das gerações” (Dumas 2002:55). Então, quando Agustina escreve, ela perscruta o mundo e tenta dar conta das experiências por meio de sucessivas representações ligadas à terra, ao ambiente humano; nesta operação, aquilo que se interioriza toma a feição de mito através da linguagem. Ao mesmo tempo, dentro desta perspectiva, a arte está ligada à preservação da memória, que, por outro modo, perder-se-ia no espaço e no tempo. Em suma, memória e imagem estão intimamente ligadas, na escrita de Agustina, e relacionadas com a sua tentativa de alcançar o “significado”, a “verdade”, o “real”. Contudo, dentro do imenso enigma que é a existência, onde o bem e o mal são inseparáveis, na visão da romancista, não podemos esquecer que as imagens são ambíguas por natureza e alimentam os equívocos de que a vida está repleta; aparece de novo, portanto, o problema da legitimidade das imagens enquanto vectores de significado: a “verdade”, adverte Agustina, “é só a sua busca” (Bessa-Luís 2001: 300).



Voltando ao tema de Agustina e o cinema, sabe-se que há uma relação dinâmica entre a sua obra e a de Manoel de Oliveira; tal intercâmbio pode ser considerado um verdadeiro curto-circuito criativo. Já são bastante conhecidas as numerosas intersecções entre o “enigma” de Agustina, o “mistério” de Oliveira, e a “pré-experiência” de José Régio, sem esquecer, naturalmente, o Camilo e o Teixeira de Pascoaes com sua poética do Saudosismo. A romancista e o cineasta revelam em suas criações a mesma capacidade de “pressentir”, característica dos visionários. Daí vem o especial interesse de Agustina pelo filme de Oliveira sobre Antônio Vieira, *Palavra e Utopia*. Em um texto dedicado por ela à película, o filósofo Tommaso Campanella é evocado enquanto idealizador de uma utópica “Cidade do Sol”, como explica logo no *incipit*:

O que move Manoel de Oliveira a escolher os assuntos dos seus filmes ficará para sempre um mistério. Se tivesse nascido em Roma, é possível que Manoel se tivesse interessado pela figura de Tommaso Campanella e não pela de Antônio Vieira. A construção duma nova ordem mundial, os aforismos e os pensamentos de Campanella, a sua modernidade extraordinária teriam impressionado o realizador, e o que nele há de utópico e de irreverente daria azo a um filme que se chamaria *A Cidade do Sol*. (Bessa-Luís *apud* Avella 2007: 43)

O realizador, por sua vez, vê em Agustina os traços da genialidade; no “discurso do inacabado”, expressão de um universo que está além da razão e do “discurso da verdade”, reside segundo de Oliveira o valor poético e enigmático do pensamento. Ao pintar um retrato da romancista, ele escreve:

Tenho por genial a escrita aparentemente desarrumada da Agustina, uma escrita subterrânea. Direi mesmo, vulcânica. Que pretendo eu dizer com isto? O que me acode à ideia sobre os humanos é que se me afiguram entes saídos da Natureza, a qual se manifesta mais profundamente em certos indivíduos do que em outros. A Agustina é um destes casos particulares.

E isto se torna tão evidente como manifesto nos seus livros, cuja expressão é duma inteligência subterrânea, repetiria, tão vulcânica quanto o sinto intimamente sempre que transponho para filme algum dos seus livros. Ao mesmo tempo, acho ser isto coisa cuja explicação me transcende. (De Oliveira *apud* Avella 2007: 107)

Neste mesmo texto Manoel de Oliveira fala da “expressão incandescente” de Agustina e dum outro realizador que lhe se assemelha por ser também “vulcânico”. Trata-se de Pedro Costa, “alguém que se deixa levar, provavelmente, mais pelo seu poder instintivo que racional – uma intuição que se sobrepõe à lucidez” (108). Diante de um mundo problemático, ininteligível, a tarefa do artista, parece sugerir de Oliveira, é a de tornar este mundo ainda mais “enigmático”, como diria a romancista:

À medida que avanço, sinto aumentar a obscuridade e, por isso, me deixo ficar mais pela tona, devolvendo, à imaginação do leitor e à sua capacidade de compreensão, o entendimento destas cousas por natureza tão difíceis como profundas, e me desculpo das minhas limitadas forças para poder mergulhar mais fundo. (108)

A relação dinâmica entre a escritora e o romancista gira em torno da polaridade realidade/ilusão; ambos mergulham corajosamente nos abismos da existência, cientes de que estão a contemplar “o curso estelar do mistério”, segundo a famosa expressão de Heidegger. Diz Agustina:

Vamos deter-nos com este princípio de que o homem é um mistério tanto mais vasto quanto mais pratica os dons do mistério, quando reage ao mundo e se exercita a vencê-lo como numa guerra, nem que ela seja feita com palavras e não com espadas. É sabido que não só a palavra vence, também a imagem, porque seduz e retrata, pode obter grandes triunfos. (Bessa-Luís *apud* Avella 2007: 44)



A prosa de Agustina, como vimos, possui um andamento musical que, por meio da sonoridade das palavras usadas e de sua força mágica, exalta a potência das imagens. Fascinação, sedução, sortilégio, energia visual cantam na escrita da Sibila do Porto aquela “sabedoria divina” de que falava Antônio José Saraiva, a mesma sabedoria imbuída de “pressentimento” que a crítica tem apontado como elo entre Camilo, Régio, Agustina e o próprio Manoel de Oliveira.

Como a romancista, o realizador também parece concordar com a ideia de Ezra Pound a propósito do milagre da arte que se realiza na perfeita fusão de imagem, som e intelecto. De Oliveira coloca na sequência mais um elemento; o seu raciocínio começa a partir das seguintes considerações:

O pensamento, através da palavra, é também *imagem*. Pois não resulta da palavra uma *imagem* das coisas? (...) A palavra vale também como expressão de sentimentos de um modo muito preciso e claro, digamos, explicado, o que se traduz também em *tempo*. (De Oliveira *apud* Avella 2007: 97)

Tempo funde-se com *movimento*, diz de Oliveira acompanhando, até este ponto, o pensamento de Gilles Deleuze. O elemento a mais é, segundo ele, o *complexo sonoro*, o *audível*:

(...) De certo modo todo o audível tem o seu substrato visual, ou, como no caso da música, uma específica vibração emocional. O que parece significar, ainda que paradoxalmente, que o complexo sonoro levado ao extremo é também imagem. (98)

Por pensar neste modo, o cineasta afirma utilizar em seus filmes imagem, palavra, som e música, os quais se reduzem a *Tempo-Movimento*.

O “audível” de Oliveira e o “visual” de Agustina coincidem e até mesmo fundem-se, criando uma sinestesia na qual os cinco sentidos, as faculdades intelectuais e as intuitivas são contemporânea e totalmente envolvidos. A Arte representaria, assim, a utopia de tornar imortal o que é, por natureza, efêmero. Aplicando o aparente paradoxo oliveiriano do “complexo sonoro” que é

“também imagem” às palavras de Agustina referidas, poderíamos considerar a musicalidade buscada tão ansiosamente pelos dois como o mais importante dos “objectos mágicos”, o que “encontra logo o coração das pessoas e as faz comover e sonhar”: sonhar um mundo onde todas as contradições e aporias da vida são conciliadas pela harmonia.

As afinidades psicológicas e culturais entre Agustina Bessa-Luís e Manoel de Oliveira, portanto, são numerosas e o diálogo sempre foi denso, mesmo se não faltaram momentos de tensão e desentendimento; ao nível da composição, é inegável que se criou um equilíbrio entre os dois. Se é verdade, pois, que de Oliveira “se abeirou, vezes sem conta, na sua obra”, como costumava dizer João Bénard da Costa, pode-se afirmar também, adaptando as palavras de Mário Jorge Torres, que a romancista “terá aprendido, com o cinema, muito sobre a plasticidade da relação tempo/espço, bem como sobre a organização e fragmentação da narrativa” (Torres *apud* Almeida Alves e Cid, 1994: 77). Assim, considerando também o que vimos a propósito da enorme força imagética e o potencial metamórfico da escrita, podemos concluir que a sua obra continuará a interagir com o cinema durante muito tempo; ou seja, a de Agustina com a arte cinematográfica é, sem dúvida, uma conversa inacabada, sob o signo da memória.



Post Scriptum. O presente artigo finalizado durante o mês de fevereiro de 2015, um mês antes da morte de Manoel de Oliveira, que aconteceu em 2 de abril. Quando recebi a notícia, logo me lembrei das palavras de um poema composto e lido pelo próprio cineasta durante a festa pelo seu nonagésimo aniversário, que a Cidade do Porto organizou em dezembro de 1998. Estando entre os convidados no Teatro Rivoli, ouvi Manoel prestar homenagem a todos os presentes, fingindo falar por meio de um amigo:

“Eu – velho companheiro de toda a sua vida – / quero entretanto dizer-vos/ algo que dele sei/ [...]

Pediu-me, depois, para vos anunciar/ que se não sente capaz/ d'um – Adeus – pronunciar/. Que vos dissesse apenas: – Até breve.../

E acrescentou a seguir que, se acaso... e por azar, / Quem sabe! / O destino vier a determinar.../

E ele amanhã/ já cá não pudesse estar.../ Que, nesse caso, ...vos informasse: / – que tinha ido filmar.”

O Mestre foi filmar algures, pensei então, mas terá avisado a sua amiga Agustina antes de partir? A pergunta surgiu espontânea dentro de mim, pois na última conversa que tivemos, ele havia mencionado, com ênfase, a escritora à qual havia “roubado” inúmeros argumentos dos seus filmes. Era o dia 11 de dezembro de 2014, e como de costume eu havia telefonado para parabenizá-lo pelo aniversário (estava completando 106 anos de vida). A certa altura da conversa, Manoel iniciou a fazer uso do seu profundo senso de humor e disse:

A cada ano que passa, ao chegar o aniversário, percebo ao meu redor um ar gradativamente mais repleto de ambiguidade; as pessoas cumprimentam-me, são carinhosas, mas eu sinto algo estranho nelas, eu sei que já não aguentam a curiosidade. Não vêm a hora de assistir ao filme que rodei em 1982 com a cumplicidade daquele gênio vulcânico que é a Agustina Bessa-Luís. Tu também estás curioso, não é, meu amigo? Quem sabe, ano que vem poderás matar a curiosidade....

O tal filme se intitula *Visita ou Memórias e Confissões*, com texto da grande escritora e vozes de Teresa Madruga e Diogo Dória. Por vontade do cineasta, a obra ficou guardada nos cofres da Cinemateca Portuguesa para que fosse exibida somente depois da sua morte. A razão desta decisão está no fato de se tratar de uma visita do realizador ao seu próprio eu mais íntimo, corpo e espírito, filmado através das paredes da casa onde viveu, e que foi obrigado a vender no início da década dos anos 80 por vicissitudes de sua vida. Projetada pelo arquiteto modernista José Porto (1883-1965), juntamente com dois outros grandes nomes do modernismo português, os arquitetos Viana de Lima

e Cassiano Branco, a casa da Rua da Vilarinha, no Porto, foi declarada Imóvel de Interesse Público (IIP) em 2013.

Antes de se despedir definitivamente da sua casa, Oliveira decidiu registrá-la em película. Pediu a Agustina Bessa-Luís um texto, a que ela chamou *Visita*; Manoel acrescentou-lhe algumas reflexões sobre a casa e sobre a sua vida, e daí nasceu o documentário com o título de *Visita ou Memória e Confissões*.

Durante pouco mais de uma hora, Oliveira fala sobre os seus antepassados, aborda a relação com a morte e com o sofrimento, explica o fascínio pelas mulheres e recorda os dias que passou na prisão depois de ter sido detido e interrogado pela PIDE, nos anos 1960. O filme é dedicado à mulher, Maria Isabel, “a realidade sem subterfúgios”, que aparece por alguns minutos apanhando flores e a falando sobre a relação com o realizador. Os diálogos, da autoria de Agustina, testemunham a confiança e a intimidade entre os dois, unidos por laços de amizade e artísticos. Não há dúvida de que Manoel concordaria em pleno com a seguinte afirmação da escritora:

Francamente – por que pensam que eu escrevo? Para incomodar o maior número de pessoas com o máximo de inteligência. [...] Escrevo para desiludir com mérito, que é a maneira de se fazer lembrar com virtude. (Bessa-Luís 2.000: 34)

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA ALVES, Teresa Ferreira de, CID, Teresa (orgs). *Melville*. Lisboa: Edições Colibri, 1994.
- AVELLA, Aniello Angelo. *Parola Immagine Utopia. Scritti in onore di Manoel de Oliveira*. L'Aquila-Roma: Japadre, 2002.
- _____. (Ed). *Agustina Bessa-Luís e Manoel de Oliveira. Um concerto em tom de conversa*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
- BAECQUE, Antoine de, PARSI, Jacques. *Conversas com Manuel de Oliveira. Porto: Campo das Letras*, 1999.
- BESSA-LUÍS, Agustina. *A Corte do Norte*. Lisboa: Guimarães Editores, 1987.
- _____. *Contemplação carinhosa da angústia*. Lisboa: Guimarães Editores, 2000.

- _____. *Joa de Família*. Lisboa: Guimarães Editores, 2001.
- _____. *Contos Impopulares*. Lisboa: Guimarães Editores: 2004 (I.^a Ed. 1951-1953).
- BESSA-LUÍS, Agustina e MORAIS, Graça. *As Metamorfoses*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 2007.
- _____. e AVELLA, Aniello Angelo. *Pensadora entre as Coisas Pensadas*. Lisboa: Guimarães Editores, 2008.
- DELEUZE, Gilles. *L'Image Mouvement. Cinéma 1*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1983.
- _____. *L'Image-Temps. Cinéma 2*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1985.
- DUMAS, Catherine. *Estética e Personagens nos Romances de Agustina Bessa-Luís*. Porto: Campo das Letras, 2002.
- NISIO, Francesco Saverio. *Manoel de Oliveira. Cinema, parola, politica*. Genova: Le Mani – Microart's Edizioni, 2010.
- SARAIVA, António José. *História da Literatura Portuguesa (das origens a 1970)*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1979.
- SILVA, Marcos, PINTO, Júlio Pimentel, CARDOSO, Maurício. *Metamorfoses das Linguagens (Histórias, Cinemas, Literaturas)*. São Paulo: LCTE Editora, 2009.
- VAZ BRIDI, Marlise, SIMAS, Monica, POMA, Paola (orgs). *Dor e Desejo*. São Paulo: Paulistana Editora, 2010.



Paixão, melodrama e a ficção de Lygia Fagundes Telles

DARLENE J. SADLIER

Indiana
University,
Bloomington,
EUA.

*En gran coita, senhor,
que pior que mort'ê,
vivo, per boa fé,
e polo voss'amor
esta coita sofr'eu
por vós, senhor..*

(DOM DINIS, 1261-1325)

O poema citado acima do rei Dom Dinis é um exemplo de uma *cantiga de amor*, uma forma de poesia medieval na qual o trovador canta seu amor por uma dama da corte (*senhor*), que muitas vezes é casada e quase sempre indiferente a sua canção e coita ou desejo intenso por um amor não correspondido.¹ A *coita* é uma

¹ Curiosamente a *cantiga de amor* representa o eros que habitualmente faltava às mulheres casadas da corte, cujos noivados eram frequentemente arranjos para promover alianças sociais e/ou políticas.

condição que lhe consome toda a energia, oferecendo pouco ou nenhuma esperança e, nas palavras de Dom Dinis, um destino “pior que mort’ê.” As mulheres também sofriam de amor em certas *cantigas de amigo*, de voz feminina, porém essa categoria de poesia medieval era menos a respeito do desejo sexual manifesto que uma saudade romântica do amante ausente, frequentemente um soldado e sempre da mesma baixa classe social. Na poesia medieval portuguesa, a paixão desmesurada (e a obscenidade sexual, tal como representada nas *cantigas de mal-dizer*) esteve, em grande parte, a esfera dos homens; as mulheres, nas suas *cantigas de amigo*, em sua maior parte escrita por homens, estavam apaixonadas, porém seus desejos sexuais, especialmente quando combinados com quaisquer instintos excessivamente desesperados ou fatais, foram sempre retratados como um desejo idealizado. A esse respeito, devemos observar que o termo *paixão* possui óbvias conotações religiosas, como na longa tradição das Paixões de Cristo. Nas representações artísticas da paixão, o religioso e o sexual são por vezes tão entrelaçados que se torna difícil separá-los. Nas *cantigas de amor* e em muitas histórias de santos e mártires, por exemplo, a idealizada mescla de desejo e sofrimento ecoa sutilmente os tormentos de Jesus, como se o interesse potencialmente erótico com o corpo se encontrasse no limite de ser transcendido ou substituído por interesses espirituais.

Esse mesmo ponto temático persistiu até o século XIX, quando os poetas românticos canalizaram a trovadora *coita* enquanto frequentemente buscavam ajuda e redenção divinas. E, no século XX, uma semelhante mistura de sexualidade e religião se encontra presente em toda parte na ficção de Lygia Fagundes Telles. Especialmente na sua descrição da vida de jovens mulheres, ela lida com emoções extremas, incluindo não somente a ânsia sexual, mas igualmente a devoção fervorosa, a piedade severa, a culpa profunda e o sofrimento psicológico ou físico. Assim, em *As meninas* (1973), a rejeição zombeteira da crença de Lorena de que “a limpeza se encontra próxima da santidade” pode ser observada como uma denúncia apaixonada de uma obsessão igualmente apaixonada. Por isso mesmo, as narrativas moduladas psicanaliticamente apresentam repetidamente a sublimação do desejo sexual pelo fervor religioso. Por exemplo, a pia Bruna, a julgadora irmã mais velha de Virgínia em *Ciranda de*

pedra (1954), cita a Bíblia quando denuncia a infidelidade da mãe; anos depois, uma Bruna, vivenciando um casamento infeliz, repete o ato de adultério da mãe e então tenta se purificar através do sofrimento da culpa indo para um retiro religioso.

Lygia Fagundes Telles trouxe a *coita* para os tempos modernos com obras sobre homens infelizes no amor, como exemplificado pelo triste amante músico em seu celebrado conto, “O moço do saxofone”, porém esses homens, em sua ficção, tendem a ser fracos e por vezes impotentes ou homossexuais. Ela também escreveu sobre a paixão sexual em mulheres de todas as idades, muitas das quais são diferentes das donzelas apaixonadas típicas da *canção de amigo*, aguardando firmemente por seu amado, enquanto melancolicamente retorciam suas mãos. Lygia muda o campo do jogo sexual para que as mulheres, que são as figuras centrais na maior parte dos seus escritos, sejam mais uniformemente apaixonadas que os homens, tanto em seus desejos quanto em seus sofrimentos. A paixão em sua ficção não é afetada, evidentemente, pela sociedade cortesã que encontramos nas *cantigas de amor*; ela escreve sobre os dias modernos, personagens urbanos da classe média cujo *status* econômico varia, dando lugar a novas situações sociais, algumas vezes melhores, outras piores. Porém, as paixões dessas personagens surgem nos contextos repressores, tais como a casa burguesa patriarcal e uma pensão administrada por freiras. Ainda quando suas personagens planejam escapar de uma família opressora, continuam a lutar com o poder patriarcal e as lições da Igreja católica. A onipresença do Pai, sob a forma de Deus e do *pater familias*, determina, em grande medida, a forma como irão amar e sofrer.

O crítico Alfredo Bosi descreve os romances de Lygia como “romances de tensão interiorizada” (442), porém a forte ênfase no desejo frustrado e no sofrimento apaixonado significa que ela também pode ser lida, de alguma maneira, como uma autora de melodramas – ficções cujo grande ápice emocional é alimentado pelo *melos* de frequentes referências musicais, particularmente ao saxofone e ao *jazz*. Ao dizer isso não é subvalorizar sua obra. Suas ficções são sofisticadas, psicologicamente aguçadas e manifestamente críticas do patriarcado; contudo, elas possuem certas características em comum com

os populares melodramas cinematográficos ou “filmes de mulheres” dos anos 40 e 50, que eram projetados para um público de massa e controlados por um código de censura. Como o teórico Geoffrey Nowell-Smith percebeu, todos esses filmes têm como precursores os romances e tragédias burguesas do século XVIII; ao contrário da tragédia clássica, seus personagens não são nem os que fazem as leis nem os governantes nem os governados, “ocupando um nível intermediário, exercendo uma autoridade local ou sofrendo da falta dessa autoridade local” (Nowell-Smith, 101). Os centros de poder são a família burguesa e a propriedade privada individual, controlada pelas leis e convenções do patriarcado, e a questão subjacente é não mais o direito a governar um país, mas o direito de governar uma família. Ao invés de responderem à questão básica da tragédia clássica (“esse homem é digno de ser rei?”), elas se assemelham ao modo como as crianças desenvolvem o que Nowell-Smith descreve como “cenários imaginários em relação à paternidade delas; a pergunta e a resposta da questão: eu sou filho de quem (ou deveria ser)” (102-3).

Os melodramas cinematográficos são particularmente interessantes pelo modo como descrevem os personagens femininos e por seu tratamento estilístico de um tipo de excesso emocional; considerem, por exemplo, a opulenta sequência do baile em *Madame Bovary* (1949), de Vincente Minnelli, quando Emma Bovary dança uma valsa que acelera numa espécie de redemoinho, vertiginoso delírio erótico antes de sucumbir em neurose, humilhação e histeria. O crítico Robin Wood discutiu essa cena e o filme como um todo como exemplo de “texto histérico,” que, ele aponta, é uma reação válida a certas condições sociais. Compreendido popularmente como um “distúrbio” feminino (apesar de Freud nunca tratá-lo nesses termos), a histeria pode ser, na descrição de Wood, uma resposta à frustração do desejo por poder e autonomia pessoal que “dentro de uma economia capitalista irá inevitavelmente envolver poder associado ao dinheiro, e numa economia patriarcal com poder sobre a sexualidade” (157).

A ficção de Lygia lida com questões semelhantemente melodramáticas, suas personagens femininas lutando consistentemente com a identidade familiar. A adolescente Virgínia e a envelhecida atriz Rosa Ambrósio, em *As horas nuas* (1989), são obcecadas a respeito do mesmo problema da paternidade.

Certos tipos característicos e situações emocionais/sexuais são recorrentes: mães que são fracas, doentes ou mentalmente instáveis; patriarcas poderosos e severos (e o estado patriarcal ou a Igreja) *versus* maridos amáveis, mas ineficazes. As personagens femininas também tendem a ser personalidades “excessivas” ou semi-histéricas. Quando não se encontra limpando sua casa ou se preocupando com Lia, Lorena se observa obsessivamente ao espelho ou executa exercícios de balé. Ana Clara, sua amiga, é uma viciada, que passa a maior parte do tempo bebendo, drogando-se até perder os sentidos e fazendo muito sexo, de forma indiscriminada. A viúva Rosa Ambrósio é consumida pelos temores relacionados à idade e sobre se seu jovem amante retornará. A incorporação de música que Lygia faz, como, por exemplo, a guitarra elétrica de Jimi Hendrix em *As meninas*, tende-se a se exprimir a emoção quase ao ponto da histeria; e o livre fluxo do estilo narrativo, intenso, algumas vezes, algumas vezes frenético e frequentemente desorientador, que melhor transmite o sentido de mulheres que estão vivendo no limite.



Pretendo analisar três romances representativos que fazem uso de tipos característicos, padrões narrativos e temas que indiquei: *Ciranda de pedra*, *As meninas* e *As boras nuas*. Os três textos ilustram. Os três romances são devotados às tensões e crises produzidas pela sociedade, sexualidade e o “romance familiar”. Juntos, eles funcionam como uma trilogia, descrevendo gerações sucessivas de mulheres que passam por um nível de mudança social, mas continuam a sofrer apaixonadamente.

~ *Ciranda de pedra ou O conto das duas famílias*²

A ambientação e o período de *Ciranda de pedra* não são explicitados, porém o romance parece ter lugar nos anos 1940 e 1950 numa cidade grande

² Alusão à célebre obra de Dickens, *A Tale of Two Cities*.

como São Paulo ou Rio. Bem de acordo com a tradição do melodrama do século XIX e das telenovelas modernas, seu enredo envolve uma série de episódios dramáticos e cenas de reconhecimento que lentamente crescem até um desfecho climático e satisfatório. (Esta obra foi de fato adaptada para telenovela em 1981 e novamente em 2008.) Do início ao final, ela lida com temas “excessivamente” emocionais, incluindo o amor romântico, o desejo sexual, o adultério, o fervor religioso, o suicídio e a loucura. Laura, a mãe da jovem heroína Virgínia, que vive com seu segundo marido, Daniel, sofre de histeria elevada ao ponto da loucura. Ao contrário de Bertha Mason, a infame “louca no sótão” de *Jane Eyre*, Laura é muito bem cuidada por Daniel, um médico que abandonou a sua profissão e gastou todos os seus recursos para manter Laura confortavelmente em casa. Uma mulher frágil, ela é mentalmente instável por conta de seu casamento com Natércio, seu reservado e ditatorial primeiro marido, que a isolava de todos, exceto sua própria e austera família. Fugindo de sua possessividade, sofre um colapso emocional e Daniel trata dela em sua casa e posteriormente no sanatório para o qual Natércio a leva.

Virgínia, a mais jovem das três filhas, vive com Laura e o “Tio” Daniel em circunstâncias precárias, enquanto suas duas irmãs mais velhas, a loira Otávia e a morena Bruna, permanecem com Natércio, um bem-sucedido advogado, na grande residência da família, aos cuidados da governanta alemã *Frau* Herta. Virgínia sonha sobre a possibilidade de unir-se com o pai e as irmãs e compartilhar sua vida serena e confortável. Ela gosta de imaginar que os “anões de mármore” que adornam a fonte no jardim de Natércio representam suas irmãs e seus vizinhos próximos: Afonso, Letícia e o loiro Conrad, rapaz por quem a pré-adolescente Virgínia nutre um interesse romântico. Porém, após seu sonho ser concretizado e finalmente se mudar para a casa da família, Virgínia permanece uma figura à margem: nunca será aceita por parte do círculo familiar, por conta de seu pai ser Daniel – um homem que sacrificou tudo para ajudar sua mãe e tentou proteger Virgínia da histeria e decadência física de sua mãe. Laura havia perdido sua propriedade e sido estigmatizada como esposa adúltera que deu à luz a uma criança fora do casamento. A descoberta

de Virgínia dessa família secreta explica a atitude de estranha reserva de Natércio em relação a ela e complicam-se os sentimentos de Virgínia sobre o homem que levou sua mãe para longe e cuja irmã Bruna, seguidora ávida da Bíblia, considera como o próprio Demônio. Por volta dessa época, Virgínia descobre sobre sua paternidade, Laura morre por conta da doença e um Daniel perturbado e inconsolável comete suicídio.

Num de seus momentos mais lúcidos, Laura revela que seus próprios pais, atores, haviam sido mortos em um incêndio num teatro quando interpretavam *Romeu e Julieta*. Uma criança na época da tragédia, Laura mal lembra da mãe, exceto pelo chapéu e pelo colar de pérolas que manteve por anos num estojo de prata com a inscrição “A Laura, oferece Natércio”. Sua memória do pai é muito mais forte e explícita: “(...) Lembro-me melhor dele, parece que era alto, magro e passava os dias ensaiando diante do espelho. Brincávamos às vezes de coruja, era um brinquedo engraçado, ficávamos não sei quanto tempo com as testas juntas, um olhando para o outro, bem sérios. Perdia quem piscasse primeiro. Eu perdia todas as vezes (...)” (34-5). As fortes memórias de Laura do pai e de sua terna brincadeira surgem quando ela abre o estojo de prata que possui um sentido sobredeterminado: representa o desejo de Natércio de possuir e restringir Laura, porém também é um símbolo sexual, guardando o colar que Laura usara na noite em que encontrara Daniel. E, mais que tudo, serve como uma lembrança do amor proibido de ambos os pais, que ela associa com os personagens apaixonados da tragédia shakespeariana. Guardando o colar no estojo do reservado, Laura tenta reprimir sua paixão ilícita e o “pecado” que ele agora representa.

Na verdade, Virgínia possui dois pais: o gentil, mas empobrecido, Daniel e o frio e distante Natércio, que controla sua herança. A mãe e o pai de Laura são figuras românticas associadas, na mente de Virgínia, com interpretação dramática e o amor condenado de Romeu e Julieta; o pai de Daniel era sensível e bondoso; e os pais de Natércio se assemelham a ele próprio. Laura conta a Virgínia suas temidas viagens à casa da família de Natércio, com seus moradores peculiares e inertes e ambiente gótico: uma casa decadente da alta burguesia, cujos ocupantes, como as irmãs gêmeas, sentem-se inferiorizados e

irremediavelmente marcados e necessitados de exercer firme controle sobre os outros e sobre si próprios.

A própria casa de Natércio é semelhante à residência familiar. O severo patriarca mantém-se a maior parte do tempo voltado para seus estudos, sendo o controle doméstico administrado por *Frau* Herta. Governanta viúva de caráter exigente e emocionalmente reprimida, ela busca alívio cultivando compulsivamente samambaias selvagens; porém, sua maior paixão é Otávia, cuja aparência lhe evoca a de sua mãe, Laura. Autoabsorta, Otávia ocasionalmente brinca com os sentimentos de *Frau* Herta. Bruna, a irmã sombria, sublima seus desejos sexuais com religião e é a única na família a condenar abertamente a infidelidade de Laura. Ela tenta converter Virgínia, declarando mais de uma vez que a mãe arruinou a família e que a punição para seu pecado é a loucura. Torna-se quase histérica quando escreve, a partir do momento que seu pai tratou sua mãe “como uma rainha” enquanto ela e Daniel tinham encontros furtivos “no [seu] quarto” (ênfase de Bruna), no sanatório (44). Virgínia também aprendeu com Bruna que Natércio baniu Laura: “– Mas o que você queria que ele fizesse? O quê?” (44). Virgínia imagina a cena em termos de pôster de um filme melodramático que assistiu em um cinema local: “Um homem furioso – devia ser um conde – expulsava pela porta afora a mulher caída de joelhos, apertando contra o peito uma criancinha. Viu-se gelada no meio da neve.” Ela indagou de Bruna o dia que sua mãe foi mandada embora: “– Fazia muito frio? E ela chorava muito?” Mas Bruna desfaz a imagem de Virgínia da partida de sua mãe: “– Até que não. Estava era muito bonita... E lá se foi te levando pela mão” (45). Ela saca sua Bíblia e lê uma passagem que havia marcado de vermelho: “– ‘Se um homem dormir com a mulher de outro, morrerão ambos, isto é, o adúltero e a adúltera, e tu arrancarás o mal do seio de Israel’” (46). O adultério de Laura, independente das circunstâncias, é uma ameaça ao poder patriarcal e jamais poderá ser desculpado.

Virgínia eventualmente sabe da origem de sua paternidade pela empregada mulata Luciana, que fora contratada por Daniel para ajudar a tomar conta de Laura e Virgínia. Uma cena climática que se segue à morte de Laura é repleta de outras revelações dramáticas, incluindo a confissão de Luciana a Virgínia de

seu amor por Daniel, que Virgínia já sentia e sofria por conta da mãe. Luciana também anuncia que Daniel está morto. Buscando consolo e fuga dessas revelações e dos que conhecem sua origem, Virgínia pede permissão a Natércio para ingressar numa escola de freiras como interna, escola onde suas duas irmãs estudam durante o dia. Em suas fantasias, ela assume a punição dispensada aos pais e imagina sendo banida da escola para o campanário da mesma, vivendo abandonada e sozinha. A atitude de Natércio em relação ao seu pedido inesperado confirma sua decisão de partir. Por conta de sua solidão forçada e autodisciplina não permitirem aliviá-lo do que sua penosa presença representa, ele responde: “— Talvez seja mesmo melhor assim.” (p. 97)

A última parte de *Ciranda de pedra* se desenrola alguns anos após. Virgínia abandona a escola do convento e volta à casa da família onde, uma vez mais, encontra o círculo de suas irmãs e os amigos delas e percebe que a história ironicamente se repete. Ela fica confusa com seus comportamentos, especialmente pelos avanços amorosos de Afonso e Roger (amante de Bruna) em sua direção. Ela tenta a vingança perfeita de Bruna, por sua hipocrisia (e por o que ela pensa ser o presumido desinteresse de Conrad) mantendo um encontro de uma única noite com Roger. Deprimida por isso e cheia de culpa por seus pais — particularmente Daniel —, ela pensa em se suicidar. Mas Letícia intervém, no entanto, lembrando-lhe das vidas problemáticas de todos. Virgínia fica a par da impotência de Conrad, e numa terna cena entre os dois ao final do romance, ele lhe fala que sempre lhe amara, mas só é possível um amor platônico.

O enredo de *Ciranda de pedra* é tão repleto de coincidências, reviravoltas e revelações que, por vezes, parece quase uma paródia das convenções melodramáticas. Ele critica o patriarcado, porém seus personagens não conseguem imaginar relações sociais para além das que eles herdaram. O desfecho da história, em última instância, é resolvido por um estilo *faux* sentimental. Virgínia planeja viajar ao exterior e vivencia a epifania de “ter[s]e perdido mas [s]e ach[ou] outra vez” (p. 209).³ Mesmo nunca tendo sido religiosa, ela substitui seu desejo por Conrad com uma recém-descoberta (e irônica) paixão por Deus:

³ Cíntia Schwantes comenta esse momento epifânico em “Interferindo o cânone”, p. 134.

“Um dia, quem sabe? Ainda [Ele e ela] se encontrariam.” (209). A linguagem aqui é ambígua, vinculando sutilmente Conrad a Deus. O romance finaliza sugerindo que talvez exista uma esperança para Virgínia, que decide abandonar a casa da família e viajar sem uma passagem de volta. Seu ato de libertação é encorajante, mas é menos claro se de fato ela vai encontrar Deus, e mesmo que O encontre, até que ponto Ele será suficiente.

~ *As meninas* ou Mulheres apaixonadas

As meninas ocorre em uma cidade não nomeada (provavelmente mais uma vez Rio ou São Paulo) durante o período mais repressor da ditadura militar e se refere a uma greve de estudantes e as torturas e deportações de estudantes-prisioneiros políticos. Apesar de seu enredo basicamente linear, é um romance bem mais modernista que *Ciranda de pedra* e, em alguns aspectos, parece usar ironicamente as convenções do melodrama para satirizar a sensibilidade melodramática: os três personagens principais são tipos histéricos, a seu próprio modo, ainda que ocasionalmente sejam autocríticos, e mesmo divertidos quando descrevem os excessos das outras.

A principal característica do romance é sua abordagem experimental do ponto de vista. O que distingue o estilo de Lygia Fagundes Telles de escritores modernistas ou pós-modernos, tais como Clarice Lispector, João Guimarães Rosa e José Saramago, é o cambiante, estreitamente entrelaçado, fluxo de consciência de *diversos personagens* ao longo de uns poucos momentos inesperados de narração em terceira pessoa. A combinação de uma rede complexa de perspectivas torna-se difícil dizer quanto tempo transcorre no romance e quem está falando. Em certo sentido, o estilo imita ou reproduz a ambientação psicológica dos personagens, que parecem para os outros, do lado de fora, como a normal, embora algumas vezes como rebeldes jovens dos anos 1960, mas cujas vidas interiores são uma mistura de desejos e temores que, no caso de uma das três mulheres, se torna completamente fora de controle.

Os leitores, ao primeiro contato com *As meninas*, buscam por pistas sobre quem está falando. Em certa medida, Lygia faz uma piada autorreflexiva sobre

a técnica: numa conversa com Max, Ana Clara divaga sobre suas duas amigas, criticando uma delas por seu uso compulsivo e desnecessário de óculos e calças deselegantes que ela prefere aos “milhares de vestidos” e “malas de roupas” (52). Max se encontra inseguro a respeito de quem ela fala e pergunta: “– É a comunista?” Ana Clara responde, exasperada: “– Você está trocando tudo; comunista é a gorda bosta retirante. Essa é a magrinha, aquela meio cabeçuda. Sobre o inseto.” (52) Porém, esses traços físicos, que normalmente distinguem uma pessoa da outra em um romance, não são como nós reconhecemos gradualmente as três personagens principais do livro. Todas elas possuem uma semelhante hiperintensidade e constantemente se referem ou reagem umas às outras (sem necessariamente fazer uso de seus nomes), porém cada uma delas é, em última instância, identificada por suas paixões e obsessões específicas que incessantemente reciclam em seus pensamentos.



A despeito dos quase vinte anos que separam *Ciranda de pedra* de *As meninas*, os dois romances são semelhantes no seu foco sobre as mulheres e as relações entre o patriarcado e a paixão. Apesar de as mulheres se encontrarem mais liberadas no final dos anos 60 que na década anterior, as três protagonistas em *As meninas*, Lia, Lorena e Ana Clara, não são tão diferentes de Virgínia e suas duas irmãs no romance *Ciranda*. Elas vivem por sua própria conta e conquistaram certo nível de independência financeira, porém também lutam com questões de identidade e suas vidas interiores tendem a ser ditadas pelos homens ausentes, especialmente os pais.⁴ As paixões das três protagonistas se sobrepõem e convergem para promover, juntamente com o estilo narrativo, um senso de histeria coletiva. Para propósitos didáticos, tentei desembaraçar o entrelaçamento de fios narrativos e apresentar um retrato unificado das três personagens principais.

⁴ *As meninas* também pode ser visto como uma versão contemporânea e possível homenagem a um romance bem anterior, *As três Marias* (1939), de Rachel de Queiroz. Aqui, as três personagens, Maria Augusta, Maria da Glória e Maria José, que se encontraram numa escola-convento são, de variadas formas, os protótipos das estudantes Lia, Lorena e Ana Clara, que vivem numa pensão de freiras, e que lidam com muitas das mesmas inquietações especificamente femininas e sociais que Queiroz descreveu nos anos 30.

~ Lorena

Lorena Vaz de Leme nunca sai de seu apartamento, com exceção da macabra saída no final de noite com Lia e Ana Clara ao término do romance. Ela espera lá desesperadamente pela chamada de M.N., um homem mais velho e casado, pai de cinco crianças, sobre quem fantasia, imaginando uma relação amorosa e a entrega de sua virgindade. A carta “de amor” escrita por ele para ela, que ela lê à amiga, é ridiculamente autoindulgente e banal. Lorena também pensa um bocado sobre Astronauta, seu gato que fugira, e sobre sua nova gata, agora grávida. Seu apartamento bem provido é, em muitos sentidos, uma segunda casa para suas amigas, que vão para lá, na maior parte das vezes, para lhe pedir dinheiro ou para usar o carro de sua mãe. A mansão gótica da alta burguesia do romance anterior foi substituída por um espaço mais intimista e agradável, mas ainda há traços do regime antigo. Sendo a garagem de encontros românticos entre um *chofeur* e uma empregada, o apartamento se conecta com a mais ampla casa da família, que se transformou na pensão Nossa Senhora de Fátima, administrada pelas irmãs. A proximidade entre os quartos das irmãs e o de Lorena é tal que as irmãs observam quem quer que a visite, sinalizam pela janela quando ela recebe um telefonema (ela não possui telefone e deve ser alertada) e mesmo ocasionalmente chegam a visitá-la.

O desejo de Lorena por M.N., que escreve mas nunca liga, e seus outros pensamentos “impuros” entram num conflito com sua natureza obsessivamente puritana e necessidade de limpeza e ordem. Ela busca absolvição para suas fantasias e as sublima através de sua paixão por Cristo: “Só Jesus compreende e perdoa, só Ele que já curtiu como nós, Jesus, Jesus, como Te amo!” (15). Ela chega, inclusive, a oferecer música em nome da honra de Cristo, gesto comicamente bizarro, já que curiosamente ela também é fã de *rock*:

(...) [O]fereço música assim como Abel oferecia as ovelhas, é lógico que ovelha é muito mais importante, mas Jesus sabe que tenho horror de sangue, minhas oferendas só podem ser musicais. Jimi Hendrix? Escuta, meu Amado, escuta esta última musiquinha que ele fez antes de morrer, morreu drogado o pobrezinho, todos eles morrem drogados, mas ouça e sei que Você vai baixar a mão até sua carapinha cheia de suor e poeira. *Dear Jimi!* (15-6)

É difícil saber se ela se está ridicularizando, quando tenta suprimir as fantasias eróticas com reflexões sobre a religião. No meio de uma fantasia sobre um homem afagando e chupando um pêssago, ela rapidamente acende um incenso e diz para si mesma: “Queria ser santa” (2). Posteriormente, ela observa para Lia, uma estudante-militante, cujo namorado Miguel se encontra na prisão: “– Vocês deviam sequestrar o M.N., Lião. Ele ficaria escondido debaixo da minha cama *per omnia seculum seculorum. Amen*” (19).⁵ Por essas e outras razões, há uma qualidade cativante em Lorena: mesmo em seus momentos mais maníacos, desiludidos e absortos em si mesma, ela é um tipo que basicamente se preocupa com seus amigos e sua família.

A paixão de Lorena por um homem mais velho, M.N., que fala para ela somente de sua paixão por Proust, é semelhante ao amor por seu pai, um homem sereno que perdeu sua memória e morreu em um sanatório. A serenidade e a relutância sexual de M.N., somado a seu amor por Proust, podem igualmente sugerir que ele é homossexual. M.N. é também um substituto para um de seus irmãos, que se mudou para o estrangeiro e cujo único contato se dá através de presentes de luxo que manda da Tunísia e outros lugares distantes. Lorena confia à Lia a história desses dois irmãos, Rômulo e Remo, que eram gêmeos. Como na lenda da fundação romana, um mata o outro, nesse caso acidentalmente. A imagem de seu irmão com sua camisa ensanguentada e uma minúscula perfuração de bala no peito a persegue em sua solidão e evoca outras imagens: “A presença-ausência de M.N. Dos meus mortos. Rômulo, meu irmão. Paizinho” (59). Quando o sentimento de solidão, perda e desespero de se sentir rejeitada torna-se insuportável, ela escuta seus discos. A determinado momento, ela reage às imagens, dirigindo-se ao fonógrafo, aumentando seu volume, tirando maniacamente a mobília para dançar e rindo histericamente. A cena é mais ou menos próxima da que se encontra em *Palavras ao vento* (1956), de Douglas Sirk, na qual Dorothy Malone dança freneticamente em reação à música do toca-discos em seu quarto, como forma de se libertar de

⁵ Trata-se aqui de uma óbvia referência a Charles Burke Elbrick. Miguel se encontra na prisão justamente por conta de sua participação no sequestro.

seus sentimentos por Rock Hudson. (Enquanto Malone gira freneticamente no quarto acima, seu pai sofre um ataque cardíaco e morre no escritório no andar inferior.)

O único contato direto de Lorena com sua família é com sua mãe e seu padrasto, Mieux, um publicitário fracassado, agora decorador de interiores, mais jovem que sua mãe e que a engana e gasta seu dinheiro de forma extravagante. Os dois escolhem o apartamento de Lorena, quando decidem casar. Lorena se lembra de ficar em pé, ao lado deles, no espaço vazio, enquanto Mieux falava excitadamente sobre seus planos de decorá-lo e acariciava seu traseiro no momento em que sua mãe se encontrava de costas. A mãe de Lorena, de fato, é uma espécie de diva melodramática, cuja dramaticidade excede à da própria filha. Ela fala ininterruptamente para Lia sobre o Dr. Francis, seu analista, a quem se tinha apegado ao longo dos anos. Reclusa em seu quarto, sente-se traumatizada por sua morte súbita e pelo fato de sua enfermeira, que ela considerava como arquirrival na disputa de seu afeto, ter escondido dela a notícia. Uma mulher doente, mimada e patética, suas lamúrias extravagantes necessitam de público: “— Deus sabe que se não fosse ele, eu já me teria atirado daquela janela” (228). Mesmo desprezando a suposta paixão da enfermeira dissimulada (“— ... acho que ela ficou radiante com a morte dele, nem meu nem de ninguém!”) (p. 231), ela tenta disfarçar seus verdadeiros sentimentos com uma paixão religiosa ou idealizada: “Foi meu pai, meu irmão, meu amante. Amante espiritual, está-me compreendendo?” (228).

~ *Lia*

Lia de Melo Schultz, outra protagonista, é um tipo mais prático que as outras mulheres do romance, porém ela também luta contra o desejo. Ela é ansiosa a respeito de sua identidade paternal e racial, sublimada não através da religião, mas do ativismo político. Filha de um antigo soldado nazista que fugiu para o Brasil e se casou com uma negra baiana, Lia aparentemente se identifica com seu pai e procura desculpar sua posição política. Quando chega pela primeira vez à casa da mãe de Lorena, ela se apresenta como “Lia. Lia de

Melo Schultz. Schultz. Meu pai é alemão. Sei falar alemão” (221). Mesmo que anuncie orgulhosamente suas raízes europeias, ela também justifica que quando seu pai, “que é distraído à beça, viu de perto o que era realmente o nazismo, arrancou a farda e veio trotando por aí afora até Salvador” (62). Ela o retrata enquanto um homem movido pela paixão coletiva mais do que pela política: “Nazista, como poderia ter sido comunista, passional puro, capaz de vibrar por uma farda, um hino. Um alemão bastante louco. Quando descobriu que o nazismo não era aquilo que imaginara, correu tanto que veio parar em Salvador. Saravá, meu irmão!” (237). Quanto a si própria, ela se tornou uma estudante ativista de extrema esquerda que carrega consigo *Das Kapital* e apoia seus companheiros, que se encontram sitiados pela polícia. Lorena observa Lia (a quem chama Lião por sua corpulência) de forma diferente: “Dentes de alemão fanático, mas risada com som tropical. Tentou enfeixar cabeloira radiante irradiante no elástico. Que estourou, todos eles estouraram, não há no mundo elástico que resista a tamanha explosão” (62). A morena cor de oliva Ana Clara, que reivindica ser “branquíssima” (85) e é bastante racista, critica Lia por sua “paixão pela negrada corintiana” (p. 94), e não acredita que Lia jamais se casaria com um negro, apesar de apoiar o movimento pela igualdade democrática e racial: “— Você e toda essa corja têm ódio de negro. Que nem eu. Todo mundo tem ódio. Mas não tem coragem de dizer e faz aquele olho bonzinho” (94).

Mestre em Ciências Sociais, Lia inicialmente planejou estudar os hábitos sexuais das mulheres jovens. Ela conduziu pesquisas com estudantes sobre as práticas de masturbação e entrevistou prostitutas sobre sua profissão. Depois se apaixona por Che Guevara e chega a dedicar um romance romântico inacabado a ele. No momento, ela distribui panfletos políticos, dirige um grupo de estudo sobre política e traduz Marx. Porém, a paixão política e o companheirismo não suprem as lacunas que eram anteriormente dirigidas à escrita do romance; e embora assuma exteriormente um agnosticismo, ela ainda acredita na habilidade cristã de curar o sofrimento. Quando a mãe de Lorena, desesperada, fala a respeito da perda do Dr. Francis, ela replica: “— A Sra. não tem fé em Deus? Se tem fé, mais importante do que o Dr. Francis, acima de tudo

está Deus. Não sei explicar, mas de que adianta ter Deus, se numa hora difícil a senhora não se sustenta Nele?” (234).

O lado prático de Lia frequentemente se encontra às turras com suas emoções, e então ela observa Miguel, a quem descreve como “cerebral”, para manter seus sentimentos sob controle. Ela racionaliza o desejo sexual, subordinando-o a uma causa maior, política, e inicia seu companheiro Pedro na arte de fazer amor como se fosse uma lição política: “É sofrimento, sim, mas é também gozo, não se preocupe comigo, entende? Vamos, sem medo, estou do seu lado, não contra você.” (138) Uma *coita* atualizada se configura posteriormente quando Pedro, “ardentemente apaixonado”, apaixona-se por sua “cerebral” e mesmo indiferente companheira Elizabeth, sendo evocativo da Lia de Miguel (194). A *coita* continua a ser sofrida por homens como Pedro, porém agora se encontra ao alcance de mulheres como Lia, cuja natureza passional não é plenamente satisfeita pelo ativismo político. É, ao menos, o que sugere ao escrever uma autoanálise em seu diário: “*E as pessoas assim cerebrais se apaixonam de um modo diferente dos passionais como Pedro e eu.*” (231).

Enquanto Lorena, como sua mãe, permanece no interior de casa, Lia, a mais radical e liberada das mulheres, está freneticamente sempre se movimentando entre o apartamento de Lorena, seu próprio quarto de pensão e o sombrio apartamento que serve como esconderijo para o grupo. Quando se torna consciente de que Miguel foi solto da prisão e deportado, ela se prepara para encontrá-lo na Argélia. De forma bastante diversas das mulheres das *cantigas de amigo*, que se consomem em casa por seus amados, ela se vangloria do fato de ela e de outras mulheres estarem “saindo da Idade Média” (24). Porém, Lorena concorda em lhe emprestar um dinheiro para a viagem somente com a condição de Lia prometer portar uma cruz que ela lhe deu, em um colar, como se ela fosse participar de uma cruzada cristã a caminho de terras muçulmanas. Lorena lhe diz: “— Um dia, de repente, você vai apertar essa cruz na mão... sua cuca está completamente buleversada com política, etcetera [*sic*], você entrou num moinho, querida. Meu diagnóstico: fé adormecida. Em estado latente” (214). Lia a desengana de qualquer

possibilidade de que sua crença religiosa irá ultrapassar sua paixão política, adotando a linguagem da nova teoria francesa:

Sem dúvida, ela existe... mas é só crueldade... mas é um *bricoleur*, sabe o que é *bricoleur*?... Catava uma sobra aqui, outra lá adiante e assim ia formando suas engenhocas. Por disponibilidade, entende? Quando um *bricolage* começa a funcionar, quando bem ou mal se põe em movimento, ele se desinteressa e já pega outra, milhares de maquininhas humanas sem destinação, se arrebitando por aí feito doidas. *Kaput*. (215)

A única resposta de Lorena ao posicionamento de Lia é recorrer agitada-mente ao toca-discos.

~ Ana Clara

Das três mulheres, Ana Clara Conceição é a mais perturbada, principalmente por conta de seu uso excessivo de drogas, sexo e álcool. Lia e Lorena a apelidaram de “Ana Turva” e sua personalidade “agitada” é perceptível. Muitos de seus problemas se originam de uma infância problemática. Lorena relembra o momento quando, embriagada, Ana Clara falou sobre suas origens: “Lá sei das minhas... nem quero saber.” (24) Ana Clara é a única das três mulheres cujo desejo e necessidade de amor são correspondidos, em certa medida, no seu caso, por um jovem traficante de drogas chamado Max. Desde que abandonou a escola, ela raramente fica distante de seu quarto, onde os dois passam dias inteiros se drogando e fazendo sexo. Ao fazer amor e consumir drogas, Ana Clara pretende suprimir seus pensamentos sobre seu noivo, rico e mais velho, a quem mal tolera, e costuma chamar “anão pretensioso”, embora pretenda casar-se com ele, tendo em vista uma segurança financeira.⁶ Sexo e drogas também a ajudam a lidar com o fato que se encontra grávida de Max. Apesar de sua afeição por Max, o prazer sexual faz Ana Clara esquecer

⁶ A imagem do anão surge em discussão nos três romances e sempre associada com a alta burguesia.

que foi abusada sexualmente quando criança por um dentista a quem chama “Dr. Algodão.” Seu errático fluxo de consciência varia amplamente entre dolorosas memórias de sua mãe, uma prostituta, e o cliente-dentista dela, que corrigiu os dentes de Ana Clara, tendo como pagamento as carícias e, por fim, o estupro que comete. Sua memória de ter sido aprisionada em uma cadeia de dentista se encontra associada com o desagradável cheiro medicinal do algodão em sua boca e o som agudo e frenético da fálca broca. Ela tenta esquecer todos os pensamentos sobre a mãe, cujos dentes foram também corrigidos, centrando-se em Madre Alix, a irmã superiora do Nossa Senhora de Fátima, a quem admira e ama. Ela indaga de Max: “– Freira pode ser avó, amor? Responde, pode?” (39)

Quando não se encontra dormindo ou fazendo amor, Ana Clara quer que Max fale sobre sua educação privilegiada, que ela associa com a perfeição de seus dentes. Ela o interroga sobre a fortuna de sua família, da qual infelizmente não resta nada além de memórias. Como Ana Clara, Max usa drogas para esquecer as lembranças de sua mãe e de sua irmã pequena, Ducha, que se encontra em um asilo de alienados. As frequentes indagações de Ana Clara sobre o passado de Max possuem uma característica sadomasoquista: ela, ao mesmo tempo, se ressentida e anseia pela vida confortável que ele tivera um dia e o leva a recontar suas difíceis experiências infantis. Max relembra as portas fechadas na casa da família e a gritaria infundável de sua irmã: perturbado, ele se desliga da voz insistente de Ana Clara, e se refugia silenciosamente nos lamentosos acordes de um solo de saxofone no toca-discos. Ele é uma versão masculina das muitas mulheres histéricas na obra de Lygia Fagundes Telles – ele próprio preso num quarto, escapa do trauma de sua mãe e de sua irmã e das ansiedades com qualquer narcótico que tenha à mão.

Ainda que desanimada a respeito de se casar com seu “anão pretensioso”, Ana Clara imagina um futuro no qual Conceição não será seu único sobrenome. Trata-se de um nome curioso, que era o de sua mãe (Judith Conceição) e que, quando criança, as pessoas sempre questionaram; também representa a condição de mãe solteira dela. Ana Clara sabe que a ausência de um pai é ainda mais problemática que a de um pai ausente, morto ou dominador. Ela

se ressentir que a mãe não registrasse a paternidade – ainda que esse homem fosse um cliente –, mas ao mesmo tempo se sente triste sobre a morte da mãe. Num dos momentos em que se encontra drogada, chega a pensar em comprar uma certidão de nascimento, tendo como fim a documentação necessária à licença de seu casamento, registrando uma falsa paternidade que oculte sua verdadeira ascendência. Imagina um pai mítico com o nome imperial de Caius Caesar Augustus Conceição, trabalhando como renomado cientista ou professor universitário.

O asco que Ana Clara sente pelo noivo, seus temores pela gravidez, sua vergonha sobre o fato de ser filha ilegítima e sua história de abuso sexual – tudo a leva à loucura, mais que ao belo, porém sofrido protagonista que costumamos associar ao melodrama. Enquanto ainda se encontra sob o efeito de drogas, ela abandona o apartamento de Max, aceita a carona de um estranho e vai a um bar, onde encontra um homem mais velho e diz para ele que se chama Lorena Vaz Leme. Ele a leva a seu apartamento, onde ela se deita vestida e observa-o cuidadosamente se despindo, aconchegar-se próximo a ela e ler, excitadamente, uma revista de cinema sobre o grande amante Valentino, que a põe para dormir e, aparentemente, satisfaz seu desejo. Durante todo o tempo, uma velha vitrola toca tangos cantados por Carlos Gardel ao fundo.



O clímax do romance une as três amigas pela primeira vez no apartamento de Lorena. Uma traumatizada e incoerente Ana Clara, que está ferida e suja, lá encontra acolhida; Lorena está surpresa de ninguém tê-la ouvido: “Chegou gritando e nenhuma freira, nem a Bula. Uma sorte essas novelas de TV soltas pela vizinhança têm sempre entreveros, ranger de dentes, choros.” (247). Lorena faz um de seus típicos discursos sobre o fascínio da sociedade por sexo e violência e a recusa por orar, enquanto a trilha sonora da telenovela abafa os gritos de Ana Clara. Quando Lia chega pouco após para pegar o carro da mãe, passa a saber da crise de Ana Clara e fica incomodada pela música do saxofone “ganindo feito um cão danado” (262) que toca no toca-discos de Lorena. Essa música continua a tocar enquanto Lorena posteriormente luta para

conseguir acordar Ana Clara, que, do sono, passou para a morte. Uma Lia desesperada ainda está consciente do “ganir,” mas no fundo da consciência se dá conta de que a música está alimentando e avançando o drama culminante.

Fagundes Telles evita uma conclusão trágica e sentimental (e até o sentimento irônico de *Ciranda de pedra*) e termina *As meninas* com uma nota de humor quase negro, com o plano impulsivo de Lorena que envolve o transporte do corpo de Ana Clara para evitar o escândalo da morte induzida de uma usuária de drogas, que ela acredita que poderá abalar a reputação do Nossa Senhora de Fátima. Ela, cuidadosa, amorosa e quase alegremente, prepara o corpo de Ana Clara, não fazendo rigorosamente nenhuma concessão quando chega a ocasião de selecionar o vestido, os sapatos, a bolsa, a maquiagem e o perfume corretos. Num visual próximo da comédia pastelão, ela e Lia põem o corpo no carro, sentando-a na cadeira da frente e se dirigem a um parque próximo. Elas põem então o corpo num banco, como se ela estivesse esperando um encontro amoroso. Ao retornarem à pensão, resumem suas respectivas vidas. Lorena limpa os vestígios da passagem de Ana Clara e escuta música enquanto se prepara para tomar um banho, e Lia corre para o seu quarto para arrumar a mala e pegar o voo que a levará até Miguel. Lorena e Lia não vivenciam nenhuma tomada de consciência após a morte de Ana Clara. Elas simplesmente continuam de onde haviam parado. Poder-se-ia interpretar essa situação como um comentário de Lygia sobre a difícil luta de uma geração para chegar a termos com a revolução sexual e política dos anos 60, enquanto vivem numa ditadura. Lia escapa, como Virginia, em *Ciranda de pedra*, mas tem um futuro igualmente incerto.

~ *As horas nuas* ou Maldição do sangue de pantera

As horas nuas parece ser ambientado nos anos 80, uma vez mais em uma grande cidade que pode ser São Paulo ou Rio. Ele se assemelha ao *As meninas* em sua técnica de entrelaçamento do fluxo de consciência de diferentes personagens com o estilo do discurso indireto em terceira pessoa, porém de certo modo de uma forma mais anticonvencional por conta de um dos pontos de vista que ele representa pertencerem a um gato. Esse narrador felino nos

remete ao *corpus* da literatura fantástica de Lygia, como no caso de seu satírico *Seminário dos ratos* ou seu macabro *As formigas*, mas como um antigo ser humano, cuja mais recente reencarnação se deu sob a forma de um felino, o gato Rahul “pensa” como todo mundo, e suas experiências, recontadas de forma desapixonada, aproximam-se de muitos dos dramas humanos do livro.

Rosa Ambrósia, a protagonista central de *As horas nuas*, é uma veterana atriz de teatro que compartilha muitos dos problemas da mãe de Lorena Vaz Leme. Ela é atraente, mas em processo de envelhecimento — uma viúva autoindulgente e de certas poses, que tinha uma relação amorosa com um homem mais jovem, nesse caso seu secretário, Diogo, enquanto seu marido, Gregório, que fora torturado pelo regime militar e demitido da faculdade, ainda se encontrava vivo. A relação apaixonada com Diogo, que continua após a morte de Gregório, azedou por conta da infidelidade do mesmo. Diogo residia no andar abaixo de Rosa, num prédio onde ela e o marido viviam (prédio que agora pertence a ela), mas ela insistiu que ele partisse. Agora sente falta dele e dos lamentos de *blues* e *jazz* da música do saxofone que emanavam constantemente de seu apartamento.⁷

Rosa possui uma filha, Cordélia, que também vive no prédio e está constantemente buscando homens para amar. Ela também sofreu com a perda de Gregório, com quem compartilhava um interesse crescente por Astrologia; para compensar pela perda e solidão, ela busca consolo no que são relações grandemente problemáticas com homens mais velhos.⁸ Atualmente Rosa passa a maior parte de seus dias reclusa em seu apartamento com sua empregada Dionísia ou “Diú”, obcecada por seu visual declinante, com sua solidão, com seu adultério e com o suicídio de Gregório. Ela tem uma analista chamado Ananta Medrado que, como o Dr. Francis em *As meninas*, subitamente a abandonou. Completamente autoabsorta, Rosa fica mais indignada que

⁷ Numa resenha sobre o livro, de 1989, Silviano Santiago descreve as diferenças entre os personagens e a música; minha ênfase é na utilização da música como *melos* que sugere o “excessivo.”

⁸ Rosa conta uma conversa com Diogo, que sofre uma crise de identidade após descobrir que o homem que acreditava ser seu pai não o é. Diogo combate seus momentos de depressão relacionados à paternidade com doses generosas de Charlie Parker.

traumatizada quando sabe tardiamente que Ananta, que mora em seu prédio, desapareceu misteriosamente.

Rosa também compartilha com Lorena, do romance prévio, a espera ansiosa por uma chamada telefônica de um ex-amante, que ela espera retornará e restabelecerá o senso de juventude, de ordem e de paixão sexual. Memórias de sua educação no convento e imagens de freiras vão e vêm em seus pensamentos, e ela vive algo como uma vida enclausurada. Como Lorena, Rosa acredita em pecado e salvação e cita os versos da Bíblia em latim. Carente, solitária e oscilando nos limites da histeria, ela se assemelha a Ana Clara, uma mulher ainda bela, apesar de fisicamente devastada, que bebe excessivamente e passa a maior parte do tempo fora de si. Diogo frequentemente a chama “Rosa Rosae”, quando não se refere a ela como Rosona ou Rosa Ambrósio da Fonseca. Seu marido a chamava por “Rosa”, seu pai de “Ma belle Rose” e sua prima a chama de “Rosinha.” Ela está preparando um livro de memórias sobre esses vários “eus” intitulado, como o livro que estamos lendo, *As horas nuas*.

Rosa não é uma exceção às outras mulheres dos romances de Lygia Fagundes Telles em termos da obsessão pelo pai, que é a fonte de ansiedade a respeito dos homens que a abandonaram. Ela possuía um vínculo bastante intenso com ele quando criança e lembra com carinho dos momentos íntimos quando folheavam as revistas de moda francesas de Tia Ana e liam um para o outro em francês. Recorda-se do pai como uma figura romântica, que havia vivido na França e cuja amante francesa abandonou tudo para segui-lo ao Brasil. Rosa deleita-se nas memórias do pai, que elogiava seu sotaque francês e prometia levá-la a Paris – conversa que ocorreu apenas algumas semanas antes de ele abandonar a casa um dia para comprar cigarros para nunca mais voltar. A mãe de Rosa era uma pálida substituta, porque mal conhecia francês e “ficava entusiasmada quando chegavam as revistas, mas gostava mesmo era de ler *Eu Sei Tudo*.” (p. 40) Como Ducha, em *As meninas*, e Laura, em *Ciranda de pedra*, a mãe de Rosa é frágil, incapaz de lidar com a destruição da família, sendo posteriormente internada em um asilo. Rosa lembra vividamente da morte do pai e da ausência da mãe durante o funeral, pouco tempo antes de sua descida à loucura.

Ao longo de toda a narrativa, o sofrimento de Rosa é pontuado pela expressão “Ô! meu Pai!”, que é uma súplica tanto a seu pai quanto a Deus. Dentre os outros fantasmas familiares que estão a ir e vir na vida de Rosa, encontra-se o do primo Miguel, seu primeiro amor, que morreu de uma *overdose* de drogas. Pouco mais velho que ela, o romântico e excêntrico Miguel se assemelhava ao seu pai. Tendo-a envolvido e excitado sexualmente ele prometeu dar à “Rosinha” uns livros de D.H. Lawrence e lhe comprar presentes caros, incluindo um estojo gravado com suas iniciais. Também lhe deu um primeiro beijo apaixonado. Certo dia, vestida para um casamento familiar a ocorrer na casa dele, ela descobre seu cadáver sendo embalado por sua mãe, uma imagem remanescente da *Pietà*. Comentários sobre a morte de Miguel foram suprimidos em prol do casamento de que Rosa participou entorpecida. Na recepção, acabou bebendo demasiado e flertando e dançando com um jovem, que viria a ser ninguém menos que Gregório.

Dentre as testemunhas das bebedeiras e confusões de Rosa, encontra-se a criada que vive com ela, Diú, sua “agregada negra” (19). Ocasionalmente, Diú consegue se desvencilhar das exigências de Rosa para imergir em uma telenovela sobre uma garota corcunda que se cura e se casa com um milionário. De acordo com Rosa, ao contrário dela própria e de suas amigas que perderam os maridos, Diú nunca se queixa da perda de Baltazar, o único homem de sua vida, e simplesmente afirma: “Ele está num ambiente melhor.” (48) A forte crença religiosa de Diú a distingue de Rosa, que relembra sentimentalmente sua crença infantil em Deus. Diú é seu porto seguro assim como alguém que lhe tira da cama, encontra e prepara suas doses de uísque e interrompe suas arengas de autocomiseração com comentários e opiniões nada condescendentes.

As horas nuas (tanto o livro que lemos quanto as memórias de Rosa) é também muito sobre a analista de Rosa, Ananta, que vive no apartamento acima do dela. Ao contrário de Rosa, cujas emoções teatrais transbordam facilmente, Ananta é altamente reservada e disciplinada, mantendo sua casa de forma excessivamente limpa e ordenada, como uma cópia de seu escritório.⁹ Ela pre-

⁹ Deve-se observar que a natureza reprimida de Ananta e sua necessidade de ordem e limpeza são semelhantes ao personagem e aos excessos de Lorena em *As meninas*.

fere a solidão e, para fugir de seus pacientes que lhe ligam tarde da noite, tira o fone do gancho a determinado momento; de vez em quando, um homem que não se identifica lhe liga e ela imagina se poderia ser seu pai. Ela sofre de dor de cabeça e a trata com aspirina e discos de Chopin, registrando observações sobre seus pacientes em um diário escrito numa caligrafia pequena e nítida – atividade que ela descreve como sendo sua “paixão” (20). Todos seus pacientes são mulheres e, de acordo com suas notas, todas sofrem com as aflições e prazeres do amor sexual.

No diário de Ananta há uma pouco comum observação sobre sua amiga Flávia, que está conduzindo um estudo sobre adultério na literatura e tem-lhe indagado, em referência a *Dom Casmurro*, o mais famoso romance sobre o tema no Brasil: “*Capitu é inocente ou culpada?*” (p. 66) Ananta registra certa incerteza sobre a questão, e observa que os homens que Flávia estuda acreditam ser Capitu inocente, enquanto as mulheres acreditam que ela é culpada. Flávia acrescenta que somente poucos dos que foram pesquisados haviam, de fato, lido o romance. Ananta anota: “*Concordei, ninguém lê*” (66). Essa referência a *Dom Casmurro* merece um comentário. Como vimos, o adultério exerce um papel significativo na ficção de Lygia, assim como sobre na literatura ocidental moderna como um todo. Deve-se levar em conta *Madame Bovary*, *Anna Karenina*, *Ulysses*, *O primo Basílio* e *O amante de Lady Chatterley*, para citar somente uns poucos textos europeus. Em todos esses casos, e no de *Dom Casmurro*, o adultério é cometido (ou suspeito de ter sido cometido) por uma mulher cujo ato fere o próprio coração das relações de poder da sociedade burguesa, ameaçando o senso de propriedade e a segurança fálica masculina.

O interesse de Lygia Fagundes Telles no romance de Machado data dos tempos de universitária e a levou, juntamente com Paulo Emílio Salles Gomes, a escrever o roteiro de *Capitu*, em 1968, que foi adaptado no mesmo por Paulo Cezar Sarraceni e posteriormente publicado em 1993 e 2008, e agora tem seus próprios leitores. *Capitu* e o romance de Machado foram também temas de uma apresentação pública que Lygia Fagundes e a psicanalista Ana Verônica Mautner efetuaram em 2008 como parte de uma série sobre Literatura e Psicanálise no Centro Cultural Banco do Brasil, no Rio. Lygia falou sobre seu longo

fascínio por *Dom Casmurro* e sua paixão pelo projeto de *Capitu* numa entrevista para a *Revista brasileira de Psicanálise* de dezembro de 2008. Nesse contexto, deveríamos lembrar que, no romance de Machado, Bento, o advogado, decide de uma forma aparentemente equilibrada, jurídica, mas totalmente subjetiva, que *Capitu o praticou*. Porém, nem mesmo uma experiente psicanalista como Ananta, muito menos um desapontado *casmurro*, pode saber se de fato o adultério ocorreu. O único testemunho sobre *Capitu* advém de Bento, que acredita ser ela culpada – uma suposição que os críticos de Machado inicialmente aceitaram, depois rejeitaram, e posteriormente declararam impossível de ser provada de uma maneira ou de outra. Noutras palavras, o romance é menos sobre o adultério ter sido ou não cometido que sobre a ansiedade masculina burguesa a respeito da possibilidade da existência de uma mulher infiel.



A situação de Rosa é diferente por conta de ter admitido seu adultério com Diogo. Como Bento, entretanto, ela suspeita de seu marido e suspeita que ele saiba sobre sua infidelidade, mas faça de conta que não. Rosa reflete sobre o passado e pondera sobre o estado de espírito do marido, olhares de desconfiança e depressão e questiona se o seu caso teve algo a ver com o seu suicídio. Como Bento, ela jamais saberá da verdade, e podemos ampliar essa incerteza para suas memórias como um todo. Num modo próximo a Machado, tudo o que Rosa reconta sobre o passado é possível de questionamento.¹⁰ Esse questionamento, entretanto, não rompe fundamentalmente com as relações de poder econômico e sexual entre homens e mulheres, que caracterizam a sociedade e determinam a culpa e a ansiedade que as mulheres sentem.

Enquanto o fluxo de consciência da frequentemente bêbada Rosa se move, de forma errática, entre o presente e as memórias de seu casamento, seu caso com Diogo, sua carreira no palco, seu pai e sua paixão infantil por Miguel, os pensamentos da psicanalista Ananta são dispostos de modo lógico e mais

¹⁰ Rosa também percebe a dificuldade de compreender o passado quando constata: “Procuo unir as pontas meio rotas através do Tempo real ou inventado...” (p. 55) – uma sentença que evoca a tentativa malsucedida de Bento de saber a verdade ou “atar as duas pontas da vida.”

sereno. Publicamente, ela aconselha mulheres que foram abusadas e apoia a liberação feminina e a educação sexual para as crianças. Na vida privada, no entanto, ela prefere uma solidão monacal, que é invadida pelos pensamentos sobre “o Vizinho”, um homem não identificado e não muito distante da voz que ouviu ao telefone. Ela acredita que ele ocupa a cobertura vazia do prédio, tornando-se objeto de suas fantasias e enlevos noturnos. A despeito de sua formação freudiana e de seu conhecimento da reescrita de Freud por Lacan, Ananta ignora suas próprias obsessões com os homens; se fosse uma boa lacaniana, saberia que numa sociedade de relações heterossexuais “normais,” os homens se esforçam para ser o falo e as mulheres se esforçam para possuí-lo. A ideologia da vida normal investe o poder econômico e sexual na figura do pai. Portanto, Ananta afinal desaparece do romance, e apesar do posterior surgimento de seu primo Renato Medrado que empreende uma busca detetivesca, ela permanece desaparecida. Talvez ela esteja “à procura de Mr. Goodbar”¹¹ e o tenha encontrado, ou simplesmente tenha sido engolfada por suas preocupações sexuais com pais ou figuras substitutas deles.

Silviano Santiago e Ana Paula Martins se encontram entre os críticos que comentaram sobre o aparecimento tardio do primo-advogado Renato no romance e seu abrupto desfecho em um modo ficcional detetivesco. Santiago defende que esse desfecho proporciona um adiamento para o leitor, que até esse momento tem imergido nos dramas de Rosa e Rahul, enquanto Martins argumenta que a jornada kafkiana de Renato, através de um labirinto burocrático no intento de localizar uma pessoa desaparecida, possui um efeito intencionalmente exaustivo. Ambos os pontos são válidos, porém existe também a questão de Renato ser um advogado criminal que se orgulha de suas habilidades investigativas e conhecimento dos clássicos de mistério, e teria preferido a carreira de escritor de histórias ficcionais detetivescas. Como Bento, em *Dom Casmurro*, Renato busca a verdade legalista e, em última instância, ele falha; as ações de Ananta, como as de Capitu, permanecem enigmáticas.

¹¹ Alusão ao o título do filme *Looking for Mr. Goodbar* (1977), dirigido por Richard Brooks, baseado no romance de Judith Rossner.

A voz menos comum em *As horas nuas* pertence a Rahul, o gato. A ideia de um animal-protagonista que pensa está longe de nova, se considerarmos gêneros tais como fábulas, literatura infantil ou filmes. A literatura para adultos também possui seus exemplos, sendo talvez o mais proeminente deles nos romances brasileiros a cadela Baleia, de *Vidas secas* (1939), ainda que seus pensamentos sejam apresentados, como os de Fabiano e sua família, através da mediação de um narrador em terceira pessoa. (O mesmo é verdade para *Flush* (1933), de Virginia Woolf, contado a partir da perspectiva do cachorro de Elizabeth Barrett Browning.) *As horas nuas* se diferencia não apenas porque Rahul é um gato, mas igualmente porque, além de ter efetivada nenhuma distinção estilística entre a voz de Rahul e a de Rosa, é difícil, por vezes, separar os pensamentos de Rahul dos dela. Ele se refere a si próprio, repetidamente, como o gato que foi castrado por Rosa. Em suas vidas passadas, enquanto homossexual, ele sofre de forma bastante semelhante às mulheres do romance.

Vários críticos têm apontado Rahul como um “duplo” ou imagem “especular” de Rosa.¹² Ambos levam vidas reclusas, a maior parte do tempo no apartamento, ainda que Rosa visite Ananta no andar de cima para suas sessões e Rahul frequentemente durma na escada ao lado da porta de Ananta. Ambos sofrem com suas perdas, mas ainda mais da ausência de sexo e paixão. Rosa bebe demasiado por não possuir uma vida amorosa, enquanto Rahul condena Rosa pela intervenção cirúrgica que roubou a dele. Ambos se lembram de seus outros papéis e vidas, frequentemente de modo dramático, e quando não se encontram imersos em pensamentos sobre si próprios, eles pensam sobre Gregório e Diogo, que deu nome a Rahul. Rahul preferia Gregório, de cuja presença silenciosa e toque sutil sente saudade.

Como muitos dos personagens de Lygia Fagundes, Rahul associa seu *status*, nesse caso “sem raça nem caça” (55), com a ausência de uma qualidade paternal de aprovação: “(...) Não pode ser inocente quem não tem o prestígio de um pai”, pensa, “mãe não é bastante” (56). Sua mãe numa vida anterior

¹² Ver, por exemplo, as recentes análises de Ana Paula Martins, “Entre espelhos e máscaras: O jogo da representação em *As horas nuas*” e Berenice Sica Lamas, “O duplo em Lygia Fagundes Telles: Um estudo em psicologia e literatura”.

se encontrava mais presente, porém ela se encontrava sempre desesperada e de luto. Ela o abandonou aos cuidados de uma irmã mais velha, que se assemelhava a uma “anã” (57), e uma empregada que lhe lia histórias infantis. Por fim, sua mãe foi posta em um asilo, e ele continuou a morar na mansão gótica, onde o som das agulhas de tricô de sua tia e da empregada eram os únicos sons, sendo os únicos outros moradores, morcegos.

Tendo quatorze anos de idade atualmente, Rahul participa do melodrama de paixão, morte e solidão que se reproduz no apartamento de Rosa. Ele sabe dos encontros secretos de Gregório com seu primo-médico e sabe também ter ele cometido suicídio para poupar a família das consequências de uma doença terminal. Rahul foi a única testemunha do suicídio, mesmo que Gregório tenha efetuado um esforço para enxotá-lo do quarto e protegê-lo de uma memória terrível. Rahul pode lembrar da paixão de Gregório por Rosa, sua separação em quartos distintos, e o frenético amor de Rosa e Diogo no piso do apartamento. De várias formas, *As horas nuas* é tanto – ou até mais – a dramática história do próprio Rahul quanto a de Rosa. Ele é tanto companheiro quanto testemunha; e por conta de sua homossexualidade, ele é também um *outsider*. Capaz de ternas emoções, mas, como muitos gatos e alguns humanos, ele é também sagaz e possui um instinto criminoso. Durante a cena de sexo selvagem entre Rosa e Diogo, ele rasga o vestido jogado por Rosa em farrapos, como a expressar seu ciúme, frustração e perda do desejo sexual. Após a morte de Gregório, Rosa adota uma nova gatinha, chamada Lorelei, cujo nome evoca a angustiada donzela da lenda alemã que salta para a morte. De forma semelhante, certo dia Lorelei é encontrada morta no chão, tendo caído do alto de uma janela. O espectro de seu possível suicídio aterroriza o choroso trio Rosa, Cordélia e Diú¹³, mas Diogo, que também suspeitava da morte de Gregório, suspeita que Rahul se encontre envolvido.

O romance termina com as palavras de Diú: “– É o gato” (p. 222), quando Rahul surge subitamente no apartamento de Ananta, enquanto Renato continua a busca por pistas sobre seu desaparecimento. Momentos antes, ele avisara

¹³ A memória do gato do histérico trio feminino também evoca as próprias memórias de Rosa de um trio de mulheres se lamentando e chorando no funeral de seu pai.

Diú, que o havia levado até o apartamento, que falara com todos sobre o incidente. Diú retruca que ele ainda devia falar com Rahul. Quando ele se dá conta de que ela se está referindo a um gato, fica chocado e replica: “– Mas gato não tem palavra!” Diú responde: “Esse até que fala demais às vezes” (220).

A descrição irônica, mas precisa, de Rahul feita por Diú pode ser aplicada à maior parte dos personagens de Lygia Fagundes Telles, que são “excessivos” não somente em termos de paixão, mas também na linguagem que fazem uso para transmitir suas emoções. Como temos visto, no entanto, existe diferenças no modo que ela enfoca a histeria melodramática nos três romances. *Ciranda de pedra* é o texto mais convencional e verdadeiramente melodramático, repleto de eventos dramáticos e revelações súbitas; possui também um personagem central inocente que ocupa uma posição social liminal com a qual supostamente simpatizaremos. A despeito de seu enredo linear, *As meninas*, um romance modernista, é uma das grandes conquistas estilísticas da literatura moderna brasileira, com personagens complexos que possuem uma compreensão potencialmente crítica de si próprias, com um ambiente no qual as mulheres possuem sua própria autonomia, com momentos de ironia e humor que proporcionam uma defesa do humor negro contra o sofrimento. *As horas nuas*, que possui certas qualidades de ficção pós-modernista e é ambientado em uma mansão burguesa transformada em prédio de apartamentos, é um romance mais autorreflexivo no qual a busca climática do “detetive” Renato pela verdade nunca é plenamente sucedida, mas ajuda a demonstrar que o propósito do romance não é proporcionar um fechamento claro, mas sim delinear a história de perda e desejo frustrado em andamento de uma família. As diferenças formais entre os três romances são uma demonstração interessante das diferentes fases da ficção no século XX, mas são menos importantes nesse aspecto que no tratamento consistente de temas e disposições melodramáticas. Repletos de mulheres transtornadas ou a um passo do colapso, os romances de Lygia Fagundes Telles são textos “históricos”, projetados para criticar as ideologias dominantes do Estado, religião e vida familiar. Eles se centram, apropriadamente, nas mulheres, porém as condições que descrevem afetam todos os personagens, em certa medida, até mesmo um gato.

Obras citadas

- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 3.^a ed. São Paulo: Editora Cultrix, 1997.
- FERREIRA-PINTO, Cristina. *O bildungsroman feminino: Quatro exemplos brasileiros*. São Paulo: Perspectiva, 1990.
- LAMAS, Berenice Sica. *O duplo em Lygia Fagundes Telles: Um estudo em literatura e psicologia*. EDIPUCRS, 2004.
- MARTINS, Ana Paula dos Santos. “Entre espelhos e máscaras: O jogo da representação em *As horas nuas*.” Diss. Universidade de São Paulo, 2010.
- NOWELL-SMITH, Geoffrey. “Minnelli and Melodrama.” In *Vincente Minnelli: The Art of Entertainment*. Ed. Joe McElhaney. Detroit: Wayne State University Press, 2009. 99-105.
- SANTIAGO, Silviano. “Romance traz o tango das ilusões perdidas.” *Folha de S. Paulo* (20 maio 1989): G6.
- SCHWANTES, Cíntia. “Interferindo no cânone: A questão do *bildungsroman* feminino com elementos góticos.” Diss. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.
- TELLES, Lygia Fagundes. *Ciranda de pedra*. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1955.
- _____. “Antes do baile verde.” In *Os melhores contos de Lygia Fagundes Telles*. 6.^a ed. Rio de Janeiro: Global Editora, 1989. 31-39.
- _____. *As horas nuas*. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1989.
- _____. *As meninas*. Nova edição. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1998.
- _____. Entrevista. *Revista Brasileira de Psicanálise*. 42, 4 (dez. 2008). http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S0486-641X2008000400003&script=sci_arttext
- _____. *Seminário dos ratos*. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1998.
- WOOD, Robin. “Minnelli’s *Madame Bovary*.” In *Vincente Minnelli: The Art of Entertainment*. Ed. Joe McElhaney. 154-171.



Jayme Adour da Câmara, uma bibliografia russa e uma carta tolstoiana¹

BRUNO BARRETTO GOMIDE

O jornalista e escritor Jayme Adour da Câmara é um daqueles personagens cativantes e um tanto fugidios que volta e meia aparecem associados a momentos relevantes da vida literária brasileira, deslizando entre os papéis de coadjuvante e protagonista.

A sua atuação cultural mais conhecida foi a participação no movimento modernista, como um dos diretores da segunda “dentição” da *Revista de Antropofagia*, em 1929, com Raul Bopp. Ele foi um dos integrantes do Teatro de Experiência, ao lado de Oswald, Flávio de Carvalho e outros, uma iniciativa prontamente fechada pela censura.² Em paralelo à militância modernista, escreveu artigos em jornais (manteve uma coluna sobre livros em *A Noite*, no fim dos anos 30, especialmente sobre a literatura brasileira moderna)³ e multiplicou-se em palestras sobre temas diversos.

Doutor pela Unicamp, com estágio CAPES em Berkeley. É professor de literatura russa na USP. Foi pesquisador-visitante no IMLI (Moscou), na Universidade de Glasgow, no Púchkinski dom (S. Petersburgo) e em Harvard. Publicou os livros *Da estepe à caatinga: o romance russo no Brasil* (Edusp), *Nova antologia do conto russo* e *Antologia do pensamento crítico russo* (ambos pela Editora 34).

¹ Este texto é parte de uma pesquisa sobre a recepção da literatura russa durante o Estado Novo, com financiamento do CNPq (Bolsa de produtividade em pesquisa).

² *Correio da Manhã*, n.º 11982, 21 dez. 1933.

³ *A Noite*, n.º 9602, 3 nov. 1938.

Os periódicos dos anos 20 e 30 trazem menções a seu nome, descrevendo-o como um jornalista atuante e respeitado: em maio de 1928, ele, então diretor da sucursal da Agência Brasileira Telegráfica, foi vítima do autoritarismo da polícia paulista, que lhe exigiu documentos em uma incursão “secreta” ao Centro Paulista de Diversões. O fato gerou indignação dos colegas de profissão.⁴

Um ano depois, o *Correio da Manhã* noticia a sua iminente viagem à Finlândia, patrocinada pelo governo do país escandinavo,⁵ que se tornaria uma espécie de terra prometida no livro *Oropa, França e Bahia*, obra publicada no começo de 1933, em resultado da viagem, e que seria a mais conhecida a sair da pena do autor.⁶ Uma palestra no Rotary Club, em novembro de 1930, logo depois do seu regresso, revelava um propósito essencial da expedição: o exame *in loco* da situação do café em diversos países europeus. O produto brasileiro andava subaproveitado no mercado do velho continente. A situação era mais grave ainda em notórios consumidores da bebida, como a própria Finlândia, terra não apenas do épico *Kalevala*, exaltado pelo viajante, mas da quantidade de ingestão de café *per capita* mais alta do mundo. O grão pátrio infelizmente também escasseava na União Soviética, merecedora de capítulos feéricos no livro de viagens. A Rússia soviética ali figura de modo característico como um cenário de experimentos sociais utópicos. A descrição do país, em ritmo veloz, é deslumbrada, certamente, mas não deixa de encerrar uma nota de ambiguidade, talvez inconsciente, refletida em sua caracterização como “cobaia monstro”. Já na palestra do Rotary, a URSS surge despidida do aspecto ideológico. É simplesmente um mercado extraordinário, que poderia gerar 640 milhões de quilos, dez milhões e meio de sacas para a exportação brasileira, caso o consumo de cada um dos 160 milhões de habitantes daquela sexta parte do mundo subisse a quatro quilos por pessoa. “Não se trata de

⁴ *Correio da Manhã*, n.º 10230, 16 maio 1928. Sobre as atribuições de Adour da Câmara com a polícia, ver: Maria Luiza Tucci Carneiro, *Livros proibidos, ideias malditas: o DEOPS e as minorias silenciadas*. Cotia, Ateliê, 2002, 2.ª ed., p. 85.

⁵ *Correio da Manhã*, n.º 10545, 18 maio 1929.

⁶ Jayme Adour da Câmara. *Oropa, França, Bahia*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1933.

uma utopia irrealizável!”, afirma o informe, introduzindo uma prosaica nota mercantil nas expectativas messiânicas ligadas ao colosso soviético.⁷

Quando o clima político fica pesado de vez, após a decretação do Estado Novo, vemos Adour da Câmara secretariando uma revista intitulada *Nação armada*, dirigida por um major.⁸ Quando o ambiente começa a dar sinais de desanuviar, ele é um dos que assinará uma declaração contra o fascismo.⁹ Joel Silveira se lembra dele como um ótimo *caseur*, viajante contumaz (superando até Marco Polo), fumante inveterado e crítico ferrenho de Getúlio Vargas na redação de *Dom Casmurro*.¹⁰

Et pour cause, sua trajetória se mescla com as idas e vindas da apropriação da literatura russa, nas décadas de 20 e 30. A sua estreia na vida literária acontece associada justamente ao destino dos escritores russos no Brasil e do mais “russo” dos nossos escritores. Isso acontece em conhecida carta de Lima Barreto, datada de julho de 1919, em que o escritor carioca dispensa o seu famoso conselho ao “jovem autor”, o próprio Adour da Câmara: “Leia sempre os russos: Dostoiévski, Tolstói, Turgueneff, um pouco de Gorki; mas, sobretudo, o Dostoiévski da *Casa dos mortos* e *Crime e castigo*”.¹¹ O iniciante participava, assim, de um dos momentos-chave das relações entre Lima Barreto e a literatura russa. Naquela altura, leitor dos russos há pelo menos duas décadas, Lima podia dar caráter de síntese às suas opiniões sobre a tradição literária russa, relativamente nova no plano internacional, mas já desfrutando de um peso decisivo. É de se supor que o conselho tenha impressionado o jovem Adour da Câmara, então com pouco mais de 20 anos.

O escritor sugerido é “sobretudo” o Dostoiévski dos romances mencionados porque Lima movia-se no terreno crítico fornecido pela crítica francesa de fins do século XIX, responsável pela primeira onda significativa de difusão da literatura russa. Para Lima Barreto (e, por extensão, para Adour

⁷ *A Noite*, n.º 6827, 26 nov. 1930.

⁸ *A Noite*, n.º 10068, 21 fev. 1940.

⁹ *Correio da Manhã*, n.º 14602, 11 jun. 1942.

¹⁰ Joel Silveira. *Na fogueira. Memórias*. Rio de Janeiro, Mauad, 1998, pp. 493-495.

¹¹ Lima Barreto, *Um longo sonho do futuro*, 1993, p. 280.

da Câmara e a maior parte da *intelligentzia* russófila latino-americana), tão importante quanto o “nihilismo” russo ou a revolução de 1917, que palpitam nas entrelinhas desse e de outros comentários do escritor brasileiro, foi o referencial crítico fornecido por obras como *O romance russo*, de Melchior de Vogüé, um texto que promovia uma pugna contra o naturalismo francês a partir de uma matriz ensaística de feitio religioso (e, especificamente, católico).¹² Vogüé sugeria aqueles dois romances como os melhores de Dostoiévski, às expensas de obras como *Os irmãos Karamázov*, nebulosas no pensamento e desconjuntadas na arte, no entender do ensaísta francês. Note-se, porém, que Lima Barreto realizava uma apropriação insubordinada da obra de Vogüé, parafraseando-a, ao repassar a sugestão daqueles dois romances para o seu jovem missivista, ao mesmo tempo em que a confrontava, elevando ao ponto máximo do seu conselho justamente o escritor que, para Vogüé, não era o ápice da ficção russa.

Chama a atenção, no conselho dado por Lima, a quantidade moderada de Gorki a ser apropriada, ele que já era um poderoso ícone da esquerda internacional, lido via de regra em edições baratas: as memórias de diversos escritores brasileiros costumam localizar o primeiro contato com Gorki em livros semi-enterrados em porões e desvãos, nos bastidores do mundo do trabalho e da pobreza. Era, como se sabe, um autor apreciadíssimo em círculos anarquistas e socialistas. Portanto, muito mais palatável caso o objetivo da recomendação epistolar fosse essencialmente político. Desse ponto de vista, era, em teoria, o antípoda de Dostoiévski, politicamente duvidoso e ideólogo “perigoso”, porém muito mais ecumênico no campo da cultura, capaz de atingir grupos literários os mais diversos e inclusive antagonísticos (esse ponto será um elemento decisivo na apropriação brasileira de Dostoiévski nas décadas seguintes, pelo menos até o final da tensão estadonovista).

Como era comum, muito desse envolvimento com a literatura russa desembocará em uma afinidade pela esquerda política (e vice-versa), concretizada

¹² Sobre o assunto, cf. Bruno Barretto Gomide, *Da estepe à caatinga: o romance russo no Brasil (1887-1936)*. São Paulo, Edusp, 2011.

em aproximações com a União Soviética. Em 1933, Adour da Câmara fez palestras no Clube de Artistas Modernos, dirigido por Caio Prado Júnior, sobre a organização social soviética.¹³ Teve simpatias trotskistas¹⁴ e foi presidente da Associação dos Amigos da União Soviética, da qual também participavam, entre outros, Affonso Schmidt, Martins Fontes, Oswald de Andrade, Brasil Gerson, Domingos Ribeiro Filho, Pedro Motta Lima e Alex Wainshtein. Na direção da associação, Adour da Câmara correspondeu-se com David Vygodski, um dos intelectuais mais fascinantes da cultura soviética dos anos 20 e 30. Vygodski foi um sofisticado crítico e poeta. Ele traduziu a partir de mais de 20 idiomas, especialmente do espanhol e do português, até sua prisão em 1938 e morte, cinco anos depois, em um campo de trabalhos forçados no Cazaquistão. Ele foi uma ponte entre o formalismo, as correntes literárias e os primeiros estudos ibero-americanos realizados em Leningrado. Além de difundir diversos autores latino-americanos na URSS daquele período, Vygodski manteve com eles intensa correspondência (e foi cicerone de alguns deles durante visitas à cidade), entre eles Jorge Amado, Osório Cesar, Tarsila do Amaral, Elias Castelnuovo e Octavio Paz.¹⁵



A literatura russa é um dos melhores termômetros das flutuações políticas da era Vargas. A forma como os atores políticos e culturais se relacionam com ela, mobilizando paixões pró e contra, permite traçar a história do anti-comunismo no Brasil. Brito Broca batizou o começo dos anos 30 de “febre de eslavismo”

¹³ Luis Bernardo Pericás. “Caio Prado Júnior e o socialismo”. *Mouro*, ano 2, n.º 3, jul. 2010.

¹⁴ Ver: Alzira Lobo de Arruda Campos e Liana Sálvia Trindade, “Trotskistas nas prisões de Vargas (São Paulo, 1931-36)”. *Pesquisa em debate*, edição 8, vol. 5, n.º 1, jan/jun. 2008.

¹⁵ A correspondência foi reunida por Bruno Barretto Gomide e faz parte de um livro em preparação intitulado: *David Vygodski: a correspondência ibero-americana*. O arquivo pessoal de Vygodski está na Biblioteca Nacional Russa, em São Petersburgo. Sobre Vygodski, cf. GOMIDE, Bruno, “David Vygodski: a voz solitária de uma biblioteca”. *Kinoruss*, ano 2, n.º 3. São Paulo, 2012; GOMIDE, Bruno. “David Vygodski e um “conto cinematográfico”, *Kinoruss*, ano 3, n.º 4. São Paulo, 2013; GOMIDE, Bruno, “David Vygodski e o “Tartarin de Lisboa”. *RUS*, n.º 2. São Paulo, 2013.

– denominação irônica, por sinal, já que o crítico fora um dos integrantes de um dos produtos mais expressivos, senão o mais, daqueles anos, a coleção “Biblioteca de autores russos” da editora Selzoff.¹⁶ Esse momento, que vai até meados da década, coincide com uma enorme leva de publicações de editoras como a Unitas, Pax, Marisa e Calvino, muitas delas associadas a intelectuais e gráficas de esquerda. No plano transnacional, tal fluxo de Dostoiévskis misturados a Lênins coincide com políticas internacionalistas soviéticas de difusão da sua literatura, com viagens de estrangeiros à União Soviética e de alinhamentos de intelectuais a associações de apoio e ajuda ao povo soviético. Com o levante comunista e o começo do Estado Novo, a publicação de obras russas no Brasil despenca, para retornar dramaticamente após fins de 1942. O período que vai desse momento até o fim da guerra e do Estado Novo talvez tenha sido o de maior presença do “texto russo” no Brasil, incluindo-se aí o momento de furor editorial atual. A cereja no bolo dos esforços editoriais de então foi a coleção de obras de Dostoiévski publicada pela José Olympio a partir de 1944. Porém, mesmo nos momentos de baixa, especificamente em 1937-1941, a literatura russa jamais deixou de ser traduzida e comentada, com uma ressalva: era dos escritores do século XIX que se falava, quase nunca dos “novos” soviéticos (ou da “moderna literatura russa”, como se dizia), tidos em geral como muito inferiores àqueles e, portanto, mais propícios a servirem de fachada para iniciativas editoriais de cunho político. Dostoiévski, Tolstói e Gorki, em primeiro lugar, e Turgueniev, Gogol e Puchkin a seguir, eram portos seguros, que possibilitavam aos críticos prolongar a sua frequência da cultura russa e, ao mesmo tempo, realizar um comentário sobre o Brasil, o mundo e a humanidade em tempos árdusos.

Um episódio envolvendo Jayme Adour da Câmara pode ilustrar essa gangorra político-literária. Após a azáfama do começo da década, que incluía participação em projetos sovietófilos de todo tipo – presidência da Associação de Amigos da União Soviética, correspondência com intelectuais, viagem

¹⁶ Sobre a coleção de Selzoff, cf. Denise Bottman, “Georges Selzoff, uma crônica”. *Tradução em revista*, n.º 14, 2013/1.

ao país – Adour rascunhou, no turbulento ano de 1937, uma bibliografia de literatura russa, a ser utilizada em um estudo sobre o assunto. Ela está lançada em um caderninho do acervo pessoal do escritor, depositado na Casa de Rui Barbosa. Intitula-se “Bibliografia de Tolstói. Idem de Turguenef e Dostoiévsky – lit. russa”, e está datada de maio daquele ano.¹⁷ É um documento muito interessante por mostrar uma bibliografia pessoal elaborada às vésperas do Estado Novo, um regime, nunca é demais lembrar, fundamentado no anti-comunismo e, portanto, naturalmente suspeito de temas russos. São cerca de 40 páginas com anotações bibliográficas. Não há indicação sobre a proveniência das referências. Possivelmente apenas grandes bibliotecas, como a Nacional ou a Municipal de São Paulo, teriam um acervo dessa dimensão. Se a origem era a coleção pessoal de Adour da Câmara, então o autor tinha amalhado uma “russiana” bastante considerável em suas andanças pelos sebos do mundo. O caderno foi visivelmente adquirido para esse fim. A listagem da tríade de escritores russos começa na primeira página da brochura e se encerra subitamente, deixando uma série de páginas em branco a provocar a imaginação do pesquisador décadas depois. O que será que Adour da Câmara ali incluiria, se é que o projeto teria continuidade?

A grande maioria das obras está em francês. Sob o item “Bibliographia de Turgueniew” (em uma grafia curiosamente germanizada, apesar da origem francesa de todos os livros relacionados), há 14 obras literárias, com títulos ora traduzidos para o português, ora em francês, sempre acompanhados da data de publicação (*Narrativas de um caçador* – 1852; *Rudine* – 1855” etc). Somam-se a eles sete textos sobre Turgueniev, inclusive o livro de Vogüé que servira como base da leitura de Lima Barreto e que estará presente também nos demais itens da bibliografia. Não há uma seção específica sobre Dostoiévski, mas ele consta do item seguinte, “Documentários sobre a literatura russa”, que traz 29 textos, de praticamente todas as vertentes críticas então disponíveis (Merejkovski, Chestov, Gorki, Berdiaev, Levinson, Courrière etc). A maior parte do esboço é composto

¹⁷ Acervo de Jaime Adour da Câmara. “Bibliografia de Tolstói”. Arquivo-Museu de Literatura Brasileira. Fundação Casa de Rui Barbosa.

por Tolstói. As obras da lavra do escritor estão apresentadas em ordem cronológica, ocupando 25 páginas, ano a ano (1851-52: *L'enfance*; *L'Incursion* etc). As obras sobre ele ocupam apenas sete páginas, mas constituem o maior número, 31, sendo que 29 em francês (Perski, Romain Rolland, Leroy-Beaulieu, entre outros). Quebrando a francofonia, há dois títulos em português: *Tolstói*, de S. Zweig (ed. Guanabara, 1936), e *A tragédia sexual de Leon Tolstói*, de Joseph Kalnikov (ed. Marisa, 1931), um título que unia o ilustre nome de Tolstói ao palpitante tema sexual associado, para horror da direita católica, à revolução russa.

A lista minuciosa parece uma concretização da orientação dada por Lima Barreto quase 20 anos antes: ler sempre os russos é precisamente o que Adour da Câmara estava fazendo, e com afincos. Salta aos olhos, porém, em um personagem tão múltiplo, viajado e politizado, que o material arrolado esteja praticamente todo em francês. A “febre de eslavismo” do começo da década tivera o efeito de gerar, pela primeira vez, edições nacionais de autores russos, tradicionalmente minguaados em tradução. Elas estão quase inteiramente ausentes do trabalho em andamento de Adour da Câmara. Onde estão as edições da Selzoff, Pax, Calvino e outras? Embora produzidas por editoras em geral modestas e de distribuição precária, elas eram apregoadas nos jornais e resenhadas com algum destaque. Certamente Adour da Câmara as conhecia, mas, salvo os dois exemplos acima mencionados, elas foram omitidas do seu projeto. Ele não confiava nas traduções brasileiras? Temia a repressão política direcionada àquelas editoras? Os livros que circunstancialmente ele tinha a seu dispor não eram aqueles? Seja pelo motivo que for, o bibliógrafo ficou ancorado no universo confortável dos livros de ficção e crítica franceses, antigos e modernos.

A explicação para a existência dessa bibliografia poderia ficar obscura, não fosse um artigo publicado pelo autor em *Dom Casmurro*, às vésperas da decretação do Estado Novo. A “Carta a Brício de Abreu”¹⁸ é uma nota pública de Adour da Câmara ao editor do periódico, que publicara, alguns meses antes,

¹⁸ CÂMARA, Jayme Adour da. “Carta a Brício de Abreu”. *Dom Casmurro*, n.º 23. Rio de Janeiro, 14 out. 1937.

um artigo sobre Tolstói intitulado “A fuga de Iasnaia Poliana”.¹⁹ A saída tempestuosa do conde de sua propriedade rural era um tema tradicional na crítica brasileira e internacional, e continuaria a sê-lo nos anos seguintes. A descrição das atribulações familiares de Tolstói e os seus momentos finais, até a morte na estação de Astapovo, constituiriam, na verdade, o cerne das resenhas e artigos publicados por aqui.



Nesse sentido, nada de novidade quanto ao tema do texto de Brício de Abreu. O que o torna significativo é o uso encorpado da bibliografia atualizada, citada com rara precisão, e a mensagem “esópica”, cujo pano de fundo eram os introitos da ditadura varguista: trata-se de um longo artigo sobre a fuga e o aniquilamento de um intelectual combativo, a grande figura simbólica de oposição ao czarismo na Rússia tardo-imperial. Além de um debate bibliográfico aparentemente desinteressado sobre as novas interpretações da biografia de Tolstói, o que está em jogo na resposta de Adour da Câmara é o subtexto político, que fica reforçado na “Carta”. Assim começa o artigo:

“Sei que nós já nos conhecemos, nesta ou em outra encarnação. O seu nome me é familiar. Já me havia acostumado a vê-lo assinando coisas interessantes ou corajosas. Quando o não via impresso, ouvia-o pronunciado por amigos comuns, aqui ou no estrangeiro. Mas depois mergulhei no esquecimento. Fugi do jornalismo, das “letras”, da cidade e vim me meter no mato para viver. Sou hoje um modesto cavocador da terra. Sem retórica. Prefери a terra, a gleba podre de húmus a uma banca de redator. E aqui estou com a minha solidão e com os meus livros”.²⁰

Os clichês associados à vida agrícola de Tolstói, e as contradições a ela associadas, já eram uma tradição no pensamento brasileiro, vazados em linguagem

¹⁹ Brício de Abreu. “A fuga de Iasnaia Poliana”. *Dom Casmurro*, n.º 5. Rio de Janeiro, 10 jun. 1937.

²⁰ Jayme Adour da Câmara, *op. cit.*, 1937.

saborosa desde o começo do século XX, quando o conde era presença assídua na imprensa. Eles abrem e fecham o artigo, em cujo final Adour da Câmara, intelectual exilado no interior do país, se autointitulará mero “criador de porcos”. A associação entre leitura filosófica de Tolstói e exílio não era nova: André Rebouças fizera o mesmo quando de sua partida do Brasil e subsequente périplo europeu e africano, após o fim da monarquia.²¹ Enquanto mimetiza a fuga do mundo feita pelo conde, Adour da Câmara explica que, durante a sua passagem pela Rússia, o legado de Tolstói fora uma das principais impressões do viajante. Ele foi a Iasnaia Poliana, à casa-museu moscovita, e destacou a marca pujante que Tolstói deixara em todos os cantos e indivíduos, fossem mujiques ou intelectuais: “era o escritor mais lido no momento e creio que continua ainda” (curioso observar que nada desse testemunho poderoso aparece em *Oropa, França e Bahia*²²). Adour da Câmara confessa que, desde a adolescência (desde a carta de Lima Barreto?), Tolstói se tornara uma “mania”, incrementada depois pelas peripécias da viagem. Desde então, o jornalista tentava pôr em pratos limpos esse “velho conhecimento espiritual”. Estava a preparar um “dossiê de tudo quanto me cai nas mãos sobre o apóstolo de Iasnaia Poliana”, recolhendo bibliografia variada, sendo o caderninho uma das etapas desse labor. Ele agradece publicamente a Brício de Abreu por uma série de obras críticas indicadas no artigo sobre a fuga de Tolstói: *Grandeur et infamie de Tolstoi*, de Jean Cassou, *Tolstoi et la mort*, de E. Bouernel, e *Sur la mort de mon père*, de Tatiana Tolstói. E, já que Brício ainda permanecia um intelectual ativo na urbe, solicitava-lhe uma “lista bibliográfica mais extensa do que a publicada” no artigo. O objetivo de todo esse material coligido no caderno pessoal e requisitado ao colega de *Dom Casmurro* era preparar um estudo de fôlego:

“Se o mato não me roubar inteiramente o estímulo, um dia inda hei de escrever a biografia do escritor, a meu modo. Já lhe reuni quase toda a obra, faltando-me apenas alguns folhetos de pequena importância e o volume

²¹ Bruno Barretto Gomide, *op. cit.*, 2011, pp. 224-226.

²² É muito possível que comentários desse tipo tenham sido feitos em outros lugares, como o Clube de Artistas Modernos.

contendo os artigos sobre assunto pedagógico. Consegui também juntar uma boa parte do que se escreveu sobre ele, cerca de uns 25 trabalhos. Mas a vida de Tolstói está na sua obra: é de lá que se há de arrancá-lo vivo. Daí o meu trabalho maior, e não sei quando poderei começar a escrever. Estou na fase preparatória, relendo, tomando notas para reler novamente. Só aqui eu poderia pensar nisso. Tolstói para mim é uma grande abstração espiritual. Eu não resistiria tanto tempo no mato, vivendo num rancho sem ela, sem a tal abstração”.²³

Uma forte imagem, portanto, do isolamento e dos temores do intelectual, em um Brasil que se preparava para consolidar mais uma experiência autoritária: Jayme Adour da Câmara em paradeiro rural inespecífico, coligindo bibliografia francesa sobre Tolstói e envolvido pela obra completa do escritor, clássico indisputável da literatura mundial, maior figura pública do começo do século e escritor entronizado pela cultura soviética. A obra grandiosa nunca saiu das intenções de seu autor. Ficava, em todo caso, a promessa de um texto, sem dúvida inédito na vida literária brasileira, que buscaria estabelecer nexos mais aguçados entre a vida e a obra tolstoianas, indo além do bosquejo anedótico da primeira, como era de praxe na média dos nossos ensaios.²⁴

O projeto de Adour da Câmara vinha, ao fim e ao cabo, se juntar a outros importantes trabalhos não-escritos sobre a literatura russa no Brasil entre os anos 30 e 40: o estudo do escritor gaúcho Athos Damasceno Ferreira sobre Dostoiévski e a história da literatura russa prometida por Otto Maria Carpeaux.

²³ Jayme Adour da Câmara, *op. cit.*, 1937.

²⁴ A lacuna só foi superada meio século depois, no breve mas excelente estudo de Boris Schnaiderman, *Leão Tolstói: Antiarte e rebeldia*. São Paulo, Brasiliense, 1983.



HÍBRIDO, adhesivo vinílico,
resíduos urbanos,
510 x 380 x 80 cm, 2013.

70 anos de *Monções*

EVALDO CABRAL DE MELLO

Ocupante da
Cadeira 34
na Academia
Brasileira de
Letras.

Gostaria de recordar que neste ano de 2015 cumprem-se os 70 anos do aparecimento de *Monções*, livro em que Sérgio Buarque de Hollanda encetou sua história da expansão paulista. *Monções* não é o livro mais importante de Sérgio Buarque. Ele analisa aqui as chamadas “monções de povoado”, a utilização por São Paulo do seu sistema fluvial na marcha para o Oeste. Porém, *Monções* veio a ocupar uma posição estratégica no conjunto da sua obra, equivalendo a uma verdadeira virada de percurso intelectual. Até 1945, além de numerosos artigos de crítica literária já reunidos atualmente em volume, Sérgio Buarque publicara apenas *Raízes do Brasil*, trabalho em que sucumbira à moda predominante de “explicar o Brasil”, o que fez em termos weberianos, como, mais tarde, Raimundo Faoro. Na realidade, *Raízes do Brasil* é bem menos realizado que seus demais livros, embora ainda possa responder aos anseios de introspecção de um país que há um século se pergunta incansavelmente

pelo seu “sentido” ou pelo seu pretense “enigma”. A partir de *Monções*, Sérgio Buarque de Hollanda enveredou decisivamente pela história; e o fez não só no tocante à expansão de São Paulo, como em *Caminhos e fronteiras* e em *O extremo Oeste*, publicado postumamente; como também em *Visão do paraíso* que explora, com a soberba erudição que era a sua, os mitos do descobrimento e da conquista do Brasil. Ainda resta explicar as razões desta guinada historiográfica em favor de um assunto, o bandeirantismo, que seus conterrâneos paulistas há muito exploravam. Aqui me limitarei a apontar a possível sugestão de certo artigo de Fernand Braudel. Escrito num campo de concentração alemão e publicado nos *Annales* nos primeiros anos 40, este artigo, intitulado “A propósito da obra de Gilberto Freyre”, formulou uma crítica que posteriormente será reiterada entre nós, a de que a sociedade patriarcal das casas-grandes de engenho e dos sobrados urbanos não esgotavam a história social brasileira; e que havia ainda “outros Brasis” que cabia explorar mediante o que Braudel chamava “um alargamento horizontal” que incluísse diferentes perspectivas regionais. Seja dito de passagem que Gilberto Freyre, sem referir Braudel, tratou de defender a validade dos seus estudos para todo o conjunto nacional na longa introdução que redigiu para a segunda edição de *Sobrados e mucambo*, sustentando a distinção entre forma e conteúdo sociológicos. A forma sociológica da sociedade patriarcal teria planado, por assim dizer, sobre os diferentes conteúdos sociológicos existentes através do país, aqui moldando a produção do açúcar ou do café, ali, as áreas pastoris do Nordeste e do Rio Grande do Sul, além, a própria economia mineira do século XVIII. Em entrevista concedida pouco tempo antes do seu falecimento, Sérgio Buarque acentuou que o Brasil freyriano parecera-lhe demasiado estático e que por isso mesmo se aventurara a explorar a história de áreas, como a paulista, em que a mobilidade horizontal desempenhara papel crucial na organização social.



Magalhães de Azeredo no cinquentenário da sua morte

AFFONSO ARINOS DE MELLO FRANCO

Ocupante da
Cadeira 17
na Academia
Brasileira de
Letras.

Carlos Magalhães de Azeredo nasceu no Rio de Janeiro a 7 de setembro de 1872, dia em que o Brasil comemorava o cinquentenário da Independência; e morreu em Roma, há meio século, a 4 de novembro de 1963. Aos 24 anos de idade, ele fora o mais moço dos fundadores da Academia Brasileira de Letras, e, aos 91, o último dentre aqueles a sobreviver. Seria membro titular da Academia durante 66 anos.

Em suas *Memórias*, por mim aqui editadas, Magalhães de Azeredo narra que um exemplar da *Gazeta de Notícias*, da qual ele era colaborador, lhe dera, na Itália, a informação de que “a Academia Brasileira acabava de ser fundada, e eu fora eleito para uma das cadeiras, por designação quase unânime (15 votos sobre 16), e toda espontânea”.

Espontânea a votação pode haver sido, mas sobre ela terá, decerto, pesado fortemente a sugestão do seu amigo e correspondente Machado de Assis, a quem Azeredo se fizera lembrar em carta datada de Roma, a 4 de janeiro de 1897: “Li nos jornais ultimamente

chegados daí que grande número de escritores brasileiros se reunia para fundar a Academia de Letras, aclamando-o presidente, como de justiça. Aplaudindo a ideia e achando-a capaz de produzir benefícios e brilhantes resultados, peço-lhe que, na primeira reunião que houver, depois de recebidas estas linhas, declare aos sócios, em meu nome que, embora de longe, me identifico com eles no mesmo intuito, e me ofereço para prestar à nova Academia os serviços que eu possa prestar aqui.”

Azeredo reconhecia, com franqueza, a situação peculiar que lhe coubera na inauguração desta Casa. Quando convivemos em Roma nos anos 50, e eu, certa vez, lhe mencionei sua condição de fundador da Academia, ele precisou: “Fundador fundado.” E explicou-me ter sido um dos dez que os 30 escritores originalmente reunidos para criar a nova entidade escolheram em seguida, a fim de completar o número mítico de 40 componentes da entidade inspiradora, a Academia Francesa.

O altíssimo conceito em que ele teve a Academia Brasileira, explicitou-o claramente na longa mensagem a ela enviada em 1945, ao término do grande conflito armado durante o qual permanecera isolado na Itália em guerra contra o Brasil, e em Roma sob a ocupação nazista. Concluiu afirmando que “a nossa Academia está em primeira linha entre as corporações intelectuais a que compete, na América, a sagrada tarefa de preservar, propagar, desenvolver a cultura, e de defendê-la se periclitante, com o máximo empenho e o máximo sacrifício. Ela é, por definição, uma elite, uma das mais autênticas elites da nossa pátria e de todo esse continente”.

Publiquei, pela Academia, as *Memórias* da infância, adolescência e mocidade de Carlos Magalhães de Azeredo, que tinham permanecido esquecidas, por longo tempo, no Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores. Elas se encerram em 1898, aos 25 anos do autor. Mesmo limitadas ao primeiro quarto de século da vida de Magalhães de Azeredo, que ultrapassou nove décadas, dão testemunho pessoal, em primeira mão, de eventos da maior importância histórica, como a abolição da escravatura, a Proclamação da República, a revolta da Armada e, na França, o processo Dreyfuss. Com estilo florido, hoje insólito, o autor descreve sentimentos e educação de outros

tempos. Estilo em que as frases feitas e os frequentes lugares-comuns são amplamente compensados pela frescura das sensações, das emoções e por ampla cultura clássica, variada e profunda. O vocabulário abrangente, escolhido e requintado abunda em arcaísmos, neologismos, italianismos e galicismos. No livro, Azeredo traça perfis memoráveis, como o de Eça de Queiroz e o de Dom Antônio Macedo Costa, bispo do Pará, epicentro da questão religiosa que abalou o Império.

Dentre a volumosa documentação por mim recolhida no Arquivo Histórico do Itamarati, além de extensa correspondência, das memórias e dos diários, figuram dois manuscritos, com 36 páginas o primeiro e 128 o segundo, intitulados por Azeredo *O papa e a guerra – Uma defesa desapassionada* e *Roma em guerra – Recordações de seis anos: 1940-1945*. Juntei-os em continuação às suas memórias sob o título *Memórias de guerra – O Vaticano e a Itália nas duas guerras mundiais*. Nelas, o ilustre diplomata e acadêmico fixou, com 30 anos de intervalo, seu testemunho pessoal de tempos difíceis e perigosos por ele passados em Roma durante os dois conflitos que ensanguentaram o século. E contrabalançou as singularidades estilísticas já presentes nas *Memórias* com a espontaneidade das reações e transparência dos sentimentos a descrever fatos e personagens.

Já os longos diários, abarcando seis décadas de *petite histoire*, a princípio narrativos e opinativos, se transformaram, com o tempo, em simples agendas de eventos quotidianos. Estão disponíveis, na íntegra, aos eventuais interessados, nos arquivos da Academia e do Itamarati. Publiquei sua sinopse na *Revista Brasileira*. Eles desaproveitam, com deplorável desperdício intelectual, a oportunidade quase sem precedentes oferecida a um cidadão brasileiro dotado de todos os títulos para viver e testemunhar mais de meio século de história da civilização europeia, de uma cultura com os seus personagens e costumes, suas atitudes e expressões. Mesmo assim, refletem o mundo cosmopolita, conturbado e fascinante, contemporâneo das crises políticas, ideológicas e morais por que passou a Europa no século XX, devastada pela duas grandes guerras. Mundo onde viveu, por largo tempo, o diplomata, escritor e humanista Carlos Magalhães de Azeredo.

Mas o último diário, de 1958, traz, no fim, anotação tocante para mim: a “bela visita” natalina de “Afonso Arinos III com a gentil senhora”.

A carreira funcional de Carlos Magalhães de Azeredo, como diplomata, teve início em 1895, na nossa Legação em Montevidéu. De 1896 a 1897, ele serviu junto à Santa Sé. Exonerado, então, por injunções do chefe – florianista exaltado, indisposto com a companhia de um auxiliar que escrevera vigorosas verrinas contra o marechal-presidente, a ponto de exilar-se em Minas Gerais –, seria reintegrado na profissão diplomática, e regressou a Roma em 1898, novamente lotado na Legação no Vaticano. Cumpriu rápido serviço provisório em Paris, em 1902, regressando à Itália no ano seguinte. Em 1903, voltou a conviver, em Roma, com Joaquim Nabuco (que conhecera na juventude), cuja defesa do Brasil na questão de fronteiras com a então Guiana Britânica malograria devido à mediação parcial e desonesta do rei italiano, Vitério Emanuel III, previamente comprometido com o soberano inglês Eduardo VII a favorecer os interesses coloniais britânicos.

Magalhães de Azeredo serviu como enviado extraordinário em Atenas de 1913 a 1914; em seguida, não mais deixaria a Santa Sé, onde foi ministro plenipotenciário, de 1914 a 1919, e embaixador desde então até 1934. Vinte e um anos de chefia de missão no Vaticano, por conseguinte. Pouco mais de meio século após, eu teria a honra de sucedê-lo naquele posto que é uma espécie de ONU religiosa, onde se fica com a mão no pulso do mundo católico.

O embaixador atingiu o ponto culminante da sua carreira (ele mesmo assim o julgava) com o discurso que dirigiu a Pio XI em 1929, em nome do corpo diplomático acreditado junto à Santa Sé, do qual era decano, após a assinatura dos Tratados de Latrão, entre o Vaticano, representado pelo cardeal Pietro Gasparri, secretário de Estado, e a Itália, por Benito Mussolini, chefe do governo. Os Tratados se firmaram quase seis décadas após a unificação da Itália, efetuada em 1870, com o consequente desaparecimento dos Estados Pontifícios. O papa se considerava, desde então, prisioneiro no Vaticano, e a questão romana, assim criada, só encontrou solução quando aqueles instrumentos jurídicos revogaram um estado em que a Santa Sé dependia, unilateralmente, de norma do direito interno italiano, a chamada Lei de Garantias.

Os Tratados de Latrão estabeleceram outra situação, regida pelo Direito Internacional, com salvaguardas reconhecidas pela comunidade das nações.

Em sua alocução, Azeredo observou, com razão, que a presença, ali, do corpo diplomático “atestava tranquilamente, silenciosamente, diante do universo inteiro, que os papas (...) continuavam a ser soberanos como antes, pois potências soberanas não teriam delegado a seus embaixadores e ministros a missão de defender seus interesses junto a uma pessoa não qualificada para recebê-los, isto é, que não possuísse os atributos essenciais da soberania”. O embaixador brasileiro sublinhou, ainda, o quanto a exiguidade material do novo Estado da Cidade do Vaticano, em lugar de enfraquecer a garantia de direito público oferecida à independência da Santa Sé, afastava as dificuldades mais espinhosas, valorizando o símbolo jurídico e espiritual que o território pontifício deve tornar perceptível ao mundo inteiro.

Na qualidade de representante do Governo brasileiro ou já aposentado, Magalhães de Azeredo privou de perto com cinco papas – Leão XIII, Pio X, Bento XV, Pio XI e Pio XII. Um dia, perguntei-lhe qual fora dentre eles, a seu ver, o maior pontífice, e o velho embaixador não hesitou na resposta: Leão XIII, que, com a grande encíclica *Rerum novarum*, de 1891, plantara os alicerces da doutrina social da Igreja.

Eu conhecera Carlos Magalhães de Azeredo em fins de 1954, na casa de Afonso Arinos em Copacabana quando da sua última vinda ao Brasil. Afonso convidara o velho amigo para um almoço onde outros convivas eram Otávio Tarquínio de Sousa e Lúcia Miguel Pereira. Esta, prima-irmã de minha mãe, teria, como biógrafa de Machado de Assis, óbvio interesse em informar-se sobre o nosso escritor maior com Azeredo, de quem o diplomata fora muito próximo, e, talvez, o mais assíduo correspondente. Com terno claro em dia de sol e calor, ereto, corado e muito bem-disposto, o embaixador e acadêmico conversava animadamente.

Removido para a Itália no primeiro posto da minha carreira diplomática, encontrei-o depois em Roma. Já então



me recebeu todo de preto, com uma espécie de dólmã fechado no pescoço, semelhante à indumentária de um *clergyman*. E era assim enfarpelado que o via na sua residência romana. Ali conduzido, na primeira vez, pelo nosso comum amigo Deoclécio Redig de Campos, diretor-geral dos Museus Vaticanos, grande erudito brasileiro em História da Arte e restaurador emérito, passei a visitá-lo com frequência, às vezes acompanhado por compatriotas eminentes que, de passagem pela Itália, manifestavam o desejo de conhecer ou rever o ilustre escritor e diplomata. Dentro esses, Gilberto Freyre, Murilo Mendes, Carlos Lacerda, a quem ele chamou “o ardente polemista”, Negrão de Lima e Afonso Arinos. Inteiramente só, o velho poeta e diplomata ficava feliz em ser procurado, ao sentir que brasileiros de escol se interessavam por ele.

Um dia, levei Gilberto e Murilo ao embaixador. Azeredo era totalmente surdo de um ouvido, e mal escutava do outro. Assim, Murilo, que ficara do lado surdo, praticamente se ausentou da conversa. Mas, ao fim da visita, tentou dar-se a conhecer: “Embaixador, somos colegas!” O anfitrião quis saber: “Também é diplomata?” Murilo contestou: “Não. Poeta!” E Azeredo, protetor: “Muito bem. Pois mande-me seus versos.”

Azeredo foi colega de Afrânio de Melo Franco na Legação do Brasil em Montevideú, em fins do século XIX. Afrânio, em 1925, quando embaixador do Brasil junto à Liga das Nações, recomendou ao filho Afonso, que residia em Genebra com o pai, viajar a Roma, e lá procurar o antigo companheiro. Arinos assim o fez, e descreveu, mais tarde, o que foram aqueles dias, e a experiência daí decorrente: “Com ele convivi durante quase dois meses, vendo-o todos os dias, e ele foi o meu guia experiente, incansável e entusiasta daquele meio que conhecia como um familiar de muitos lustros, que tinha conservado a curiosidade sempre presente de quem nele penetrasse pela primeira vez. (...) Eu ainda não tinha atingido os 20 anos, e Azeredo já havia transposto os cinquenta. (...) A amizade de Azeredo, e a nossa convivência romana, auxiliaram-me muito na época em que precisei definir-me a mim próprio. E hoje que a minha formação latina se acusa e se amplia diante de mim mesmo por outros motivos e por outras experiências (...), eu lembro com afeição como-vida o mestre amigo com quem me entretinha (...) sobre todos estes temas.”

O espírito crítico de Arinos, contudo, levou-o a acrescentar que “o caso de Azeredo é relativamente frequente. Trata-se de escritor com influência cultural sobre os que dele se aproximam, mas sem obra própria importante.” E a autoconsciência intelectual de Afonso o fez reconhecer que, naquela época, os únicos interlocutores (sem exclusão do pai, deputado e embaixador) nos quais encontrara cultura literária mais ampla que a sua foram o sábio professor Séchaye, que lhe ministrava, em Genebra, um curso particular de literatura, e Magalhães de Azeredo.

Casado com mulher cubana, Azeredo não teve filhos, vivendo sempre em companhia da esposa, da mãe e das cunhadas. Gastão da Cunha dizia que o poeta-diplomata se casara, de fato, com uma família. Parentas com as quais, por sinal, nunca poupou gastos, a fim de sustentá-las e agradá-las. Sempre desprendido, generoso e hospitaleiro, tampouco se mostrara econômico com outras damas. Narra Arinos (e os diários de Azeredo o confirmam abundantemente) que o amigo “amava as mulheres, sendo eclético e distributivo nas atenções. A copeirinha maliciosa do restaurante (meu irmão Caio, que foi seu secretário, dizia-me que qualquer silhueta de avental e touca perturbava o poeta-embaixador), a lânguida duquesa italiana, a galante dama brasileira, de todas essas flores de beira-estrada ou de estufas ricas ele aspirava, com deleite, o perfume”.

Mais tarde, vieram, porém, a aposentadoria, a guerra, as dificuldades materiais crescentes. Azeredo, desprovido de relações familiares, sociais, e de condições financeiras para regressar ao Brasil, sobrevivia em Roma com recursos cada vez mais precários. Escreveu, por isso, a Afonso em 1958 (tinha, então, 86 anos), insistindo na “necessidade de uma solução equitativa e urgente. A que você me sugere é muito boa. O título de consultor (*do Itamaraty*) é honroso, e, ponderados os meus quarenta anos de não inúteis serviços, parece-me que não deve haver obstáculo sério a tal concessão. O caráter oficial da concessão justifica e legaliza a do câmbio oficial para os meus vencimentos, como você, com razão, argumenta na sua carta. Eis o grande dilema: ou me salvam da calamidade do câmbio desastroso, que equivale quase à não existência da moeda nacional, ou seria para mim sorte pior que outra qualquer

perspectiva, mesmo a perda da vida. Porque significaria o descambar fatal da necessidade para a miséria, a nua e crua indigência. (...) Aqui, curto privações muito sensíveis; já tenho vendido, às pressas e por vil preço, objetos de que nunca pensara ter de separar-me. (...) Não posso comprar livros, que são caríssimos, ir a um teatro, a um cinema, conceder-me uma diversão qualquer. Quase não saio de casa; penso duas vezes para tomar um táxi. Devo poupar até nos cuidados necessários à minha saúde abalada, com visitas de médicos, produtos farmacêuticos. Em duas palavras, vivo miseravelmente. Veja você se me ajuda, se me salva.”

As visitas que, conduzidos por mim, Afonso Arinos e Negrão de Lima fizeram a Azeredo na ocasião foram importantes para o bem-estar apenas relativo nos quais decorreram os últimos anos do velho diplomata. Narra Afonso: “Suas economias se desfizeram com as despesas do tratamento da esposa, até morrer, e dele próprio. Os vencimentos de aposentado, muito baixos, tornavam-se ridículos com a queda do cruzeiro. Azeredo foi sendo forçado a restringir sua vida, creio que até a dispor de peças de arte acumuladas na longa carreira. Quando fui batizar o meu segundo neto em Roma, no ano de 1957, achei-o triste e apreensivo. (...) Chegando ao Rio, expus a situação ao ministro Negrão de Lima, que teve espírito e coração bastante para atendê-la. Chico Negrão providenciou imediatamente um contrato com Azeredo, mediante o qual ele ficou à disposição da Embaixada na Santa Sé, com alguns poucos dólares, menos do que os que ganha um auxiliar de consulado, mas que são, contudo, suficientes para que o meu velho amigo, que não sai mais de casa, possa enfrentar sem riscos as suas escassas necessidades materiais.”

Arinos ainda voltaria a vê-lo por duas vezes, e recordou sua última estada com o velho embaixador e acadêmico no livro *Amor a Roma*: “A solidão e a aposentadoria eram agravadas, para Azeredo, pela escassez de recursos. (...) Por ocasião do Segundo Concílio Vaticano, em 1962, ao qual comparecemos Alceu Amoroso Lima e eu, estivemos os dois em visita a Azeredo, e nossa impressão foi triste. Para começar, o nome constante da porta de entrada, como morador do apartamento, não era o dele, mas o do empregado. Lá dentro, deparamos o velho poeta sentado em uma poltrona, ainda lúcido, mas

dando a impressão de inteiramente entregue aos acompanhantes. Não parecia receoso ou maltratado; mas, sem dúvida, era uma pessoa privada do poder de decisão. Alceu e eu conversamos com ele sobre coisas novas e antigas do Brasil, mas nos retiramos tristes.”

Alceu completaria de improviso, na sessão acadêmica de 7 de novembro de 1963, dedicada à memória do confrade falecido três dias antes, a forte impressão que lhe causara o mesmo encontro: “(...) em 1962, também num dia frígido do inverno romano, Afonso Arinos de Melo Franco e eu fomos visitar Magalhães de Azeredo (...). Aquela sala absolutamente austera, despida de tudo quanto pode-se dizer, já não digo de luxo, mas, ao menos, de um conforto mediano. (...) E aquele homem, envolto naqueles cobertores de coloridos muito suspeitos, já todos com as franjas muito puídas, mas com uma frescura de espírito, um desprendimento total, e uma voz que nos parecia chegar realmente de um outro mundo, vivia estritamente das evocações, das suas recordações. Parecia já, realmente, um personagem de um romance ou de uma vida vivida, e que estava ali sobrevivendo a si próprio. Nós sentimos ali, sem procurar o menor efeito, com o coração constrangido, a presença de alguém que se sentia bem naquele absoluto desnudamento de tudo aquilo que era efêmero. (...) Foi realmente um espetáculo, uma tarde em que saímos de lá, os dois, de coração pequenino, mas bem nos dizia de perto que era um espetáculo de sobrevivência do espírito. Era realmente a morte que, naquele tempo, se aproximava, pois, menos de um ano depois, ele se extinguia. Mas era realmente uma voz do passado, uma voz da eternidade, que ali nos falara com uma entonação de criança, naquele espetáculo de miséria, naquela cela de monge, ele mostrando-nos concretamente o que era a verdadeira sobrevivência da infância espiritual, (...) e que nós vimos, ali, naquele resto humano, a presença da infância na hora da morte.”





GALHOS, madeiras de rua,
355 x 250 x 200 cm, 2010.

Gonçalves Dias, indianista

ANDRÉ SEFFRIN

Crítico e
ensaísta, atua
em jornais
e revistas e
escreveu dezenas
de apresentações
e prefácios
para edições
de autores
brasileiros,
entre clássicos e
contemporâneos.
Organizou cerca
de 20 livros,
entre os quais
*Poesia completa e
prosa de Manuel
Bandeira* (Nova
Aguilar, 2009).

Gonçalves Dias começou a elaborar mentalmente *Os Timbiras* em 1844, em Portugal. A intenção, consta, era escrever um poema genesíaco, de índole americana, dentro do que chamou de “poesias americanas” (que tanto impressionaram Alexandre Herculaniano), sobre um povo “agora extinto”, bem aos moldes românticos. Mas só deu início ao manuscrito em meados de 1847. Ao amigo e seu primeiro biógrafo Antônio Henriques Leal, em carta de 5 de julho daquele mesmo ano, confessa ter imaginado “um poema... como nunca ouviste falar de outro: magotes de tigres, de quatis, de cascavéis; imaginei mangueiras e jabuticabeiras copadas, jequitibás e ipês arrogantes, sapucaieiras e jambeiros, de palmeiras nem falemos; guerreiros diabólicos, mulheres feiticeiras, sapos e jacarés sem conta; enfim, uma Gênese americana, uma *Iliada* brasileira. Passa-se a ação no Maranhão e vai terminar no Amazonas com a dispersão dos Timbiras; guerras contra eles e depois com os portugueses. O primeiro canto já está pronto, o segundo começado.”

Em outubro de 1847, leu para Antônio Henriques os seis primeiros cantos. Em 1853, completou 12 cantos e chegou a 16 em 1861. Entre estas duas datas, exatamente a 13 de setembro de 1856, escreveu de Lisboa ao Imperador para avisar “que voltara a reler os borrões do seu poema, ‘com mais medo, mas também com mais vontade de o acabar’”. Os quatro primeiros cantos foram publicados por F. A. Brockhaus, em Leipzig, em 1857, com a dedicatória conhecida: “À majestade do muito alto e muito poderoso príncipe o Senhor D. Pedro II, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil.” É a parte que hoje conhecemos, uma vez que o manuscrito completo do poema, revisto pelo autor, se perdeu no mar em 1864, no naufrágio do *Ville de Boulogne* que vitimou o poeta – já muito doente e outra vez em retorno da Europa e de suas estações de cura – nas costas do Maranhão. Voltava para morrer em casa, no seu país, na terra da sua saudade. No entanto, morreu no mar (“Morreu no mar – túmulo imenso para talento”, escreveu Machado de Assis), morte esta que cantou premonitivamente nos versos finais de “Adeus aos meus amigos do Maranhão”, em *Primeiros cantos*, 18 anos antes:

Porém quando algum dia o colorido
Das vivas ilusões, que inda conservo,
Sem força esmorecer, – e as tão viçosas
Esp’ranças, que eu educo, se afundarem
Em mar de desenganos; – a desgraça
Do naufrágio da vida há de arrojá-me
À praia tão querida, que ora deixo,
Tal parte o desterrado: um dia as vagas
Hão de os seus restos rejeitar na praia,
D’onde tão novo se partira, e onde
Procura a cinza fria achar jazigo.

O argumento inicial de *Os Timbiras*, único fragmento que aparece com certa frequência em antologias, prenuncia...

Os ritos semibárbaros dos Piagas,
Cultores de Tupã, e a terra virgem
Donde como dum trono enfim se abriram
Da cruz de Cristo os piedosos braços;
As festas e batalhas mal sangradas
Do povo Americano, agora extinto,
Hei de cantar na lira.

... e há de “cantar na lira”, afirma ele, com modéstia e humildade, como “cantor das selvas, entre bravas matas”. A história se passa no século XVII e no primeiro canto o poeta apresenta Itajuba, herói e chefe dos Timbiras, que matou o chefe da tribo inimiga, os Gamelas. Contrariando a ordem do chefe morto, os Gamelas se recusam a seguir os Timbiras e se preparam para o ataque. Itajuba encaminha Jurucei em missão de paz junto aos Gamelas. O quarto canto apenas prenuncia a guerra. O enredo completo daria conta da vitória dos Gamelas sobre os Timbiras e a dispersão destes pela floresta amazônica até a conquista dos portugueses e a chegada dos jesuítas. Esse plano geral do poema só nos foi revelado mais tarde por Antônio Henriques Leal.



Escrito num “idioma laborioso e baço” e “sem harmônicas heroicas” nas palavras de Wilson Martins, *Os Timbiras*, entretanto, ganharam a simpatia de Manuel Bandeira, ao considerar que “seria descabido julgar da epopeia apenas pela sua quarta parte publicada”. Todavia, diz ainda o poeta de *Libertinagem*: “... o espírito americano que informa os quatro primeiros cantos, os quadros da natureza descritos segundo a realidade local, o sopro épico a animar os episódios da vida selvagem colocam o fragmento dos Timbiras como a mais inspirada tentativa no gênero dentro da nossa poesia.” Também Alfredo Bosi prefere vê-lo como poema “transposto em ritmos ágeis

e vazado numa linguagem precisa em que logo se conhece o selo de um espírito superior”.

José Veríssimo notou certa influência do Basílio da Gama de *O Uruguai*, “mas não o deslustra essa influência, que apenas revê a continuidade da nossa tradição poética.” Quase um século depois, Massaud Moisés se referiu à “brasilidade” da obra, que, apesar disso, “não dissimula a atmosfera medievallizante que a repassa, mercê da idealização do aborígene, reflexo do cavaleiro andante: o arquétipo cavaleiresco parece transposto, com naturais adaptações, para a selva amazônica, cenário da epopeia.” E reconheceu que o poeta “injeta no tema uma emoção, uma sinceridade anímica que, engendrando versos resumantes da melhor poesia, torna os heróis de *Os Timbiras* indiscutivelmente mais verossímeis, ao menos como visão arguta do psiquismo nacional, que os tamoios de Gonçalves de Magalhães”.

Justamente o Gonçalves de Magalhães de *A confederação dos Tamoios*, poema no qual José de Alencar com razão percebeu elementos mais romanescos que poéticos. A crítica da época reservou julgamento semelhante aos quatro cantos de *Os Timbiras*, e o poema só passou a ser analisado com mais generosidade no século XX, embora sem a mesma unanimidade crítica que acompanha *I-Juca-Pirama*. A intenção de Gonçalves Dias era, de fato, a de realizar uma grande epopeia nacional, malograda em parte pela vida atribulada que foi a sua. Mas o poema, apesar de algumas vozes discordantes, tem, aos poucos, alcançado maior receptividade crítica. Seja como for, não há dúvida de que integra o conjunto das obras melhor realizadas de nossa poesia indianista, dentro e mesmo fora do Romantismo, e evidencia em muitos de seus andamentos os traços inconfundíveis da genialidade de Gonçalves Dias.

Pertence a outro hemisfério literário a extraordinária obra-prima de literatura que é *I-Juca-Pirama*, obra emblemática por mais de um motivo, “pequeninha epopeia” e “a mais importante realização da musa indianista no Brasil”, no dizer de Manuel Bandeira. Relata Gonçalves Dias no poema a história de um índio tupi prisioneiro em ritual de sacrifício dos índios Timbiras – “I-Juca-Pirama”, em tupi “aquele que deve morrer”. Já a cena inicial tem a beleza e a força de um épico da nacionalidade:

No meio das tabas de amenos verdores,
Cercadas de troncos – cobertos de flores,
Alteiam-se os tetos de altiva nação;
São muitos seus filhos, nos ânímos fortes,
Temíveis na guerra, que em densas coortes
Assombram das matas a imensa extensão.

Em dez cantos, mesclam-se em sublime conluio a força do sentimento e uma variedade métrica incomum, “uma das raras obras-primas de nossa poesia e ainda de nossa língua” (José Veríssimo), obra de “inspiração privilegiada” (Wilson Martins), “o mais belo poema longo da literatura nacional” (José Guilherme Merquior), integra o livro talvez mais maduro e importante de Gonçalves Dias – *Últimos cantos*, de 1851. O poema foi escrito possivelmente entre 1848 e 1850, isto é, após a publicação de *Segundos cantos e Sextilhas de Frei Antão*, de 48.

Dois anos antes, ao publicar *Primeiros cantos* (impresso em 1846, lançado no ano seguinte), o poeta desenha em traços nítidos seu ideário poético, traços que claramente definem seu temperamento artístico e as características básicas de sua obra – características estas que emolduram e conformam o posterior acontecimento de *I-Juca-Pirama*: “Casar assim o pensamento com o sentimento, a ideia com a paixão, colorir tudo isto com a imaginação, fundir tudo isto com o sentimento da religião e da divindade, eis a Poesia! – a Poesia grande e santa – a poesia como eu a compreendo sem a poder definir, como eu a sinto sem a poder traduzir.”

Tanto a variação métrica quanto o envolvimento emocional do poeta – assim como a organização da narrativa e seus surpreendentes desdobramentos – criam uma atmosfera dramática e épica inegavelmente impressionante e de visualidade quase tátil. A sensualidade rítmica e o vivo colorido desses versos, sua perfeição técnica até hoje destacada por diferentes estudiosos, tudo concorre para a consagração do poema entre as peças-chaves da poesia em língua portuguesa. Uma epopeia que se arma em música e drama, em lirismo e inteligência, em silencioso movimento e exaltada calma. Luciana Stegagno

Picchio detalhou a riqueza métrica do conjunto: “Um poema-*ballet*, pausado em quadros ora individuais ora corais, ora sinistramente estáticos e ora afanosamente excitados: onde o metro (a dupla redondilha dos coros manzonianos do *Adelchi* para as descrições corográficas; o senário jâmbico para a confissão-súplica do prisioneiro; o decassílabo dramático para as cenas com diálogos de correção neoclássica; o heptassílabo monótono e cantilenado da tradição épico-narrativa portuguesa para o pranto do velho guerreiro tupi; os seis versos em que o verso de II sílabas alterna com a redondilha menor para o fecho de cantador) funciona como refletor iluminando e definindo estilisticamente as cenas isoladas.”

Semelhante impressão teve Antonio Candido, que percebeu nele um “bailado” e observou na totalidade da obra inovadora do poeta a “superioridade da inspiração e dos recursos formais”, e “a adequação dos metros à psicologia, a multiplicidade dos ritmos, a invenção da harmonia segundo as necessidades expressivas, o afinamento do verso branco”. Mais que tudo isso, porém, *I-Juca-Pirama* é, ainda segundo Antonio Candido, “dessas coisas indiscutidas que se incorporam ao orgulho nacional e à própria representação da pátria, como a magnitude do Amazonas, o grito do Ipiranga ou as cores verde e amarela”. Pensamento ao qual se irmana Alceu Amoroso Lima, que, em tom certamente enfático, considerou Gonçalves Dias “o verdadeiro iniciador da poesia brasileira. O nosso Homero”.

Sim, esse indianismo tão caro ao ideário romântico é marca indissociável da obra de seus maiores representantes – José de Alencar na ficção, Gonçalves Dias na poesia. Em *Apresentação da poesia brasileira*, não podemos ignorar que Manuel Bandeira se apoiou nas ideias de Capistrano de Abreu quando anotou que “o Indianismo, longe de ser a planta exótica mal transplantada pelos românticos, tinha fundas raízes em nossa literatura popular. A idealização do índio correspondia perfeitamente ao sentimento nacional: ela é anterior ao romantismo e não desapareceu com ele. Será, se quiserem, um erro nacional. O que nos parece inadmissível é querer filiar o nosso indianismo romântico unicamente à mera influência de Chateaubriand e Fenimore Cooper”.

Ainda na afirmação de Bandeira, apesar dos visíveis traços de Chateaubriand no poeta de *Primeiros cantos* – basta dizer que a epígrafe de “Poesias americanas” é de Chateaubriand – “o indianismo de Gonçalves Dias vinha de fontes mais imediatas, o Poeta trazia-o no sangue, alimentava-o das reminiscências de sua infância em Caxias, dos seus estudos mais tarde concretizados no trabalho *O Brasil e a Oceania*, fortalecera-se do mito nacionalista criado na exaltação diferenciadora da Independência, quando um baiano ilustre mudava o seu nome para Gê Acaiaba de Montezuma e o próprio Pedro I adotava na Loja Maçônica o de Guatemozim”.

Ideia que se reforça com a afirmação de Lúcia Miguel Pereira, em *Vida de Gonçalves Dias*, ao apontar a provável convivência do poeta ainda menino a brincar com objetos indígenas, a ouvir falar em Tapuias, Tupis e Timbiras, “em guerras de índios”, uma vez que “saberia povoada por eles as matas que avistava”. Sua idealização do índio é, no entanto, de natureza poética e obedece em parte às tendências estéticas do tempo. Todavia, no abismo de suas mais altas qualidades, devemos antes de tudo reconhecer que jamais tivemos em poesia tão afinado cultor do tema. Seja em “O canto do Piaga”, “Leito de folhas verdes”, “Marabá”, “Canção do Tamoio” ou nos quatro cantos de *Os Timbiras*, criações excepcionais do gênio literário brasileiro, seja no relevo extraordinário de *I-Juca-Pirama*, uma de nossas raras epopeias, como em prosa temos *Os sertões*, de Euclides da Cunha, e *Grande sertão: veredas*, de Guimarães Rosa.





À DERIVA, instalação, galões,
entulho, barco, 20 x 10 m, 2014.

Educação à distância: o acesso de todos

ARNALDO NISKIER

Ocupante da
Cadeira 18
na Academia
Brasileira de
Letras.

~ Direitos humanos e modernidade

Estamos vivendo em pleno mundo digital. Embora ainda existam bolsões de pobreza, a verdade é que de 20 anos para cá a *internet* comercial é uma realidade, hoje com cerca de três bilhões de navegantes. Ter um celular passou a ser um direito humano para cerca de 5,2 bilhões de pessoas, que representam $\frac{3}{4}$ do mundo.

A esse incrível número correspondem empresas que valem 2,4 trilhões de dólares na Bolsa de Valores de Nova York. A *internet* continua a crescer, inclusive porque *Google* e *Facebook* têm projetos sociais de implantar a benfeitoria em regiões carentes. É uma forma de valorizar o que entendemos por direitos humanos universais.

Deve-se assinalar que o mercado de vídeos também cresce de modo expressivo, parte em virtude da expansão do *Facebook*. A rede social contabiliza cerca de quatro bilhões de filmetes vistos diariamente, o que dá bem a dimensão da importância desse meio de comunicação. Vídeos são vistos em celulares, registrando um

fenômeno novo em escala mundial: são telas verticais e móveis. Há 20 anos seria pouco provável que se pensasse nessa possibilidade.

Com a necessidade de atendimento educacional, sobretudo em países socialmente desfavorecidos, esses novos mecanismos abrem perspectivas de democratização de oportunidades como jamais se viu. Assim, pode-se ligar a *internet* a uma escala planetária de ofertas, valorizando o conceito de direitos humanos.

A que se deve agregar as potencialidades da modalidade de Educação à Distância, hoje, em plena expansão, pois se trata de um fator reconhecidamente barato e eficaz. A EAD se vale dos avanços científicos e tecnológicos e tende a um crescimento explosivo, mesmo em nações subdesenvolvidas, onde as inovações custam mais a chegar, mas acabam se beneficiando também do progresso.

No Brasil, a modalidade está vencendo preconceitos iniciais e conquista cada vez mais estudantes. Hoje, o número chega a 1,1 milhão de matriculados. Há 1.200 cursos à distância no país e a alta nos vestibulares é bastante significativa: cresceu 80% nos últimos dois anos. O Ministério da Educação registra que há uma espécie de amadurecimento da modalidade, que atrai um número cada vez maior de adeptos, embora a maioria pertença ao ensino privado (cerca de 60% do total).

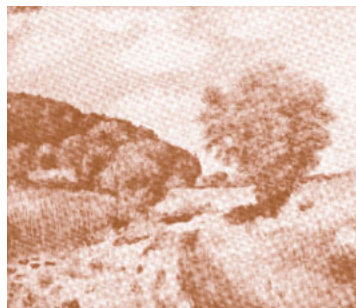
Como ocorre nos Estados Unidos, temos igualmente um modelo híbrido, com matérias presenciais e à distância. Verifica-se um fato digno de registro: os diplomas são iguais, mas os alunos, diferentes. Há um esforço notável para que o aluno à distância seja levado a gostar da leitura, além de valorizar a interatividade. Grupos são criados no *Facebook* para discutir temas de interesse comum, e assim ganham todos os envolvidos no processo.

Há uma convicção generalizada, entretanto, de que é preciso melhorar a qualidade do ensino à distância, e nisso os nossos mestres estão vivamente empenhados.

~ No Brasil

Data de 1904 a criação, no Brasil, dos antigos cursos por correspondência, que tiveram uma grande divulgação, com a criação do Instituto Monitor, em

1931, e com o Instituto Universal Brasileiro, em 1941. Tempos depois, na década de 70, o assunto foi tratado com muita determinação e seriedade, no âmbito do Ministério da Educação, graças aos esforços de Jarbas Passarinho e Newton Sucupira.



Estamos vivendo tempos de dualidade: a ficção científica leva a imaginação para Pandora, onde os avatares são capazes de sobreviver ao ar tóxico da estrela Alfa Centauro A, enquanto, na Terra, padecemos do aquecimento global, ao mesmo tempo que os homens lidam com o sistema cérebro-máquina, para permitir que haja um efetivo aperfeiçoamento nas questões cruciais da educação.

Se na gênese do avatar existe a ideia da “transformação” ou da “descida do Céu à Terra”, nada impede que possamos sonhar com melhores tempos, sobretudo se considerarmos os avanços que se processam no ambiente virtual, onde não há limites para a imaginação. O *Kindle* ainda nem chegou muito bem entre nós e já se anuncia o seu envelhecimento para novas formas de leitura eletrônica, em que se incluem também jornais e revistas de todos os formatos. As surpresas são diárias ou são medidas por minutos.

Com o surgimento de modernas técnicas, e também com a massificação da *internet*, virou moda um novo nome na área: Educação à Distância (EAD). Vale lembrar que, no exterior, a chamada universidade virtual conquistou seu espaço desde a década de 70. Na Inglaterra, por exemplo, a EAD é uma realidade e a Open University tem o respeito de todos.

Aqui no Brasil, somente em meados da década de 90, com a reforma realizada através da implantação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n.º 9.394/96), a Educação à Distância passou a ser reconhecida oficialmente.

A cultura é um processo de que a educação faz parte. São grandes as carências brasileiras em ambos os campos. Fala-se em universidade pós-moderna, mas os nossos homens de pensamento ainda são tímidos no reconhecimento da existência de uma cultura pós-moderna, amparada pelos recursos da Era do Conhecimento. Ela seria forte e de grande abrangência, permitindo que a

diversidade regional ganhasse mais espaço, preservando as raízes da identidade nacional. Isso na literatura, na música, no teatro, no folclore etc.

Chegamos à TV Digital. Além das estações de sinais abertos, já existentes, outras virão para dar cobertura ao Executivo, ao Legislativo e ao Judiciário, além da Educação, da Cultura e da Cidadania. Cultura para todos é a visão geral do processo, que tem dois ganhos extraordinários, frutos da infundável competência de cientistas e pesquisadores: alta definição e interatividade.

Temos evidentes carências, embora se considere a cultura um bom negócio. O nosso povo se ressentido de maior alcance do rádio, da televisão e do cinema, principalmente no interior do país. As raízes culturais, em geral, não são respeitadas na sua integridade e pureza. Com os mecanismos da Educação à Distância (EAD) é possível estabelecer um sistema inteligente de trocas, com vantagens para todos.

Na América Latina, o Brasil é um dos cinco maiores produtores de *softwares* para a área e o segundo país em número de alunos, perdendo apenas para o México, que possui universidades virtuais há mais de 30 anos.

Hoje, com o avanço tecnológico, os alvos da EAD passaram a ser os indivíduos que já estão inseridos no processo produtivo, com faixa etária acima dos 25 anos e problemas de tempo ou geográficos, para frequentar uma faculdade regular. São também gerentes de bancos ou de supermercados, por exemplo, que se matriculam nos cursos de Educação à Distância com o objetivo de melhorar o desempenho em seus trabalhos. E sem a necessidade de abandono de emprego ou de afastamento da família.

O esforço para integração de plataformas deve incluir *softwares*, equipamentos e serviços de telecomunicações. Somente entre os integrantes da Universidade Virtual Pública do Brasil (UniRede), que reúne 70 instituições, já existem 20 projetos estruturados. O próprio MEC também possui uma plataforma de Educação à Distância, chamada *e-Proinfo*. Num segundo momento, a iniciativa deverá incluir as universidades privadas.

Há diversas experiências em andamento, a partir de autorizações do Conselho Nacional de Educação. Mas o número ainda é pequeno para as imensas necessidades pedagógicas do país.

Uma experiência notável de EAD no Brasil está sendo realizada sob a liderança do Centro de Integração Empresa-Escola de São Paulo. No ar desde março de 2005, hoje dispõe de 37 cursos de curta duração, contemplando um total de 2,5 milhões de matrículas registradas.

O programa, em plataforma própria, é gratuito e tem por objetivo capacitar, aperfeiçoar, aprimorar e atualizar o estudante de ensino médio ou superior, além dos que se devotam à educação profissional. Isso facilita muito a inserção do jovem no movimentado mercado do nosso país.

Todo esse trabalho já rendeu mais de 2 milhões de treinamentos, utilizando os seus cursos classificados como atitudinais, conceituais e técnicos. Os primeiros se referem a aspectos voltados ao desenvolvimento de atitudes e comportamentos essenciais do dia a dia, ambiente acadêmico e de trabalho. Os cursos conceituais operam assuntos variados sobre língua portuguesa (atualização gramatical, produção de textos), métodos e técnicas de pesquisa, atendimento ao cliente. Os últimos apresentam conteúdos voltados à tecnologia, como o pacote *Office*, Fundamentos de Rede e *Flash*.

Há um grande envolvimento de empresas e instituições de ensino no projeto, que trabalha também com o formato de tutoria que promove a participação dos jovens em todas as etapas dos cursos, esclarecendo dúvidas em, no máximo, 24 horas. Para isso, a plataforma de gerenciamento é essencial.

São fornecidos certificados digitais gratuitos, assim como apostilas de apoio. O sucesso pode ser medido pelo crescimento expressivo do programa administrado pela Superintendência Executiva do CIEE/SP.

Entre os cursos oferecidos, podemos citar: Matemática básica, Cidadania e meio ambiente, Métodos e técnicas de pesquisa, *E-mail* e *internet*: uso adequado no ambiente corporativo, *Microsoft Excel*, o que dá um total de cerca de 30 mil matrículas/mês. Todos com o objetivo de capacitar, aprimorar, atualizar e promover o conhecimento, potencializando aptidões e talentos nas empresas. Nessa empreitada, o CIEE coloca toda a sua experiência de 51 anos como entidade-líder no campo da filantropia.

O maior número de jovens encontra-se no estado de São Paulo, mas o atendimento se faz também em outras regiões, inclusive no Nordeste, onde é possível

estabelecer um ambiente propício para o aprendizado e a construção do conhecimento de forma correta e agradável, pois conta com ilustrações de grande qualidade. Talvez esta seja a razão da existência de uma evasão diminuta, que se reduz a cada ano. São utilizadas palavras-chave estimulantes; são constituídas turmas especializadas, acompanhadas de uma tutoria altamente competente, que orienta os jovens e os incentiva a participar dos benefícios do aprendizado. A última conquista do projeto foi a entrada do Rio de Janeiro no circuito, com a adesão entusiástica do seu CIEE. Há um enorme interesse da sua população, que vê a Educação à Distância como um projeto de primeira ordem e de grande futuro.

Sempre haverá o problema da produção, caríssima. Com recursos que envolveriam também a Lei do Incentivo Audiovisual, além de outros mecanismos, como a Lei Rouanet de Amparo à Cultura, será possível criar um órgão oficial que cuidaria estritamente dos *softwares*, dentro da Política Nacional de Cultura, com possibilidades de exportação para nações vizinhas sensíveis à cultura latina.

Para que os resultados sejam positivos, sugere-se o estabelecimento de uma estratégia de *marketing* cultural, com a novidade de contar obrigatoriamente com os recursos advindos da maior circulação de ideias via EAD. Com o cuidado natural de evitar que, pelo exagero, haja a desfiguração das nossas raízes, bem ao contrário. Elas seriam fortificadas com esse grande reforço, o que tornaria o Brasil maior na sua integridade, enriquecendo todas as suas elogiadas atividades quando se trata de música, literatura, valorização da língua portuguesa, em colaboração com a Academia Brasileira de Letras, folclore (reisado, congado, bumba meu boi etc.), teatro, cinema, artes plásticas, dança etc.

Temos associações, nessas áreas, que são fabulosamente competentes. O que a EAD pode trazer ao processo é um inteligente intercâmbio com proveito geral. Educação e Cultura devem caminhar lado a lado, pois estreitam as relações com as comunidades, promovendo ações democráticas.

O nosso programa de cidadania é louvável, até porque contempla escolas rurais e indígenas, mas há obstáculos que não podem ser desconsiderados.

Exemplo é a existência de mais de 41 mil cidades que ainda não dispõem de energia elétrica, retrato de um lamentável atraso. Hoje, há mais de 20 mil escolas públicas com laboratórios de informática, com modernos computadores. Mas há uma enorme carência de bibliotecas, que são essenciais.

O número precisa crescer muito. De todos os laboratórios de informática referidos, somente 22 mil têm acesso à *internet*, o que constitui uma séria limitação ao nosso desejo estratégico de ampliar as oportunidades educacionais e culturais dos alunos, com o emprego de novas estratégias.

~ Interatividade

As perspectivas a respeito da ampliação do nosso universo cultural são muito claras. Já houve o início do funcionamento da TV Digital, primeiro em São Paulo, depois no Rio de Janeiro. A grande inovação é que os canais de sinais abertos serão em maior número, além de gozarem dos benefícios tecnológicos da alta definição e do da interatividade. É um grande avanço, sem dúvida. Mas o maior dos ganhos será a existência de canais abertos para ações oficiais nos campos fundamentais da vida nacional.

No canal onde for abrigada a Cultura, haverá a ampliação das oportunidades de trabalho de produtores brasileiros, hoje sujeitos a janelas nas TVs comerciais. Já imaginaram o que isso poderá representar, mesmo que demore cinco ou seis anos para a sua implementação, que se fará pelo sistema nipo-brasileiro, conforme determinação governamental? É preciso pensar, e muito, sobre a matéria.

Os modismos aqui chegam, com uma velocidade própria. Desde a época do Descobrimento, as cartas com as novidades demoravam mais de um mês, trazidas pelas valentes caravelas portuguesas. E alguma coisa para virar modismo, naqueles tempos, não era fácil. O primeiro jornal aqui circulou em 1808.

Há mais de 50 anos que se discute no Brasil o emprego da Educação à Distância. Outros países foram avançando na eficiente modalidade, como é o caso do Canadá, da Espanha, da Bélgica, da Inglaterra e da Austrália, entre

outros. Aqui, depois de tempos espaçosos de preguiça (ou medo do novo), como o receio de que se tornasse um supletivo de terceira classe, felizmente caminhamos para uma reação favorável, a partir do que foi prescrito na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (n.º 9.394/96).

Hoje, há mais de um milhão de alunos brasileiros frequentando cursos via educação à distância, no nível superior, o que já é uma prova de que acordamos para o que é muito comum em universidades norte-americanas, como tivemos a chance de verificar em visita à Nova *University*, na Flórida. Os seus 15 mil alunos estudam no regime de meio a meio, com um pormenor essencial: as avaliações são sempre presenciais, o que evita qualquer possibilidade de fraude.

Agora, a moda é citar a inclusão social, de que a digital obviamente é parte. Cerca de 25 milhões de brasileiros com mais de 16 anos têm acesso à *internet*, mas devemos pensar que somos uma população superior a 204 milhões de habitantes. Ainda é pequeno o índice dos que têm esse privilégio, mais adstrito a escolas particulares, tornando bem visível o fosso entre incluídos e excluídos digitais, no quadro geral de pobreza do País.

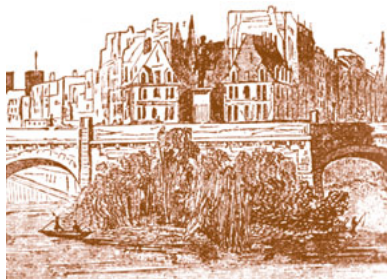
É claro que existe muita esperança na liberação dos recursos do FUST (Fundo de Universalização das Telecomunicações). Alimentado com 1% do faturamento das concessionárias de telefonia, não está sendo colocado à disposição de bons projetos, como o acesso à rede mundial de computadores para escolas, bibliotecas, hospitais, postos de saúde, órgãos de segurança, entre outros. Foi tristemente jogado no processo de reforço do superávit primário. Como ficam o treinamento e o aperfeiçoamento de professores e especialistas de que tanto carecemos?

~ Professores

Temos, no Brasil, cerca de três milhões de professores empregados (quase 500 mil no ensino superior), com a média salarial de 700 dólares na educação básica, o que é muito pouco.

Devemos valorizar a atuação dos professores e especialistas, não só aperfeiçoando os seus cursos de formação (providência urgente), como remunerando

adequadamente esse serviço fundamental para os planos de crescimento do país. Será sempre difícil estimular os jovens da classe média a escolher o magistério com salários que são reconhecidamente dos mais baixos do mundo. A estimativa é de que, nos próximos cinco, seis anos, possamos triplicar



os números atuais. E, ainda assim, estaremos abaixo de nações como as que foram batizadas de “desenvolvidas”.

Só o aumento de salário do magistério, porém, não resolve. Afinal, o dinheiro no fim do mês, sozinho, não transforma um professor despreparado num mestre eficiente. Há um conjunto de fatores, que, no Brasil, talvez comece nas escolas de formação de professores, que continuam deixando muito a desejar.

A formação de educadores, sejam ou não tecnólogos, passa hoje pela dimensão técnica, a dimensão humana, o contexto político-econômico e a parte de conhecimentos a serem transmitidos, tudo isso resumindo no que se pode chamar de aquisição de competência. Esta abrange necessariamente:

- o saber e o fazer;
- a teoria e a prática;
- os princípios e processos da tecnologia educacional.

O tecnólogo deve ser um novo tipo de educador, cuja capacidade de ação esteja baseada em processo científico. Submeter o aluno simplesmente a uma exposição cultural não é suficiente. Esse novo educador deve ter o domínio dos aspectos técnico-pedagógicos dos currículos e da metodologia.

Muitos perguntam se o tecnólogo é um psicólogo, um analista de sistemas ou um comunicador. Os críticos radicais, que não admitem alternativas para os problemas, consideram a tecnologia educativa como uma forma de subordinação desses problemas a uma visão econômica. Para eles, isso significa que a preparação de recursos humanos, via tecnologia, a curto ou médio prazo, os

levaria a integrar-se aos meios de produção, com perda de visão do aspecto humanista da educação.

O tecnólogo não deve rejeitar os princípios do tecnicismo. Não lhe cabe somente tornar o ensino mais eficiente, mas também melhor. A dificuldade desse ponto de vista reside em determinar o que é melhor em educação.

Atualmente, há um consenso do que seja um tecnólogo educacional. Enquanto um técnico dá ênfase à produção e usa métodos que não se adaptam à educação, o tecnólogo da educação precisa dispor de uma boa formação em humanidades, preparado para integrar novas técnicas a seu trabalho, em termos de atitudes, conhecimento dos meios de comunicação e suas possibilidades e ainda conhecimento dos objetivos didáticos. Ele trabalha com as circunstâncias a partir de um diagnóstico de necessidades que precisam ser satisfeitas.

Pode tratar-se de um professor para ministrar educação não-formal em programas de extensão agrária, como no Brasil, por exemplo, em zonas agricultáveis ainda não são totalmente aproveitadas devido à utilização de métodos obsoletos. Ou, ainda, precisa-se de um planejador educacional capaz de usar a televisão para reforçar métodos modernos de educação fundamental. Também pode ocorrer a necessidade de um profissional para utilização de jogos de simulação no treinamento de administradores.

No Brasil, o termo “tecnólogo” parece estar destinado a egressos de cursos de Matemática Aplicada à Informática, Engenharia de Computadores, Comunicação e outros semelhantes, o que se constitui em uma concepção distorcida das possibilidades da tecnologia da educação. A multiplicidade de cursos relacionados com as áreas de Informática e Comunicação não resolve o problema dos nossos 14 milhões de analfabetos adultos nem as carências em outros setores.

Há ainda uma certa resistência, nos cursos de Pedagogia, quanto à adoção de tecnologias educativas em seus currículos. Para uma educação transformadora à altura do Brasil do tempo presente, a didática tradicionalista nada mais tem a introduzir. Já para atender a um compromisso pedagógico mobilizador, a tecnologia educacional pode ser a alavanca impulsionadora de que precisamos.

As maiores resistências ao papel do tecnólogo educacional estão mais nas pessoas e instituições do que na tecnologia em si. As empresas, por exemplo,

adotam, sem dificuldades, a tecnologia sempre e quando lhes convém para aumentar a produtividade, a eficiência e, é claro, os lucros.

Nas escolas, o tecnólogo é visto como um usurpador das prerrogativas do professor. Este pode rejeitar o tecnólogo por ignorância ou por medo de inovação. Ou, ainda, pode julgar-se um tecnólogo porque admite o uso do computador para ensinar o aluno a fazer contas. Como é mais interessante mexer com teclas do que com a cabeça, os alunos gostam mais e o professor não tem necessidade de esforçar-se tanto.

Mas isso não ocorre somente no Brasil. Muitos países que usam amplamente a tecnologia educacional viram-se obrigados a partir do zero diante da resistência e obstrução das universidades tradicionais. Como diz um anúncio:

“Afinal, já não se fazem mais casas como antigamente. Nem avião. Nem rádio nem jornal. Nem mesmo bola de futebol. A tecnologia muda tudo, e faz tudo melhor.”

Temos 280 mil professores universitários e o total de doutores não passa de 20% desse número. Deve-se abrir caminho para a EAD, que poderia ser fundamental nesse processo de conhecimento novo.

Segundo um recente levantamento da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), na última década, em comparação com estudantes de 65 nacionalidades, ninguém avançou tanto em sala de aula quanto os chilenos. O mérito do Chile foi aplicar com disciplina e persistência iniciativas de eficácia já testadas, com sucesso, em países desenvolvidos. Elas só funcionaram porque permaneceram de pé ao longo de duas décadas ininterruptas – a salvo de trocas de poder, ideologias e ingerências políticas que costumam provocar retrocessos na área.

No Brasil, vivemos hoje sob o estigma da baixa qualificação escolar. Não é um fenômeno somente brasileiro, pois o presidente Barak Obama, que afirma ter escolhido a esperança em lugar do medo, investe 500 bilhões de dólares anuais em educação. Está impressionado com a má *performance* de cinco mil escolas norte-americanas e as notas medíocres alcançadas nos exames internacionais (Pisa) de Matemática, por exemplo: os Estados Unidos ficaram em 36.º lugar, enquanto o Brasil alcançou o 58.º, numa competição de 65 países (ano-base 2012).

O abandono escolar é uma realidade brasileira, embora o Governo tenha estimulado a valorização da escola por intermédio de ambiciosos projetos sociais, como o Bolsa Família, que contempla 13,8 milhões de famílias, beneficiando cerca de 50 milhões de pessoas, e já tirou 36 milhões de brasileiros da pobreza extrema.

~ Em aberto

Em 1996, o Inep sediou um Grupo de Trabalho que realizou estudos importantes e com características de inovação. Na revista *Em Aberto* n.º 70 (abril – junho de 1996), foi publicado texto de nossa autoria, que merece ser referido pelo seu valor histórico:

“No Brasil, afora as experiências antigas do ensino por correspondência, analisadas com muita propriedade pelo Grupo de Trabalho MEC/UERJ de 1977, de que fui gerente, Heloísa Maria Cardoso da Silva, João Artur Machado Zainko, Maria Amélia Sabbag Zainko, Marlene Blois e Solange Leobons, pode-se estabelecer como marco o ano de 1972. Na ocasião, o professor Newton Sucupira, então coordenador de Assuntos Internacionais do MEC, voltando de uma visita à recém-criada Open University, em Londres, recebeu do ministro Jarbas Passarinho a incumbência de criar uma Comissão de Especialistas para estudar a possível implantação de experiência semelhante à da Universidade Aberta da Inglaterra, no Brasil.

Tendo participado das 12 reuniões havidas, pode-se afirmar que, em termos oficiais, foi o embrião de tudo o que agora desabrocha, como está na Lei n.º 9.394/96 (LDB), em que nada menos de nove artigos explicitam o que se deseja em termos de aplicação da educação à distância em nossos sistemas de ensino. Isso é inédito.

A Comissão de Especialistas do MEC deparou-se com uma forte reação da comunidade pedagógica, temerosa de que se pudesse estar armando um imenso esquema de facilitário, com o uso dessa modalidade. Lembro que, numa visita feita ao *campus* Milton Keynes, em Londres, perguntamos ao seu diretor se a Inglaterra não havia enfrentado problema semelhante. Curiosamente, ele

disse que sim. Mas que a solução para a Universidade Aberta chancelada pela rainha Elizabeth II fora extremamente simples:

‘Contratamos os 500 melhores professores universitários da Grã-Bretanha. A eles entregamos não apenas a elaboração dos módulos (*units*) distribuídos pelo Correio, mas também o controle de toda a avaliação do processo, a fim de que não se corresse qualquer risco em termos de qualidade. O resultado não poderia ter sido mais auspicioso.’

Hoje, a Open University serve de modelo, com o seu esquema interativo, utilizando a BBC, estando com cerca de 200 mil alunos. É uma realidade incontestável – e já não mais se questiona o problema da qualidade, pois ela está definitivamente assegurada.” Chegamos a acompanhar pela televisão um curso de Matemática. Inesquecível experiência.

~ O atraso

Ainda estamos atrasados. Há experiências isoladas que merecem todo crédito, como o curso de especialização à distância que se desenvolve na cátedra da Unesco existente na Universidade de Brasília. A Universidade Federal de Santa Catarina, por intermédio da sua Faculdade de Engenharia, desenvolve um inteligente projeto de EAD, que, por sua seriedade, recebeu aplausos e incentivos financeiros do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).



Há outros experimentos em instituições universitárias ainda não credenciadas pelo CNE (como manda a lei). Em todos eles, pelo que se sabe, existe a preocupação com a garantia de qualidade, sem o que não há como fazer prosperar esse imenso potencial de atendimento, num país com as nossas incríveis dimensões.

Deve-se louvar igualmente o pioneirismo da Universidade Virtual criada pela Faculdade Carioca do Rio de Janeiro, sob a inspiração do professor Celso Niskier. É dele também a autoria da primeira deliberação oficial de criação de cursos à distância, numa decisão do Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro.

O que se pode desde logo assegurar é que avançamos tecnologicamente em termos de *hardware*. Satélites, parabólicas, computadores, ilhas de edição totalmente digitalizadas, canais exclusivos para educação – enfim, sob esse aspecto, não há dúvida que se pode contar com imensa e rica parafernália eletrônica.

Onde ainda existe grande precariedade é na engenharia de *software*, ou seja, na indispensável produção de programas. Somos corajosos para comprar equipamentos dignos do Primeiro Mundo, mas os salários pagos aos nossos professores e especialistas ainda não passam do Terceiro Mundo.

Enquanto isso, no mundo caracterizado pela sociedade pós-industrializada, desdobram-se projetos de sucesso, alguns dos quais são oferecidos ao Brasil numa tentativa de conquista do mercado, de imensas virtualidades. A Universidade de Harvard realiza programas com a Argentina; a Universidade de Michigan, que procurou o Brasil para a feitura de um MBA, está com os seus tentáculos estendidos a Hong-Kong, Japão, Tailândia e outros tigres asiáticos, num fenômeno de expansão que justifica os temores da globalização cultural; o mesmo faz a Universidade da Pensilvânia, por intermédio da sua notável e bem-sucedida Wharton School, onde estivemos por quatro vezes para estudar a problemática da previdência complementar. Hoje, os seus programas são oferecidos ao Brasil, de forma indireta, utilizando os mecanismos da educação à distância e, mais particularmente, o potencial dos satélites domésticos de telecomunicações.

~ Modalidade moderna

Para a implantação de um Sistema Nacional de Ensino Superior Aberto e à Distância contribui decisivamente a existência de um amplo parque editorial, de inúmeras emissoras de rádio (mais de três mil) e de televisão, além de uma excelente rede de comunicação postal, telefônica e via satélite. Não foi por outra razão que o Congresso Nacional recebeu, em 1972, o primeiro projeto de lei, criando a Universidade Aberta, o que se repetiu em 1987. Só em 2006 ela começou a funcionar – e de modo precário.

Os ministros Hugo Napoleão (28-02-1988 a 17-01-1989) e Carlos Sant'Anna (17-01-1989 a 15-03-1990) criaram Grupos de Trabalho para estudar a educação aberta e à distância, entendida como moderna modalidade, capaz de revolucionar a nossa política de recursos humanos. Alguns experimentos chegaram a ser financiados pelo MEC, em 1989, como o programa de educação continuada para professores de Matemática e Ciências do primeiro grau (Funbec), formação de especialistas em educação à distância (Universidade de Brasília), criação do Centro de Educação à Distância da UERJ, Projeto Vitória-régia (Secretaria de Educação do Amazonas), materiais para rádio e televisão (IRDEB) etc.

Como sempre acontece, não houve continuidade, embora do Grupo de Trabalho fizesse parte um representante do Conselho Federal de Educação e outro do INEP, instituições aparentemente não perecíveis (o CFE trocou de nome).

A título histórico, registramos os nomes constantes da Portaria Ministerial número 418, de 10 de novembro de 1988, assinada pelo ministro-interino Luiz Bandeira da Rocha Filho, com Arnaldo Niskier, Terezinha Maria Abranches Felix Cardoso, Maria de Lourdes Marques Bittencourt, Anna Rosa Bogliolo de Siqueira, Jane Maria Fantinelli Tomasini, Inês Bettoni e Marly Gonet Mourão Branco.

Este Grupo de Trabalho, por nós coordenado, concluiu documento intitulado Por uma Política Nacional de Educação Aberta e à Distância, em fevereiro de 1989, em que foram estabelecidas estratégias de implantação, acompanhamento e avaliação, de que se pode extrair o seguinte resumo:

Proceder ao levantamento da demanda real de necessidades, a ser atendida pela metodologia de EAD; promover a formação de equipes multidisciplinares para a produção de programas; ampliar o acervo das bibliotecas escolares, de modo a incorporar também vídeos, disquetes e outros materiais; incentivar a produção de programas locais de rádio e televisão; apoiar técnica e financeiramente programas e projetos de EAD promovidos por instituições públicas de ensino e organizações da sociedade civil sem fins lucrativos; estabelecer mecanismos de acompanhamento e avaliação de programas e projetos da EAD; aproveitar a infraestrutura de instituições de ensino de nível médio

e superior, para torná-las centros de EAD regionais e/ou estaduais; incluir a metodologia da EAD nos currículos dos cursos de educação e de comunicação; oferecer, nas universidades, cursos de especialização em educação à distância; oferecer cursos de especialização para professores e outros profissionais de ensino superior, em face da carência de recursos humanos com titulação adequada e formalmente exigida etc.

O que se lamenta é o “embargo de gaveta” sofrido pelo estudo mencionado, que custou muitas horas de reuniões e experiência transmitida, sem que na prática fosse colocado em execução. Mas, quem sabe, criou um clima favorável ao seu desencadeamento agora?

Que somos um grande mercado, não há dúvida. Que sofremos um atraso crônico na apropriação de tais ideias, menos dúvida ainda. Cabe ao Ministério da Educação o natural papel de liderança, para acelerar o emprego na modalidade e, a nosso ver, não apenas no prioritário campo da capacitação e aperfeiçoamento de professores, mas em outras áreas igualmente importantes do nosso processo de crescimento. Se optar pelo financiamento a projetos, que se faça a cobrança imperiosa da QUALIDADE, assim justificando o investimento público numa área de relevo estratégico para o País. O que nos anima é o despertar da Universidade Aberta do Brasil (UAB), um consórcio de universidades oficiais empenhadas nessa modalidade.

~ Políticas e estratégias

Para que o tema ganhe continuidade, é importante que sejam levados em consideração os itens que propusemos ao Conselho Nacional de Educação através da Indicação n.º 6/96, em que se previa a criação de um Sistema Nacional de Educação Aberta e à Distância; antes, é de nossa autoria a Indicação n.º I/86, do Conselho Federal de Educação, sobre Informática na Educação. Um documento pioneiro, com algumas sugestões importantes:

I – Estabelecer a Política Nacional de Educação Aberta e à Distância, no âmbito do Conselho Nacional de Educação, integrando o Plano Nacional de Educação.

- 2 – Estimular a experiência da Universidade Virtual, com a oferta ilimitada de cursos não-presenciais e a ampla utilização de endereços eletrônicos.
- 3 – Integrar os esforços das redes nacionais de rádio e televisão educativa, a fim de dar suporte aos projetos de treinamento de capacitação de profissionais, nos níveis médio e superior.
- 4 – Criar a primeira experiência-piloto na área do magistério, qualificando professores e especialistas, com ênfase no emprego da informática na educação.
- 5 – Treinar profissionais de multimídia (roteiristas, engenheiros de *software*, produtores visuais, animadores, produtores de vídeo, fotógrafos, locutores, dubladores etc., todos eles constituindo o que hoje chamamos de profissionais de *newmedia*).
- 6 – Orientar a produção de *softwares* educativos no país, para distribuição nas escolas públicas, com vistas ao aperfeiçoamento da qualidade do ensino (ênfase na educação básica).
- 7 – Elaborar uma estratégia nacional para o ensino por correspondência, baseada nos princípios da educação continuada e em perfeita consonância com a realidade brasileira, preservada a qualidade dos serviços a serem prestados.
- 8 – Promover a formação de equipes multidisciplinares para a produção de programas.
- 9 – Ampliar o acervo das bibliotecas escolares, de modo a incorporar também vídeos, disquetes e outros materiais.
- 10 – Incentivar a produção de programas locais de rádio e televisão.
- 11 – Apoiar técnica e financeiramente programas e projetos de EAD, promovidos por instituições públicas de ensino e organizações da sociedade civil sem fins lucrativos.
- 12 – Aproveitar a infraestrutura de instituições de ensino de nível médio e superior para torná-las centros de EAD regionais e/ou estaduais.
- 13 – Incluir a modalidade de EAD nos currículos dos cursos de educação e de comunicação.

~ As inovações da LDB

Desde 20 de dezembro de 1996, entrou em vigor a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, com os seus 92 artigos.

Um dos temas mais ricos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996) é o que se refere à Educação à Distância.

Como procuramos demonstrar no livro LDB, a nova lei da educação (Edições Consultor, Rio, 1997), o assunto pode ser considerado a partir do Artigo 5.º, parágrafo 5.º, quando, de forma indireta, se afirma que “para o cumprimento da obrigatoriedade de ensino, o Poder Público criará formas alternativas de acesso aos diferentes níveis de ensino, independentemente da escolarização anterior”. Foi o primeiro desafio que se colocou diante dos nossos educadores.

Mais adiante, no Art. 32, diz-se que “o ensino fundamental será presencial, sendo o ensino à distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais”. É a entrada objetiva da modalidade no processo, embora a Lei tenha utilizado indiscriminadamente, como se fosse a mesma coisa (e sabemos que não é) ensino à distância e educação à distância. Uma falha.

O ensino médio, com três anos mínimos de duração, “adotará metodologias de ensino e de avaliação que estimulem a iniciativa dos estudantes” (Art. 36) e por aí se vê que, indiretamente, também será possível o emprego da educação à distância, desde que de forma controlada, com autorização do respectivo Conselho Estadual de Educação e verificando-se ainda, para os alunos de EJA, que “os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames”. (Art. 38).

O Artigo 40 cita a existência de diferentes estratégias de educação continuada, expressão sinônima de educação permanente. No capítulo da educação superior, o Art. 37, Parágrafo 3.º, exige que seja obrigatória a frequência de alunos e professores, “salvo nos programas de educação à distância.” Há uma previsão de programas de educação continuada para os profissionais

da educação dos diversos níveis (Art. 63) e o Art. 80 é bem claro quando determina que “o Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino à distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada”. As instituições do setor deverão ser especificamente credenciadas pela União, ou seja, pelo Conselho Nacional de Educação, em cooperação e entendimento com os diferentes sistemas de ensino.

Ainda no mesmo artigo, prevê-se que a educação à distância gozará de tratamento diferenciado, com custos de transmissão reduzidos em canais comerciais e concessão de canais exclusivamente educativos. No Art. 87, é possível prever a realização de cursos à distância para jovens e adultos insuficientemente escolarizados e programas de capacitação para todos os professores em exercício.



Ou seja, desde que garantida a qualidade, objetivo número um da LDB, pode-se caminhar para o pleno uso da educação à distância, prevista em nove artigos, direta ou indiretamente, no instrumento legal.

O respeito à educação como direito subjetivo, aliado ao incrível avanço científico e tecnológico, com a disponibilização de canais e satélites para a massificação da educação, sem perda da qualidade, são fatores que obrigam a uma nova atitude de adesão ao moderno, colocando o Brasil no rol das nações que aderiram com decisão à Sociedade do Conhecimento.

~ Universidade: instrumento de construção

O ensino superior precisa de um novo equacionamento. O objetivo é avaliar se o que a universidade produz serve e, se serve, para quem. Deseja-se saber, por exemplo, se a universidade brasileira está na vanguarda da criação do pensamento, se está cumprindo o papel de divulgadora do conhecimento e se é um instrumento de facilidade para o aluno adquirir emprego e ser profissional. Nada funciona bem, se não for avaliado, e é um contrassenso o

funcionamento sem avaliação: “A universidade é instrumento de construção de um mundo melhor.”

Uma das perguntas que ficam no ar refere-se à consolidação das nossas leis educacionais. A LDB tornou-se uma bonita e colorida colcha de retalhos. Só um gênio pode guardar de cabeça tantas e tão diversificadas normas, com um pormenor que deve ser mencionado: virou moda, como se fez no Plano Nacional de Educação, estabelecer 20 metas exuberantes para o futuro, como se tem feito sistematicamente com a erradicação do analfabetismo. Se não ocorrer o que se prevê, a quem caberá a culpa?

Vale citar também o caso da educação técnica, muito bem representada pelos Institutos Federais hoje espalhados por quase todo o nosso território. São os IFETs de boa reputação, mas com um número insuficiente de unidades, se desejamos colocá-los a serviço do crescimento científico e tecnológico do país, o que depende também de boas bibliotecas e eficientes laboratórios. Haja recursos para essas benfeitorias, que são essenciais na sociedade do conhecimento.

Chegamos ao sonhado (e não planejado) Fundo de Incentivo aos Professores (FIP). Sabe-se que é praticamente impossível pagar os salários mínimos estabelecidos pelas vias oficiais. No Norte e Nordeste, por exemplo, há milhares de municípios que pagam mal aos seus professores, sendo comum encontrar situações dramáticas, como os mestres que trocam os seus ganhos por planos de saúde para os familiares. Até quando conviveremos com essa distorção?

O MEC lançou o Financiamento Estudantil (FIES) e parecia uma ideia brilhante. Logo cerca de 30% dos alunos de 3.º grau aderiram à iniciativa, encantados pela possibilidade de pagar os seus estudos e devolver o investimento, com juros baixos, após a conclusão dos cursos. Mas deu zebra no processo. Na hora da renovação, o próprio MEC sentiu que alguma coisa estava errada, inclusive porque as instituições superiores salgaram os seus custos, tornando inviável o procedimento. Foram investidos cerca de 5 bilhões de dólares, no ano passado, e este ano não se sabe exatamente a quanto montará a conta. O que se tem noção, por enquanto, é que ele não fecha. Isso tudo quando se deseja que o número de universitários cresça dos atuais 6,7 milhões para 10 milhões. De onde virá o milagre?

O curioso é que há uma forte corrente, no país, pedindo que os investimentos em Educação saiam dos atuais 6,1% do Produto Interno Bruto para improváveis 10%. Fala-se no pré-sal com água na boca. Antes, vamos convir, é preciso equipar a máquina administrativa de forma competente. Ou se vai jogar muito dinheiro fora.

~ “Livro guia”

O Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece 20 metas desde a educação infantil até a pós-graduação para serem cumpridas em uma década. Consta no PNE o investimento de pelo menos 10% do Produto Interno Bruto (PIB, soma de todos os bens e serviços produzidos no país) em educação no final desse período.

A presidente Dilma Rousseff reforçou que o Brasil trabalhará em quatro eixos para garantir a melhora do ensino no Brasil. As diretrizes estão presentes no Plano Nacional da Educação (PNE), sancionado no ano passado. O primeiro é melhorar o federalismo cooperativo, a fim de coordenar as funções municipais, estaduais e nacionais. O segundo eixo foi a alteração do currículo do ensino básico, para valorizar a interpretação e o raciocínio lógico como “ponto de partida do aprendizado”. O terceiro eixo é o da valorização e qualificação de professores e diretores, com a possibilidade de criação de uma carreira nacional para os profissionais.

Outro ponto destacado foi o de dar melhor estrutura ao ensino do país, com a estimulação de tecnologias, técnicas e o uso de *softwares*, permanecendo o compromisso de universalizar o acesso das crianças de quatro e cinco anos à educação até 2016, conforme assinado no Plano Nacional de Educação.

~ Ensino profissional

Existe a certeza de que “a aprendizagem é para toda a vida” (como vimos na Unesco) e que a gestão da escola é um elemento estratégico essencial. Aí surge a figura do diretor, que pode transformar esse quadro. Ele luta para

vencer preconceitos descabidos, como o que existe no Brasil contra o ensino profissional. A Constituição de 1937 afirmava que ele seria destinado “às classes menos favorecidas”. Não seria exagero encontrar, no preceito constitucional, uma das causas principais da existência, hoje, de sete milhões de jovens brasileiros sem emprego por absoluta falta de qualificação?

Com os nossos avanços econômicos, inclusive com as perspectivas do pré-sal, que poderá ter a exploração potencializada nos próximos dez anos, surgirão milhares de empregos, sobretudo de nível intermediário, nas áreas de petróleo e gás, transformando completamente as opções de recursos humanos.

O Brasil tem, hoje, o aluno “geração internet”, com toda a sua monumental parafernália eletrônica: *MSN*, *Orkut*, *Facebook*, *MP3*, *Google Wave*, *Twitter*, *WhatsApp* etc. Tudo ao mesmo tempo. Teremos um processo eficaz de apreensão de conhecimentos?

Não é de estranhar a tendência de considerar monótonas as aulas tradicionais e, com isso, até desrespeitar a figura do professor. Boas escolas resistem a esse processo, mesmo considerando que a *internet* veio para ficar.

Temos hoje mais de 50 milhões de alunos frequentando as escolas brasileiras, em todos os níveis. Cerca de 25% da população, o que representa um número bastante expressivo. O ensino cresceu muito, nos últimos anos, sobretudo no fundamental. Mas quais são as perspectivas para o futuro?

O Brasil tem 197.468 escolas de ensino básico. Destas, 129.579 (65,62%) não têm bibliotecas, o que significa um total de 15.000.000 de alunos sem bibliotecas. Mas está na lei que, a partir de 2020, todas as escolas, públicas e particulares, deverão ter uma biblioteca. A meta é alcançar, no mínimo, um livro por aluno matriculado.

A plataforma digital *Nuvem de Livros* iniciou seu trabalho no Brasil em 2011 e, em menos de dois anos, já superou a marca de dois milhões de usuários, o que lhe posicionou como a biblioteca *online* com maior número de internautas da região ibero-americana. Atualmente, seu responsável literário é Antônio Torres, um dos autores brasileiros mais respeitados da contemporaneidade, além de membro da Academia Brasileira de Letras e Prêmio Machado de Assis, em 2000. A *Nuvem de Livros* já conta com 30 mil títulos. De acordo com o criador da

plataforma, Jonas Suassuna, presidente do Grupo Gol, o projeto, que já chegou à Espanha, também irá para Portugal, México, Chile, Peru, Argentina “e a parte espanhola” dos Estados Unidos.

~ Conclusões

Estamos vivendo uma época de ruptura necessária, a caminho das transformações sociais exigidas pelo povo brasileiro. A educação entrou nesse processo irreversível, para alcançar a “Pátria Educadora”. Atinge a universalização do ensino fundamental e agora vive a explosão de demanda do ensino médio, com as duas vertentes propostas na nova lei: o ensino médio propedêutico e a formação profissional que conduz à existência de técnicos formados em nível intermediário, como há muito reclama o nosso desenvolvimento econômico e social.



Dados obtidos por meio da Lei de Acesso à Informação mostram que o MEC já gastou, desde 2009, 160 milhões de dólares no programa do Governo Federal intitulado *Ensino Médio Inovador*. A reforma foi uma das principais bandeiras de campanha à reeleição da presidente Dilma, que elegeu o lema “Brasil, Pátria Educadora”, para sua atual gestão. Apesar do crescente investimento, o último Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) apontou que não houve avanço no ensino médio entre as avaliações de 2011 e 2013 – o indicador manteve-se em 3,7, abaixo da meta fixada para 2013, que era 3,9.

A exigência de nota mínima no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) para quem quiser obter o Financiamento Estudantil (FIES) vai afetar justamente o principal público do programa: os mais pobres. Os dados mais recentes da prova disponíveis revelam que 93% dos alunos que não atingem o novo limite de 450 pontos na média são de famílias com renda de até cinco salários mínimos.

Esse é o perfil de renda que responde, por exemplo, por 86% dos contratos ativos do Fies. Estudos já mostraram que a renda familiar é um dos fatores que mais influenciam no desempenho escolar.

Os gastos do Governo Federal com o programa (que preferimos chamar de “investimentos”) passaram de R\$ 1,1 bilhão, em 2010, para R\$ 13,7 bilhões

em 2014. Mas o ritmo de crescimento do número de alunos nas universidades privadas acabou caindo para 2,5% ao ano – metade do que foi registrado no início do governo Lula.

O Ministério da Educação (MEC) tem restringido novos contratos e, nas renovações, colocou limite de reajuste de 6,4%. Mas a principal decisão anunciada oficialmente foi a criação da pontuação mínima no ENEM para quem quiser aderir ao FIES.

As chances de alguém de família com renda de até um salário mínimo mensal não conseguir o financiamento chegam a ser 20 vezes maiores do que alguém no outro extremo das faixas de renda, cuja família ganha mais de 20 salários por mês. O MEC conseguiu travar a demanda pelo FIES, mas o impacto não tem a mesma força sobre todos. Atinge os mais pobres.

O MEC defende a exigência como maneira de estimular os alunos a buscar melhor pontuação no ENEM e aumentar a qualidade do ensino superior.

Não podemos e não queremos ser caudatários de nações pós-industrializadas ou dos surpreendentes e assustadores “tigres asiáticos”. A educação farta, generosa e de qualidade é o melhor caminho a ser trilhado, pois a especialização traz como consequência imediata os ganhos de produtividade.

O mundo vive a dicotomia cruel: de um lado, altas tecnologias e, de outro, mão de obra de baixa qualificação (no caso da China, com salários miseráveis pagos aos trabalhadores, provocando uma competição perversa).

O simples adestramento de trabalhadores não parece o ideal. Ele resolve questões de momento, com oportunismo, não levando a soluções duradouras.


A globalização da economia, muito boa para certos países, já nos trouxe problemas internos graves, como os que ocorrem na indústria naval, na indústria de brinquedos e na indústria têxtil. Apresenta-se uma perspectiva favorável para o Brasil em produtos agropecuários e produtos minerais (minério de ferro, bauxita e manganês).

Devemos levar a nossa política de recursos humanos a considerar todos esses fatos, na diversificação necessária. Sob esse aspecto, o papel do novo ensino médio é estratégico e essencial, podendo elevar a qualidade dos nossos produtos, valorizando a mão de obra indispensável e distribuindo melhor e de forma bem mais equitativa a renda nacional.

Concluimos afirmando que tudo será possível – e em curto espaço de tempo – se se mantiver o atual empenho das autoridades e se professores e especialistas, numa escola renovada e com os equipamentos necessários, estiverem formados e dispostos, com uma remuneração mais compatível, a vencer esse desafio nada quixotesco. Assim poderá prevalecer, para o bem do país, o que vimos denominando de novo humanismo tecnológico.

Bibliografia

- Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional – *Os Desafios da Comunicação Social no Brasil* – p. 323 – Editora do Senado Federal – Brasília, 2006.
- LITTO Frederic e FORMIGA Marcos – *Educação à Distância: o estado da arte* – Pearson-Prentice Hall – Abed – São Paulo, 2009.
- MAFRA Mário Sérgio e outros – *A educação básica pós – LDB* – p. 141 – Editora Pioneira Educação – São Paulo, 1998.
- MEC, Secretaria de Ensino de 1.º e 2.º Grau – Convênio MEC/UERJ – *Ensino por correspondência* – p. 237 – Brasília, 1980.
- NISKIER Arnaldo – *O Impacto da tecnologia* – p. 47 – Editora Bloch – Rio de Janeiro, 1972.
- ____ *Educação à Distância* – (Indicação n.º 1/86 – Conselho Federal de Educação – Brasília, 1986.
- ____ *Tecnologia educacional, uma visão política* – p. 123 – Editora Vozes – Rio de Janeiro, 1993.
- ____ *Paradigmas da EAD* – *Revista Ensaio* – Cesgranrio – Rio de Janeiro, Julho de 1994.
- ____ *Educação à distância, a tecnologia da esperança* – Edições Loyola – São Paulo, 1999.
- ____ *Frente a frente* – p. 526 (entrevista com Samuel Pfromm Neto) – SEMESP – São Paulo, 2002.
- ____ e PEREIRA DE SOUZA Paulo Nathanael – *Educação, estágio e trabalho* p. 45 – Editora Integrare – São Paulo, 2007.
- PFROMM NETO, Samuel – *Psicologia da aprendizagem e do ensino* – p. 112 – EDUSP – São Paulo, 1987.
- PROCAP (Programa de Capacitação de Professores por vídeo) – Direção de Carla Camuratti – Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais/Edições Consultor) – Belo Horizonte, 1997 (10 vídeos sobre Língua Portuguesa). Direção de Carla Camuratti.
- SCHRAMM Wilbur e outros – *Educação pela TV* – p. 511 – 2.ª ed. – Editora Bloch – Rio, 1965.



TERRA BRUTA, instalação,
resíduos urbanos, madeiras
de rua, 400 x 250 cm, 2014.

Resgate da infância, antídoto da violência

LUCIANA SAVAGET

*Sempre que um homem sonha,
o mundo pula e avança
como bola colorida
entres as mãos de uma criança.*

ANTÔNIO GEDEÃO

A palavra, como fruto da criação humana, é o poder maior que se busca para estancar a violência cujas vítimas mais numerosas são as crianças. A força para restaurar o poder anti-infanticídio e, portanto, antidesumanidade, está na combinação do amparo familiar e do apoio educacional, mobilizando as instituições públicas e privadas realmente dispostas a resgatar uma sociedade mais solidária e participativa.

Nos episódios diários que abalam o mundo, tornou mais evidente o que se procura demonstrar em qualquer pensata: metralhadoras e fuzis são usados para silenciar um lápis. Ou seja, contra o poder

Jornalista. Com 35 livros publicados no Brasil, na Alemanha, México, Colômbia e Palestina. GANHOU diversos prêmios entre eles: Personalidade do Ano Internacional da Criança (União Brasileira dos Escritores), International Film & TV – Festival de Nova Iorque – Diploma de Honra (pelo programa Trabalho do Menor, Globo Repórter). Vladimir Herzog de Direitos Humanos (Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo), e em 2014, Prêmio FIAT (Fédération Internationale des Archives de Television).

armado se opõe – com mais força persuasiva – o poder do traço, exercido através de charges ou frases. Não há diferenças humanas, ao menos não deveria haver, para as crianças exercerem seu direito natural à infância. Mas, o que as assemelha atualmente é serem privadas da sua inocência.

Essa é uma realidade que, infelizmente, se constata em quase todo o mapa mundial, cujas fronteiras nacionais a globalização desconhece. Rascunhando um pequeno desenho dessa situação em nível amplo, constata-se que a infância brasileira se parece muito com as dos outros países, por um fator que as identifica: a violência. No Haiti ou na Ucrânia, ou na Somália ou no Iraque, nos subúrbios de Paris ou do Rio de Janeiro, o quadro é muito parecido: desde bem cedo o menino e a menina aprendem que viver é muito perigoso.

Não importa se na Palestina, em Israel, no Brasil, ou no Afeganistão: onde os conflitos são rotinas, os pequenos vêm sendo obrigados, cada vez mais, a antecipar seu crescimento, e a desconhecer o período mais valioso de toda a sua existência, que é quando ela começa a florescer. Dizia o escritor Otto Lara Resende, com sua irônica sabedoria, que as pessoas aprendem tudo nos primeiros cinco anos da meninice. Depois, a vida só confere. Essa verdade não mudou; apenas os aprendizes da maturidade estão encarando precocemente o que deveriam enfrentar muito mais tarde. O medo é real: a explosão de uma bomba ou o disparo de uma arma, agravados pelo flagelo da fome e da orfandade, são motivos para levá-los à necessidade de roubar, trabalhar pesado ou mesmo matar para sobreviver. Já é proibido brincar quando ainda nem foram dados os primeiros passos rumo ao futuro.

Nem tão antigamente assim, os medos mostravam-se imaginários ao se descobrir que o mundo não era tão ameaçador quanto o bicho-papão, e essa singela revelação contribuía de maneira fundamental para formar a personalidade de um adulto ao convencê-lo de que o mal (ou o mau) podia ser vencido pelo bem (ou pelo bom). Os espantos, os assombros, os temores dos contos e das histórias escritas ou narradas, como da bruxa má ou do gigante de um olho só, saíram das páginas de papel e adquiriram a configuração de seres verdadeiros porque visíveis, palpáveis, próximos, presentes, inevitáveis. Os personagens cativos e isolados pelo imaginário romperam o casulo fantasioso,

para se apresentarem de carne e osso, no cotidiano das criaturas mais desarmadas e desamparadas: as crianças. O malvado não habita mais as geografias mágicas, mas podem aparecer na esquina, senão dentro da própria casa. O vulto descrito como improvável, agora tem rosto humano, ou com aparência de humano.



O “lobo mau” já não assusta, perdeu a graça. Porque, hoje, basta à criança apertar um botão (ou o teclado inteiro), para ver diante de seus olhos cada vez menos espantados as barbaridades de uma luta com armas, às vezes fictícia, criada como “jogo lúdico”, e exibida nas telas pequenas, médias ou enormes, às vezes real, protagonizada por soldados ou criminosos muito parecidos com os heróis e bandidos da tecnologia digital, que também disparam armas, antigamente futuristas, para os assassinatos em massa, para as chacinas diárias, para os ataques mortais. E quando não são de “mentirinha”, não há escapatória!

Instituiu-se o domínio da “cultura da perversão” que, além de banalizar a violência, estimula a excessiva valorização do corpo e a vulgarização da sexualidade. Nesse processo, a mídia tem tido uma participação decisiva. Pelas redes sociais ou pela televisão, as imagens aterradoras ou indecentes passaram a chegar em tempo real a qualquer parte do planeta. A fúria, os assassinatos, as obscenidades entram nas casas instantaneamente, sem pedir licença. Não existe mais fronteira entre o que a garotada deve ou não saber, e ver. As informações estão ao alcance da sua curiosidade cada vez menos ingênua. Elas se convertem em testemunhas involuntárias ou, ainda mais graves, em vítimas inocentes da brutalidade que as atinge. E toda crueldade, gerada por algum tipo de guerra, nunca tem sentido.

Os conflitos com doses variadas de impetuosidade, geralmente letais, assemelham-se por produzirem vítimas às quais se confere o eufemismo de “efeito colateral”. Prevenidas ou não, muitas não se envolvem diretamente nesses combates, ocorram eles em diferentes hemisférios ou nas ruas das grandes cidades brasileiras. A questão se complica ainda mais quando os que seguram a

metralhadora ou o fuzil são meninos ou meninas, que traficam e se prostituem porque, embora não tenham adquirido a idade da desesperança ou da desilusão que afligem os adultos, há muito deixaram de acreditar na magia da vida.

Se há uma entrada, há também uma saída. E ela está precisamente em restabelecer a possibilidade de sonhar. Em reinventar o imaginário. Em renascer a infância esquecida.

O papel do escritor é fundamental na mudança, na cultura da paz, por serem os conhecedores dos segredos de criar, em dar vida à fantasia humana. Este é o grandioso desafio, que chega a ser missão: nutrir e enriquecer a infância quase desaparecida. O livro traz cor e transforma o mundo. A inocência, a ilusão são antídotos eficazes contra a violência.

No Brasil, os números mostram que estamos vivendo uma guerra. Dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – mostram que, em 20 anos, as taxas de homicídio nos grandes centros brasileiros cresceram 130 por cento. Foram 600 mil assassinatos registrados entre 1980 a 2000, ou seja, 30 mil vítimas por ano, o triplo da guerra do Iraque. Pesquisadores lembram que, em 27 anos de guerra civil em Angola, morreram 350 mil pessoas. E, no Brasil, são 600 mil com menos de 20 anos. Em 2012, foram mortas 56 mil; 30 mil eram jovens entre 15 e 29 anos. A violência contra a juventude virou uma epidemia.



Como escritora infantojuvenil e jornalista, eu tenho modesta, mas ilustrativa experiência, para acreditar na tese aqui exposta: o resgate da fantasia como antídoto da violência, que dizima a infância em todos os quadrantes dessa esfera, cada vez mais esquizofrênica no seu giro pelo Universo. Além dos livros escritos e das matérias exibidas pela televisão, eu conheci pessoalmente a realidade que descrevo. Estive em zonas de guerra tanto do outro lado da Terra, vendo o que acontece com as crianças palestinas, como bem próximo de onde moro, no Rio de Janeiro, como voluntária do trabalho comunitário no Complexo de Favelas da Maré. Eu vi como os olhos das crianças, embaçados pela imagem permanente das atrocidades, adquirem o brilho perdido

da inocência ao ouvirem histórias que desconheciam, como Aladim, Chapeuzinho Vermelho, Lawrence da Arábia... Elas só contam, no cotidiano, com a crueza de sobreviver através das drogas e das armas.

Como em muitos países destroçados pela ignorância e pela miséria, os brasileiros padecem das aflições de um conflito civil. É uma batalha diferente: não é uma disputa por território, por petróleo, por questões religiosas... É a disputa pelo mando no tráfico de drogas. E ela se esconde nas ruelas das favelas, onde são recrutados como “soldados” crianças e adolescentes entre 10 a 16 anos. Muitos desses jovens sequer tiveram a oportunidade de frequentar uma escola. Eles são obrigados a lutar neste confronto injusto e sem causa ideológica.

O Rio de Janeiro é uma das cidades mais lindas do mundo. Infelizmente, por descaso do poder público e por apatia da sociedade, ela está dividida pela linha da pobreza. De um lado, condomínios estruturados; do outro, barracos sem um mínimo de condição de subsistência.

Mas, por trás do desencontro social e desencanto humano, está a possibilidade da mudança radical: a da criança voltar a ser criança. E o caminho conduz à retomada da fantasia a que ela tem direito e necessidade, para não se perder na malvadeza que a cerca e recruta.

“O vento da adversidade nunca sopra no reino da sabedoria”, anuncia o provérbio árabe de Mil e uma Noites. A respeito dessa herança literária de valor universal, o escritor Mansou Chalita afirma em seu livro As mais belas páginas da literatura árabe: “Um homem pode possuir toda a sabedoria e viver irracionalmente.”

Para decifrar essa incoerência, vale a pena levar a sério a fantasia descrita na literatura direcionada aos que estão dando os primeiros passos na direção do amanhã.

Sem excluir a criatividade dos autores nacionais, entre os quais me incluo, muitas vezes recorro aos contistas árabes pela qualidade narrativa e emocional dessa linguagem repleta de romantismo e beleza. As leituras transmitidas oralmente pelos velhos volumes das *Mil e Uma Noites*, facilitaram a minha

proximidade com o público infantil e juvenil, tanto lá nas próprias terras do Oriente Médio que serviram de cenário para essas aventuras ancestrais, como em meu próprio país, onde costumo realizar oficinas literárias iguais às que desenvolvo para os adolescentes da Maré, através do projeto “Vida Real”. Não importam as diferenças geográficas, inter-raciais ou idiomáticas, nem as circunstâncias históricas, para que se possa extrair de casos baseados na inventiva atemporal, impregnada pela sedução de deixar o pensamento voar, e que é ignorada pela contemporaneidade.

Os versos arábicos servem de abrigo para a realidade cáustica das notícias atuais, ou das imagens eletrônicas que, reais ou fictícias, ajudam a amargar os dias despidos de sonho, de crença na possibilidade do bem vencendo o mal, ou do bom subjugando o mau pela força do romantismo. Ao longo das antigas histórias orientais, encontramos uma passagem de escape, um atalho imprevisto, para superar a perda da infância, e recuperar pela raiz a esperança do adulto.

Nenhuma outra literatura tem tido a permanência como a do continente onde nasceu a escrita. Quando o homem de turbante começou a pintar o texto – já que é também uma pintura – de insuperável e refinada sensibilidade, ele viajava no dorso do camelo e media o tempo pela progressão da sombra que a palmeira projetava sobre a areia do deserto.

Os contos mouros atravessaram os séculos entre a paz e a guerra, mantendo incólume em meio aos escombros um tesouro feito de letras, bonitas de ver e de ler. Como se produzidas pela magia, as *Mil e Uma Noites* continuaram embarcando sucessivos milhões de leitores no tapete de Aladim, quando não viajavam com *Simbab*, o *Marujo*, para com ele compartilharem inesquecíveis aventuras pelos rios Tigres e Eufrates, que cruzam o sofrido Iraque, berço da civilização suméria, a mais antiga de todas as culturas, e onde se fundou o Império Babilônico. Na Bagdá, capital do que foi também a Mesopotâmia, nasceram Sherazade e Ali Babá, com seus 40 ladrões, e com eles deu-se origem à arte de fascinar os homens através de palavras tão mágicas, quanto o som da flauta de encantar serpentes.

Como afirmou o escritor Jorge Luis Borges sobre as várias versões e traduções deste clássico da literatura, o texto atravessou o fogo das erratas, das

versões aproximadas, das leituras distraídas e das incompreensões sem perder a sua condição de obra-prima universal. Daí o seu significado que denota infinito. Não existe uma translação definitiva da obra, uma vez que os manuscritos diferem no conjunto de contos repassados de geração a geração. O que é invariável é a série de histórias narrada por Sherazade, esposa do rei Shariar.



A principal característica desses escritos é a imaginação, segundo um provérbio antigo: *A perfeição está em três coisas: o cérebro do franco, a mão do chinês e a língua do árabe*. Talvez o que distingue, desde sempre, o pensamento oriental e ocidental, é que o primeiro foi gerado pela inspiração e dela se nutre desde então, enquanto o segundo se fundamentou na razão, e continua atrelado a ela. A questão está em aceitar que distinguir não é divergir, ao contrário, uma e outra característica podem e devem ser complementares: a imaginação sem a razão se perde no delírio, e a razão sem a imaginação resseca a fonte mais sedutora de viver.

Um sábio sonhou, certa vez, que era uma borboleta que vojava de flor em flor no Éden da Felicidade. Quando acordou, entristeceu-o a realidade e perguntou a si mesmo: sou um homem que sonha ser uma borboleta ou uma borboleta que sonha ser um homem? (Amin Ar-Rihani)

A intenção em se ressaltar o valor de uma narrativa que atravessou séculos influenciando a combinação entre o cerebral e o imaginário de pessoas de diferente formação cultural, racial e social é demonstrar a importância de se estimular a capacidade do ser humano de ingressar num universo regido pela emotividade, pela sensibilidade e pela beleza. Muitos ignoram ou fingem não perceber, que cada um de nós tem como matéria-prima não somente músculos, ossos e miolos... mas também o devaneio, o abstrato, o vago, o espírito, ou como se queira denominar o que nos move entre a sombra e a luz, entre a coragem e o medo, entre o raciocínio e a intuição. Viver é também tela, é

cor, é pincel, é cantiga de roda, é um mapa-múndi gigante, é caravela açoitada na tempestade, é tesouro descoberto na caverna, é espada cravada na pedra, é princesa adormecida, é dança da bruxa, é barco de papel no laguinho do anjo de mármore, é gaivota em mergulho no mar do mesmo azul do céu...

Acreditar em utopias constitui uma condição essencial para o homem pós-moderno não sepultar sob o concreto do falso progresso o seu eu mais satisfatório, mais compensador, mais estimulante, que estava em sua fascinação de criança e ele deixou para trás, com o ursinho de pelúcia ou numa concha de praia que desapareceram na pressa do adulto em acumular o supérfluo, o prescindível, o entulho de um consumismo sem sentido e, por isso, invariavelmente insaciável.



Sempre embalo a minha mente com essas especulações poéticas que me restauram as energias diante das adversidades; foi assim que voltei da miragem emocional para a travessia do deserto que se estendia na frente do carro. A imensidão de areia era uma tentação para o esquecimento de que além das dunas havia algo mais árido e que queima, não só o corpo, mas a alma: uma guerra de verdade. O Sol incandescente suspenso, solitário, no horizonte disparava seus raios como um laser silencioso. Indiferente, uma águia se atrevia a plairar sobre a paisagem hostil, na qual vi surgir, de repente, um posto de controle, os chamados *check-points*, com quatro soldados armados, todos adolescentes. Usando uniformes e capacetes, eles carregavam dois fuzis pendurados em cada ombro, um revólver na cintura e, atravessados nas costas, dois pentes repletos de balas. Inspeccionaram a placa e a permissão do veículo para circular naquela região onde a linguagem é a do ódio e do sangue. Um deles me perguntou: “O que está fazendo aqui? Procurando a morte?” Sem obter resposta, apenas um olhar indiferente, liberou minha passagem para a zona conflituosa da Palestina. Segui cuidadosa em não me virar. Minha missão era uma mensagem que contrariava aquela visão de fardados. Eu viajava para tentar provar que a paz dependia de também ser

restaurada a fantasia extraída dos livros. Sem ela prevaleceria a linguagem traduzida pelo estrondo das bombas.

Meses depois, o mesmo Sol forte me castigava dentro do carro, ao atravessar o Complexo da Maré para entrar na comunidade da Nova Holanda. Novamente, quatro rapazotes interceptaram meu caminho. No caso deles, a farda era bem mais informal: chinelos de dedo, *shorts* e não vestiam sequer uma camiseta. Atravessando os dorsos nus, cartucheiras e fuzis. Era o *check-point* do tráfico de drogas.

Nas duas situações, embora distantes meio mundo uma da outra, havia surpreendente identificação geográfica criada pela ironia popular: o trecho curto que eu estava para cruzar, separando duas grandes áreas da favela dominadas por gangues rivais, fora batizada pelos moradores locais de “Faixa de Gaza”! Ali, como no estreito território médio-oriental sitiado pelo conflito milenar entre três povos descendentes de Abraão, ao anoitecer, o silêncio se adensa com a escuridão das ruelas, e se instala o medo generalizado, estejam seus habitantes fardados ou não, sejam inocentes ou bandidos: todos ficam à mercê do “caveirão” policial que, semelhante a um tanque de guerra, é blindado e empregado para manter a ocupação armada de uma ampla região densamente povoada, nem por isso a salvo das explosões, dos tiros, das invasões de casas, do assassinato em massa...

Da mesma forma que os garotos na milenar Terra Santa, palco do martírio de Cristo, e ainda cenário de martirizados pela incompreensão dos donos do poder, não importando de que lados da fronteira estejam, os meninos brasileiros são catequizados desde cedo pelo ódio e pelo abuso da força. Não amarram bombas ao corpo, mas, quando carregam suas armas, eles se transformam em combatentes suicidas, prontos a matar e morrer, sem dar a mínima importância ao que eles deveriam prezar como o bem mais valioso: a própria vida.

Na minha função de escritora infantojuvenil, aprendi a criar histórias que têm por fio condutor o inventivo, sabendo-o essencial ao crescimento interior dessas



criaturinhas destinadas a amadurecer, numa evolução que quase sempre corre alto risco de desilusão. Para não me deixar abater pelo que poderia interpretar como inevitável, resolvi me tornar militante, paralelamente ao ofício criativo, de uma causa que não julgo perdida: resgatar a infância de crianças ameaçadas pelo recrutamento da maldade. E passei a lutar para que não abram mão de um direito que lhes garante, no mínimo, crescer com mais chance de não se deixarem vencer pela desesperança e pela descrença: o direito a frequentar um reino encantado que lhes é franqueado pela arte, no meu caso, a literária.

Depoimentos impressionantes confirmaram a emergência da minha decisão.

— *Se eu viver até lá, quero ser advogado. Quero ser importante como as pessoas que passam na Linha Vermelha, fechadas num carro de vidro preto.* Ao dizer isso, Jefferson, brasileiro, 14 anos, morador da Maré, demonstra sua quase certeza numa vida curta. (Pai e irmão foram mortos pelo tráfico de drogas na frente dele.)

Jefferson, como João e Yara, tem a mesma expressão de Ahmed, Yasin e Zarifa, que conheci na Palestina. Olhares frios de conformismo com a fatalidade que herdaram do pai, que herdou do avô. Já nasceram conformados de não escaparem da condição desumana a eles imposta pela guerra, que nenhuma causa justifica.

— *Ab! Isso aqui não tem jeito. Os adultos não querem a paz* — afirma num inglês perfeito Yasin, 10 anos, moradora de Belém, na parte central da Cisjordânia, ao sul de Jerusalém.

— *Já perdi cinco pessoas da minha família nesse inferno,* declara João, 11 anos, referindo-se à matança financiada pelas drogas. — *Meu pai morreu na troca de tiros entre policiais e traficantes, em 1998. Eu gostaria que aqui não tivesse bandido. Mas tem, são verdadeiros diabos e não vão acabar tão cedo.* Sua naturalidade é a de quem narra uma história que não é a sua.

— *Minha mãe levou um tiro quando passava na hora em que os soldados israelenses invadiam a prisão de Jericó,* conta Ahmed, acrescentando com frieza: — *Aqui, aprendi a ter ódio.*

Shirine, de 8 anos, mora em Ramallah. Diz ela: — *Ontem, os soldados entraram na minha rua metralhando tudo e quem estava por perto. Minha família estava trabalhando. Fiquei chorando de medo. Meu vizinho morreu. Eu quero paz, e menos violência no mundo.*

O brasileiro Ramon, 12 anos narrou a sua história:

— *Ontem, a polícia invadiu o beco. Foi tiro para tudo que é lado. Mataram toda a família do meu vizinho. Eu não quero ter medo. Para isso teria que acabar com as armas e com as drogas nesse lugar. Quando eu crescer, queria ser dono de uma fábrica de chocolate.*

A palestina de 10 anos, Marwa Hazin, afirma que o seu sonho é igual ao de todo mundo aqui: a paz. E pergunta: — *Por que explodem as nossas casas? O que nós, crianças, fizemos para merecer isso?*

Na Faixa de Gaza da Maré, Pedro, 15 anos, relata: — *Meu irmão foi gerente-geral do tráfico em Belford Roxo. Ele morreu com a minha idade. O meu maior sonho é ser jogador de futebol. Não sei o que eu devo fazer para mudar o mundo. Só sei que eu quero a paz!*

Em outras zonas de conflito mundo afora, os sentimentos dos jovens são os mesmos. Ainda que aprisionados a um ambiente hostil, eles deixam entrever o anseio por um indício de libertação que lhes permita algum dia reaprender a sonhar.

Foi em meio à devastação causada pelos ataques ao território palestino que tive a oportunidade, como convidada do Instituto Tamer, de conhecer um trabalho emocionante de resistência silenciosa à contaminação dessa fúria que coloca povos vizinhos — e mais grave, frutos da mesma raiz histórica (e bíblica) — se trucidando: a instalação de bibliotecas em cada canto daquela terra destruída, porque seus habitantes lutam pelo reconhecimento de sua nacionalidade. Na tentativa de salvar as crianças vítimas do ódio fratricida, os árabes — descendentes de Ismael, assim como os judeus descendem de Isaac, ambos filhos de Abraão, mas de mães diferentes —, utilizam os livros para recuperar nos pequenos leitores a fé na vida, mostrando-lhes que o combate ao sofrimento de que padecem pode (e deve) começar pela alma, onde reside a doçura e o encanto.

Vivenciando as duas realidades — dos cariocas e dos palestinos —, estabeleci uma conexão pela dor entre os dois mundos infantis: em ambos o remédio mais eficaz é o receitado pela experiência da Cisjordânia: a leitura.

Através dela, muitas dessas crianças e jovens já recuperaram ao menos o jeito inocente de sorrir. Procurei então reproduzir no Rio a fórmula aprendida na realidade árabe. Com uma sacola de livros, instalei-me numa salinha do “Vida Real”, onde recebi um grupo de pequenos moradores da área. Dois

deles entraram armados, inclusive de fuzis. Seguramente não teriam nem 15 anos de idade. Disse para eles que ali não poderiam portar aqueles instrumentos de destruição. Se quisessem participar do nosso bate-papo, precisariam deixar o armamento do lado de fora. Conversaram baixinho entre eles e decidiram que um se uniria ao grupo e outro ficaria no pequeno corredor, tomando conta daqueles artefatos amedrontadores.

No início da conversa, o olhar do menino desarmado ainda era indecifrável. Aos poucos, enquanto eu narrava os contos que se passavam num mundo diferente do dele, cheio de peripécias isentas de qualquer perversidade, o olhos do jovem traficante foi adquirindo um brilho que quase me engasgava de emoção. Seu interesse crescente na história assemelhava-se ao que eletrizava a atenção dos demais participantes. Todos querendo antecipar o final, perguntando, sugerindo soluções para os impasses criados no decorrer das aventuras.

Terminada a sessão de uma hora e meia, eles mantiveram o sorriso de satisfação, até que o semblante do soldadinho da droga foi retomando os traços amargos e duros de antes. Ao sair da sala, seu olhar voltou a ser vítreo, como de uma cobra. E meu coração murchou. Mas, não desisti, e atualmente, tenho a honra, a satisfação e a compensação de haver montado uma biblioteca naquele pequeno espaço dedicado ao sonho com mais de cinco mil volumes, e que – numa homenagem que nunca julguei merecer – ganhou o meu nome.

Se as crianças que hoje seguram metralhadoras, traficam e se prostituem tivessem a oportunidade de aprender com os livros a magia do imaginário, a violência que está bem próxima de nós, nas ruas das grandes cidades, poderia baixar rapidamente para níveis ao menos suportáveis. Com uma parcela do que se gasta no combate à violência daria para multiplicar o número de bibliotecas, onde os meninos e meninas poderiam exercer o direito de realizar seus ideais. A palavra é uma arma muito poderosa e preventiva. Ela faz refletir. A cultura e a educação não são bens abstratos, mas concretos e fundamentais, capazes de estabelecer condições reais para uma vida digna entre as pessoas, entre os cidadãos de qualquer país.

Não me importam os olhares vagos da indiferença ou embaçados pelo ódio: insisto teimosamente na lição sobre os camelos, lâmpadas de Aladim, tapetes voadores, fadas e elefantes que voam. Não podemos destruir a capacidade de pensar alimentando a economia da droga, como nas fronteiras de Gaza se dedicam a adestrar os *kamikazes* da guerra que, em vez de santa, é apenas suja. Armemos estas crianças de papel, caneta e livros antes que seja tarde demais. Tanto na Faixa de Gaza de lá como na de cá, todos exigem e merecem uma vida normal. Podemos e precisamos impedir que se repita o destino de Jefferson, cujo sonho de ser advogado foi brutalmente esfacelado com o seu assassinato a sangue frio.

O presente parece estar nublado, mas temos como dissipar essa nuvem, interrompê-lo em alguns instantes para tentar recuperar o que ficou perdido lá atrás.

Sobressaindo às histórias trágicas, nós cultivamos um bem maior: a esperança.

Referências

- ANDERSON, Jon Lee. *A queda de Bagdá*. Editora Objetiva – 2004.
- GEDEÃO. Antônio. Poema Pedra Filodofal.
- HITTI, Philip K. *Os árabes*. Tradução Otávio da Costa Eduardo – Companhia Editorial Nacional São Paulo – 1948.
- Nizami. Laila e Majnu. Adaptação em prosa Colin Turner – Jorge Zahar editor – 2003.
- Campanha “Viver sem Nada, Morrer por Nada” da ANCED (Associação Nacional de Centros de Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes) – IBGE.





OSSO 6, enxada, garfo, faca, osso
bovino, 52 x 29 x 5 cm, 2013.

Desmundo digital: perspectiva genealógica

MARIA CRISTINA FRANCO FERRAZ

Professora
Titular de Teoria
da Comunicação
da UFRJ.
Doutora em
Filosofia pela
Universidade
de Paris I –
Sorbonne.

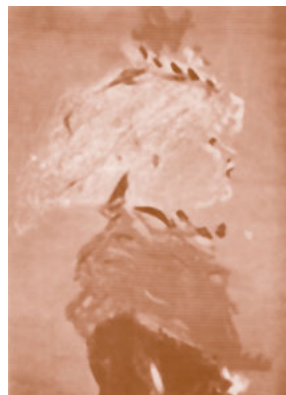
Que impactos as tecnologias digitais possuem em nosso regime de vida e de que modo elas se articulam à lógica de funcionamento da sociedade e da cultura contemporâneas? Para darmos conta dessa ampla questão, será necessário, inicialmente, esclarecer a perspectiva teórico-metodológica que norteia as reflexões aqui apresentadas. Em geral, as tecnologias são tratadas como se fossem produto de *avanços* ou de *progressos* científicos histórica e culturalmente desenraizados. A própria expressão “mundo digital” pode-se prestar a essa crença, aludindo a um mundo à parte, descolado da referência ao outro, a este “mundo”, histórico e não digital. Entretanto, como dizia muito simplesmente o filósofo Gilles Deleuze, as máquinas são, antes de mais nada, sociais. Não estão isoladas de suas condições de emergência, invenção e funcionamento. Concebemos as invenções tecnológicas como expressões de certos regimes de vida adequados a determinada formação histórica e, ao mesmo tempo, como instrumentos de transformação ou de intensificação

de processos em curso. Seguindo essa lição inspirada nas obras de Nietzsche e de Foucault, consideramos as tecnologias digitais como efeitos e, ao mesmo tempo, como instrumentos de mudanças histórico-culturais. Nesse sentido, não especularemos sobre o que as tecnologias digitais, as imagens digitais, a *internet*, as redes sociais “causam”. Pois isso implicaria pensá-las de modo autônomo, tratá-las como resultado natural de evoluções científicas. Ressalte-se que esse tratamento autonomizado do tema corrobora o mito moderno do *progresso* e da *evolução*. Dito de modo sintético: a perspectiva adotada, que pode ser caracterizada como genealógica, afasta-nos de relações de causa-efeito e nos convida a investigar as lógicas de funcionamento em que as máquinas estão inseridas, a explorar os regimes de temporalidade que elas tanto geram quanto alavancam, bem como o espectro de valores a que estão ligadas. A esse gesto alude o título da palestra – *desmundo digital* –, que introduz propositalmente certo deslocamento ou estranhamento em uma expressão corrente, apontando para uma operação crítica de desmontagem de engrenagens tendencialmente dominantes nas atuais sociedades liberais avançadas.

Como em toda perspectiva genealógica, não se pretende chegar a qualquer “verdade” acerca do *mundo digital*. Trata-se, antes, de tentar extrair de práticas e hábitos cotidianos os mais triviais e cada vez mais disseminados (conexões em rede, acesso a imagens digitalizadas, de *petscans* à alta definição das imagens no cinema e na televisão) matéria para pensarmos o que nos estamos tornando, que valores e regimes de vida vamos endossando e incorporando, de modo em geral inadvertido. Nesse movimento, esquivamo-nos de abordagens usualmente reféns de débeis polarizações entre uma celebração triunfalista e um catastrofismo pouco fecundo.

Enfatizar tão somente “mudanças tecnológicas”, ou, ainda pior, “avanços tecnológicos” teria por efeito naturalizar aquilo mesmo que seria nossa problemática específica. A tendência a autonomizar o campo das tecnologias, desatrelando-o de outras práticas e crenças que permeiam o tecido histórico-cultural, faz com que determinados aspectos da vida social e modos de habitar o “eu” escapem à tematização crítica e passem a ser aceitos como necessários, como circunstâncias inalteráveis, aproximáveis de fatos da natureza.

Assim, quando se consideram as tecnologias de modo isolado, tende-se a estabelecer um solo de falsos problemas, que deriva nas posturas contra ou a favor, somando vozes aos coros dos entusiasmados ou dos catastróficos. Nem um nem outro, pois a questão se coloca em termos diversos. A expressão corrente “era digital” induz ainda mais à naturalização dos fenômenos, sugerindo que o mero escoar do tempo (e de um tempo que modernamente avança) bastaria como fator explicativo e suficiente. O que está em jogo não é o simples passar



do tempo, sua suposta trajetória em direção a uma evolução em linha reta e fatalmente orientada, mas mudanças e rupturas que atingem todas as relações, sobretudo a própria noção e experiência da temporalidade.

Como ponto de partida mais abrangente para situar nosso tema, recorremos ao trabalho seminal do sociólogo e filósofo da técnica português Hermínio Martins. Em sua obra (também editada no Brasil), Hermínio Martins analisa duas inflexões que marcaram as invenções tecnocientíficas no Ocidente moderno: uma visão prometeica e um impulso fáustico. A primeira, mais aproximável da concepção moderna da técnica e ligada ao positivismo, ao socialismo utópico (Charles Fourier, Saint-Simon), à Revolução Francesa e ao humanismo de matiz socialista, atribui uma prioridade ontológica ao ser humano corporizado, afirmando a prioridade do orgânico sobre o mecânico. Essa perspectiva considera os dispositivos técnicos como próteses e aposta no aprimoramento da condição humana como consequência necessária do domínio tecnológico da natureza. A concepção prometeica articula-se, em geral, a ideais democráticos e igualitários.

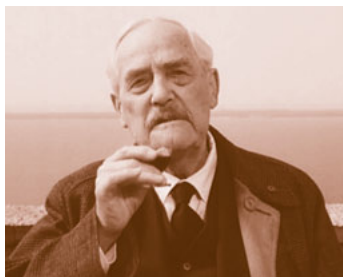
À diferença da visão prometeica, o impulso fáustico, mais presente na atual agenda da tecnociência, visa à ultrapassagem dos limites mesmos da vida e do corpo humanos. Anseia superar a própria finitude da vida humana, que implica inevitavelmente envelhecimento e morte – segundo as tecnociências nos prometem, talvez *por ora*. Manifesta-se igualmente no crescente fascínio exercido pela textura lisa e purificada das imagens digitais, que nossos corpos

são convidados a admirar e a querer emular. A essa inflexão fáustica da tecnologia articula-se o temor, o horror à viscosidade, às imperfeições e à finitude do orgânico, sempre inclinado a falhas e degradações, a uma obsolescência biologicamente programada. A visão fáustica se expressa, por exemplo, na redução da corporeidade à pureza da informação digitalizada, da atual genômica às imagens assépticas do interior e do exterior do corpo: ressonâncias magnéticas, neuroimagens em vibrantes tons *neon pop*, *photoshops*, publicidades de cosméticos (que prometem peles inorganicamente brilhantes, lisas, sem rugas ou sinais de expressão). Se a matéria orgânica é fadada a todo tipo de degradação e impermanência, a esfera do digital promete corrigir essas falhas, apresentando e oferecendo um modelo alternativo de vida e de corpo.

O horror às imperfeições e limitações do orgânico pauta novos temas provenientes do campo das neurociências, tal como a inquietante noção de *morte neuronal gradativa* (Izquierdo, 2002). Em livros de vulgarização científica, neurocientistas divulgam notícias alarmantes: por exemplo, a de que os seres humanos começam a perder neurônios entre os nove e os 14 meses de idade. Segundo nos ensinam, após conquistarem sua maior façanha (aprender a andar), os humanos iniciam seu rumo inexorável em direção ao envelhecimento e à morte. Esse destino seria ralentado, contornado e alterado pela tecnologia de impulso fáustico. Nesse movimento, acentua-se a consciência da finitude. Envelhecer e esquecer tornam-se problemas muito precoces, a serem mitigados ao longo da vida por toda sorte de *fitness* cerebral e adiados, senão eliminados, por *práticas de si* aconselháveis e por novos fármacos. O conceito de *morte neuronal gradativa*, que teria início no primeiro ou no segundo ano de vida, funciona como uma das recentes qualificações da morte, desnaturalizada pelo menos desde 1968, quando emergiu o conceito de “morte cerebral”, fundamental, conforme lembra Giorgio Agamben (Agamben, 1998), para técnicas de reanimação e para a remoção de órgãos transplantáveis. Cabe ressaltar que, com esses exemplos e reflexões, estamos longe de pretender desqualificar pesquisas científicas; o que nos interessa é, antes, identificar e discutir a orientação filosófica que nelas se expressa e destacar os valores a que correspondem.

O medo de envelhecer, o desejo de superar a finitude e seus sinais *por ora* incontornáveis expressam-se no temor à perda progressiva da memória, remetida a falhas no funcionamento de redes neuronais do cérebro. Simultaneamente, aumenta-se progressivamente a assim chamada “capacidade de memória” dos computadores, reduzida à informação algoritmizável. É interessante notar a diferença entre a noção de *memória* e de *imortalidade* que esta Casa representa e a imortalização prometida pelas tecnociências de inclinação fáustica. A primeira supõe a finitude e aposta na memória humanamente consignável em obras que se disseminam e se perpetuam na medida em que potencializam outras obras. Nietzsche chamava a potência de disseminação do pensamento/obra de “pequena imortalidade”, a única forma de imortalização que o filósofo caucionava. Por sua vez, a imortalidade prometida pela tecnociência fáustica supõe a correção e a superação dos limites do orgânico pelo digital – ainda não realizável, mas nem por isso menos presente na agenda atual da tecnociência. Nesse sentido, trata-se de uma imortalidade mais literal, que tende a obliterar a finitude, expressando-se em uma noção computacional de memória, cada vez mais presente no imaginário cultural acerca do protagonismo do cérebro. A imortalidade fáustica não diz respeito nem à chamada “cultura letrada” (que esta Academia preserva e comemora) nem a uma memória entendida como potência de propagação e disseminação de obras.

Articulemos agora o horror às degradações do orgânico, o medo do envelhecimento ao campo das imagens. Revisitemos alguns fotogramas do belo filme de Ingmar Bergman intitulado “Morangos silvestres”, de 1957. No filme, um professor de 78 anos – velho e aquebrado, na imagem e para ele mesmo –, rememora sua vida no dia em que viaja para sua cidade natal para ser homenageado por seu jubileu. O filme é perpassado pelo temor ao desconhecido – a morte –, que também se expressa em uma imensa ternura com relação à vida, no passado e no presente daquele dia especial. Com 78 anos, o personagem é um homem visivelmente velho (não “idoso” ou



na “melhor idade”). As imagens bergmanianas em preto e branco expõem as rugas e marcas de um tempo de vida em vias de se esgotar. As imagens em película possuem uma potência de tatibilidade que nos aproxima da viscosidade do orgânico, enquanto a digitalização nos afasta de suas rugosidades. Como na sequência de outro famoso filme de Bergman (“O sétimo selo”), o velho professor parece jogar xadrez com a morte, conjurando seu medo por meio da evocação do passado. Naquele dia especial, seus pesadelos e sonhos levam-no a alterar, com pequenos gestos, o presente. Eis uma das tarefas da memória humana: a transformação do presente. Conforme sugeriu Nietzsche, não se trata de uma memória refém do passado, mas de uma memória debruçada sobre o presente e o futuro. De uma memória de futuro.

Saltemos para o final de 2012. Jane Fonda esteve no Rio de Janeiro para lançar seu livro de autoajuda sobre envelhecimento: *O melhor momento – aproveitando ao máximo toda a sua vida*. Com quase 75 anos, a ex-Barbarella afirma assumir corajosamente algumas de suas rugas (aquelas que não foram deletadas por duas plásticas), é garota-propaganda da fabricante de cosméticos L’Oréal, fatura sua velhice adiada e esticada, mantendo a libido intensificada por doses de testosterona. Sua saúde é atestada no colorido liso e reluzente da imagem digitalizada e purificadora. Apesar das próteses analógicas no joelho e nos quadris, preço sem dúvida pago pelas intensas sessões de ginástica por ela divulgadas em vídeos nos anos 80.

Esse breve cotejo serve para lançarmos um elenco de indagações entrelaçadas: de que modo se alterou, em pouco mais de 50 anos, especialmente para as camadas sociais privilegiadas, a relação com o tempo de vida e com a velhice? A que corresponde o imperativo atual da eterna jovialidade *fit*, hiperativa, produtiva e multiatarefada, essa exibição nas e pelas imagens de uma saúde, por assim dizer, espetacularizada na superfície dos corpos, a ostentação de uma performance indefinidamente otimizável, com a ajuda de próteses e de fármacos? De que forma as tecnologias digitais se inserem nessa pervasiva lógica de funcionamento, a um tempo exprimido-a e alavancado-a? No mesmo movimento, que fim terá levado a exploração filosófica e existencial dos temas da finitude e da morte, entre o filme de Bergman e a face radiante de uma

Jane Fonda certamente enrugada, mas de modo pouco chocante para novas formas de censura imagética? Um rosto enrugado, porém agradável, exalando vitalidade e sucesso contra o tempo, atestados em uma pele digitalmente brilhante e lisa, obedecendo aos ditames morais da boa forma. Observe-se: Jane Fonda afirma ter realizado plásticas faciais, sobretudo para parecer “menos cansada e triste”. Por que não se deveria parecer cansado ou triste, mesmo ao se exercer pesados cargos públicos, como a presidência da República? E por que envelhecer carece hoje de autoajuda, de *coaching* especializado – de médicos a uma gama de produtos cosméticos, nos quais inclui o livro da famosa filha de Henry Fonda e imagem publicitária da L’Oréal?

Em suma: por que envelhecer requereria o apagamento – ou a atenuação – de seus sinais visíveis, tendo-se tornado quase uma obscenidade, no mínimo uma vicissitude que, se formos cuidadosos e responsáveis, poderemos ocultar, adiar ou mesmo superar? Onde foi parar a ternura, expressa no filme de Bergman, com relação à nossa condição finita, contingente, mortal, segundo diversos pensadores (de Nietzsche a Heidegger e Borges) considerada como verdadeiro agulhão que empresta graça e intensidade a esta vida? Não se trata, evidentemente, de lamentar nosso tempo, como a ênfase crítica e retórica desta fala poderia dar a (mal)entender, mas de realçar a articulação entre o impulso fáustico e a trama de valores também expressos no âmbito do digital. A visada crítica tem por fim produzir estranhamento em relação a crenças e valores que incorporamos para possibilitar nossa compreensão, o que tem por efeito nos retirar de uma posição de passividade e propiciar uma postura mais ativa, quer de endosso, quer de transformação. Em vez de sofrer o estado de coisas, percebê-lo como historicamente produzido. Portanto, totalmente alterável; não uma fatalidade, mas invenção humana, histórica, cultural.

Ressaltemos, para concluir, um aspecto complementar de nosso tema: o estado atual de hiperconexão (por meio de diversos dispositivos, como *tablets*, *smartphones*, computadores) e seus efeitos sobre o esgarçamento da atenção e da capacidade de concentração. Nunca



pareceu tão difícil pensar, ler um livro denso (que dirá dedicar-se a produzir um livro extenso), concentrar-se para estudar, ater-se a uma só temática, a um só projeto de fôlego. Cabe lembrar de que modo grandes burgueses, como o pintor Degas, resistiram à introdução do telefone domiciliar. O pintor considerava uma impropriedade interromper suas atividades para atender a um sinal ou a uma campainha – o que seria apropriado apenas para a criadagem. A progressiva proliferação de sinais sonoros e visuais, de toques, ruídos, chamados a que se responde (mesmo em um jantar, cinema, leitura ou conversa) bem expressa nosso grau crescente de servidão. De uma servidão voluntária, expressão tão pertinente que devemos ao século XVI, a La Boétie. Como se pode notar, a velha *cultura letrada* pode ser convocada para fertilizar nossas reflexões atuais. Na lógica do empreendedorismo que pauta valores e crenças próprias ao capitalismo pós-industrial de base comunicacional e informacional, uma nova ênfase parece recair sobre o termo “voluntário”: todos devem desejar servir, estar *motivados* para a ultraconectividade.

O historiador de arte Jonathan Crary tem investigado o processo de progressiva dispersão da percepção, a captura de uma atenção cada vez mais fragmentada e modulada, por conta da ininterrupta *vida on-line*, que irá certamente se intensificar neste século, com a disseminação do que se chama de *internet das coisas*. Não apenas celulares, mas óculos, roupas, relógios e automóveis muito em breve estarão incitando à conectividade, favorecendo ainda mais o esgarçamento da atenção e a sensação de compactação da temporalidade vivida. Em um livro recente, intitulado *24/7 – capitalismo tardio e os fins do sono*, Crary enfatiza a última fronteira a ser colonizada pela lógica do capital e da empresa, com seus valores ultracompetitivos e produtivistas: o sono. Relata uma pesquisa atual financiada pelo Pentágono acerca de certas aves migratórias capazes de prescindir do sono durante muitos dias, sem perder a eficácia e o controle do voo e da trajetória a ser cumprida. Como se sabe, em toda guerra, os limites e limiares da atenção humana, os estados de fadiga e a necessidade de repouso sempre representaram problemas, precariedades a serem mitigadas. Na Segunda Grande Guerra usaram-se, por exemplo, anfetaminas para manter os soldados em estado de vigília, alertas e excitados. Esses fármacos

impediam de dormir, mas não garantiam a eficácia dos atos e das tomadas de decisão. As pesquisas atuais não visam tanto a impedir o sono, mas a estudar os mecanismos biológicos (presentes em espécies migratórias) que permitem a um vivente prescindir de repouso. Eis mais uma expressão do impulso fáustico aqui enfatizado. Essas experiências, que nascem no campo militar, provavelmente terão aplicação posterior à esfera civil. Adequam-se perfeitamente a um regime de produção em meios altamente competitivos, ao imperativo da conectividade onipresente, com os quais tem de se compatibilizar o corpo humano, com suas limitações e falibilidade – por exemplo, a necessidade de repouso e de sono (Nietzsche diria, de saudável esquecimento).

Essas reflexões estão longe de serem forçadas. Basta lembrarmos de que modo, conforme já mostraram neomarxistas como Robert Kurz, a introdução de máquinas nos modos de vida e de produção capitalísticos não cumpriram a promessa prometeica moderna de liberar os homens para um ócio criativo. Na verdade, nunca se trabalhou tanto e tão integralmente quanto no capitalismo digitalmente equipado. Aliás, também nunca se desempregou tanto. As tecnologias de informação ininterrupta “em tempo real” intensificam a compactação do tempo de vida e tendem a corroer o tempo “livre”, mesmo que seja enquanto escapamos, no sono, ao bombardeio de estímulos. Caso se esteja desempregado, não se trata de “tempo livre”, mas de um tempo de penúria.

O lema da *Globonews* é, nesse sentido, bastante explícito: “nunca desliga” (o trabalho de informar não “desliga” e sugere que o espectador tampouco desligue a TV). Também aqueles que estão inseridos na lógica da produção e da empresa nunca deveriam desligar. Por isso, empresas fornecem celulares a seus “colaboradores”: embora em geral se festeje esse presente, aprende-se muito rapidamente que se trata de uma cilada, que faz com que se extrapolem as duramente conquistadas 8 horas diárias de trabalho. Todos sabemos de que modo nosso tempo e atenção são cada vez mais ocupados pela pressão da hiperconectividade, da vida *on-line* e do regime 24/7 ou *non-stop*. O contraponto a essa pressão manifesta-se em sentimentos de impotência e insuficiência daqueles cujos corpos não se adequam a tal velocidade. Daí igualmente a extensão de

sintomas de ansiedade e depressão, bem como a medicalização crescente do que já foi apenas uma característica: a timidez, ou o pudor pela exposição, o desejo de invisibilidade, inadequados à atual cultura da imagem e da autoexibição em telas e redes.

Para concluir, espero que esse tempo de fala tenha fornecido elementos para nossa reflexão, desconectando-nos por algum tempo do que nos induz a nunca desligarmos. Nesse sentido, ela se pretendeu performativa, favorecendo aquilo que pleiteia: a temporalidade afeita à ruminação, densa, ágil e, se possível, bailarina. A reflexão e a concentração em presença, festejando a alegria de nossa contemporaneidade aqui e agora.

Referências Bibliográficas

- AGAMBEN, Giorgio. *O poder soberano e a vida nua – Homo Sacer*. Lisboa: Editorial Presença, 1998.
- CRARY, Jonathan. *24/7 – Late capitalism and the ends of sleep*. Londres/Nova York: Verso, 2013.
- IZQUIERDO, Iván. *Memória*. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- KURZ, Robert. *Os últimos combates*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.
- MARTINS, Hermínio. *Experimentum Humanum: civilização tecnológica e condição humana*. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2012.
- _____. *Hegel, Texas e outros ensaios em teoria social*. Lisboa: Ed. Século XXI, 1996.



Sem Natal

RONALDO CAGIANO

*Ainda estava escuro.
Uma luz pálida e amarelada
pairava sobre as casas e sobre o rio;
o céu parecia estar despencando.*

JAMES JOYCE
“Graça”, in *Dublinenses*

Avéspera de Natal trouxe Lindalva do trabalho em meio à má vontade do tempo. Noite litigiosa aquela. Seus planos de reunir a família, convidar os amigos, apesar do cansaço de mais de dez horas em frente ao tear na Companhia Manufatora, pareciam mais uma vez esbarrarem no imponderável. Não queria repetir o sem-sal e sem açúcar dos anos anteriores. Nesse, prometeu-se que seria diferente, guardou o que sobrou do 13.º para comprar uns presentes para as crianças.

A Camila não cansava de pedir um videogame, porém teria que contentar-se com uma boneca; Fabiano buzinou-lhe nos ouvidos

Nasceu em Cataguases (MG). Alguns livros publicados: *Dezembro indigesto* (contos, 2001 – prêmio Bolsa Brasília de Produção Literária 2001), *Dicionário de pequenas solidões* (contos, Língua Geral, Rio, 2006), *O sol nas feridas* (poesia, Dobra Editorial, SP, 2011) e *Moenda de silêncios*, em parceria com Whisner Fraga (Novela, Dobra Ideias, SP, 2012). Organizou as coletâneas *Poetas Mineiros em Brasília* (Varanda Edições, DF, 2002), *Antologia do conto brasiliense* (2003, Projecto Editorial, DF) e *Todas as gerações – conto brasiliense contemporâneo* (LGE, Brasília, 2006).

durante o ano todo, mas o autorama (febre, sonho de consumo da garotada naqueles plúmbeos anos 70, tempos de coturno e medo) não viria dessa vez, o dinheiro foi suficiente apenas para um carrinho movido a pilha, da Estrela, comprado, a perder de vista, no Bazar René. Era o que podia ser feito. Meses inteiros de sonhos que seriam concretizados pela metade, afinal, desde que Amarildo saiu de casa, para viver com a amante na Vila Reis, que Lindalva teve que dar um duro danado e tomar a frente de tudo, sem ajuda, sem pensão.

A fatigante tarefa diária no imenso salão onde máquinas expeliam línguas de panos, a musculatura compulsória nos braços femininos cevada no empurra leva e traz de carrinhos abarrotados de fardos da tinturaria, tantas vezes vigiada pelos contramestres alcoviteiros, a epiderme ressecada pela nuvem de poeira que nascia das engrenagens, as lançadeiras ziguezagueando diante de seus olhos vidrados na mistura dos fios bailarinos que não teciam outra vida, senão cevavam o apetite dos patrões, alimentavam 12 meses de cansaço, a sobrecarga que se revezava a cada manhã. Tudo impunha uma terrível prostração àquela mulher que tanto desejava estar inteira para viver pelo menos uma vez na vida um Natal em família, mesmo com a ausência do marido empanando o brilho nos olhos dos filhos. Era uma dor que judiava deles, que ela não podia aplacar, senão já teria mudado as coisas, passando uma borracha na história e virando a página, mas Fabiano e Camila não se esqueciam do pai. Depois que foi embora, nem mesmo se lembrava, ou aparecia, na data de seus aniversários.

Esperançosos, os dois acordaram pela manhã na certeza de que ele viria, um presentinho ao menos, ou um agrado que fosse pelo abraço, pelos cumprimentos. Queriam o pai – há tempos não brincavam com ele de carniça ou montaram o cavalo de pau nem ouviam mais histórias de alma penada e coisas do outro mundo –, queriam a visita, ainda que trânsfuga a presença, ainda que não tivesse cumprido a promessa de levar o filho para treinar no dente de leite do Operário Futebol Clube. Afinal, os amigos da vizinhança comemoravam a idade com pais e mães presentes; só os dois naquele beco viviam uma espécie de orfandade de pai vivo.

Nos três últimos anos Lindalva fez das tripas coração para que não desistissem de estudar. Tinha medo de que os filhos arrumassem corriola; não saberia onde

colocar a cara se um deles repetisse de ano ou fosse maconheiro como o Tadeu e o Vinícius, filhos da Gorete, que desquitou cedo e ficou sem controle sobre a casa, biscateando aqui e ali, e a Vanessa, mais nova de todos, nunca teve juízo, foi morar com o mau elemento do Stanley, o testa de ferro do Messias de La Torre, foragido da justiça de Brasília, que veio aninhar-se na cidade e controla as bocas de fumo da Vila Leonardo. Ela não parava de pensar nessas sortes quando Amarildo a abandonou para viver com a Neneia, esse amor repatriado instaurou uma tristeza no pequeno mundo dos três. Ela tinha medo de ficar falada, tinha que dar exemplo, era da fábrica pra casa, de casa pra fábrica, sem trégua nem para as novelas. Por isso seu coração não tinha outro destino. Preocupavam-na as longas horas de silêncio com que Fabiano, debruçado sobre a janela, a sua carretinha de rolimã aposentada debaixo da cama, com seus olhos, esquadrinhava feito um periscópio, ora perscrutava a procissão de formigas subindo a roseira, ora detinha-se na volúpia de um louva-a-deus dançarino que brincava de desaparecer com suas coreografias no distante da rua, ou se fixava, emudecido, na astúcia de uma lesma que tentava atravessar a barreira de cacos de vidro sobre o muro alto e musguento do minúsculo quintal lindeiro ao de seu Durval. Ou, viajante e furtiva, sua atenção migrava para os galhos da jabuticabeira, onde um pequeno enxame de marimbondos principiava uma casa, indiferentes à dor das redondezas. Também doía-lhe o coração flagrar calada as tantas vezes em que Camila se amotinava com as bonecas debaixo da cama, fingindo uma conversa com um amigo secreto que vinha à hora marcada, substituindo a ausência paterna, essa noite que se postergava dentro dela, mais escura que a cabana sob o colchão de molas mijado, viajava nos mundos que criava, na crina alucinada de uma fantasia que um dia iria desmoronar. Após derrotar o sol, a noite chegava com o festim de insetos nas luzes fracas da rua e uma legião de fantasmas habitando aquele corredor de casas.

Cenas que depunham contra a felicidade do n.º 51, placa já descorada pelo tempo naquela última casa do lado direito, de onde era possível divisar o ribeirão aos fundos, animal feroz que se repetia no calor de fornalha dos dezembros, batizando as moradias precárias com o tumulto de suas águas e a adversidade das cheias que desalojavam tantos, sem parcimônia, oceano de frustrações fustigando a alegria com que muitos idealizavam passar as festas de fim de ano,

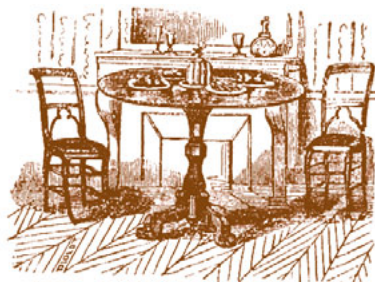
apesar das privações. Aquela gente pobre, se não tinha muito o que comemorar – as dificuldades prolongadas não prenunciavam que as coisas melhorariam de repente – pelo menos um leitão encomendado com certo sacrifício no açougue do Devair podia ser esperado, para compartilhar uma parcela mínima de sorriso nos olhos miúdos de suas existências proletárias, mas ainda habitados de mínima esperança. Mas nenhuma alegria seria completa naquela casa onde, além da água que tantas vezes secava, faltava alguém; e a dor de saber que o pai comemoraria com outros, achincalhava ainda mais os coraçõezinhos repletos de ilusão.

– *Mãe, o pai não vem?* Quantas vezes Lindalva ouviu, embargada, o sorriso interdito pela violência fulminante da pergunta dos filhos, como no domingo em que ele não apareceu para a Primeira Comunhão dos dois. Cada dia morria, dando lugar a outro; cada mês passava, incólume às demandas íntimas; cada ano era engolido por outro e a primeira década na vida das crianças mudava de pele e a mesma incerteza que se cristalizava a cada nova mudança de estação, na alternância do horóscopo. Nos últimos tempos era isso: a felicidade esquiva, o rapto das mínimas emoções pela realidade aquartelada e intransigente, apesar das vigílias. E um punhado de interrogações.

À insistência da pergunta que reverberava como um chicote no seu peito, Lindalva não tinha o que dizer. Nem meias palavras nem uma resposta paliativa que dourasse as circunstâncias. Era na bucha, e tentando mimetizar as lágrimas com os olhos vermelhos enquanto fatiava uma cebola na cozinha, que lhe escamoteava as lágrimas verdadeiras, com o que ela enganava a filha, ou despistando a conversa, mandando Camila pegar o regador para aguar os vasos de avenca e samambaia da sala minúscula:

“Não conte com seu pai, ele tem outra vida, esperem em Deus, que esse, Ele não falha, e é graças à sua misericórdia que passamos o ano e com a ajuda de sua avó, que pode cuidar de vocês.” Não fossem os serões na fábrica, ela também não teria pago em dia o aluguel do quase-barraco, o Bira era pontual, saía, de casa em casa, o colar reluzente como os dentes de ouro e a mania de mascar palitos, cobrando os inquilinos, uma sangria mensal em seu salário, nem dado conta de quitar em dia a caderneta da venda do Albertino. Fazia das tripas coração para manter a casa, nunca faltar lanche na merendeira, as coisas em ordem e

as contas sem atraso, quando a brotoeja pintou a face miúda da filhinha e trouxe uma febre incedível (e o fantasma dos cortes rondava a seção de estamparia, o Zé Batista foi despedido, agora buchicham que o Nestor e a Zélia vão pra rua também, porque votaram no doutor Agnelo, do MDB), quase perdeu a mão no tear, sua cabeça estava na menina, o dia inteiro comendo algodão na fábrica, e ainda ter que aguentar a língua comprida e peçonhenta da dona Mundinha e as cantadas do Vadinho, que de seu tamborete apontando o jogo do bicho tomava conta de quem entrava de quem saía, o uniforme sempre bem passado, apesar de surrado, o sacrifício que impedia que os filhos parassem os estudos, afinal, com quem poderia contar amanhã, senão a mínima instrução que lhes abrisse caminhos, Lindalva não descuidava de nada, antes de dormir ainda dava uma última passada do ferro em brasa nos uniformes e uma conferência dos cadernos, tentava ajudar nas lições, nos para casa, tomava a tabuada, arguia os verbos. E os boletins de classe no fim do mês não desmentiam, espelhavam seu esforço e sua luta: os meninos iam bem. E quando já estavam os dois na cama, depois de borrifar o inseticida com a bomba de Flit para espantar os pernilongos que vinham com seu chuço incomodar todas as noites, desaninhados do corguinho dos fundos, ainda se desdobrava (enquanto sonhava com uma enceradeira Electrolux) para dar uma passada de escovão no piso de vermelhão, ainda bem que não tinha mais que recolher as guimbas de cigarro que Amarildo deixava pelos cantos da casa e uma espanada na mobília pobre e feia e entrando já a madrugada, a leitura de algum salmo, e pedia a Deus que a ajudasse a sair dali, sonhava um holerite mais gordo e poder financiar uma casa decente pelo BNH ou pela COHAB, o socorro da fé naquela Bíblia surrada e eternizada sobre a cristaleira de pés capengas, vigiada pelo crucifixo de madeira que ela sempre limpabrilhava com óleo de peroba.



Tempos escuros aqueles. As indústrias da cidade eram movidas à eletricidade, óleo diesel, carvão e medo. Os Andrades dominavam a economia, eram donos de todas as tecelagens, das fábricas de papel e macarrão, da fundição,

do matadouro, da Força e Luz. Controlavam a vida, da saída dos operários às conversas políticas. A Arena mandava e desmandava na cidade, onde os parentes do líder político Maneco Andrade revezavam no poder. No Golpe de 64, muita gente foi dedurada por eles ou por seus puxa-sacos, baba-ovos, cheira-peidos. Quando chegava novembro, mês de eleição, o voto de cabresto garantia-lhes a permanência. Nada fugia ao controle. Sabiam quantos eleitores havia em cada urna, em cada zona eleitoral e no departamento de pessoal das companhias, a cópia dos títulos dos empregados era guardada como moeda de troca. O terror rondava as seções e quando algum voto migrava para (os quinta-colunas do Túlio farmacêutico e do Laércio do Sindicato) um candidato a vereador ou prefeito da oposição, o funcionário recebia o bilhete vermelho, as indenizações nem sempre corretas, dali em diante não conseguiam mais colocação na cidade, muitos iam de mala e cuia pra São Paulo tentar emprego no ABC ou na construção civil. Quantos natais trouxeram o inferno para tanta gente. Lindalva tinha medo também de ir pro olho da rua, por isso nunca abria a boca na época da política, votava em quem os capachos da diretoria ou os pelegos mandavam.

Nas casas de paredes-meias — como era comum nas vielas do Pouso Alegre — os sons algazarravam cedo. Barulhos de lacres de cervejas e refrigerantes em lata se abrindo, garrafas sendo retiradas dos engradados e os estampidos dos abridores se confundindo com a música que escapava dos aparelhos de som ligados no máximo volume nas portas das casas. Pagodes, sambas, boleros e sertanejos se misturavam sem divergências — vitrolas vozeiravam Agnaldo Timóteo, Nalva Aguiar, Wanderley Cardoso, Lindomar Castilho, Odair José, Vanusa, Roberto Carlos, Jane e Herondi, Almir Rogério. O chiado da carne, semelhante ao som de chuviscos de uma emissora de tevê fora do ar sendo revirada em alguma grelha, disseminava o cheiro do assado que impregnava a pequena ruela que separava as casas. Enquanto adultos disputavam tira-gostos e petiscos na mesa exposta ao ar livre e compartilhada por toda a vizinhança, a molecada num frêmito a correr pralá-pracá. Um vozerio de homens e mulheres que, alternando gargalhadas e gritos, pareciam viver a plenitude de uma felicidade não compatível com o silêncio e a modéstia com que Lindalva, Camila e Fabiano viviam noutra casa, quase um jazigo, onde noutra mesa esperava um

frango assado recheado com farofa e ameixas, acompanhado de uma coca-cola família, testemunhados pela árvore de natal que pisca-piscava discreta num canto, onde dormitavam os presentes que os meninos abririam no virar das horas, sem a efusiva comemoração que se verificava nos outros lares.

Ainda estava para sair a turma das dez horas, a fábrica era um moedor de gente – faltava pouco para o sino da Matriz soar à zero hora, e a cidade ainda não tinha se curado da última cheia, alguns insetos bailando em torno da luz fraca dos postes da rua, já se podiam ver os faróis dos carros realçando os grossos e compactos fios de chuva, deslizando pelo tabuleiro de paralelepípedos já alagados, uma lua bêbada, reumática e trânsfuga entre nuvens intermitentes e velozes já não derramava sequer uma claridade débil sobre os telhados, indicando que um aguaceiro vinha de longe sem dó nem trégua, o *campinho tá todo tomado, dona Vera* – corria de um lado pro outro o Valdo doidinho avisando nas casas, os quintais já afogados se transformavam num charco pela fome das águas, os ralos vomitando nos banheiros, mas o movimento do lado de fora negligenciava o apetite de uma tempestade em ascensão, alvoroço de galinhas, patos e outros animais ensopados procurando abrigo, ninguém ligava para os corpos molhados, para as nuvens com seus chicotes de raios e suas cortinas de água judiando os quintais. A noite sem estrelas abria alas para o temporal que assobiava seus ventos nos eucaliptos do morro do cemitério – tudo tão certo e tão medido para essa época do ano naquelas margens do rio Pomba, tûmulo de anzois. Nas últimas décadas aquela pontualidade endêmica: a chuva batizava os Natais da cidade e muitos foram os *réveillons* em que o susto e a correria substituíam os estouros dos champanhas. A opulência das nuvens não falhava de novo, trazendo um medo antigo, papel carbono de conhecidos pesadelos, parindo tragédias na corrosão da madrugada.

Desde o final da tarde, os plantões da Rádio Cataguases alertavam a população sobre as condições meteorológicas, mas ninguém sintonizava o dial naquelas horas, pareciam todos detidos no clima de final de ano, ensimesmados em algum preparativo. Era preciso comemorar, beber, comer o peru que em alguma mesa não faltaria, preparando-se para enterrar o ano moribundo. Chovia horas sem parar nas cabeceiras do rio, lá pelos lados do pico dos Caramonãs e da Serra

da Onça, onde o tempo estava armado e feioso. Ninguém deu bola, ninguém queria se lembrar de como nos últimos anos os céus reagiam e as nuvens sangravam revelando toda sua força e brutalidade, todo seu escárnio no espetáculo intimidatório, caudaloso e promíscuo de suas águas. Não acreditavam que mais uma vez seria a vitória dessas grandes correntes líquidas, que depois da Missa do Galo muita gente voltaria das igrejas sem poder chegar a casa, sem o milagre da ceia, evacuadas de mais uma esperança.

Os verões chuvosos sempre foram desmancha-prazeres da vida proletária de Cataguases. As águas de março sempre adiantavam seu ciclo e apareciam no último mês do ano e impunham seu regime de exceção, como nas velhas ditaduras. Dos subterrâneos repressivos da natureza desiludida com os homens despencava o chumbo torturante das nuvens. Os regatos, ribeirões, lava-pés e calhas de esgoto não resistiam à pressão pluviométrica e se juntavam num subversiva e implacável coreografia, levando tudo que viam pela frente. E a calha do Pomba, serpente líquida e tihosa, já assoberbada pelo vômito de outros leitos, não comportando o taliônico tempo, decretava seus desastres.

Só quando ouviram os estrondos, secos, pleonásticos e ensurdecadores, no vácuo redundante, clarividente e enfeitado dos feixes de relâmpagos cortando a escuridão, perceberam que a natureza, mais uma vez, não brincava em serviço e dava suas ordens. Só quando perceberam dona Almerinda aos gritos diante da pinguela se contorcendo no rolo compressor daquele riacho que engordava nos fundos do seu quintal, sentiram a náusea de Deus. Só quando os ventos provocavam torcicolo nos fios de luz e a rua sucumbia à força das águas, abrindo um imensa cratera desdentada, no que antes era um tapete de paralelepípedos, é que sentiram a insopitável cólera dos céus.

Já inócua aquela correria repentina, diante do rebuliço de um Meia-Pataca travestido num Atlântico na porta das casas. A tromba d'água que havia caído a quilômetros dali, chegava com fúria redobrada de uma natureza convulsiva e toda a vila não passava de uma imensa ilha da qual zarpava mais um Natal. Naquela correnteza que nasceu do ventre atrevido do rio não boiavam confusos e sem rumo apenas os presentes que não foram entregues. Uma tristeza absoluta e irreversível redemoinhava dentro deles.

Graziella Andreani

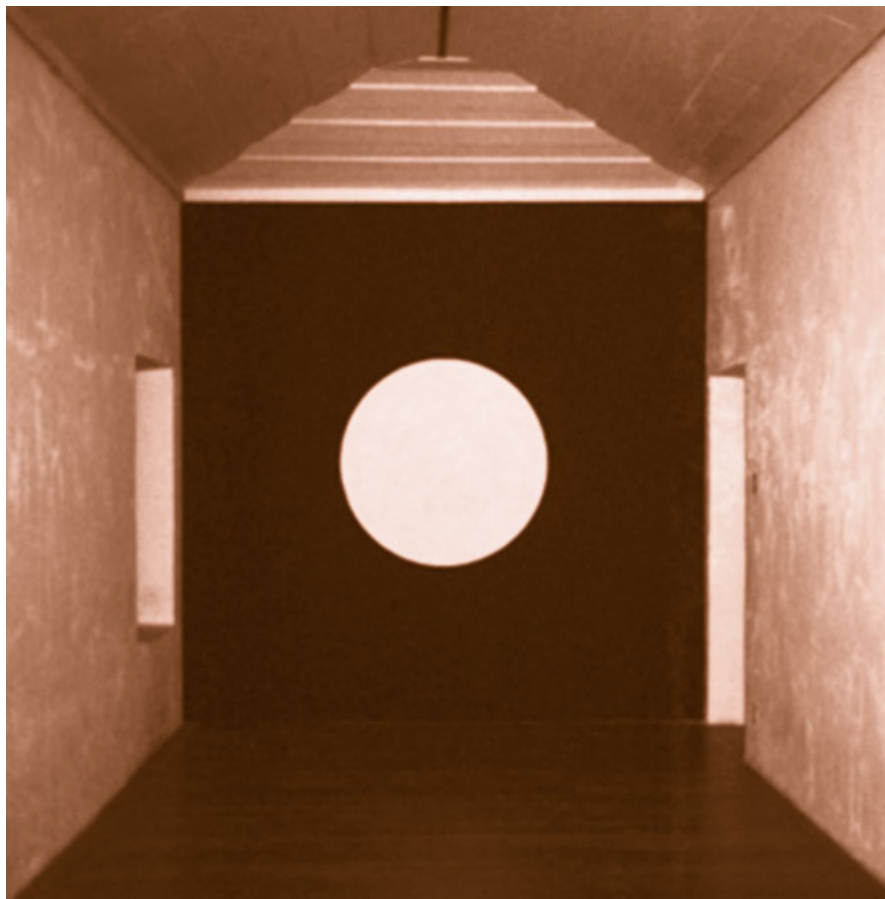
GRAZIELLA ANDREANI nascida na Itália, 1941, brasileira naturalizada desde 1952. Formada em Letras pela UFF, 1975. Estudou no MAM, RJ, com Aluísio Carvão, Rubens Gerchmann, Luiz Áquila, Roberto Moriconi, 1984/1988; com Kenneth J. Pawula, “School of Art, University of Washington”, Seattle, USA, 1989; Parque Lage, com Anna Maria Maiolino, 1995. Alterna o uso de várias técnicas e materiais: desenhos, colagem, esculturas, pinturas, instalações e jornais. Lançou em 2005 catálogo PHOIBA & PHOSTOPHOS. Participou de diversas exposições coletivas e individuais no Brasil e no exterior: “Spettacolo” Museu do Ingá, Niterói, 2013; Museu da Imprensa Brasileira, Niterói, 2007; Sala Paschoal Cittadino, Niterói 2006; Espaços Vazios”, instalação, TVE canal 2 TV Cultura, programa Gema Brasil, RJ; “Phostophos” Centro Cultural Candido Mendes, RJ, 2004; “Angeli”, Lana Botelho Artes Visuais, Rio de Janeiro, 2002; “UNO”, Galeria da Igreja de São Francisco Xavier, Niterói, RJ, 1996; Salão ICARO VARIG, New York, NY, USA; Museu do Telefone, Rio de Janeiro, RJ, 1993; Espaço de Arte Excelsa, Vitória, ES, 1991; Arte Brasileña en la Sala Aida, Terrassa, Barcelona, Espanha, 1990.



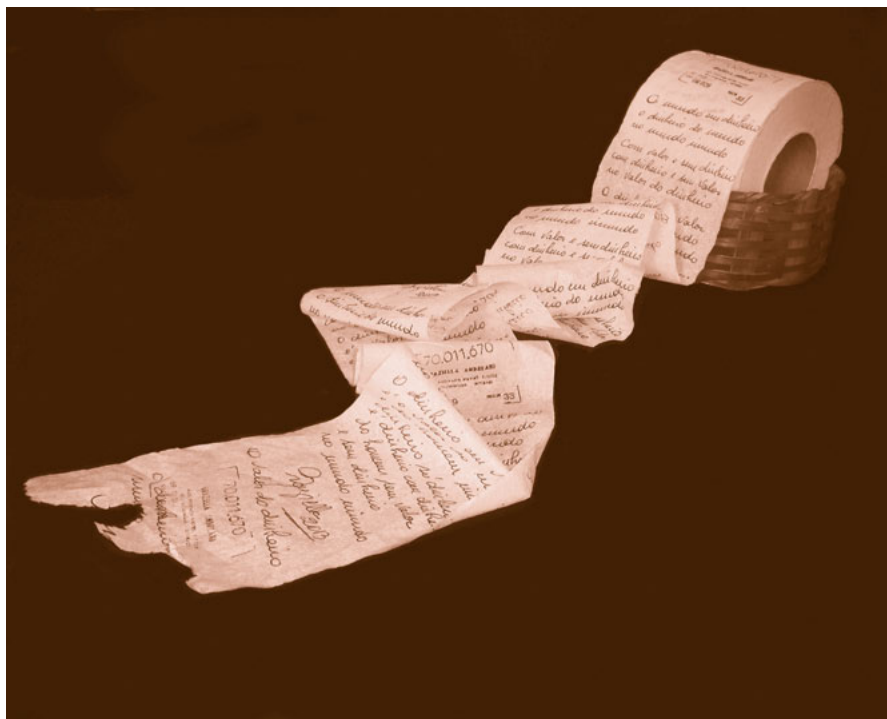
Phostopho



Phoiba



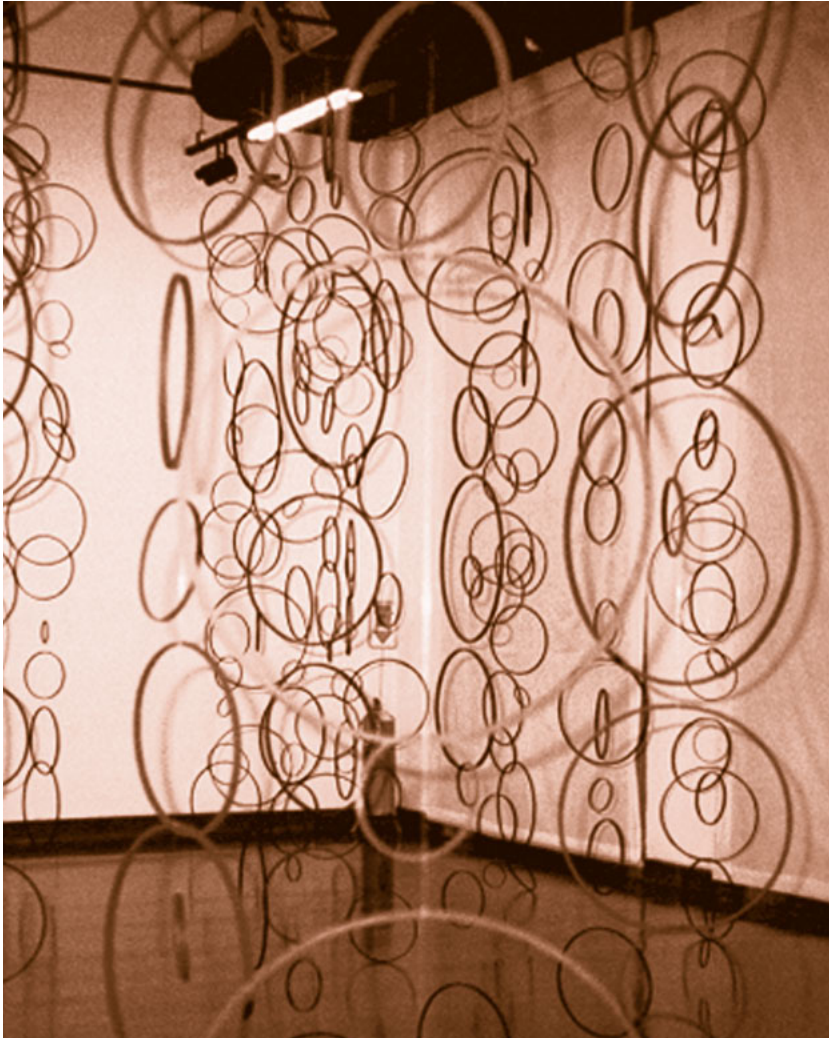
Uno



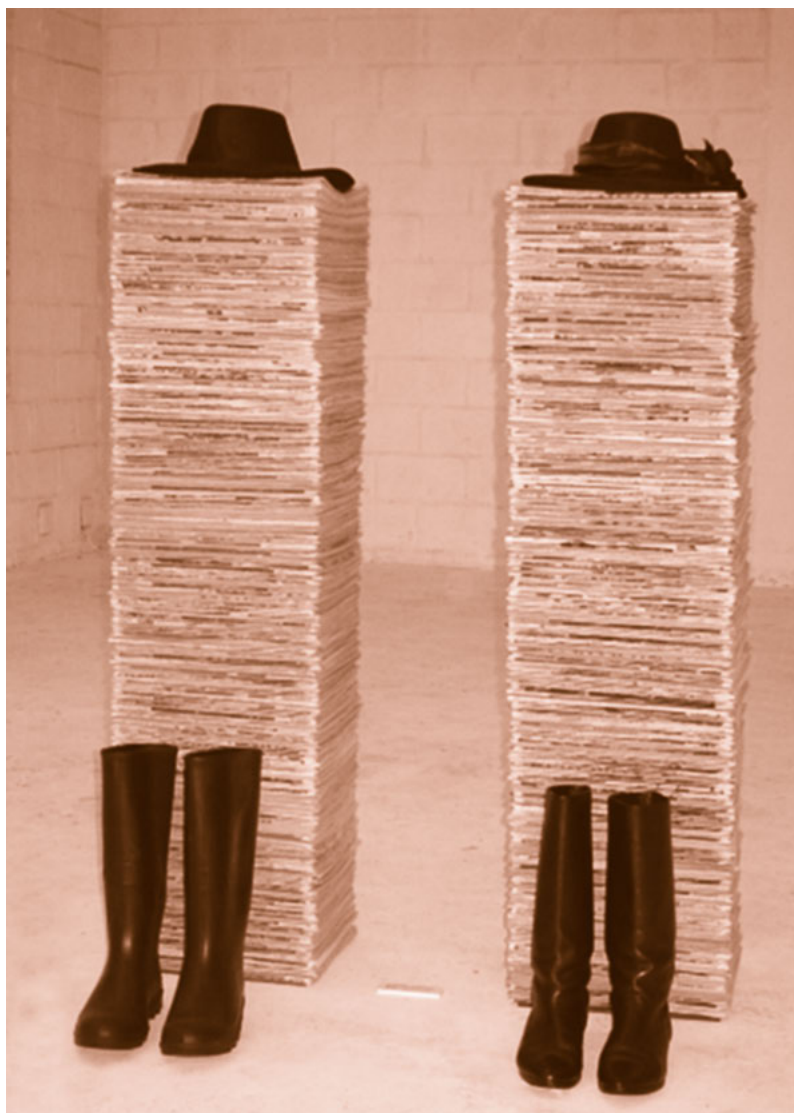
Mondoimmondo



Ebulus



Espaços Vazios



Skatari

Quatro poemas

AGE DE CARVALHO

Age de Carvalho nasceu em Belém do Pará, em 1958. Formado em Arquitetura pela Universidade Federal do Pará em 1981. Publicou os livros de poesia *Ror: Arquitetura dos ossos*, Belém, Semec/Editora Falângola, 1980; *A fala entre parêntesis* (em parceria com Max Martins), Belém, Semec/Edições Grápho/Grafisa, 1982; *Arena, areia*, Belém, Edições Grápho/Grafisa, 1986; *Ror: 1980-1990*, poesia reunida (incluindo o então inédito *Pedra-um*), São Paulo, Editora Duas Cidades, Coleção Claro Enigma, 1990; *Móviles* (em parceria com Augusto Massi), Rio de Janeiro, 7 Letras, 1998; *Caveira 41*, São Paulo, Cosac Naify/7 Letras, 2003; *Seleto*, antologia poética, Belém, Editora Paka-Tatu, 2004; *Trans*, São Paulo, Cosac Naify/7 Letras, 2011; *Ainda: em viagem*, Belém, ed.ufpa, 2015.

EU, INTIMO-ME
a reconhecer-

(em ti, contigo
em viagem – nós,
dois faróis na estrada
farejando a escuridão luxuosa,
abolido tempoespaço
à visão da grande nebulosa:
tu, era eu-todo-estrelado,
o céu, espelho)

-me em
mim-mesmo.

Uns

Eu em-ti,
a sós, ego
meu em turbulento
sossego —

quando mirar-te
era poder
me olhar melhor, lago
e desejei que fôssemos inseparáveis.

Neste quarto,
Operngasse 26, uns
corpos somos
a imagem do mundo:
nós, nus.

= ^{25.} lesar u, 27. VII. 15

uns

Eu em-ti,
a sós, ego
meu em turbulento
sossego —

—

quando mirar-te
era poder
me olhar melhor, lago
táfo,

e desejei que fôssemos inseparáveis.

—

Neste quarto,
Operngasse ²⁶ 27, uns
~~signais ao tempo,~~
^{11.11.11} a imagem do mundo:
nós, nus.

Lábia

Às 6 e meia
viemos ao mundo,
livros sobre o radiador
desligado,
flores e álcool,
a cama desfeita —

como chegamos até aqui?

*Minha lábia,
minha lésbia
amadora-amorosa,
vam'embora na canção
que diz: vivamos*

Deitados sobre a relva
do quarto,
ouvíamos pela janela
o rouxinol nenhum
a nos-ninguém chamar
às primeiras luzes:

éramos invisíveis,
lá fora carros lutas reses
sacrificadas na bruma
e
voltamos a dormir.

No hotel

Só,
sem, não tendo
a quem
o que doar –

só
o ardor,
ninguém,
deste momento.



BUDA. arte digital sobre
papel, A3, 2010.

Seleção de poemas

ANTONIO FABIANO

Antonio Fabiano da Silva Santos nasceu em 05 de julho de 1979. É natural de Patos-PB, porém cresceu e viveu em Cerro Corá-RN até o ano de seu ingresso na Ordem do Carmelo Descalço (2004), onde passou a chamar-se Frei Fabiano de Santa Maria do Monte Carmelo. cursou a faculdade de Letras na UFRN e, em seguida, as faculdades de Filosofia e Teologia na PUC de Minas Gerais. Atualmente, reside em um convento do estado de São Paulo.

Livros publicados (Poesia): *Sazonadas* (2012), *Girassóis noturnos* (2012), *Cancioneiro da Terra* (2014), *Nas pontas dos pés* (2015).

Contato: seridoano@gmail.com

Blog: www.antoniofabiano.blogspot.com.br

Os poemas desta seleta são do livro *Nas pontas dos pés*, publicado este ano pela editora Sarau das Letras.

A luz bruxuleante

A luz bruxuleante dança
Dentro do meu peito
Enquanto arde e queima
Minha nudez
Tangida pelo dedo de um demônio.

Baila a chama
Bêbada e corcunda
Dentro de mim e neste quarto
Em que estou dentro
– Ó palco de humanos desejos! –
Onde sinistras sombras movem-se
A dançar
Tomadas pela mão da luz.

Com dedos de carícia vem o outono
Todas as folhas caem
Uma a uma...
Dançam com o vento
Em infinitos tons de amarelo
As amarelas bailarinas.

Por entre bicicletas
Moinhos e tímidos sorrisos
Existimos.
É de outono a vida
Que chora sua beleza
Rara e austera.

Só um medo me exaspera:
O lago que vai congelar
O frio que — se estou sozinho — apaga
A luz embriagada
Que dentro do meu peito treme
Enquanto arde e queima
Minha nudez
Tangida pelo dedo de um demônio.

Despe-se a árvore de ferro.
Não a toca vento algum
Como às páginas das árvores de Handel.

Eu danço com as folhas
Estou feliz de uma felicidade que espera
De uma felicidade que se não é será.

O outono vem.
Que dentro dele venha o meu amor
Com seu fruto maduro e doce.

E assim arda e queime
No fogo efêmero da vida
Minha nudez
Tangida pelo dedo de um demônio.

Países Baixos, outono de 2013

Bala

Não direi que o poema
Acordou ou adormeceu.
Ele ficou doce
Como a água de um rio
Ou como frutas sazoadas na estação.
Tão natural ao poema
Acontecer...
Como se o campo
Chorasse ou festejasse
A sorte da semente
E depois ela crescesse
Indiferentemente.
Um poeta não acerta sempre.
O poema quando acerta
Atinge o alvo como seta
Ou como bala de canhão.
É pura sorte que estes dois se encontrem – digo
O poema e seu poeta.
Coisa que não acontece tanto
Em tantas vidas
Nem tantas vezes
Sob a rota
Combalida
De uma vida.
É como bala vil
Perdida
Um poema que acerta
O peito ou o crânio do poeta
E vira fato de notícia
Ou de perícia.

O corpo

O corpo nasce
E se expande
Em sua natureza física
E psíquica.
Pelas ruas de suas veias
Trafegam carros de sangue.
Nos pés põe meias.
O corpo ama
E brinca de se esconder.
Veste-se de beleza
E despe-se
Com igual destreza.
Finge que é eterno
– e talvez seja.
Deitado
Dorme e sonha
O que deseja.

O CORPO
O corpo nasce
E se expande
Em sua natureza física
E psíquica.
Pelas ruas de suas veias
Trafegam carros de sangue.
Nos pés põe meias.
O corpo ama
E brinca de se esconder.
Veste-se de beleza
E despe-se
Com igual destreza.
Finge que é eterno
– e talvez seja.
Deitado
Dorme e sonha
O que deseja.
Antônio Fabiano
2015

Zumbis

Depois da chuva
Vieram os zumbis.
Como esconder meu constrangimento
De abordar esse horror cinematográfico
Em poesia?
Eles vieram em bandos
Saídos da lama
Maltrapilhos e podres
A perambular sobre o que era cidade
E virou picadeiro de fantasmas.
Alguns milhões de reais custou
Aos cofres públicos
O nascimento deste poema feio.
A verdade estava ali
Justa ou vingativa
A lembrar que
Os mortos voltam.

Poemas

MARCELO BENINI

Marcelo Benini nasceu em 1970 na cidade de Cataguases, Minas Gerais, e hoje vive em Brasília. Publicou o primeiro livro em 2010: *O capim sobre o coleiro* (poesia/edição do autor). Em 2012 lançou *O homem interdito* (crônica/Editora Intermeios, SP). Foi publicado na Alemanha pela fundação Lettrétage, na antologia *Wir sind bereit*. Tem poemas e crônicas divulgados em *sites* de literatura do Brasil, América Latina, Portugal e Espanha. Em 2014, lançou *Fazenda de cacôs* (poesia/Editora Intermeios, SP).

Antes...

Antes do antes somos bloco de pedra
E, se nascemos, àquele que detém o cinzel nos destinamos
Aos pequenos golpes diários: contratos, telefonemas, juro
E, antes pedra, antiguidade e templo, agora forma e obra
Porém, a ausência de virtude do escultor nos enfeia
De narizes, bocas e olheiras fundas
Presos em reter um dia a pedra que fomos
Em salas fechadas ao público
Aguardamos a retrospectiva dos artistas menores.

Amantes

Nossa infâmia começa cedo
A luz devassa,
A cama bisbilhotada

Os corpos esquartejados
De ontem

Precisamos nos remontar
Já é dia.

Jogo de água e tempo

Segura o tempo como quem agarra a água
O tempo se fecha na mão que afunda
E sai firme, molhada
Mão contra mão, só carne
Cadê o tempo?

Jogo de água e tempo
segura o tempo como quem
 agarra a água
O tempo se fecha na mão
 que afunda
E sai firme, molhada
Mão contra mão, só carne
Cadê o tempo?

Modernismo ainda

Todas as ideias de bufarinhas as esqueci
Grãos, sal e ganidos
Caiu-me um silêncio de sastre
Doem-me os jarretes
Junta de carro, boi almarado
Alvoroço de cães
Antes de morrer
É preciso ir ao Bertino pagar a conta
Ler os poetas modernistas turcos
Esperar dezembro para os pequis
Ir adiando a morte das necessidades.

Modernismo Ainda

Todas as ideias de bufarinhas
as esqueci
Grãos, sal e ganidos
Caiu-me um silêncio de sastre
Doem-me os jarretes
Junta de carro, boi almarado
Alvoroço de cães
Antes de morrer
É preciso ir ao Bertino pagar
a conta
Ler os poetas modernistas
Turcos
Esperar dezembro para os pequis
Ir adiando a morte das
necessidades.

Desaparecidos

Não estamos entre os desaparecidos
De nenhuma ditadura
Não tivemos nossos rostos estampados
Em contas de água e luz
Não estávamos no genocídio armênio
Nem fomos enviados a campos de concentração
Não lutamos ao lado de Solano López
Não somos vítimas da política liberal para os povos originários
Nem mesmo tivemos nossos nomes anunciados
Pelos alto-falantes dos parques de diversão
Simplesmente desaparecemos.

Nanquim

Aprendi com as árvores
A escolher um dia de chuva para tombar
E pôr a culpa no vento
Para que ninguém desconfie
Da minha imensa vontade de cair.

Um cão

Sê um cão
Intruso, magro, apartado
Porém, sê um cão
Indiferente a deslouro e pedra
Inabalável, insistente e tenaz cão
Incomunicável
Recolhido em ser cão
Um cão de pelos áridos
De boca imunda
De olhar desmaiado
Cão.

Um cão
Sê um cão
Intruso, magro, apartado.
Porém, sê um cão
Indiferente a deslouro e pedra
Inabalável, insistente e tenaz cão
Incomunicável
Recolhido em ser cão
Um cão de pelos áridos
De boca imunda
De olhar desmaiado
Cão.

Poemas

JOÃOZINHO GOMES

Joãozinho Gomes é poeta/compositor paraense (radicado no Amapá), nasceu em 20 de outubro de 1957, na cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará. Iniciou suas atividades poética/musicais, paralelamente, na década de 1970. Em época atual, reconhecidamente como um dos mais férteis poetas/letristas da sua geração, Joãozinho Gomes ostenta uma obra poética/musical que agrega artistas/parceiros de várias regiões do Brasil, entre os quais nomes famosos da música e da literatura brasileiras. A sua produção poética/musical consiste em, aproximadamente, mil canções e cinco livros, dos quais cerca de 200 canções foram gravadas por seus respectivos parceiros, e apenas um livro fora editado, *A flecha passa e poemas DiVersos*; assim sendo, somente vinte por cento de sua extensa obra poética/musical está publicada.

As torres do teu último castelo

*Et faire abandon
De ses jambes, ô merveille!*

A. Rimbaud

Diversas vezes de versos
eu construo o teu castelo, diversas vezes
voo às torres onde ensaias Oteló;
ouves o celo...
e me dizes: ao tê-lo, me lança ao inferno!
(dantes, Dante recebia-me
com flores inodoras
e dores duradoras
embrulhadas em lenços de seda
estampada a nódoas. Ora recebe-me
com aspas e espadas
afiadas em ásperas esperas)
Nada me faz mais austera!

As férias de Rimbaud
naquele antro onde eu entro
a gozo e canto quando à torre me visitas,
são eras de tormentas à arte
maquiada, bendita,
a frases sonolentas
em páginas subscritas, discretas;
— nada grita entre uma & outra letra
numa escrota escrita! —
aprendi a desprezar a borboleta
com o voo letal do vil poeta,
com suas asas pretas,

aprendi a não voar em linha reta,
a desviar a rota,
a atirar-me roto da palavra certa;
aprendi as sendas tortas!
Diversas vezes diversos
ouço-te em soluço a narrações quais esta...;
a minha lira/arquiteta (às tuas tetas)
arquiteta
o teto a tato, as torres do teu último castelo,
o texto constatado do poeta.

Dérame e Midera

Midera foi-se com a sua foice de vidro,
ceifou o que me dera, Déreme,
devido eu duvidar

da vã quimera
que mera, Dérame me dera. Eram
meras Homéricas Dérame e Midera,

porém, astutas,
às tantas das manhãs apacamíadas
saíam em seus cavalos âmbar
a galoparem por sendas insondáveis,
livres entre livros indeléveis,

entre leves lidos livros
livrando-me
dos danos que Delyves, o Desdém,
desde dantes me impusera.

Dera-me Midara,
a *Visão*, a palavra-seta
que cita a voz de Dérame a prever-me
a um livro vão (por que não cri na deusa
mera? – a citar Midera como a deusa
que me dera a visão
que crer em Dérame.

Quem me dera ter vivido esta ilusão!

É difícil

É difícil erguer
edifício no espaço, não é fácil
guardar
o mar em orifício,
meu ofício é lidar com a **flor do lácio**
e lhe dar
a minha lida em sacrifício,
antes de ahares fácil o meu feito
mais difícil...

Seteiros de Outubro

À bruma matutina eu abro mão
Do *eu* que atina para a grande Ápacam
a gargalhar da madrugada
(dama drogada, absorta a absinto!)
e, vou beber com librianos ombro a ombro
a outro outubro; brutos librianos
com anéis/escorpiões que desconjuro.
Abro mão do *eu* que atina para
a grande Ápacam, para apoquentar seteiros
que me pensam alvos para setas rúbias
em ár(i)es/capricórnios disparadas...
para desviar a dor do coração do Cristo
e me livrar do touro morto
a seta sagitária em mim previsto

SETEIROS DE OUTUBRO

À bruma matutina eu abro mão
do *eu* que atina para grande Ápacam
a gargalhar da madrugada
(dama drogada, absorta a absinto!)
e vou beber com librianos ombro a ombro
a outro, outubro; brutos librianos
com anéis/escorpiões que desconjuro.
Abro mão do *eu* que atina para
a grande Ápacam, para apoquentar seteiros
que me pensam alvos para setas rúbias
em ár(i)es/capricórnios disparadas...
para desviar a dor do coração do Cristo
e me livrar do touro morto
a seta sagitária em mim previsto

Joãozinho Gomes

Eito de Heitor

Tutor de tudo em todo astro astuto;
o eito de Heitor
restituindo Troia, troa à tempestade intempestivo,
impetuoso amor a despertar

o sepultado grito,
berro enfurecido – em um buraco
rês ao oco cu no qual ecoam ecos no infinito,
orifício estelar onde excrementos deposita
após lavar a vala disto tudo aqui escrito – em
esgoto abarrotado de detrito, recipiente escroto,
discreto antro do conflito, cama de *Procusto*
onde esticam-se imolados gritos;

Ai, ressuscitado,
que ao susto de sustar o mito, assusta

A
humanidade; grito ao átrio do atrito!



ÁRVORE CORTADA,
madeiras de rua,
90 x 420 x 60 cm, 2010.

Anna Akhmatova

TRADUÇÃO DE LETÍCIA DE MATOS

Ensaísta, poeta
e tradutora.

Anna Andreevna Akhmatova, nome literário de Anna Andreevna Gorenko (1889-1966) foi um dos maiores nomes da poesia russa do século XX. Íntima da literatura de seu país, inspirou-se na obra de Blok, de Púshkin e na *Divina comédia*, começando a escrever muito cedo, com uma dicção pessoal. Casou-se com o poeta Nicolai Gumiliov, com quem participa dos debates da poesia acmeísta. Foi amiga dos poetas Marina Tsvetaeva e de Ossip Mandelstam. Duramente perseguida pelo regime, escreveu, dentre outros Rosario, *Anno Domini MCMXXII*, Requiem.

Последний тост

Я пью за разорённый дом,
За злую жизнь мою,
За одиночество вдвоём,
И за тебя я пью, —
За ложь меня предавших губ,
За мертвый холод глаз,
За то, что мир жесток и груб,
За то, что Бог не спас.

Último Brinde

Bebo à casa destruída,
À minha vida terrível,
A solidões vividas a dois
E bebo também a ti,
Ao engano dos lábios que traíram,
Ao gelo morto de teus olhos,
A um mundo rude e cruel,
A um Deus que não nos salvou.

эпиграмма

Могла ли Биче словно Дант творить,
Или Лаура жар любви восславить?
Я научила женщин говорить...
Но, боже, как их замолчать заставить!

Epigrama


Poderia Beatriz criar como Dante,
Ou Laura cantar o amor flamejante?
Eu ensinei as mulheres a falar..
Meu Deus, como obrigá-las a calar?



Нет, это не я, это кто-то другой страдает.
Я бы так не могла, а то, что случилось,
Пусть черные сукна покроют,
И пусть унесут фонари.
Ночь.



Não, não sou eu, é outro que sofre.
Eu não poderia ser assim, cubra-se
O que se deu nos negros panos
E levem embora as lanternas...
Noite



ÁGUA, garrações areia,
100 x 100 x 340 cm, 2013.

Nikolai Gumiliov

TRADUÇÃO DE ZOIA PRESTES

Professora da
Faculdade de
Educação da
Universidade
Federal Fluminense,
Campus Gragoatá,
Niterói.
Coordenadora
do Curso de
Pedagogia.
Coordenadora
do Núcleo de
Tradução, Estudos
e Interpretação
das obras dos
Representantes
da Teoria
Histórico-Cultural
(NUTHIC).

A poesia de Nikolai Gumiliov é pouco conhecida no Brasil. Talvez isso ocorra em função de ter tido uma vida breve e ficado um período muito longo fora das edições soviéticas, escondido e censurado. Acusado de participar da ação armada contra o Governo Soviético, liderada por V. N. Tagantsev, Nikolai foi sumariamente fuzilado, juntamente com outros 60 acusados, na noite de 26 de agosto de 1921. Apesar de participar ativamente de várias instâncias literárias soviéticas após a Revolução Socialista Russa, trabalhar próximo de autores como Gorki e Blok, Gumiliov nunca negou suas convicções religiosas e políticas, benzendo-se diante das igrejas e se dizendo monarquista. O poeta nasceu em 1886, em *Kronchtadt*, e passou a infância em *Tsrskoie Selo*. Não foi um bom aluno no ginásio (1903-1906) e conseguiu seu certificado apenas com 20 anos de idade. Começou a escrever poesia aos 12 anos e publicou pela primeira vez um verso em 1902 (“Eu corri das cidades para a floresta”), no jornal *Tifliski listok*. Ao término do

curso ginasial, viajou para Paris. Em 1905, publicou, com recursos próprios, a primeira coletânea de poemas: *O mundo dos conquistadores*. Ainda como aluno ginasial, em 1903, conheceu sua futura mulher, Anna Gorenko (mais famosa, posteriormente, como Anna Akhmatova). Já residindo em Paris, estudou na Sorbonne, tornou-se editor da revista *Sirius*, em que foi publicado, pela primeira vez, um poema de Akhmatova. Em 1908, vem à luz a coletânea de poemas *Flores românticas*, que revela os sentimentos de Gumiliov por Anna. Neste mesmo ano, retorna para a Rússia e ingressa, inicialmente, na Faculdade de Direito e, depois, na de História e Filologia, mas não completa nenhuma das duas. Viaja pela África. Com a publicação da coletânea *Pérola*, em 1909, Gumiliov passa a ser reconhecido como poeta e torna-se famoso. No ano seguinte, casa-se com Anna e, em 1912, nasce o filho Lev. Gumiliov participa da Primeira Guerra Mundial voluntariamente e é condecorado com a Cruz de Jorge. Em 1917, novamente em Paris, apaixona-se por Elena diu Buche e publica *À estrela azul*, coletânea com poemas líricos dedicados à nova amada; em 1918, separa-se de Anna. Trabalhando na Editora *Vsemirnaia literatura* (*Literatura mundial*), faz traduções do francês e inglês. Em 1919, casa-se com Anna Engelgardt e, em 1921, publica a coletânea de poemas *Obelisco de fogo* dedicado à segunda mulher. Morre fuzilado, em 1921, três semanas depois de ser preso, acusado de participação da “Conspiração de Tagantsev”.



LIXO, saco de lixo 60 ℓ, resíduos secos, tinta especial, 2009.

Credo

Откуда я пришел, не знаю...
Не знаю я, куда уйду,
Когда победно отблистаю
В моем сверкающем саду.

Когда исполнюсь красотою,
Когда наскучу лаской роз,
Когда запросится к покою
Душа, усталая от грез.

Но я живу, как пляска теней
В предсмертный час больного дня,
Я полон тайною мгновений
И красной чарою огня.

Мне все открыто в этом мире
И ночи тень, и солнца свет,
И в торжествующем эфире
Мерцанье ласковых планет.

Я не ищу больного знания,
Зачем, откуда я иду;
Я знаю, было там сверканье
Звезды, лобзающей звезду.

Я знаю, там звенело пенье
Перед престолом красоты,
Когда сплетались, как виденья,
Святые белые цветы.

Credo

Não sei de onde vim...
Não sei também para onde irei...
E vitorioso deixarei de refletir
No brilho do meu jardim.

Quando em beleza me realizarei,
Quando de carinho as rosas cansarei,
Quando por paz implorará
A alma cansada de devaneios.

Mas eu vivo como a dança das sombras
Na hora da morte do dia doentio,
Estou repleto de segredos dos instantes
E da vermelha taça em chamas.

Para mim tudo está aberto neste mundo
As sombras da noite, a luz do sol,
No espaço em celebração,
Cintilando os planetas carinhosos.

Não procuro o saber doentio,
Para quê, de onde venho;
Eu sei, lá havia brilho
Da estrela beijando estrela.

Eu sei, lá soava o canto
Frente ao trono da beleza,
Quando se entrelaçaram feito espectros
As santas flores brancas.

И жарким сердцем веря чуду,
Поняв воздушный небосклон,
В каких пределах я ни буду,
На все наброшу я свой сон.

Всегда живой, всегда могучий,
Влюбленный в чары красоты.
И вспыхнет радуга созвучий
Над царством вечной пустоты.

Осень 1905

E de coração ardente, com fé em milagre,
Ao entender o leve céu,
Seja em quais limites estiver,
Em tudo lançarei meu sonho

Sempre vivo, sempre glorioso,
Apaixonado pela sedução da beleza.
Explodirá o arco-íris dos sons
Sobre o reino do vazio eterno.

Outono de 1905

☆☆☆

Я, что мог быть лучшей из поэм,
Звонкой скрипкой или розой белою,
В этом мире сделался ничем,
Вот живу и ничего не делаю.

Часто больно мне и трудно мне,
Только даже боль моя какая-то,
Не ездок на огненном коне,
А томленье и пустая маята.

Ничего я в жизни не пойму,
Лишь шепчу: «Пусть плохо мне приходится,
Было хуже Богу моему
И больнее было Богородице».

Июль 1907

* * *

Eu, que poderia ser o melhor dos poemas,
Um melodioso violino ou uma rosa branca,
Nesse mundo, fiz-me um nada,
Então, vivo e nada faço.

Com frequência tenho dor e contratempos,
Mas, mesmo minha dor não é
Um cavaleiro do cavalo em chamas,
E sim sofrimento e vazias andanças.

Nada na vida eu entendo
Apenas murmuro: “Deixe o mal me atingir,
Foi bem pior para o meu Deus
E mais sofrido para a Nossa Senhora.”

Julho de 1907



Я сам над собой насмеялся,
И сам я себя обманул,
Когда мог подумать, что в мире
Есть что-нибудь кроме тебя.

Лишь белая, в белой одежде,
Как в пеплуме древних богинь,
Ты держишь хрустальную сферу
В прозрачных и тонких перстах.

А все океаны, все горы,
Архангелы, люди, цветы —
Они в хрустале отразились
Прозрачных девических глаз.

Как странно подумать, что в мире
Есть что-нибудь кроме тебя,
Что сам я не только ночная
Бессонная песнь о тебе.

Но свет у тебя за плечами,
Такой ослепительный свет,
Там длинные пламени реют,
Как два золоченых крыла.

Август 1921

* * *

Gargalhei de mim eu mesmo,
Eu mesmo também me enganei,
Quando pensei que no mundo
Havia algo além de você.

Apenas branca, de roupa branca,
De *peplum* das deusas antigas,
Segurando uma esfera de cristal
Em dedos transparentes e finos.

E todos os oceanos, as montanhas,
Arcanjos, pessoas e flores —
Refletiram-se no cristal
Dos olhos transparentes da moça.

Como é estranho pensar que no mundo
Há algo além de você,
E que eu não sou apenas
Uma canção insone sobre você.

Mas há luz por trás de seus ombros,
Uma luz tão ofuscante,
Lá, chamas longas pairam,
Como duas asas de ouro.

Agosto de 1921

ЛЮДЯМ БУДУЩЕГО

Издавна люди уважали
Одно старинное звено,
На их написано скрижали:
«Любовь и Жизнь – одно».
Но вы не люди, вы живете,
Стрелой мечты вонзаясь в твердь,
Вы слейте в радостном полете
Любовь и Смерть.

Издавна люди говорили,
Что все они рабы земли
И что они, создання пыли,
Родились и умрут в пыли.
Но ваша светлая беспечность
Зажглась безумным пеньем лир,
Невестой вашей будет Вечность,
А храмом – мир.

Все люди верили глубоко,
Что надо жить, любить шутя
И что жена – дитя порока,
Стократ нечистое дитя.
Но вам бегущие годы
Несли иной нездешний звук,
И вы возьмете на Вершины
Своих подруг.

Осень 1905

Às pessoas do futuro

Há muito, as pessoas respeitavam
Um grupo dos tempos antigos,
Que em seus escritos tabulavam:
“Amor e Vida é uma só coisa.”
Não sois pessoas e vivem
Como flecha-quimera cravando no chão,
Derramam no voo contente
O Amor e a Morte.

Há muito, as pessoas diziam,
Que todos eram escravos da terra
E que elas, criações do pó,
Nasceram e no pó morrerão.
Mas sua clara leviandade
Ascendeu com o canto louco das líras,
Sua noiva será a Eternidade,
E a catedral, o seu mundo.

Todos tinham uma fé profunda,
Que é preciso viver e amar jogando,
E que a mulher é filha do pecado,
Cem vezes uma filha impura.
Mas os anos que para vocês corriam
Traziam um outro e estranho som,
E vocês segurarão lá nas Alturas
Suas amigas.

Outono de 1905

ЛЮДЯМ НАСТОЯЩЕГО

Для чего мы не означим
Наших дум горячей дрожью,
Наполняем воздух плачем,
Снами, смешанными с ложью.

Для того ль, чтоб бесполезно,
Без блаженства, без печали
Между Временем и Бездной
Начертить свои спирали.

Для того ли, чтоб во мраке,
Полном снов и изобилья,
Бросить тягостные знаки
Утомленья и бессилья.

И когда сойдутся в храме
Сонмы радостных видений,
Быть тяжелыми камнями
Для грядущих поколений.

Осень 1905

Às pessoas do presente

Por qual razão não nomeamos
Nossas ideias pelo ardente tremular,
Enchemos o ar de choro,
Com sonhos, mesclados à mentira.

Seria porque é em vão
Sem carinho, sem tristeza
Entre o Tempo e o Abismo
Rabiscar suas espirais.

Seria para que nas trevas,
Repletas de sonhos e abundância,
Deixar sinais lancinantes
De fadiga e fraqueza.

E ao se reunir na catedral
As multidões de ilusões felizes,
Para ser pedras pesadas
Das gerações futuras.

Outono de 1905



OSSO 5, funil ferro plástico,
103 x 21 x 15 cm, 2013.

Vera Inber

TRADUÇÃO DE ANDRÉ ROSA

Jornalista
e tradutor.
Colaborou
com o *Pravda*
e a *Vértente*
Cultural, além
de ter traduzido
poetas como
Aleksandr
Pushkin, Blok
e Velimir
Khlebnikov.

Vera Inber (1890-1972) nasceu em Odessa, na Ucrânia. Judia como Trotsky, seu primo, foi uma das mais destacadas poetisas do Realismo Socialista. Entre os seus melhores trabalhos estão os poemas “Cinco noites e dias” (Piát nóchei i dnéi), escrito em 1924, com a morte de Vladimir Lênin, e “Moscou na Noruega” (Moskvá v Norvégií), escrito durante as suas viagens pela Escandinávia.

ПЯТЬ НОЧЕЙ И ДНЕЙ (Вера Инбер)

И прежде чем укрыть в могиле
Навеки от живых людей,
В Колонном зале положили
Его на пять ночей и дней.

И потекли людские толпы,
Неся знамена впереди,
Чтобы взглянуть на профиль жёлтый,
И красный орден на груди.

Текли. А стужа над землею
Такая лютая была,
Как будто он унес с собою
Частицу нашего тепла.

И пять ночей в Москве не спали
Из-за того, что он уснул,
И был торжественно-печален
луны почетный караул.

Cinco noites e dias

E antes de o esconderem na campa
para sempre das pessoas vivas,
colocaram-no na Sala das Colunas
por cinco noites e dias.

As multidões passavam
empunhando bandeiras à frente,
para olhar o seu perfil já amarelo
e a medalha vermelha no peito.

E o frio sobre a terra
era tão feroz
como se ele tivesse levado consigo
uma parte do nosso calor.

E por cinco noites Moscou não dormiu
porque ele havia adormecido,
e foi com solene tristeza
que a lua o velou.



OSSO, 7 metais, pano de chão,
plástico e latão, 61 x 26 x 6 cm, 2013.

Theatro Municipal

LUIS EDMUNDO

Terceiro ocupante
da Cadeira 33
na Academia
Brasileira de
Letras.

Em 1909, dia 14 de julho, inaugurou-se no Rio de Janeiro, o Theatro Municipal. Lá estava o autor destas linhas.

Os grandes melhoramentos criados na cidade pelo prefeito Passos há muito que reclamava o arquivamento do velho *Lírico*, obsoleto e antipático teatro onde, até então, se reunia a elite carioca, em magníficas paradas, pelos dias de grandes espetáculos de comédia e ópera.

Como arquitetura, a nova casa é garrida e imponente. Impressiona pela solenidade e alta pureza artística de suas linhas, pelo seu conforto e, até por um violento e exagerado luxo, um luxo escandaloso que deslumbra e entenece o olhar do pobre brasileiro, até bem pouco afetivo a certas manifestações de aparato e grandeza. Nem nos lembra um teatro, mas uma garbosa e resplendente catedral.

O interior é um sonho. Para o que recorda, sobretudo, o que era, até então, a mais bela das salas de espetáculo do Rio, e *Lírico*,

* Luis Edmundo, *Recordações do Rio antigo*, p. 201. Ed. Biblioteca do Exército, 1949.

ruína mal dourada, mostrando uma entradinha de ladrilhos, com uns espelhos muito velhos, sujos e enodados pelo tempo, e os porteiros gaforinhentos e malvestidos, o salto é colossal. Passa-se de um barracão sem galas e conforto, logo, para um paço de pompa e absoluta comodidade. A Rejane, a quem se mostra, vaidosamente, a obra nova, depois de se lhe mostrar a antiga, diz, a propósito da última: *C'est un cirque* – e da construída por Oliveira Passos – *L'interieur est plus riche que celui de l'Opera, de Paris*. Era. As modificações, posteriores, feitas para modernizar o monumento, desataviaram-no bastante, porém, de sua antiga glória, ainda nos resta muita coisa.

Positivamente, um sonho, o Municipal de 1909! Um delírio de mármore, de ouro, bronze e cristal: decorações pinturais por toda a parte. Os grandes mestres da pintura indígena ainda lá estão, representados por Eliseu Visconti, Henrique Bernardelli e Rodolfo Amoedo.

Para inaugurar-se a maravilha fazem-se convites especiais. A sala de espetáculos *au grand complet*, transborda uma hora antes da marcada para o começo da sessão. Todos estão em grande “toilette”. Vestem as senhoras, saias de largas caudas, amplos decotes. Ainda é o tempo da tirania do espartilho de barbatanas de baleia e ferro. Cintura de marimbondo. Penteados altos, a mostrar a orelha. Pequenas plumas ou *paradis* compondo as ondeadas massas capilares. O carmin, tanto sobra a face como por sobre o lábio, ainda se mostra tímido e discreto. Joias em profusão. Grandes leques. Grandes capas de seda, de veludo e pele. Atrevidos *lorgnons*. Binóculos de braço.

Para vestir essas senhoras viram-se loucos vários costureiros e costureiras da cidade: Madame Estouneight, a Guimarães, a Dreifus e a Dumorthout. Para as mesmas trabalharam famosos cabeleireiro como o Schmidt, o Chesnou e o Doré. Luveiros elegantes como o Cavanelas e o Formosinho, reavivaram fortunas enluvando senhoras.

Os homens, esses, vestiam mais a casaca do que o *smoking*, que mandavam cortar nos alfaiates Vale, Brandão ou Almeida Rabelo; botinas e sapatos do Cadete e do *Incredyable*, cartolas de Paris que iam comprar à chapelaria Watson, na Rua do Ouvidor. Foi muito pouco depois dessa época e no mesmo teatro que um grupo de elegantíssimos senhores, entre eles: João do Rio, Gotuzzo,

Ataulfo de Paiva, Álvaro Teffé e Figueiredo Pimentel, lançou a moda exótica das casacas de cor, que não logrou o sucesso esperado. Foi sensacional a aparição desses coloridos *smarts*, na sala de espetáculos, como sensacional, também, foi a grande vaia que receberam da irrespeitosa e atrevida galeria, repleta de estudantes.

Vamos porém, à inauguração do grande teatro.

Com a chegada do Presidente da República que era, então, o Sr. Dr. Nilo Peçanha, às nove horas, em ponto, o hino nacional reboava pela sala, vindo do *sulco wagneriano* que antecedia o palco, em subterrânea concha, e onde mais de cem professores se escondiam, formando uma potente orquestra. A novidade era bem grande para nós. Após o hino apareceu em cena o mais querido e festejado dos filhos da cidade, o poeta Olavo Bilac, orador oficial da cerimônia organizada. A voz sonora do vate empolga imediatamente a seleta assistência. Começa, ele, evocando o século de Péricles, a democracia ateniense, antes dos exageros e dos abusos que foram a Guerra do Peloponeso, Evoca o Teatro de Dionísio, anfiteatro cavado em rocha viva à sombra do Partenão. Recorda o *Prometeu acorrentado*, de Ésquilo, a *Ifigênia*, de Eurípedes, até chegar ao prólogo clássico que o mais humilde ator, nesses recuados tempos, tritagonista encarregado de papéis secundários, representava, então, na hora de resumir os fatos que os autores e os *chorentas* iam desenvolver, ao mesmo tempo celebrando a glória de seus deuses e da pátria. E a esse ator, modestamente, se compara. A seguir, é uma erudita revista do teatro antigo até os nossos dias que ele faz.

O discurso do Poeta é digno da festa de civilização e de cultura que se realiza no momento. Bilac acaba de falar entre frenéticos aplausos da multidão agradecida. Inicia-se então, aí, o desenrolar de um programa curioso, onde avultam, somente, obras de autores nacionais. Francisco Braga rege a *Insônia*, poema sinfônico de sua lavra, glosado pela pena de Escragnolle Dória. Vem, depois disso, o noturno da ópera *Condor*, de Carlos Gomes. E após, *Bonança*, peça do escritor Coelho Neto, feita especialmente para esta incomparável noite. Recorde-se, porém, o nome dos que a mesma peça interpretaram: atores Antônio Ramos, João de Deus e Nazaré; atrizes: Gabriela Monfani, Lucília Peres e Luísa Oliveira.

Entre os presentes, nos camarotes e plateia, vemos: a grande atriz Rejane, que está no Rio de Janeiro de passagem, todos os ministros do Estado, o prefeito Aguiar, representantes do Senado, da Câmara e do Conselho Municipal. Famílias, algumas, que assistem ao memorável espetáculo: Gustavo da Silveira, Lauro Müller, Felinto de Almeida, Dionísio Cerqueira, Cerqueira Lima, Chaves de Faria, Machado Guimarães, Miguel Couto, Betim Pais Leme, Guilhobel, Francisco Gilcério, Figueiredo, Álvaro de Teffé, Lima Castro, Chio-boto, Otoni, Rio Branco, Holanda Cavalcante, Gasparoni, Pimentel, Muniz Aragão, entre centenas de outras que escapam, neste instante, da memória cansada do escritor.

A inauguração desse teatro marca uma existência nova e fulgurante na vida da cidade. Depois que se extinguiu a monarquia, não se tem ideia de tão grande parada de elegância e *chic* entre a nossa gente. Se a cidade perdeu, quase completamente, o seu bafio colonial! Passos, na descolonização (Passos dizia – desportuguesamento) da terra carioca, na sua faina salvadora, punha por terra, sem piedade, o Rio de Janeiro do Marquês de Lavradio, do Conde de Resende e de outros Vice-Reis caturras; rasgava artérias novas, dando-nos novos pulmões, novo ar, nova vida.

Até os hábitos e os costumes cariocas começaram a mudar por esse tempo. É verdade que ainda existia o espírito atrasado de uns tantos “zeladores do passado”, uns homens que choravam ao desabar de velas tortas e imundas, ao arrasamento de arcaicos casarões cheios de ratos – vestais de epidemias implacáveis, que então nos dizimavam.

Temiam, eles, que o espírito da raça, ingenuamente chamado, se americanizasse com o progresso impetuoso que jorrava. Ainda se puxava muito para trás...

A saída do teatro, após essa noitada sensacional, fez-se com raro estardalhaço. Já tínhamos, então, um número bem grande de automóveis: Popes, Stuartes, Mercedes... A esses veículos mesclaram-se, ainda, inúmeros cupês, landaus, berlindas, puxados por magníficos cavalos. Não esquecer o *bonde de ceroulas*, que é da época, um bonde que mostrava os assentos forrados de linho branco, coberturas de ocasião, que eram amarrados com cadaços (daí

ceroulas...) aos balaústres do veículo. Era uma condução de meio luxo. Custava o dobro uma passagem ordinária, mas o vestido de *madame* não seria tão facilmente injuriado pela poeira e pelas cusparadas muito comuns, no tempo, em outros bondes...

Pela inauguração do teatro inaugurou-se o Assírio, com os *Alcinos Guanabaras* (a pilhéria é do tempo) em imponente escultura. Bar-restaurante elegantíssimo. Grande orquestra de hábeis professores. Não se dançava nesse recinto, destinado a dançarinas contratadas, números de grande sensação para delícia do público. Os garçons, em magníficas librés, século XVIII, serviam vinhos caros. Abuso escandaloso da champanha que, então, custava (nos lugares chiques) catorze ou quinze mil-réis uma garrafa!

A frequência elegante e familiar do Assírio não durou muito tempo. Invadiram-no, um belo dia, as filhas de Citera... As famílias, diante da ofensiva cupidínea e acintosa, evacuaram a zona. O teatro, porém, continuou sendo o que era.

E dizer que, disso tudo, já nos distanciamos quase cinquenta anos!

Petit Trianon – Doado pelo governo francês em 1923.
Sede da Academia Brasileira de Letras,
Av. Presidente Wilson, 203
Castelo – Rio de Janeiro – RJ



PATRONOS, FUNDADORES E MEMBROS EFETIVOS DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

(Fundada em 20 de julho de 1897)

As sessões preparatórias para a criação da Academia Brasileira de Letras realizaram-se na sala de redação da Revista Brasileira, fase III (1895-1899), sob a direção de José Veríssimo. Na primeira sessão, em 15 de dezembro de 1896, foi aclamado presidente Machado de Assis. Outras sessões realizaram-se na redação da Revista, na Travessa do Ouvidor, n.º 31, Rio de Janeiro. A primeira sessão plenária da Instituição realizou-se numa sala do Pedagogium, na Rua do Passeio, em 20 de julho de 1897.

CADEIRA PATRONOS

01	Adelino Fontoura
02	Álvares de Azevedo
03	Artur de Oliveira
04	Basílio da Gama
05	Bernardo Guimarães
06	Casimiro de Abreu
07	Castro Alves
08	Cláudio Manuel da Costa
09	Domingos Gonçalves de Magalhães
10	Evaristo da Veiga
11	Fagundes Varela
12	França Júnior
13	Francisco Otaviano
14	Franklin Távora
15	Gonçalves Dias
16	Gregório de Matos
17	Hipólito da Costa
18	João Francisco Lisboa
19	Joaquim Caetano
20	Joaquim Manuel de Macedo
21	Joaquim Serra
22	José Bonifácio, o Moço
23	José de Alencar
24	Júlio Ribeiro
25	Junqueira Freire
26	Laurindo Rabelo
27	Maciel Monteiro
28	Manuel Antônio de Almeida
29	Martins Pena
30	Pardal Mallet
31	Pedro Luís
32	Araújo Porto-Alegre
33	Raul Pompeia
34	Sousa Caldas
35	Tavares Bastos
36	Teófilo Dias
37	Tomás Antônio Gonzaga
38	Tobías Barreto
39	F.A. de Varnhagen
40	Visconde do Rio Branco

FUNDADORES

Luís Murat
Coelho Neto
Filinto de Almeida
Aluísio Azevedo
Raimundo Correia
Teixeira de Melo
Valentim Magalhães
Alberto de Oliveira
Magalhães de Azeredo
Rui Barbosa
Lúcio de Mendonça
Urbano Duarte
Visconde de Taunay
Clóvis Beviláqua
Olavo Bilac
Araípe Júnior
Sílvio Romero
José Veríssimo
Alcindo Guanabara
Salvador de Mendonça
José do Patrocínio
Medeiros e Albuquerque
Machado de Assis
Garcia Redondo
Barão de Loreto
Guimarães Passos
Joaquim Nabuco
Inglês de Sousa
Artur Azevedo
Pedro Rabelo
Luís Guimarães Júnior
Carlos de Laet
Domício da Gama
J.M. Pereira da Silva
Rodrigo Octavio
Afonso Celso
Silva Ramos
Graça Aranha
Oliveira Lima
Eduardo Prado

MEMBROS EFETIVOS

Ana Maria Machado
Tarcísio Padilha
Carlos Heitor Cony
Carlos Nejar
José Murilo de Carvalho
Cícero Sandroni
Nelson Pereira dos Santos
Cleonice Serôa da Motta Berardinelli
Alberto da Costa e Silva
Rosiska Darcy de Oliveira
Helio Jaguaribe
Alfredo Bosi
Sergio Paulo Rouanet
Celso Lafer
Marco Lucchesi
Lygia Fagundes Telles
Afonso Arinos de Mello Franco
Arnaldo Niskier
Antonio Carlos Secchin
Murilo Melo Filho
Paulo Coelho
Ivo Pitanguy
Antônio Torres
Sábato Magaldi
Alberto Venancio Filho
Marcos Vinícios Vilaça
Eduardo Portella
Domício Proença Filho
Geraldo Holanda Cavalcanti
Nélida Piñon
Merval Pereira
Zuenir Ventura
Evanildo Bechara
Evaldo Cabral de Mello
Candido Mendes de Almeida
Fernando Henrique Cardoso
Ferreira Gullar
José Sarney
Marco Maciel
Evaristo de Moraes Filho

COMPOSTO EM MONOTYPE CENTAUR 12/16 PT; CITAÇÕES, 10.5/16 PT

